

O papel das Relações Públicas na Representação Política

BRUNO MIGUEL DA CRUZ DORES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM GESTÃO ESTRATÉGICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Orientador: Professor Doutor Nuno da Silva Jorge

Escola Superior de Comunicação Social

Outubro de 2025

Declaração anti-plágio

Declaro ser o autor deste trabalho de projeto, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Estratégica das Relações Públicas, que constitui um trabalho de projeto original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto, ainda, que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho de aqui apresentado.

Enunio Cruz Jones

Setúbal, 15 de outubro de 2025

Agradecimentos

Ao longo dos dois anos que dediquei à concretização deste projeto, muitas vezes pensei nas pessoas a quem devo agradecimento, não apenas por esta etapa, mas por tudo o que sou. Vejo-me agora, pela primeira vez, com a oportunidade de o fazer e de eternizar os seus nomes num momento que lhes pertence tanto quanto a mim.

Aos meus pais, Fernando e Isabel, que sempre me deram as condições, o apoio e os valores necessários para chegar até aqui.

Aos meus avós, Edmundo e Júlia, pelo exemplo, pelo respeito e pelo amor incondicional.

À minha irmã Joana, e aos meus sobrinhos Miguel e Catarina, que um dia possam fazer este caminho com a confiança de que o tio o abriu para eles.

À minha Joana, pelo amor, pela paciência e pela compreensão em todos os momentos.

Ao tio José por me apadrinhar. Ao tio Sérgio, que não chegou a ver esta obra concluída. Havemos de nos encontrar para celebrar.

A toda a minha família, por fazerem do seu orgulho em mim uma fonte constante de motivação.

Aos meus amigos, que durante dois anos ouviram vezes sem conta: “não posso, tenho que trabalhar na tese”, obrigado pela paciência e apoio.

A todos os professores com quem tive o privilégio de aprender ao longo do meu percurso, e em particular ao Professor Doutor Nuno da Silva Jorge, pelo acompanhamento atento, pela exigência académica e por ser uma referência profissional a todos os níveis.

A todos, o meu mais sincero obrigado.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo compreender o papel das Relações Públicas na representação política, analisando de que forma a comunicação digital influencia as dinâmicas de legitimidade democrática e a relação entre representantes e representados. O estudo parte do reconhecimento dos desafios que as democracias contemporâneas enfrentam, nomeadamente o aumento da abstenção, a desconfiança face às instituições e o distanciamento entre cidadãos e atores políticos, e procura enquadrar estes fenómenos à luz das teorias da representação e da legitimidade.

A nível teórico, o trabalho desenvolve uma revisão de literatura sobre os conceitos de representação, legitimidade e democracia, articulando-os com o campo das Relações Públicas na Política. Posteriormente, analisa-se a forma como as plataformas digitais, em particular as redes sociais, se tornaram instrumentos centrais na comunicação política e na construção simbólica da legitimidade.

Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem mista de natureza qualitativa e quantitativa, integrando entrevistas com representantes partidários, análise de conteúdo das publicações dos deputados nas redes sociais e análise crítica dos seus discursos parlamentares. Esta triangulação metodológica permitiu cruzar diferentes dimensões, perceções institucionais, práticas comunicacionais e estratégias discursivas, oferecendo uma visão integrada do papel das redes sociais na representação política.

Os resultados demonstram que a comunicação digital ampliou as possibilidades de visibilidade e interação entre representantes e representados, mas também introduziu novos desafios relacionados com a coerência discursiva, a transparência e a gestão da reputação política. Conclui-se que as Relações Públicas assumem um papel estratégico na mediação entre poder político e cidadania, contribuindo para reforçar a confiança e a legitimidade democrática através de práticas comunicacionais éticas e dialogais.

A relevância deste estudo decorre da escassez de investigação sobre a intersecção entre Relações Públicas e representação política no contexto português, constituindo um contributo teórico e empírico para compreender o impacto da comunicação digital na democracia contemporânea.

Palavras chave: Relações Públicas na Política; Representação Política; Comunicação Digital; Redes Sociais; Legitimidade Democrática; Democracia Portuguesa.

Abstract

This research aims to understand the role of Public Relations in political representation, analysing how digital communication influences the dynamics of democratic legitimacy and the relationship between representatives and citizens. It begins by acknowledging the challenges faced by contemporary democracies, namely the increase in electoral abstention, growing distrust towards institutions, and the widening gap between citizens and political actors, and seeks to frame these phenomena through the lenses of representation and legitimacy theories.

At a theoretical level, the study develops a comprehensive literature review on the concepts of representation, legitimacy, and democracy, articulating them with the field of Political Public Relations. It then examines how digital platforms, particularly social media, have become central instruments in political communication and in the symbolic construction of legitimacy.

Methodologically, this research adopts a mixed-methods approach combining qualitative and quantitative analysis, integrating interviews with party representatives, content analysis of parliamentary members' social media publications, and critical analysis of their parliamentary speeches. This methodological triangulation made it possible to connect different dimensions, institutional perceptions, communicative practices, and discursive strategies, providing an integrated view of the role of social media in political representation.

The results show that digital communication has expanded opportunities for visibility and interaction between representatives and citizens, while also introducing new challenges related to discursive coherence, transparency, and political reputation management. The study concludes that Public Relations play a strategic role in mediating between political power and citizenship, helping to strengthen trust and democratic legitimacy through ethical and dialogical communication practices.

The relevance of this research lies in the limited academic attention given to the intersection between Public Relations and political representation in the Portuguese context, thus offering both theoretical and empirical contributions to understanding the impact of digital communication on contemporary democracy.

Keywords: Political Public Relations; Political Representation; Digital Communication; Social Media; Democratic Legitimacy; Portuguese Democracy.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Representação, Democracia e o Caso Português	4
1.1. Representação Política e Legitimidade: Fundamentos e Evolução	4
1.1.1. Evolução do Conceito de Representação Política	4
1.1.2. Tipos de Representação Política	10
1.1.3. Legitimidade, Deliberação e Esfera Pública	13
1.2. A Democracia e os Partidos como Forma de Governo	17
1.2.1 Regimes Democráticos: evolução histórica e fundamentos teóricos	20
1.2.2. Partidos Políticos: Funções e Tipologias	32
1.3 Representação e Democracia em Portugal	41
1.3.1. Representação em Portugal	41
1.3.2. Democracia em Portugal	46
Capítulo II - Relações Públicas e a Comunicação Política	55
2.1. Relações Públicas: Fundamentos e Enquadramento Teórico	55
2.2. As Relações Públicas na Esfera da Política	63
2.3. O Impacto do Digital nas Relações Públicas na Política	67
Capítulo III – A Representação nas Redes Sociais pelos Deputados da XVI Legislatura	73
3.1 Metodologia de investigação	73
3.1.1. Pergunta de partida e objetivos de pesquisa	73
3.1.2. Desenho da pesquisa e abordagem metodológica	74
3.2. Entrevistas com Representantes dos Partidos Políticos	77
3.2.1. Entrevistas: justificação do método	77
3.2.2. Recolha de dados: entrevistas com os grupos parlamentares da XVI Legislatura	78
3.2.3. Visões dos Partidos Políticos sobre as Redes Sociais como Instrumento de Representação	81
3.3. Análise das Redes Sociais dos Deputados	105
3.3.1. A análise de conteúdo: justificação do método	105
3.3.2. Recolha de dados: Análise às redes sociais dos deputados da da XVI Legislatura	106
3.3.3. Análise do Uso das Redes Sociais pelos Deputados	116
3.4. Análise dos Discursos dos Deputados na Assembleia da República	140
3.4.1. A análise crítica do discurso: justificação do método	140
3.4.2. Recolha de dados: as estratégias discursivas nas sessões plenárias da XVI Legislatura	141
3.4.3. Análise das dimensões discursivas nos debates parlamentares	146
4.1. Discussão dos Resultados	156
4.2. Limitações do Estudo e Recomendações para Pesquisas Futuras	170
4.3. Implicações Práticas para as Relações Públicas na Política - Considerações finais	171
Referências bibliográficas	173
Anexos	183
Apêndice 1 - Entrevista Ricardo Carvalho (PSD)	183
Apêndice 2 - Entrevista Carina Castro (PCP)	185
Apêndice 3 - Entrevista Patrícia de Carvalho (Chega)	190
Apêndice 4 - Entrevista João Almeida (PSD)	194
Apêndice 5 - Entrevista Mariana Leitão (IL)	197
Apêndice 6 - Entrevista Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda)	200
Apêndice 7 - Entrevista Sofia Canha (PS)	203
Apêndice 8 -Deputados e perfis de redes sociais analisados	207
Apêndice 9 -Análise de performance dos perfis dos deputados	210
Apêndice 10 -Perfis considerados no universo de análise de redes sociais	212
Apêndice 11 -guião de entrevista	229

Índice de imagens e tabelas

Tabela 1: análise de tipos de representação (adaptado de Pitkin, 1967).....	12
Tabela 2: análise de tipos de legitimidade (adaptado de Beetham, 2013).....	16
Tabela 3: regimes democráticos (adaptado de Held, 2006).....	29
Tabela 4: Instituições das democracias modernas (adaptado de Dahl, 2020).....	30
Tabela 5: Sistemas de Accountability (adaptado de Beetham, 2005).....	31
Tabela 6: Partidos baseados em elites.....	37
Tabela 7: Partidos baseados em massas.....	38
Tabela 8: Partidos de bases étnicas.....	39
Tabela 9: Partidos eleitoralistas.....	39
Tabela 10: Partidos-movimentos.....	40
Tabela 11: Definições de relações públicas.....	57
Tabela 12: Plataformas digitais (adaptado de Howell, 2012).....	70
Tabela 13: Representantes de partidos entrevistados.....	79
Tabela 14: Tópicos orientadores das entrevistas.....	80
Tabela 15: Tabela de análise das principais dimensões das entrevistas.....	83
Tabela 16: Principais insights resultantes das entrevistas.....	106
Tabela 17: Universo de estudo - contas detetadas pelo software FanPageKarma.....	108
Tabela 18: Número de deputados sem redes sociais detectáveis - excluídos do estudo.....	109
Tabela 19: Fórmula de cálculo da amostra por partido político.....	110
Tabela 20: Amostra de partidos analisados.....	111
Tabela 21: Análise de redes sociais: indicadores utilizados na avaliação do desempenho dos perfis parlamentares.....	112
Tabela 22: Análise de redes sociais: categorias de contexto da partilha.....	113
Tabela 23: Análise de redes sociais: categorias de representação política.....	114
Tabela 24: Análise de redes sociais: temas abordados.....	115
Tabela 25: Análise de redes sociais: tipos de argumentos.....	116
Tabela 26: Análise de redes sociais: Fundamentos de legitimidade.....	117
Imagem 1: Horários de publicação com melhor performance nas redes sociais.....	124
Imagem 2: Palavras chave e <i>hashtags</i> mais utilizadas pelos deputados.....	126
Tabela 27: Dados da análise de redes sociais: categorias de contexto da partilha.....	128
Tabela 28: Dados da análise de redes sociais: categorias de representação política.....	131
Tabela 29: Dados da análise de redes sociais: temas abordados.....	134
Tabela 30: Dados da análise de redes sociais: tipos de argumentos.....	136
Tabela 31: Dados da análise de redes sociais: Fundamentos de legitimidade.....	139
Tabela 32: Análise debates: tipos de argumentos.....	143
Tabela 33: Análise debates: categorias de representação política.....	143
Tabela 34: Análise debates: temas abordados.....	144
Tabela 35: Análise de debates - Fundamentos de legitimidade.....	145
Tabela 36: Sessões plenárias analisadas.....	146
Tabela 37: Dados da análise debates: categorias de representação política.....	147
Tabela 38: Dados da análise de debates - Fundamentos de legitimidade.....	149
Tabela 39: Dados da análise debates: tipos de argumentos.....	152
Tabela 40: Dados da análise debates: temas abordados.....	155
Tabela 41: Análise de redes sociais: síntese dos estilos comunicacionais dos deputados.....	164
Tabela 42: Análise de entrevistas: síntese das percepções partidárias sobre o papel das redes sociais na representação política.....	167

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a democracia representativa tem enfrentado um conjunto de desafios que colocam em causa a sua vitalidade e credibilidade. O aumento da abstenção eleitoral, a desconfiança face às instituições políticas e o distanciamento entre representantes e representados são fenómenos cada vez mais visíveis nas democracias liberais (Norris, 2011; Rosanvallon, 2011; Magalhães, 2020). Segundo o *Democracy Index 2023* da *Economist Intelligence Unit*, apenas 29,2% da população mundial vive atualmente em democracias plenas, o valor mais baixo desde que há registo. Em Portugal, embora o mesmo relatório classifique o país como uma “democracia plena”, observa-se uma tendência de crescente desafeição política e de afastamento dos cidadãos face às instituições representativas, traduzida, entre outros fatores, no aumento da abstenção e na redução da confiança nos partidos políticos (Magalhães, 2020).

Esta conjuntura de fragilidade democrática torna essencial revisitar o papel da representação política e compreender os mecanismos que sustentam a legitimidade democrática. Como refere Pitkin (1967), representar é agir em nome de alguém, numa relação que pressupõe responsabilidade e prestação de contas. Brito Vieira e Runciman (2008) complementam que a representação é, ao mesmo tempo, um processo político e simbólico: tornar presente quem está ausente, traduzindo a vontade coletiva num espaço institucional. A legitimidade, por sua vez, é o que confere validade ao exercício do poder político. Beetham (2013) sustenta que o poder só é legítimo quando é exercido de acordo com regras reconhecidas e justificadas pelos cidadãos, enquanto Habermas (1992) destaca a importância da deliberação pública como base da legitimidade democrática. Rosanvallon (2011) acrescenta que, nas democracias contemporâneas, a legitimidade não se esgota na eleição, sendo também construída através da imparcialidade, da reflexividade e da proximidade com os cidadãos.

Neste quadro, a comunicação política ganha uma relevância crescente. As redes sociais digitais transformaram-se em espaços privilegiados de visibilidade e de interação, aproximando os representantes dos eleitores, mas também os expõem a novas exigências de transparência, coerência e autenticidade (Urbinati, 2006; Aurélio, 2009). A política, mais do que nunca, depende da forma como é comunicada. E é precisamente neste ponto que as Relações Públicas assumem um papel estratégico: enquanto disciplina que gere a relação entre organizações e públicos, oferecem princípios e ferramentas que podem reforçar a confiança e a credibilidade

entre representantes e representados. A comunicação política, quando orientada por valores de transparência, consistência e diálogo, torna-se um instrumento essencial para a consolidação da legitimidade democrática.

É neste contexto que se enquadra o presente estudo, cuja pergunta de partida é:

De que forma os deputados da XVI Legislatura utilizam as redes sociais enquanto representantes políticos?

Com esta investigação procura-se alcançar os seguintes objetivos:

1. Desenvolver um quadro teórico sobre o uso das redes sociais na comunicação política e na representação democrática no contexto português, com especial ênfase nos deputados da XVI Legislatura.
2. Compreender a perspetiva dos partidos face ao papel dos representantes da nação ao utilizarem as redes sociais e nas suas intervenções parlamentares.
3. Analisar as interações entre as intervenções parlamentares dos deputados na Assembleia da República e o uso das redes sociais, investigando como essas duas

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, concebidos de forma a articular o quadro teórico, a análise empírica e a reflexão final.

O Capítulo I apresenta o enquadramento teórico da investigação, abordando os conceitos de representação política e legitimidade democrática. Inicia-se com a análise da evolução do conceito de representação, desde as suas origens históricas até às abordagens contemporâneas (Aurélio, 2009; Brito Vieira & Runciman, 2008; Pitkin, 1967). Em seguida, aprofunda o estudo da legitimidade, explorando os contributos de Weber (1919), Beetham (2013) e Habermas (1992), e a perspetiva de Rosanvallon (2011) sobre as novas formas de legitimidade democrática. O capítulo termina com uma reflexão sobre a importância da comunicação como elemento mediador entre representação e legitimidade.

O Capítulo II aborda o papel da democracia representativa e dos partidos políticos, analisando as suas funções enquanto mediadores da vontade popular e a sua evolução nas sociedades contemporâneas. São apresentados os principais modelos de democracia (Dahl, 2020; Lijphart,

2012), bem como os fatores que explicam a crise de confiança e a desafeição política. Posteriormente, discute-se o impacto das redes sociais na comunicação política, destacando o modo como estas transformaram a relação entre cidadãos e representantes. Este capítulo introduz ainda a ligação entre política e Relações Públicas, sublinhando a importância da gestão estratégica da comunicação para a credibilização dos atores políticos.

O Capítulo III descreve a metodologia adotada. Optou-se por uma abordagem qualitativa, baseada na análise de conteúdo das publicações de deputados portugueses no Instagram. São detalhados o processo de seleção da amostra, o período de análise, os critérios de codificação e as categorias de observação. Esta opção metodológica permitiu identificar padrões discursivos, estratégias de comunicação e tipos de conteúdos utilizados pelos representantes políticos.

O Capítulo IV apresenta os resultados e a análise empírica. Inicia-se com a apresentação dos dados obtidos e segue-se a interpretação das principais tendências encontradas, nomeadamente as estratégias comunicacionais mais frequentes, os formatos de conteúdo mais utilizados e as práticas de interação com o público. O capítulo termina com uma reflexão sobre o papel das redes sociais na construção da legitimidade e na aproximação simbólica entre representantes e representados.

Por fim, a dissertação conclui-se com a síntese dos principais contributos teóricos e práticos, sublinhando o papel da comunicação e das Relações Públicas como instrumentos centrais para a renovação da representação política e o reforço da legitimidade democrática em Portugal.

Capítulo I - Representação, Democracia e o Caso Português

O estudo da Representação e da Legitimidade constitui o ponto de partida teórico essencial para compreender o funcionamento das democracias contemporâneas. Dado que a presente dissertação analisa a forma como os representantes políticos utilizam as redes sociais para comunicar e reforçar a sua legitimidade, é fundamental primeiro compreender como estes conceitos foram historicamente formulados e de que modo estruturam a relação entre governantes e governados. Este subcapítulo estabelece, assim, as bases conceptuais que sustentam a análise posterior da democracia representativa e da comunicação política no contexto português.

1.1. Representação Política e Legitimidade: Fundamentos e Evolução

1.1.1. Evolução do Conceito de Representação Política

Compreender a origem e evolução do conceito de representação é essencial para situar a presente investigação no quadro mais amplo da teoria política. Antes de analisar a relação entre representantes e representados na atualidade, importa perceber como o pensamento político construiu, ao longo da história, as bases da autoridade e da delegação do poder. Este enquadramento histórico permite contextualizar o modo como a representação se tornou um elemento central das democracias modernas e estabelece o ponto de partida para compreender a sua relevância no cenário político contemporâneo

A raiz da palavra “representação” tem em si uma natureza ambígua, que pressupõe ao mesmo tempo “a presença e a ausência: a presença necessária para re-presentar e a ausência que justifica ter de ser re-presentado” (Brito Vieira & Runciman, 2008, p. 5). Etimologicamente, representar significa “tornar de novo presente ou trazer à presença algo que está ausente ou invisível.” (Aurélio, 2009, p. 13). A representação, enquanto conceito da ciência política, tem como ponto de partida a capacidade dos indivíduos em sociedade que “atribuïrem a si mesmos, de forma estável, uma identidade e uma vontade comuns, as quais precisam ser representadas para que o conjunto deixe de ser uma simples abstração” (Aurélio, 2009, p.12). Pitkin (1967) argumenta que a representação política está, inevitavelmente, marcada por uma tensão entre agir em nome de

outrem e agir com autonomia, sendo essa dualidade essencial à compreensão do papel do representante.

A ideia de representação política tem na base a crença de que, politicamente, o corpo constituinte não tem capacidade para agir e decidir o seu funcionamento, mas apenas para consentir esse poder ao representante, para que possa agir no seu lugar (Urbinati, 2008, p.32). Assim, a representação política pode ser entendida como o processo pelo qual os indivíduos ou grupos são selecionados para agir em nome de outros, tomando decisões e realizando ações que refletem os interesses, vontades e/ou perspectivas daqueles que são representados (Pitkin, 1967). Para Urbinati (2006), a representação política não apaga a ação dos representados, mas traduz e transforma as suas vontades em ações num espaço institucional, onde é promovida a deliberação e visibilidade política.

A popularidade do conceito de representação política deve-se à sua associação à democracia, mesmo antecedendo-a historicamente (Pitkin, 1967, p.2). Mas, o uso do conceito de «democracia representativa» não é geralmente aceite pelos principais teóricos: a vontade comum é o produto das vontades particulares, mas na impossibilidade de se reunir todos num mesmo local, a todo o momento, para decidir (tal como na democracia direta), torna-se necessário promover a independência dos representantes - e este é o momento que “a teoria se vê forçada a dar o salto-mortal aos olhos do fundamentalismo democrático”, já que o poder deixa de estar diretamente na mão da “demos” (o povo) (Aurélio, 2009, p. 27) e a representação toma o seu lugar. Segundo Manin (1997), a representação política moderna rompe com os princípios da democracia direta ao instituir representantes não vinculados que atuam com autonomia, mesmo que sujeitos à responsabilização política.

Como demonstram Brito Vieira e Runciman (2008), a conceção moderna de representação resulta de um longo percurso histórico, que passa por diferentes formas de legitimação da representação. A representação política não se limita à democracia - ela precede historicamente os estados democráticos e pode ser encontrada até em regimes que não o são (Pitkin, 1967, p.17). Nas monarquias medievais, por exemplo, o rei é visto como o representante simbólico da unidade nacional, mesmo que não seja eleito pelo povo ou responda às suas vontades (Pitkin, 1967, p.2). Para muitos autores, como Rousseau, a representação política nunca foi a legítima solução para os regimes democráticos (Urbinati, 2008, p.18). Mas, ao contrário da democracia direta, onde se decide sobre assuntos únicos e onde “cada voto é um novo começo” (p.32), o voto

num representante reflete uma relação duradoura, que espelha um conjunto de opiniões, julgamentos, ideias e expectativas para o futuro (Urbinati, 2008, p.31). Assim, importa começar por enquadrar historicamente a evolução do pensamento sobre representação.

Podemos localizar as raízes do conceito de representação política ainda na Antiguidade Clássica, embora naquela época o conceito não se assemelhasse plenamente à sua forma moderna (Brito Vieira & Runciman, 2008). Na democracia ateniense, o envolvimento direto dos cidadãos na governação, através da *Ekklesia* (Assembleia), estabeleceu a fundação para a participação política pelo povo (Manin, 1997). O uso do método de sorteio para selecionar indivíduos para cargos públicos reflete uma intenção de garantir a igualdade e rotatividade no exercício do poder. Ao recorrer ao sorteio, os cidadãos atenienses procuravam impedir o surgimento de representantes permanentes e profissionais, contrariando a realidade que na modernidade passou a existir na delegação política (Manin, 1997). Já na República Romana, a representação política tomava uma forma mais estruturada. Magistrados eleitos e o Senado atuavam como representantes dos interesses das classes sociais dentro do estado (Brito Vieira & Runciman, 2008). Neste período, importa destacar a análise detalhada de Aristóteles, sobre as várias formas de governo, incluindo a democracia e a oligarquia. Na sua discussão, sugere a "politeia" como uma forma mista de governo que alcança um equilíbrio representativo entre diferentes grupos da sociedade, prenunciando discussões futuras sobre a representação (Aristotle, 2017).

Na Idade Média, o sistema feudal tornou-se dominante por toda a Europa, apoiado pela força unificadora da Igreja Católica, que conferia autoridade (proveniente de Deus) aos monarcas absolutos (Brito Vieira & Runciman, 2008). Uma manifestação prática dessa ideia pode ser vista quando o Papa Gregório I delegou autoridade a um bispo local, marcando uma das primeiras instâncias documentadas de delegação de poder dentro da Igreja (Brito Vieira & Runciman, 2008). Esse ato não só exemplifica a transmissão de autoridade divina, mas também estabelece um precedente para a formalização da representação política e da autoridade delegada (Brito Vieira & Runciman, 2008). Por outro lado, Marsílio de Pádua contribuiu significativamente para o desenvolvimento do conceito de representação, ao introduzir a noção legal de "corporação" - argumentava que a legitimidade dos governos emanava da autorização conferida por uma assembleia ou corporação de cidadãos livres e não apenas da designação divina, uma ideia que antecipa as modernas teorias de soberania popular (Brito Vieira & Runciman, 2008).

No século XIII e XIV, surgiram em toda a Europa assembleias representativas, que inicialmente serviam para ampliar o alcance do poder monárquico junto ao povo. Esses representantes do rei, embora limitados na sua autonomia, começaram a simbolizar uma ponte entre o monarca e as comunidades (Brito Vieira & Runciman, 2008). Os parlamentos medievais, embora ainda incipientes como órgãos de representação popular, lançaram as bases para o questionamento da relação entre a independência dos representantes e as instruções diretas dos governantes, uma tensão teorizada posteriormente por Burke (Brito Vieira & Runciman, 2008).

Foi apenas no século XVI que os parlamentares começaram a adquirir maior liberdade de ação, evoluindo de “meros delegados das comunidades a (...) integrar o corpo soberano” (p.18). Essa transformação reflete uma aceitação gradual da ideia de que a autoridade legítima deriva do consentimento dos governados (Aurélio, 2009), um princípio que viria a ser fundamental na teoria política moderna. Thomas Hobbes, na sua obra "Leviatã" (Brito Vieira & Runciman, 2008), argumentou que a estabilidade política requer um poder soberano absoluto, consentido por um pacto social, onde os representantes agem em nome dos representados, marcando um importante desenvolvimento no entendimento da representação política como um acordo contratual.

“Ao afirmar que a instituição do Estado se realiza mediante o pacto de cada um com cada um dos outros e a posterior entrega do direito de os representar a um indivíduo ou a uma assembleia, o autor ressalta que mesmo aqueles que votaram contra ficarão igualmente vinculados.” (Aurélio, 2012, p. 19)

Este conceito foi expandido por John Locke, que defendeu a necessidade de consentimento racional e limitação do poder estatal, estabelecendo as bases teóricas para a democracia representativa (Brito Vieira & Runciman, 2008). Jean-Jacques Rousseau, contudo, desafiou essa noção, argumentando contra a possibilidade de existir representação da vontade geral, favorecendo uma forma de democracia direta como o único meio legítimo de exercício do poder soberano (Brito Vieira & Runciman, 2008). Emmanuel Sieyès, no entanto, reconciliou as ideias de Hobbes e Rousseau, argumentando que a representação política era essencial para a expressão da vontade nacional e legítima - preparando o terreno para a Revolução Francesa (Brito Vieira & Runciman, 2008).

Este período de intensa fermentação intelectual culminou na distinção feita por Sieyès entre o "Terceiro Estado" e a "Ordem privilegiada", onde defende o poder e a legitimidade da Nação como um todo para moldar sua governação, uma ideia que desafiava as noções aristocráticas de representação e apontava para formas mais inclusivas e equitativas de governo (Sieyès, 1789).

No rescaldo da Revolução Americana, o debate sobre a natureza ideal da representação política tomou o centro do palco, com Federalistas, como Madison, Hamilton e Jay, e antifederalistas a apresentarem visões distintas sobre como o novo governo dos Estados Unidos deveria ser estruturado (Aurélio, 2009). Os Federalistas defendiam uma república com representantes selecionados pela elite, argumentando que indivíduos virtuosos e bem-educados estariam mais bem equipados para governar no interesse público (Hamilton et al., 2011). Estes viam a representação política como um meio pelo qual os representantes sábios e distantes das paixões populares poderiam deliberar pelo bem comum, enfatizando uma abordagem mais substantiva à representação, na qual os representantes exerciam julgamento independente em nome dos representados (Hamilton et al., 2011,). Por outro lado, os antifederalistas favoreciam uma aproximação mais direta e descritiva da representação, onde os representantes espelhariam diretamente a composição e vontades do corpo eleitoral, argumentando que isso garantiria que o governo refletisse verdadeiramente a vontade do povo (Aurélio, 2009).

Edmund Burke, embora não diretamente envolvido no debate constitucional americano, ofereceu uma perspectiva que ressoava com a abordagem federalista, argumentando que a representação exigia julgamento independente por parte dos representantes, e não uma aderência estrita às vontades momentâneas dos eleitores (Aurélio, 2009). Para Burke, a representação política era menos sobre expressar a vontade direta do povo e mais sobre tomar decisões informadas e sábias em seu benefício (Aurélio, 2009). Este debate entre Federalistas e antifederalistas moldou a tensão entre a representação substantiva e descritiva, e a procura por um governo que, simultaneamente, refletisse a diversidade da nação e mantivesse a capacidade de governar efetivamente - permanecem questões centrais na política até hoje (Aurélio, 2009).

Entre os séculos XIV e XX, observou-se um movimento progressivo em direção a um sistema de representação política mais inclusivo (Aurélio, 2009). Durante este período, embora muitos governos representativos fossem dominados por elites, surgiram pressões significativas, visando uma maior aproximação entre representantes e representados (Aurélio, 2009). Pensadores influentes, como Jeremy Bentham e James Mill, foram pioneiros ao propor reformas destinadas a

democratizar o poder, advogando, por exemplo, pelo alargamento do sufrágio (Aurélio, 2009). Essas propostas visavam assegurar que uma parcela mais ampla da população tivesse voz ativa no processo político, refletindo uma evolução nos conceitos de governança e representatividade (Aurélio, 2009). Benjamin Constant destacou-se ao enfatizar a importância de restringir a formação de fações exclusivas e incentivar a participação política ativa através de petições e participação na esfera pública (Aurélio, 2009). A sua distinção entre a "liberdade dos antigos" e a "liberdade dos modernos" realçou a necessidade de proteger os direitos individuais e promover a liberdade de expressão como pilares de uma democracia representativa saudável (Aurélio, 2009). Alexis de Tocqueville, na sua obra seminal "Democracia na América", forneceu uma análise profunda da democracia americana, reconhecendo a representação política como um elemento vital da democracia que possibilitava o autogoverno (Tocqueville, 1835). Ele identificou elementos-chave que sustentavam a democracia representativa, incluindo o sistema de partidos, a liberdade de imprensa e o associativismo (Tocqueville, 1835). Tocqueville alertou para os riscos da tirania da maioria e do isolamento individual, sugerindo que uma sociedade civil vibrante e instituições políticas descentralizadas eram essenciais para preservar a liberdade e garantir uma representação eficaz (Tocqueville, 1835). Esses pensadores contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de representação, movendo-se além da mera liderança das elites, para enfatizar a participação ativa e o consentimento dos governados como fundamentos de um sistema político legítimo.

Por outro lado, encontramos a crítica ao papel dos partidos políticos e à burocratização da democracia representativa, expressa por pensadores como Max Weber, Carl Schmitt e Joseph Schumpeter, que destacam a complexidade e os desafios inerentes ao processo de representação política nas democracias modernas (Brito Vieira & Runciman, 2008). Estes autores abordaram a forma como a ascensão dos partidos políticos e a centralização do poder contribuíram para um distanciamento entre os cidadãos e aqueles que os representam, transformando a representação política num domínio de elites políticas e económicas (Brito Vieira & Runciman, 2008). Estas críticas enfatizam um afastamento do ideal de representação como um mecanismo pelo qual o povo exerce poder direto e influência sobre as decisões políticas (Brito Vieira & Runciman, 2008). A crescente complexidade das sociedades democráticas, a burocratização do Estado e a centralização do poder nos partidos políticos criaram um cenário onde os cidadãos se veem cada vez mais alienados do processo político, colocando em questão a eficácia da representação

política e destacando a necessidade de reformas que possam revigorar a conexão entre representantes e representados (Brito Vieira & Runciman, 2008).

Max Weber destacou a "profissionalização" da política, onde indivíduos fazem da política uma carreira, muitas vezes priorizando a manutenção do poder sobre o serviço público (Weber, 1919). O autor viria a contrastar aqueles que "vivem para a política" - motivados por valores e princípios – com aqueles que "vivem da política", cujo sustento depende de cargos políticos, sugerindo que a prevalência destes últimos contribui para uma democracia menos responsiva e mais orientada para a autopreservação das elites (Weber, 1919). Por outro lado, Carl Schmitt criticou a incapacidade da democracia parlamentar de verdadeiramente representar a vontade do povo, argumentando que a ênfase no debate e na deliberação dilui decisões claras e a ação política eficaz. Para Schmitt, a essência da democracia reside na distinção entre amigo e inimigo, uma realidade que os mecanismos formais de representação muitas vezes falham em capturar (Brito Vieira & Runciman, 2008). Já Joseph Schumpeter introduziu a ideia de democracia como uma competição pela liderança, vendo a representação política não como a expressão direta da vontade popular, mas como o resultado de uma seleção de elites que competem pelo poder (Brito Vieira & Runciman, 2008). Segundo Schumpeter, a democracia é efetivamente um método para escolher entre diferentes conjuntos de governantes, cada um procurando legitimar a sua posição através do consentimento eleitoral, em vez de um processo para alcançar a vontade geral (Brito Vieira & Runciman, 2008).

A análise da evolução do conceito de representação evidencia que a sua consolidação foi um processo longo e multifacetado, refletindo mudanças nas concepções de poder, soberania e participação. Esta reflexão fornece o alicerce teórico necessário para compreender as transformações atuais da representação política e a forma como estas influenciam a construção da legitimidade e da comunicação entre eleitos e eleitores, aspetos que serão explorados ao longo desta dissertação.

1.1.2. Tipos de Representação Política

Após compreender a génese e evolução do conceito de representação, torna-se necessário analisar as diferentes formas que este pode assumir no contexto político. Identificar e distinguir os tipos de representação permite aprofundar a compreensão da relação entre governantes e governados e perceber como esta se manifesta nas democracias contemporâneas. Este

enquadramento é fundamental para a presente investigação, na medida em que oferece uma base conceptual que ajuda a interpretar as formas atuais de atuação e comunicação dos representantes políticos.

Hannah Pitkin, na sua obra de 1967, *The Concept of Representation* desdobra o conceito de representação em quatro dimensões fundamentais: formalística, descritiva, simbólica e substantiva, oferecendo um quadro analítico abrangente para compreender as diversas facetas da representação política (Pitkin, 1967). Estas diferentes facetas são resultado da evolução histórica do pensamento sobre representação, como visto anteriormente.

Representação Formalística

A representação formalística foca-se nos mecanismos institucionais e legais que estruturam a relação entre representantes e representados (Pitkin, 1967). Pitkin (1967) examina como a autorização concedida pelos eleitores capacita os representantes a agir em seu nome, ressaltando a importância dos procedimentos eleitorais na legitimação do poder dos representantes e na motivação para que estes atuem alinhados aos interesses do eleitorado (Pitkin, 1967). Este aspeto destaca o papel crucial das eleições como um momento de *accountability*, assegurando que os representantes sejam responsáveis perante aqueles que representam (Pitkin, 1967).

Representação Descritiva

A representação descritiva foca-se na semelhança entre representantes e os representados em termos de características demográficas e experiências (Pitkin, 1967). A ideia central é que a composição dos corpos legislativos deve refletir a diversidade da população, permitindo que as decisões tomadas sejam um reflexo mais fiel da vontade coletiva da sociedade (Pitkin, 1967). Pitkin (1967) sugere que, nesse modelo, a representação política alcança o seu objetivo quando os representantes são vistos não apenas como delegados, mas como encarnações do corpo social na sua totalidade - “o representante não age no lugar de (...)” (p.61), ele está no seu lugar, para que seja possível que as ações tomadas sejam “aquilo que a nação teria feito” (p.84).

Representação Simbólica

Já a representação simbólica contempla o poder dos representantes como ícones ou figuras que encarnam as aspirações, a identidade e a unidade da comunidade ou nação que representam (Pitkin, 1967). Nesta dimensão, a representação política transcende as ações políticas tangíveis e entra no domínio dos valores, crenças e emoções compartilhadas, reforçando o tecido social e a coesão entre os cidadãos e seus líderes (Pitkin, 1967). Para exemplificar, Pitkin recorre à ideia de um monarca ou de um chefe de estado, que simboliza a unidade e autoridade de uma comunidade ou nação. Sendo uma conexão que aparenta ser arbitrária, e que existe na base da crença que se cria nesse símbolo, este tipo de representação assenta em “fatores emocionais, afetivos” (p.100). Desta forma, a representação simbólica depende inteiramente da aceitação por parte dos representados, o que a torna volátil e altamente subjetiva (Pitkin, 1967).

Representação Substantiva

A representação substantiva, por sua vez, incide sobre as ações efetivas dos representantes em prol dos interesses dos representados (Pitkin, 1967). Pitkin define a essência da representação política como a capacidade dos representantes de agir de maneira responsiva às necessidades e exigências dos seus eleitores, equilibrando os interesses dos constituintes e mitigando conflitos para alcançar o bem comum. Neste modelo proposto por Pitkin, “representação é agir no interesse dos representados, de forma responsiva perante eles.” (p.209), assim a mera eleição não constitui, por si só, representação. A representação ocorre apenas quando o representante age de forma substantiva em nome dos interesses dos representados (Pitkin, 1967).

Tipo de Representação	Descrição	Características Chave	Exemplos
Formalística	Foca-se nos aspetos institucionais e procedimentos que iniciam a representação.	Autorização e responsabilidade dos representantes Legitimidade e mecanismos de eleição e remoção	Processos eleitorais Mecanismos de <i>impeachment</i>
Descritiva	Baseia-se na semelhança entre representantes e representados.	Correspondência demográfica ou experiencial entre representantes e eleitores "Espelho" da sociedade	Quotas de género em parlamentos Representação proporcional de minorias étnicas
Simbólica	A representação política como simbolismo e aceitação pelo representado.	Aceitação e legitimação do representante pela sua presença ou carisma Importância de fatores emocionais e afetivos	Monarcas como representantes simbólicos da nação

Substantiva	Foca nas ações e na defesa dos interesses dos representados.	Atuação do representante no interesse dos representados Responsividade e accountability	Legislação em benefício de grupos específicos Políticas públicas orientadas por exigências populares
--------------------	--	--	---

Tabela 1: análise de tipos de representação (adaptado de Pitkin, 1967)

Brito Vieira e Runciman (2008) ampliam esta análise de forma analítica, ao introduzir três modelos adicionais de representação: autorização, mandato e identificação. Enquanto Pitkin define as bases normativas da representação, os modelos de autorização, mandato e identificação fornecem instrumentos para pensar como essas bases se traduzem em relações reais entre representantes e representados (Brito Vieira e Runciman, 2008). No modelo de autorização, a relação é definida pela permissão dada pelo eleitor ao representante para agir em seu nome, com ênfase nas responsabilidades decorrentes dessa ação (Brito Vieira & Runciman, 2008). O modelo de mandato pressupõe uma relação legal em que o representante age com certa autonomia, mas sempre visando o interesse dos representados (Brito Vieira & Runciman, 2008). Por fim, a representação política por identificação emerge quando os cidadãos veem as suas próprias aspirações e valores refletidos nas ações dos representantes, mesmo na ausência de uma autorização explícita (Brito Vieira & Runciman, 2008).

A análise das diferentes formas de representação permite compreender que o ato de representar não é uniforme, mas pode assumir significados e funções distintas conforme os contextos institucionais e sociais. Mais do que delimitar categorias teóricas, esta distinção ajuda a perceber como os sistemas políticos constroem e regulam a sua própria ideia de legitimidade. Este enquadramento teórico prepara, assim, a passagem para a reflexão sobre a legitimidade política e sobre os mecanismos através dos quais o poder se torna reconhecido e aceite pelos cidadãos, tema que será aprofundado no subcapítulo seguinte

1.1.3. Legitimidade, Deliberação e Esfera Pública

Depois de compreender as origens e formas da representação política, torna-se essencial refletir sobre o que sustenta a aceitação e o reconhecimento do poder por parte dos cidadãos. É neste ponto que surge o conceito de legitimidade, elemento central para entender a estabilidade e o funcionamento das democracias. Este subcapítulo procura, assim, analisar como o poder político

é reconhecido como legítimo e em que condições a autoridade é considerada justa e aceitável. A discussão será ainda alargada à importância da deliberação e da esfera pública enquanto espaços de diálogo e participação, fundamentais para a construção da legitimidade nas sociedades contemporâneas.

Em todas as comunidades, independentemente do regime político, o exercício do poder por parte de um indivíduo ou grupo sobre outros é um fenómeno básico e recorrente (Beetham, 2013). Quando esse poder é adquirido e exercido de acordo com regras justificáveis, e sustentado por provas concretas de consentimento por parte dos governados, pode ser considerado legítimo (Beetham, 2013). A legitimidade corresponde, assim, à aceitação social do poder e das normas que o estruturam e limitam (Beetham, 2013). O conceito é central para compreender as dinâmicas de autoridade nas sociedades contemporâneas, uma vez que reflete o esforço contínuo de negar o poder arbitrário dos governantes (Magalhães, 2020). A legitimidade é, portanto, o fundamento simbólico, normativo e prático que torna o poder politicamente aceitável (Magalhães, 2020). A sua ausência ajuda a explicar a erosão das relações de poder, frequentemente expressa através de crises, revoltas, revoluções ou distúrbios sociais (Beetham, 2013). Num sentido mais lato, a legitimidade pode ser entendida como reflexo dos problemas fundamentais da ordem e da autoridade:

“Legitimidade refere-se a um princípio fundamental que sustem a autoridade política e justifica o salto entre o estado natureza e a sociedade” (Magalhães, 2020, p.7)

A discussão em torno do conceito de legitimidade ganha centralidade no século XVIII, particularmente no contexto da Revolução Francesa (Magalhães, 2020). É nesse momento que se confrontam duas conceções fundamentais de autoridade: a soberania divina, segundo a qual o poder é conferido por Deus, e a soberania popular, que sustenta que o poder legítimo só pode advir do consentimento do povo (Magalhães, 2020). Para os contrarrevolucionários, como Joseph de Maistre e Louis de Bonald, a legitimidade assentava na ordem natural e divina, sendo garantida por regimes hereditários cuja autoridade era considerada sagrada e inquestionável (Magalhães, 2020). Esta perspetiva conservadora pretendia preservar o vínculo entre família, religião e poder político, apresentando a sucessão monárquica como expressão de uma vontade

superior (Magalhães, 2020). Em oposição, os revolucionários, inspirados pelas ideias de Jean-Jacques Rousseau, propuseram uma rutura com o *status quo*: a legitimidade não reside em qualquer herança divina ou tradicional, mas sim na vontade geral expressa pelos próprios cidadãos (Magalhães, 2020). A sociedade é legítima quando os governados são, simultaneamente, os autores das leis a que obedecem (Magalhães, 2020). Esta visão democrática e contratualista viria a triunfar ideologicamente, bem como no campo de batalha, estabelecendo as bases teóricas para os regimes representativos modernos (Magalhães, 2020).

Max Weber, na sua obra *Economia e Sociedade* (1922), identificou três tipos ideais de dominação legítima, ou seja, formas de autoridade reconhecidas como válidas pelos governados. A dominação tradicional assenta nos costumes enraizados e na aceitação da herança histórica, como no caso das monarquias hereditárias. A dominação carismática baseia-se nas qualidades extraordinárias atribuídas a um líder individual, cuja autoridade é vista como excecional e inspiradora, característica de líderes religiosos ou revolucionários. Por fim, a dominação legal-racional funda-se na crença na legalidade das normas e na autoridade dos cargos institucionalizados, sendo esta a base típica dos regimes modernos democráticos e burocráticos (Weber, 2019).

Já David Beetham (1991), num modelo mais normativo e analítico, propõe três níveis cumulativos de legitimidade. O primeiro é a legalidade, isto é, o poder deve ser exercido de acordo com regras estabelecidas e reconhecidas. O segundo nível exige a justificação normativa dessas regras, ou seja, que sejam moralmente aceitáveis à luz das crenças partilhadas na sociedade. O terceiro nível refere-se ao consentimento ativo dos governados, demonstrado através de práticas como eleições, juramentos ou manifestações públicas de apoio. A legitimidade, para Beetham, é tanto formal quanto substantiva, dependendo não apenas da legalidade, mas da aceitação social e do alinhamento com valores partilhados (Beetham, 1991). Enquanto Weber descreve os tipos de autoridade a partir da forma como são percebidas pelos governados, Beetham oferece um quadro normativo que permite avaliar quando o poder é de facto legítimo.

Tipo de legitimidade	Descrição	Exemplo de ilegitimidade
----------------------	-----------	--------------------------

Regras estabelecidas	O poder é legítimo se adquirido e exercido de acordo com regras estabelecidas, sejam estas formais ou informais.	Expropriação, usurpação, golpes de estado.
Crenças partilhadas	As regras de poder devem ser justificadas em termos de crenças partilhadas pelos dominantes e subordinados. A validade legal sozinha não é suficiente.	Escravidão, regras hereditárias, poder masculino em contextos de mudança de crenças
Consentimento dos subordinados	Legitimidade é reforçada pela expressão de consentimento dos subordinados através de ações simbólicas ou declaratórias como eleições, juras de fidelidade ou celebração de acordos.	Falta de participação ativa ou consentimento expresso em processos democráticos.

Tabela 2: análise de tipos de legitimidade (adaptado de Beetham, 2013)

A partir do final do século XX, autores como Jürgen Habermas propuseram uma reinterpretação da legitimidade democrática centrada não apenas na sua componente normativa, mas na qualidade comunicativa dos processos decisórios - além da visão normativa supramencionada, o autor adiciona que a legitimidade é também baseada num processo contínuo de deliberação (1992). Em *Direito e Democracia* (1992), Habermas argumenta que o poder político é legítimo quando resulta de processos de deliberação pública, nos quais todos os cidadãos potencialmente afetados possam participar em condições de igualdade. Nessa perspetiva, a legitimidade deriva de a possibilidade das normas serem produto da “força do melhor argumento” (citado em Steiner, 2020). Neste modelo deliberativo, a democracia não se reduz à agregação de preferências expressas no voto, mas envolve um espaço público de formação da vontade coletiva, onde os cidadãos discutem, questionam e influenciam as decisões políticas. Assim, a deliberação torna-se um fundamento normativo da legitimidade, complementando, e em alguns casos corrigindo, os limites dos modelos legais ou procedimentais (Steiner, 2020).

Numa perspetiva mais contemporânea, Pierre Rosanvallon argumenta que a legitimidade democrática não se esgota no voto, e por isso propõe três formas complementares de legitimação: imparcialidade, reflexividade e proximidade (2011). A imparcialidade assenta na confiança em instituições independentes, como tribunais ou agências reguladoras, cuja autoridade deriva da sua neutralidade e competência técnica. A reflexividade refere-se à capacidade do sistema político de se corrigir a si próprio, por exemplo através da justiça constitucional, do controlo público ou da crítica informada. Já a proximidade depende da relação ética e responsiva entre os representantes e os representados, valorizando a escuta, a empatia e o compromisso com os problemas concretos da sociedade (2011). Estas novas formas de

legitimidade não substituem os mecanismos eleitorais, mas oferecem respostas às limitações da democracia representativa tradicional, ajudando a recuperar a confiança cidadã e a reforçar a qualidade democrática (Rosavallon, 2011).

Assim, a legitimidade é um conceito que se constrói na intersecção entre regras formais, crenças partilhadas e práticas de consentimento. A sua ausência fragiliza não só a ordem política, mas também a capacidade de ação dos governos. Numa democracia representativa, a legitimidade é simultaneamente um princípio jurídico, um pressuposto normativo e uma perceção social, e é precisamente essa complexidade que torna o seu estudo essencial para compreender o poder político contemporâneo. Se a legitimidade fornece o alicerce normativo do poder político representativo, é na forma como esse poder se organiza, através da democracia e dos seus intermediários, como os partidos, que ela se torna operativa. É precisamente essa articulação que será explorada na próxima secção.

O percurso desenvolvido ao longo deste capítulo permitiu reconhecer que a representação e a legitimidade são conceitos centrais e interdependentes no funcionamento das democracias modernas. A representação confere forma política à vontade coletiva, enquanto a legitimidade garante a aceitação e o reconhecimento social desse poder. Estes fundamentos teóricos são indispensáveis para compreender os desafios que hoje se colocam à relação entre cidadãos e representantes, nomeadamente num contexto marcado pela crescente mediação digital. Assim, o próximo capítulo avança para a análise da democracia representativa e do papel das instituições e partidos políticos, consolidando a ligação entre teoria e prática na construção da legitimidade democrática.

1.2. A Democracia e os Partidos como Forma de Governo

Depois de analisadas as bases conceptuais da representação e da legitimidade política, torna-se necessário compreender de que modo estas ideias se concretizam nas formas de governo contemporâneas. É neste enquadramento que surge o estudo da democracia e dos partidos políticos, enquanto pilares fundamentais da organização do poder nas sociedades modernas. Este subcapítulo procura, assim, explorar como os sistemas democráticos se estruturam e quais os

mecanismos institucionais que permitem transformar a vontade coletiva em ação política, uma reflexão essencial para compreender o funcionamento prático da representação.

O termo “democracia” chega até nós a partir do francês *démocratie*, cuja raiz etimológica remonta à Grécia antiga: “*demokratia*” resulta da junção de *demos* (povo) e *kratos* (governo ou poder) (Held, 2006). A sua definição mais simples é “o governo pelo povo”, ou, na sua forma moderna representativa, “o governo pelos representantes do povo”, mas em ambos os casos, pressupondo “o governo de acordo com as preferências do povo” (Lijphart, 2012). Como explica Beetham (2005), a democracia pode ser entendida como “um procedimento para a tomada de decisões em qualquer grupo, associação ou sociedade, no qual todos os membros têm igual direito de participar e fazer valer as suas opiniões” (p. 2). Esta ideia remete-nos para três questões centrais: quem é o povo? Sobre o que tem poder? E quais os métodos através dos quais o exerce? (Warren, 2011).

A questão sobre quem constitui o povo num regime democrático é complexa. O “povo”, enquanto entidade coletiva, antecede a própria organização política, estando presente em formas pré-estatais como tribos ou comunidades étnicas (Warren, 2011). Politicamente, podemos identificar três concepções fundamentais. A primeira, herdada do conceito romano de *res publica*, entende o povo como um público que se forma discursivamente em torno de assuntos comuns, sendo o espaço público o verdadeiro motor do autogoverno (Urbinati, 2006; Habermas, 1989, citado em Warren, 2011). A segunda, derivada da teoria contratual de Locke, assume que os indivíduos formam uma sociedade através de um pacto voluntário, anterior à formação do Estado, e que a autoridade política deriva da agregação dos seus interesses (Warren, 2011). A terceira concepção, refletida na Constituição norte-americana de 1789, assume que o povo se expressa de forma plural e concorrente através da separação de poderes, constituindo múltiplas versões institucionalizadas da vontade popular (Warren, 2011).

Quanto à extensão do poder do povo, a tradição democrática identificou diferentes dimensões: o poder sobre si mesmo, através da liberdade individual e do autogoverno; o poder sobre o Estado, pela participação e controlo das instituições; o poder coletivo, mediante a ação associativa e partidária; e o poder regulador sobre o mercado e os seus efeitos (Warren, 2011).

Os meios pelos quais esse poder é exercido variam, mas assentam em mecanismos como o voto, a deliberação pública e a regra da maioria. Com a expansão das sociedades modernas, surgiu a necessidade de desenvolver instituições representativas, ancoradas em sistemas de separação de poderes e pesos e contrapesos, garantindo que a delegação do poder não se transforme numa nova forma de dominação oligárquica. Contudo, esses mecanismos só são eficazes se acompanhados por direitos políticos fundamentais, como a liberdade de expressão, de associação e de informação, que garantem uma participação política informada e efetiva (Warren, 2011).

Apesar de a democracia ser hoje amplamente reconhecida como a forma de governo mais legítima, a sua prevalência no mundo está longe de ser universal. Segundo o *Democracy Index 2023*, apenas metade da população mundial vive sob regimes considerados democráticos, e somente 24 países se enquadram na categoria de democracias plenas (The Economist Intelligence Unit, 2024). Dados do *Democracy Report 2024* do V-Dem Institute apontam que apenas 29% da população mundial vive atualmente em democracias liberais, com uma tendência global de autocratização que enfraquece pilares como a liberdade de imprensa e a independência judicial (V-Dem Institute, 2024). A par disso, o relatório *Freedom in the World 2024* da Freedom House indica que a liberdade global está em declínio pelo 18.º ano consecutivo, sendo que apenas 20% da população mundial vive em países classificados como “livres” (Freedom House, 2024). Esta conjuntura é acompanhada por uma crescente desconfiança nas instituições democráticas tradicionais, nomeadamente nos representantes políticos e nos partidos, bem como por tendências iliberais, nacionalistas e autoritárias, frequentemente sustentadas por discursos religiosos ou identitários (Dahl, 2020; Rosanvallon, 2006; Mair, 2013).

Ainda assim, como recorda Dahl (2020), a democracia continua a oferecer vantagens incomparáveis relativamente a qualquer outro tipo de regime. Para o autor, os regimes democráticos evitam a concentração de poder em líderes tiranos, garantem direitos essenciais aos cidadãos, asseguram um maior grau de liberdade individual e ajudam cada pessoa a defender os seus interesses fundamentais. Além disso, criam maiores oportunidades para que os cidadãos vivam sob leis que eles próprios escolheram, promovendo assim a autodeterminação, e estabelecem condições que favorecem a responsabilidade moral, o desenvolvimento humano e uma autonomia política mais ampla (Dahl, 2020, pp. 44–47).

Esta secção estrutura-se, portanto, em três partes principais. A primeira explora a evolução histórica dos modelos democráticos e das ideias que os sustentam. A segunda analisa os principais princípios e instituições que caracterizam os regimes democráticos modernos. A terceira aborda o papel dos partidos e dos representantes como mediadores centrais na construção e manutenção da democracia.

1.2.1 Regimes Democráticos: evolução histórica e fundamentos teóricos

Os regimes democráticos que chegaram à modernidade, têm as suas bases teóricas nos chamados “modelos clássicos”: a democracia clássica grega, a república, a democracia liberal e ainda a democracia direta teorizada pelos pensadores marxistas do séc. XIX (Held, 2006). Ao longo do século XIX o desenvolvimento do pensamento democrático acelerou criando modelos como o marxismo, a democracia elitista competitiva, o pluralismo, e a democracia legal, participativa e deliberativa (Dahl, 2020).

Democracia Clássica

Durante a antiguidade clássica, a Grécia era formada por um conjunto de comunidades autónomas, as "*polis*", entre as quais se destaca Atenas como um polo de desenvolvimento desta nova cultura política (Held, 2006). Esta nova ordem política era caracterizada pela participação direta e ativa dos cidadãos ("demos") na tomada de decisões coletivas, um pilar central da vida comunitária que se manifestava primordialmente na assembleia (Held, 2006). Era neste espaço cívico que se exercia o poder soberano, moldando o destino legislativo, judicial e político das comunidades através do processo democrático (Held, 2006).

A democracia clássica assentava-se na premissa da *isonomia*, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, erradicando distinções de privilégios e *isegoria*, assegurando que a voz de cada indivíduo era ouvida (Held, 2006). A deliberação pública e a argumentação eram altamente valorizadas, com debates vigorosos onde prevalecia o mérito do argumento, espelhando o compromisso com um diálogo democrático inclusivo e reflexivo (Held, 2006). Este *ethos* democrático estendia-se à seleção de representantes para cargos públicos, adotando métodos como eleições diretas, sorteio e rotatividade, complementados por mandatos definidos e

restrições ao tempo de serviço, para promover a participação ampla e evitar a concentração de poder (Held, 2006).

República

Mais tarde, a República Romana, onde o termo "*res publica*" evoca a noção de uma "coisa pública", partilhava várias dessas características democráticas, ainda que operasse em uma escala significativamente maior e com uma estrutura mais centralizada, particularmente após sua expansão imperial (Held, 2006). A República romana diferenciava-se por ser um sistema representativo que, apesar de também valorizar a participação cidadã, era marcado por um complexo equilíbrio entre várias instituições como o Senado e as Assembleias populares, refletindo um modelo político que procurava equilibrar a autoridade coletiva com a governo central (Held, 2006).

Com a expansão do cristianismo, a legitimidade do poder político viria a passar a ser justificada por argumentos religiosos, que conferiam ao monarca o "direito divino de governar", consolidando assim estruturas de poder autoritárias e centralizadas (Held, 2006). No final do século XI, as cidades-estado italianas começaram a experimentar com formas de governo republicano, marcando um retorno significativo a ideais de autonomia e auto governação que haviam sido suprimidos pelos regimes monárquicos absolutistas (Held, 2006). Nessas comunidades, a liberdade política era um direito inerente à própria estrutura da comunidade (Held, 2006). O poder era entendido como originado no seio coletivo dos cidadãos, legitimando assim sua participação ativa e direta nas decisões políticas (Held, 2006).

Contudo, a república (inspirada na antecessora romana) emergiu na Europa medieval como um dos primeiros e mais claros sinais de contestação a este paradigma, desafiando a noção de poder absolutista e introduzindo conceitos revolucionários de governação pelo povo e autoridade política (Held, 2006). Para isso, as repúblicas europeias optaram por recorrer à divisão do poder legislativo (assembleias) e executivo (o monarca), abrindo espaço à participação dos cidadãos na primeira, podendo decidir segundo a regra da maioria (Held, 2006). Desta forma, procurou-se equilibrar o poder entre o povo, a aristocracia e a monarquia, levando muitas vezes a revisões constitucionais (Held, 2006).

Este período foi marcado por um desenvolvimento do pensamento político que viria a ter um impacto em toda a Europa medieval. As ideias republicanas de autonomia e soberania popular

influenciaram decisivamente desenvolvimentos políticos subsequentes, incluindo o regime monárquico inglês, o processo constitucional norte-americano e o pensamento revolucionário francês (Held, 2006).

Liberalismo

Do século XV ao século XVIII, a Europa estava dividida entre monarquias absolutas e monarquias constitucionais (Held, 2006). A democracia liberal emergiu como uma resposta firme aos desafios impostos tanto pelo domínio eclesiástico quanto pelo autoritarismo monárquico, marcando uma época de profundas transformações sociais, políticas e econômicas (Held, 2006). Nesse contexto, o liberalismo não apenas questionou a autoridade incontestável da Igreja e a concentração de poder nas mãos dos monarcas, mas também promoveu a ideia revolucionária de liberdade individual como um direito inalienável do cidadão (Held, 2006). Essencialmente, a democracia liberal foi concebida para assegurar a liberdade de escolha em vários aspetos da vida social, desde a liberdade religiosa até a autonomia económica, colocando um foco particular na esfera política (Held, 2006).

No centro da democracia liberal reside o princípio de que a liberdade individual só pode ser salvaguardada por um estado forte, no sentido hobbesiano, que tenha a capacidade e autoridade para mediar os conflitos entre os diversos interesses dos cidadãos (Held, 2006). Contudo, esse poder estatal é rigorosamente limitado e definido dentro do quadro de uma constituição que não só delimita as prerrogativas do Estado, mas também garante os direitos fundamentais dos indivíduos (Held, 2006).

Durante esse período, foram desenvolvidos e solidificados elementos institucionais essenciais para o funcionamento da democracia liberal, elementos esses que persistem até hoje como pilares do pensamento democrático. Entre esses, destacam-se (Held, 2006):

- Governos representativos: Emerge a ideia de que os governos devem ser escolhidos por meio de eleições livres e justas, refletindo o princípio da soberania popular. Essa representação política permite que os cidadãos participem indiretamente na vida política, através do voto secreto, delegando poder a representantes eleitos;
- Separação de poderes: Inspirada nas ideias de Montesquieu, a separação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário procura prevenir a concentração de poder e garantir um

sistema de pesos e contrapesos que assegure o equilíbrio e a justiça no exercício do poder;

- Constituição como limitação do poder do estado: A constituição emerge como um documento fundamental que estabelece os limites da atuação estatal e que torna o poder “impessoal” e circunscrito legalmente, sem fundamentações teológicas, ao mesmo tempo em que consagra os direitos e liberdades dos cidadãos, funcionando como um contrato social entre o Estado e os indivíduos simultaneamente;
- Assembleia parlamentar: instituições parlamentares são estabelecidas como órgãos deliberativos, onde os representantes eleitos exercem o poder legislativo em nome dos cidadãos, consolidando a prática do governo representativo e da deliberação pública, promovendo a competição entre diferentes facções e grupos de interesse.

Este período foi fundamental para a consolidação dos fundamentos da democracia liberal, estabelecendo as bases para uma sociedade em que a liberdade e a participação política não são apenas valorizadas, mas institucionalizadas como elementos centrais da governação e da ordem social (Held, 2006).

Marxismo

Karl Marx e Friedrich Engels argumentavam que, numa sociedade dominada pelo capitalismo, o Estado concebido sob princípios liberais jamais poderiam ser imparciais. Central a esta visão é a percepção de um conflito inerente entre classes, no qual uma classe detém o controle sobre os meios de produção, desfrutando de privilégios económicos e políticos, enquanto a outra, composta pela força de trabalho, permanece numa posição de subjugação. O capitalismo, para eles, era uma manifestação de opressão, um sistema que não apenas limita a liberdade individual, mas também perpetua desigualdades. Na análise marxista, o Estado Liberal é criticado por perpetuar uma falsa noção de comunidade, que ignora as dinâmicas de exploração entre as classes sociais (Held, 2006).

Marx e Engels reconhecem as conquistas do liberalismo no dismantelamento das estruturas de tirania e absolutismo que marcaram eras anteriores. No entanto, viam estes avanços como insuficientes, propondo o comunismo como a verdadeira solução para alcançar uma ordem política justa e igualitária. No comunismo, a sociedade seria organizada de tal maneira que os cidadãos exerceriam o autogoverno, com as decisões sobre assuntos públicos a serem tomadas

coletivamente e por consenso. Esta abordagem levaria à obsolescência das funções executiva e legislativa tal como conhecidas, refletindo uma visão radicalmente diferente da organização política e social (Held, 2006).

Nesse novo paradigma, a democracia marxista vislumbra uma sociedade sem classes onde as distinções entre governantes e governados desaparecem (Held, 2006). A propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão democrática da vida económica e social assegurariam que nenhum indivíduo ou grupo pudesse acumular poder à custa dos outros. Este ideal comunista fundamenta-se na crença de que a verdadeira liberdade e igualdade só podem ser alcançadas eliminando-se as bases materiais que sustentam a exploração e opressão capitalistas (Held, 2006). Assim, a proposta de Marx e Engels não era apenas uma crítica ao capitalismo e ao Estado Liberal, mas também uma visão transformadora que procurava reestruturar radicalmente a sociedade, ao colocar os meios de produção e o poder político diretamente nas mãos do povo (proletariado) (Held, 2006).

Democracia Elitista Competitiva

Baseando-se nas conceções de Max Weber e Joseph Schumpeter, a teoria da democracia elitista competitiva sugere que, devido à complexidade da vida política e económica, bem como à escala dos estados contemporâneos, a participação democrática clássica torna-se impraticável, dando lugar a sistemas onde a administração burocrática e a racionalização desempenham papéis cruciais (Held, 2006). À medida que as sociedades se tornam mais complexas, a administração burocrática assume um papel mais central (Held, 2006). Dentro deste quadro, o governo parlamentar emerge como um campo vital para o exercício da democracia, através de associações políticas que competem entre si pelo poder. Nesse sentido, o parlamento é concebido como o palco para a articulação de ideias divergentes, a formação de lideranças e a negociação de posições através de discussões, deliberações e debates intensos (p.134, Held, 2006).

O papel dos partidos políticos torna-se ainda mais fundamental, com a expansão do sufrágio, para a organização da representação popular. Já a democracia passa a servir como o mecanismo para que a liderança política e nacional seja selecionada, avaliada e legitimada por meio de eleições (Held, 2006). Neste modelo, reconhece-se que apenas uma minoria da população possui um interesse ativo pela política, logo, uma liderança competente, juntamente com uma administração burocrática eficiente, é vista como fundamental para enfrentar a complexidade dos

desafios e decisões políticas contemporâneas (Held, 2006). Assim, a democracia elitista competitiva baseia-se no princípio da seleção de uma elite política capacitada para a tomada de decisões legislativas e administrativas. E isto é alcançado através de um governo parlamentar com um executivo forte, onde a concorrência entre elites e partidos políticos, juntamente com uma burocracia altamente qualificada, sustenta o funcionamento do Estado (Held, 2006).

Pluralismo

Na década de 50 e 60 do século XX, a teoria pluralista, viria a contrapor-se à visão de Schumpeter sobre a relação distante entre cidadãos e líderes eleitos, enfatizando a importância de grupos intermediários, como associações comunitárias, grupos religiosos e sindicatos, na mediação dessa relação (Held, 2006). Contrariamente à percepção de que a competição eleitoral é uma simples transação entre eleitores apáticos e elites dominantes, o pluralismo revela um cenário mais complexo, onde o poder é disperso entre múltiplos atores que representam interesses diversos (Held, 2006). Este modelo é profundamente influenciado pela filosofia política de James Madison nos Estados Unidos, assim como pelas ideias utilitárias que veem a competição entre grupos como um meio eficaz de promover a satisfação dos interesses coletivos. Em consonância com Madison, os pluralistas veem as "facções", ou grupos de interesse/pressão, como elementos essenciais para o equilíbrio do poder dentro de uma sociedade livre (Held, 2006). No entanto, ao contrário de Madison, que advertia contra os perigos das facções durante a revolução norte-americana, os teóricos pluralistas argumentam que estas são fontes de estabilidade e peças fundamentais da democracia (Held, 2006).

De acordo com a visão pluralista, a existência e a competição entre diferentes interesses geram um equilíbrio que favorece o desenvolvimento de políticas públicas que representam os vários interesses em jogo (Held, 2006). O poder, seja ele político ou económico, é constantemente negociado entre uma variedade de grupos com interesses distintos, sejam associações empresariais, sindicatos, grupos religiosos, estudantes, entre outros. O resultado político surge da mediação do governo entre esses grupos, cada um procurando influenciar o processo político de acordo com suas prioridades e interesses (Held, 2006). Longe de concentrar o poder exclusivamente nas mãos de elites em competição, o pluralismo sugere que a verdadeira liberdade política é alcançada quando o poder é partilhado amplamente, permitindo que a maioria, e não apenas um seleto grupo de líderes, tenha uma voz ativa na determinação dos

rumos da sociedade. Essa abordagem reconhece o papel vital que os grupos de interesse desempenham na democratização do poder e na promoção de uma participação política mais inclusiva e representativa (Held, 2006).

Democracia Legal

Na década subsequente à 2.^a Guerra Mundial, o mundo experimentou um período de otimismo e harmonia no seio dos regimes governamentais, marcado por um robusto apoio às instituições centrais da sociedade. Após as experiências com os regimes totalitários fascistas e nazistas, consolidou-se a aceitação geral de um governo que atuasse como um agente moderador e regulador da iniciativa privada. O crescimento económico desse período viabilizou o financiamento da expansão do estado de bem-estar social, uma política que gozou de amplo apoio, atravessando o espectro político-partidário, bem como diversos grupos de interesse (Held, 2006).

Nesse contexto, surgiu um novo paradigma político, Democracia Legal, que refletiu como uma nova direita, denominada por vezes de neoliberalismo ou de neoconservadorismo, com um clima de pensamento que proclamava o "fim da ideologia", sugerindo que os desafios ideológicos mais significativos da sociedade tinham sido, de alguma forma, superados (Held, 2006).

Com as perspetivas que promoviam um estado mínimo, a Democracia Legal enfatiza a importância crítica do Estado de Direito. Neste modelo, tanto a vida política quanto a económica são baseadas nos princípios de liberdade e iniciativa individual, mas dentro de um quadro estruturado pelo Estado, que garante a igualdade de todos perante a lei e protege os direitos fundamentais dos cidadãos (Held, 2006).

A nova direita propunha um mercado totalmente livre, com intervenção estatal reduzida ao mínimo, limitando o poder de determinados grupos, como os sindicatos, enquanto defendia governos fortes focados na regulamentação da lei e da ordem. A Democracia Legal apresenta-se como um modelo governamental que, enquanto valoriza a liberdade e a iniciativa individual, reconhece e afirma o papel indispensável do Estado na promoção do Estado de Direito. Essa perspetiva implica um Estado que, embora num papel reduzido, é vigoroso e focado nas suas funções regulatórias essenciais, garantindo uma sociedade mais justa, segura e equitativa para todos os seus membros (Held, 2006).

Democracia Participativa

Por outro lado, durante as décadas de 1960 e 1970, com o escalar de tensões da Guerra Fria, crescente desconfiança nas instituições e um ambiente de estagnação económica, emergiu um movimento político e social conhecido como "nova esquerda", que defendia um modelo de Democracia Participativa. Este período foi marcado por críticas contundentes ao funcionamento das instituições democráticas e governamentais, com alguns teóricos argumentando sobre o “governo sobrecarregado”, uma percepção de que o governo se tinha tornado fragmentado e ineficiente devido ao excesso de exigências e responsabilidades. Paralelamente, teóricos marxistas diagnosticaram uma "crise de legitimação", sugerindo que as instituições democráticas estavam a falhar na regulação económica eficaz e na administração dos assuntos sociais (Held, 2006).

Influenciados por uma diversidade de pensamentos, incluindo ideais republicanos como Rousseau, anarquistas e marxistas, os teóricos como Carole Pateman e C.B. Macpherson emergiram como vozes proeminentes deste movimento. A Democracia Participativa foi proposta como uma resposta direta ao modelo ascendente da "nova direita", desafiando a noção liberal de que os indivíduos são inerentemente livres e iguais. Este modelo reconheceu as persistentes disparidades de classe, género e raça que limitavam a liberdade e igualdade reais na sociedade (Held, 2006).

Para superar essas barreiras e promover uma *saccountable* sociedade mais justa e equitativa, a Democracia Participativa defende a democratização profunda do Estado, da burocracia e dos partidos políticos, tornando-os mais abertos, responsáveis ("*accountable*") e acessíveis aos cidadãos. Argumenta-se que a introdução de novas formas de poder, como movimentos políticos e sociais, é essencial para aumentar a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos (Held, 2006).

Este modelo sustenta que, ao garantir que as pessoas sintam que têm acesso às tomadas de decisão e percebam que sua participação é efetiva, a participação política será naturalmente incentivada. Com uma participação mais ativa e direta, espera-se que as decisões políticas sejam mais amplamente aceites e legitimadas, refletindo verdadeiramente as necessidades e desejos da população. Desta forma, a Democracia Participativa visa não apenas a inclusão de vozes marginalizadas no processo político, mas também promove uma sensação de agência entre todos os cidadãos, fortalecendo o tecido democrático da sociedade (Held, 2006).

Democracia Deliberativa

Num cenário político frequentemente dominado por confrontos de personalidades, *slogans* simplistas e a procura por vantagens pessoais, a democracia deliberativa surge como uma contrarresposta, focando-se na importância do debate fundamentado, do exercício da razão e da busca imparcial pela verdade (Held, 2006). Os teóricos da democracia deliberativa analisam a democracia contemporânea através da dicotomia “uma escolha forçada entre uma massa politicamente igual, mas incompetente, e uma elite politicamente desigual, mas mais competente” (p.234), evidenciando-se uma crescente alienação dos cidadãos em relação à política, onde o foco muitas vezes recai sobre a personalidade dos políticos, em detrimento de suas políticas, e os média desempenha um papel significativo na determinação da agenda política (Held, 2006).

Na democracia deliberativa, a legitimidade das decisões políticas não deriva meramente das vontades individuais, mas do processo através do qual essas vontades são formadas e refinadas: a deliberação. Esse modelo é caracterizado como "qualquer um de uma família de pontos de vista segundo os quais a deliberação pública de cidadãos livres e iguais é o cerne da tomada de decisões políticas legítimas e da autogovernança" (p.237). A transformação de preferências privadas em posições públicas, consideradas através da deliberação permite, não apenas a reinterpretação de questões complexas, como também revelar como certas preferências podem estar vinculadas a interesses específicos, promovendo a substituição da linguagem do interesse pela linguagem da razão. Assim, as decisões são não apenas justificadas e debatidas, mas também legitimadas de maneira mais robusta (Held, 2006).

O carácter imparcial do processo deliberativo é fundamental, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas de maneira equitativa. Para fomentar a prática da democracia deliberativa, podem ser adotadas diversas estratégias, tais como: a implementação de sondagens deliberativas; a organização de dias de deliberação; a formação de júris de cidadãos; a expansão dos mecanismos de feedback e comunicação cidadã, incluindo iniciativas de e-governo e e-democracia; a reforma da educação cívica; e o apoio financeiro público a associações comprometidas com o envolvimento cívico e a política deliberativa. Estas iniciativas visam criar espaços onde os cidadãos possam participar ativamente no processo político de uma forma mais significativa, superando a passividade induzida pelo sistema atual e fortalecendo a base da

democracia ao tornar as decisões políticas o resultado de um amplo e profundo processo coletivo de deliberação (Held, 2006).

Tipo de regime	Período	Principais características
Democracia Clássica	<i>Antiguidade Clássica</i>	Participação direta dos cidadãos na tomada de decisões políticas; foco em pequenas comunidades como Atenas; igualdade política entre cidadãos livres; exclusão de mulheres, escravos e estrangeiros.
República	<i>Antiguidade até Idade Média</i>	Sistema misto com representantes eleitos e monarcas com poder hereditário; na República Romana, incluía instituições como o Senado e a Assembleia; enfatizava a lei, o equilíbrio entre os poderes e a proteção contra a tirania.
Liberalismo	<i>Século XVIII - Presente</i>	Baseada nos princípios do liberalismo; proteção das liberdades individuais; governo representativo; separação de poderes; estado de direito; sufrágio universal gradualmente adotado.
Marxismo	<i>Século XIX - XX</i>	Visão de uma sociedade sem classes; a democracia é vista como o domínio da maioria trabalhadora; crítica à democracia burguesa como ilusória; propõe uma transição para o comunismo onde o estado se dissolve.
Democracia elitista competitiva	<i>Século XX - Presente</i>	Baseada na teoria das elites; as eleições são vistas como competição entre elites por votos do povo; a escolha popular é limitada às opções apresentadas pelas elites.
Pluralismo	<i>Século XX - Presente</i>	Enfatiza a diversidade de grupos e interesses na sociedade; defende que a política é a negociação entre diferentes grupos, cada um procurando influenciar o governo; rejeita a ideia de um interesse comum unificado.
Democracia legal	<i>Século XX - Presente</i>	Foca a importância do estado de direito e das instituições legais na promoção da democracia; as leis devem refletir a vontade do povo e proteger os direitos individuais.
Democracia participativa	<i>Século XX - Presente</i>	Advocacia por maior participação direta dos cidadãos nas decisões políticas; crítica às formas representativas de democracia por serem distantes; promove a participação ativa dos cidadãos em conselhos locais, referendos, etc.
Democracia deliberativa	<i>Fim do Século XX - Presente</i>	Enfatiza a importância da deliberação pública informada e racional nas decisões políticas; as decisões devem emergir do debate público entre cidadãos e representantes; promove uma esfera pública ativa onde diferentes perspectivas são consideradas e debatidas.

Tabela 3: regimes democráticos (adaptado de Held, 2006)

Estrutura e Funcionamento dos Regimes Democráticos Contemporâneos

Na base dos regimes democráticos modernos, encontramos as constituições (Dahl, 2020). Afetam, entre outros aspetos, a estabilidade democrática, a eficiência governativa ou até a legitimidade da governação (Dahl, 2020, p.128). E definem aspetos como os direitos fundamentais, económicos e sociais, o sistema eleitoral, o regime (presidencialista ou parlamentar, com uma ou duas câmaras, de organização federal ou unitária), a possibilidade de

referendo, a duração do mandato dos juízes, o funcionamento da revisão constitucional, bem como o funcionamento das instituições políticas essenciais à democracia (Dahl, 2020). Para Dahl (2020), existem 6 instituições políticas necessárias para a manutenção das democracias modernas em larga escala:

Cargos eleitos	Capazes de tomar decisões governativas em representação dos cidadãos, já que “os governos democráticos de larga escala são representativos” (p.85)
Eleições livres, justas e frequentes	Importa que existam eleições livres, justas e regulares, para que os cidadãos garantam o controlo final da agenda política, e de poder sobre os eleitos.
Liberdade de expressão	A liberdade de expressão permite que os cidadãos participem na vida política, partilhando as suas opiniões entre si, aprendendo com os restantes e deliberando sobre as questões e candidatos políticos
Fontes de informação alternativa	Na base desta participação está também o acesso a fontes de informação variadas, que permitam criar um entendimento mais livre da realidade
Liberdade de associação (ou autonomia)	A liberdade de associação possibilita que os cidadãos se juntem, seja em partidos ou qualquer outra associação ou organização, para que possam inclusivamente participar na operação das instituições governativas.
Cidadania inclusiva	Já uma cidadania inclusiva, onde se engloba todos os direitos anteriormente mencionados

Tabela 4: Instituições das democracias modernas (adaptado de Dahl, 2020)

Em “Democracy”, David Beetham (2005) divide a democracia em três grandes pilares: a base de direitos políticos e civis, as instituições de governo representativo e as associações que formam a sociedade civil.

Se a democracia é “o poder pelo povo” (Lijphart, 2012), então o ponto de partida para o governo democrático é o cidadão (Beetham, 2005, 12). É do cidadão que os representantes políticos recebem o voto que os permite tornarem-se governantes, e é a ele que devem procurar responder quando tomam decisões governativas (Beetham, 2005, #). Mas tudo isto é possível graças aos direitos políticos garantidos aos cidadãos: o direito ao voto, a liberdade de expressão, de associação e todas as garantias legais que asseguram que as suas manifestações não possam ser oprimidas arbitrariamente pelo governo (Beetham, 2005). Estes direitos procuram proteger o cidadão do abuso de poder, e são complementados por sistemas de pesos e contrapesos (p.e. Através dos tribunais, que são independentes do poder governativo), que fazem aplicar esta ideia de não-repressão política do cidadão (Beetham, 2005).

Em segundo lugar, encontramos as instituições de representação política e as instituições de *accountability*. Nas primeiras, existem duas grandes formas de relação entre o poder legislativo e executivo: o parlamentarismo e o presidencialismo (Lijphart, 2012). No regime parlamentar, o chefe de governo (tomando vários nomes, como o Primeiro-Ministro, ou Chancellor) lidera um corpo legislativo eleito, escolhido dentro do partido ou partidos mais votados, e que depende de confiança política para decidir, e pode, através de uma moção, ser derrubado (Lijphart, 2012). No regime presidencialista, o chefe de governo é eleito diretamente, conservando para si um grande grau de poder governativo (Lijphart, 2012).

O sistema eleitoral é outra das instituições que caracteriza o governo democrático (Lijphart, 2012). A escolha dos representantes do povo em democracia faz-se através de duas possibilidades: a representação proporcional e o sistema maioritário (Lijphart, 2012). No primeiro, existe uma correspondência proporcional entre o número total de votos e o número de representantes (Dahl, 2020, 131). Este promove, posteriormente, sistemas multipartidários, ordenados pelo número de votos (Dahl, 2020, #). Já no sistema maioritário, um candidato com o maior número de votos num círculo eleitoral vence, deixando os restantes sem representação (Lijphart, 2012, p.130). Isto leva a que o bipartidarismo seja mais frequente nestas democracias (Held, 2006).

Em qualquer das possibilidades, os governos estão expostos a sistemas de *accountability*, tais como (Beetham, 2005):

Métodos de Accountability	Explicação	Exemplos
Eleitorado	Ter accountability pressupõe ter acesso a um sistema de sanções. A maior sanção em democracia, dá-se através do voto em eleições	Eleições
Instituições Legais	Para além do papel de proteger os direitos políticos dos cidadãos, asseguram ainda a legalidade das ações dos governos.	Comissões especiais
		Tribunais
		<i>Ombudsmen</i>
Parlamento e a legislatura	O parlamento é uma das principais fontes de escrutínio aos governos democráticos, assegurando a responsabilização através de várias atividades, como debate, interrogação de ministros ou outras figuras políticas, tendo também sistemas de sanções, como a capacidade de reprovar	Comissões de auditoria
		Câmaras e comitês
		Partidos da oposição

	propostas no parlamento ou censurar o governo.	
Opinião pública	Apesar da sua definição “vaga” (p.34), a opinião pública. Os media têm o poder de disseminar informações a larga escala, estabelecendo narrativas políticas que influenciam a opinião do próprio eleitorado.	Media
		Públicos organizados
		Especialistas independentes

Tabela 5: Sistemas de Accountability (adaptado de Beetham, 2005)

Por fim, a sociedade civil é onde se experiencia a democracia na sua ação mais direta: as instituições em que a população se organiza para estabelecer a vida comum (seja do trabalho, a educação, o lazer ou a proteção social) -, sendo o destino final das decisões tomadas democraticamente, mas também a principal forma de avaliar a qualidade dos governos e a sua resposta aos cidadãos e contribuindo para o enriquecimento da própria esfera pública (Beetham, 2005, 36).

1.2.2. Partidos Políticos: Funções e Tipologias

Os partidos políticos constituem estruturas essenciais na organização do sistema democrático, assegurando a ligação entre os cidadãos e o poder político institucionalizado, enquanto os deputados traduzem essas exigências em ação legislativa (Katz & Crotty, 2005). Nos regimes representativos, os eleitores delegam o poder de governar a representantes políticos e essa delegação é mediada pelos partidos políticos (Jalali, 2017). Os partidos desempenham assim um papel fundamental, ao ligarem os cidadãos à representação política (Jalali, 2017).

Sendo claro o papel dos partidos para a representação, o mesmo não se pode dizer quanto à sua definição, com as propostas a dividirem-se entre as que argumentam que os partidos devem vincar as suas raízes ideológicas, as que vêem os partidos como ferramentas de acesso ao poder governativo e as que os definem enquanto mediadores e simplificadores das escolhas e votos dos representados (Katz & Crotty, 2005). Quando recorremos à legislação portuguesa, encontramos no artigo primeiro a possível definição atribuída aos partidos, que reúne algumas referências a estas ideias (Lei dos Partidos Políticos, 2003):

“Os partidos políticos concorrem para a livre formação e o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização do poder político, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política.” (Lei dos Partidos Políticos, 2003).

É a partir do século XIX que os partidos passam a fazer parte do processo legislativo na Europa e América do Norte. Até este ponto, os partidos eram vistos como facções que procuravam gerar divisões, colocando interesses particulares à frente do interesse da nação (Scarrow, 2006). Contudo, transformações significativas na própria política começam a criar as bases para o surgimento dos partidos políticos modernos: a massificação eleitoral da democracia (como o alargamento do sufrágio) e a gradual transferência de poder para os parlamentos (a parlamentarização) (Scarrow, 2006). Embora estas mudanças sejam evidentes em muitas democracias, a diversidade de contextos dificulta a definição precisa do momento em que os partidos assumiram a forma moderna que apresentam hoje, mas os países podem ser divididos em três grupos: aqueles onde a parlamentarização precedeu a criação de um eleitorado massificado, aqueles onde a soberania passaria a estar representada nos parlamentos após a massificação do eleitorado e os últimos, onde ambas as alterações sucederam simultaneamente (Scarrow, 2006, p.18).

O alargamento da liberdade de imprensa e do direito à livre associação contribuiu também para a estabilização dos partidos, que passaram a cumprir diversas funções, como a seleção de quadros políticos, a formulação de políticas públicas, a oposição ao governo, a promoção da educação política e a mediação entre os indivíduos e o governo (Merriam, 1923, citada em Scarrow, 2006, p.16). A instalação dos partidos nas democracias ocidentais enfrentou períodos de forte oposição, superados gradualmente pela experiência e adaptação dos partidos. A emergência dos partidos foi, em grande parte, um efeito secundário “não antecipado nem promovido” (p.23), resultante da liberalização e democratização da política ao longo do século XIX (Scarrow, 2006).

Funções dos Partidos Políticos

Os partidos¹ são instituições mediadoras entre os governados e os governantes nos governos representativos, sendo incontornáveis nos países livres e essenciais para os eleitores (Katz & Crotty, 2005) ao, por exemplo, concorrerem pelos cargos em órgãos de representação:

d) Apresentar candidaturas para os órgãos eletivos de representação democrática;

As suas funções passam por garantir que o povo, enquanto soberano, se mantenha envolvido na vida política:

“a) Contribuir para o esclarecimento plural e para o exercício das liberdades e direitos políticos dos cidadãos;

g) Promover a formação e a preparação política de cidadãos para uma participação direta e ativa na vida pública democrática;”

Governar, seja sob a forma de um partido no governo ou fazer a crítica, enquanto partido na oposição, mas também através de outras iniciativas, como o referendo:

“b) Estudar e debater os problemas da vida política, económica, social e cultural, a nível nacional e internacional;

c) Apresentar programas políticos e preparar programas eleitorais de governo e de administração;

e) Fazer a crítica, designadamente de oposição, à atividade dos órgãos do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais e das organizações internacionais de que Portugal seja parte;

¹ Estas diversas funções são listadas na legislação portuguesa, e podemos encontrá-las no artigo 2.º da Lei dos Partidos Políticos (2003): “São fins dos partidos políticos: “a) Contribuir para o esclarecimento plural e para o exercício das liberdades e direitos políticos dos cidadãos; b) Estudar e debater os problemas da vida política, económica, social e cultural, a nível nacional e internacional; c) Apresentar programas políticos e preparar programas eleitorais de governo e de administração; d) Apresentar candidaturas para os órgãos eletivos de representação democrática; e) Fazer a crítica, designadamente de oposição, à atividade dos órgãos do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais e das organizações internacionais de que Portugal seja parte; f) Participar no esclarecimento das questões submetidas a referendo nacional, regional ou local; g) Promover a formação e a preparação política de cidadãos para uma participação direta e ativa na vida pública democrática; h) Em geral, contribuir para a promoção dos direitos e liberdades fundamentais e o desenvolvimento das instituições democráticas”.

f) Participar no esclarecimento das questões submetidas a referendo nacional, regional ou local;”

Evolução dos Partidos Políticos

Os primeiros partidos surgem no final do século XVIII, ainda antes do alargamento do sufrágio, como estruturas compostas por elementos das elites sociais, agrupados em facções, liderados pelos elementos mais destacados, ainda que com pouca organização formal fora do parlamento, e com a capacidade de representar apenas uma fatia limitada da população, deixando de fora os menos protegidos. (Krouwel, 2006). Os partidos de elites consistem num aglomerado de pequenos partidos locais que serviam de plataforma para a representação individual daqueles que podiam dedicar-se à vida política (Krouwel, 2006). Desta forma, abrangiam um vasto leque de ideologias e concepções do interesse público (Krouwel, p.254, 2006), havendo nesta altura uma reduzida competição entre partidos.

O segundo cluster de partidos surge nos finais do século XIX, e estendem-se pouco para lá da 2ª Guerra Mundial (Krouwel, 2006). São os chamados partidos de massas, caracterizados pela sua volumosa mobilização fora dos parlamentos, e a sua orientação às camadas politicamente excluídas da sociedade, com ideologias bem articuladas com estruturas locais enraizadas (Krouwel, 2006). Na sua génese, profetizam a redistribuição do poder político e económico às várias camadas da sociedade. Entre estes, podemos encontrar os partidos totalitários que viriam a figurar nas duas grandes guerras (Krouwel, 2006).

Após a 2ª Guerra Mundial, dá-se um período de prosperidade económica que cria as condições para a criação e alargamento do estado social (Krouwel, 2006). Isto estimula o aparecimento de uma nova classe média, constituída por trabalhadores especializados, administrativos e por funcionários públicos, que por sua vez faz reduzir a polarização social que alimentava os partidos de massas (Krouwel, 2006). Surge assim o terceiro tipo de partidos, os eleitoralistas ou “*catch-all*”, marcados por uma profissionalização das estruturas provenientes dos partidos de massas, e uma simplificação das suas ideologias, apelando a maiores fatias da população e a uma maior abrangência de ideologias no espectro político (Kirchheimer, 1962,1966, citado em Krouwel, 2006). Os partidos “*catch-all*” passam a depender de forma crescente de subsídios

estatais e de contribuições de grupos de interesse. Esta última conexão serve também como fonte para ideias de políticas, que satisfazem os interesses destes grupos de interesse, a troco de apoio financeiro e eleitoral aos partidos (Panebianco, 1988, citado em Krouwel, 2006)

O quarto grupo de partidos são os partidos de cartel, que juntam um partido estabelecido no governo a vários grupos de interesses, que, em conjunto, garantem o poder estabelecido (Krouwel, 2006). Estes partidos tendem a um afastamento do eleitorado, focando-se na governação. Esta conjuntura torna-se possível pela ausência de oposição, que apesar de não serem formalmente proibidos de cumprir a sua função, veem-se altamente constrangidos (Krouwel, 2006). Estes partidos tendem a “colonizar” o Estado, atraindo para si os recursos, e alocando cargos públicos aos seus militantes e apoiantes políticos (Krouwel, 2006).

Por fim, os partidos do tipo empresas de negócios, cuja origem se encontra em homens do setor privado que assentam o seu poder nos interesses comerciais das empresas (Krouwel, 2006). Com maior ocorrência nos Estados Unidos da América, teve a sua manifestação mais notória no continente europeu através do movimento “*Forza Italia*” de Silvio Berlusconi (Krouwel, 2006). Tende a recolher apoios do setor privado, o que o diferencia do partido de cartel e uma grande flexibilidade ideológica e, ao contrário dos partidos eleitoralistas, não recolhe as suas propostas políticas dos grupos de interesse que os apoiam (Krouwel, 2006).

Tipos e Sistemas de Partidos

As interações regulares ou recorrentes entre os partidos, e a sua concorrência por um lugar no poder, formam o sistema de partidos e influenciam a variedade e as características das opções que são disponibilizadas ao representado (Wolinetz, 2006). Características como o tamanho e força dos partidos, os padrões de formação de governo e posteriores interações com os restantes partidos e a polarização e dinâmica interna, bem como o próprio número de partidos, são usadas para caracterizar estes diferentes sistemas (Wolinetz, 2006). Daí surgem sistemas ²bipartidários ou multipartidários, com equilíbrio ou um ou mais partidos dominantes, que têm uma

² Há a possibilidade de um só partido, apesar de ser a via menos democrática. A democracia pressupõe a existência de mais do que um partido, de forma a que cubra mais facilmente a escolha dos eleitores, e só desta forma se poderá considerar qualificar enquanto um “sistema de partidos” com interações. É por isso que encontramos esta alternativa em regimes totalitários (Epstein, 1979)

competição mais moderada ou extrema (Siaroff, 2000, em Wolinetz, 2006, p.58). Existem vários modelos para classificar os sistemas de partidos, sendo o mais recente e geralmente aceite, o de Siaroff (2000, citado em Wolinetz, 2006), que lista oito tipos de sistemas (p.58):

1. Sistemas bipartidários puros, com uma média de participação de dois partidos de 95%.
2. Sistemas multipartidários moderados com três a cinco partidos acima de 3% (que, argumenta, são de facto sistemas de "dois partidos e meio").
3. Sistemas multipartidários moderados com um partido dominante.
4. Sistemas multipartidários moderados com dois partidos principais.
5. Sistemas multipartidários moderados com um equilíbrio entre os partidos.
6. Sistemas multipartidários extremos com um partido dominante.
7. Sistemas multipartidários extremos com dois partidos principais.
8. Sistemas multipartidários extremos com um equilíbrio entre os partidos.

Nestes sistemas podemos encontrar diferentes tipos de partidos. Ao longo da literatura é possível encontrar vários modelos, como os de Duverger (1954), Kirchheimer (1966) ou o de Neumann (1956) (citados em Gunther e Diamond, 2003). Mais recentemente, encontramos a tipologia de Richard Gunther e Larry Diamond (2003), que sistematiza os partidos políticos de maneira abrangente para capturar a diversidade de tipos de partidos que surgiram nas últimas décadas. Esta tipologia baseia-se em três critérios principais: a natureza da organização do partido, a orientação programática e o comportamento democrático:

Partidos baseados em elites	Caracterizam-se pela sua estrutura organizacional mínima, frequentemente composta por notáveis locais. Estes partidos são geralmente pequenos e dependem de figuras de elite para mobilização. Não têm bases ideológicas fortes.	
	Partido de elites locais	Os partidos de notáveis locais representam a forma mais antiga de organização partidária, surgindo no início e meados do século XIX em contextos de sufrágio limitado. Nessa época, o direito de voto e de ocupar cargos públicos era restrito a homens com propriedades substanciais, o que limitava a competição política às camadas socioeconômicas superiores. As estruturas partidárias centrais não existiam e as organizações partidárias nacionais eram compostas por alianças soltas entre membros do parlamento com interesses comuns.
	Clientalista	Os partidos clientelistas surgiram como resposta às mudanças sociais decorrentes da industrialização e urbanização, que desafiaram os partidos de notáveis locais. Estes partidos são

		confederações de notáveis que utilizam a troca de favores e coerção para mobilizar eleitores, geralmente com uma organização fraca e pouca ênfase em programas ou ideologias. A sua principal função é coordenar campanhas para assegurar o poder a nível nacional, baseando-se em cadeias hierárquicas de relações interpessoais.
--	--	--

Tabela 6: Partidos baseados em elites

Partidos baseados em Massas	Apresentam uma organização ampla e inclusiva, procurando mobilizar uma base massiva de eleitores. São pluralistas na sua orientação programática e possuem uma disciplina interna significativa.		
	Religião	Confessional	Os partidos confessionais baseiam-se em princípios religiosos e podem ser divididos em duas variantes. A ascensão dos partidos confessionais dá-se após a Segunda Guerra Mundial. A base dos seus programas baseia-se em crenças religiosas que são interpretadas por instituições religiosas fora do próprio partido.
		Fundamentalista	Os partidos fundamentalistas religiosos diferenciam-se dos partidos confessionais de massa por procurarem reorganizar o Estado e a sociedade com base numa interpretação rigorosa dos princípios religiosos. Ao contrário dos partidos confessionais, que são pluralistas e incrementais nas suas agendas, os partidos fundamentalistas não permitem interpretações diferentes das normas e escrituras religiosas que sustentam o seu programa e as leis que pretendem impor a toda a sociedade.
	Nacionalismo	Nacionalista Pluralista	Os partidos nacionalistas pluralistas assumem várias formas, geralmente envolvendo uma base de membros massiva, organizações partidárias extensas e colaboração com grupos secundários, como organizações culturais e sindicatos. Os mais comuns consistem em grupos nacionais distintos (como na língua ou na cultura) e procuram a independência ou autonomia nacional.
		Ultranacionalista	Os partidos ultranacionalistas têm aspirações proto-hegemónicas, promovendo uma ideologia que exalta a nação ou a raça acima do indivíduo, detestando minorias e admirando abertamente o uso da força por um partido forte e quase militar, muitas vezes com uma milícia uniformizada. Muitas vezes têm um líder carismático que serve de fonte de poder e de inspiração ideológica.
	Socialismo	Leninista	Os partidos leninistas, baseados numa ideologia de classe e com aspirações proto-hegemónicas, têm como objetivo derrubar o sistema político existente e implementar uma mudança revolucionária na sociedade. Estes partidos adotam uma estrutura fechada baseada em

			células, uma vez que tendem a ser oprimidos pela oposição. Os sindicatos são um forte apoio, já que estes partidos se assumem como os defensores dos interesses dos trabalhadores. Tendem a ter uma tomada de decisões centralizada e autoritária.
		Partidos de classes de massas	São partidos orientados às vitórias eleitorais, sendo por isso abertos e tolerantes. Nos partidos de massa de classe típicos, o centro de poder e autoridade está localizado no comitê executivo do secretariado, embora a fonte última de autoridade legítima seja o congresso do partido. Ocasionalmente, a liderança parlamentar desafia o secretariado do partido pelo controlo da agenda programática e da nomeação de candidatos.

Tabela 7: Partidos baseados em massas

Partidos de bases étnicas	Os partidos de bases étnicas diferenciam-se dos partidos de massa por várias razões, especialmente em termos de organização e lógica política e eleitoral. Estes partidos focam-se na promoção dos interesses de um grupo étnico específico ou de uma coalizão de grupos étnicos, sem um programa abrangente para toda a sociedade.	
	Étnicos	Os partidos étnicos têm como objetivo principal mobilizar os votos de seu próprio grupo étnico. Fazem-no com o objetivo de garantir benefícios materiais, culturais e políticos para o seu grupo em competição com outros. O seu baixo compromisso ideológico ou programático, focando-se mais em questões étnicas ou regionais, é compensado por serem dominados por líderes fortes e carismáticos.
	Congresso	Os partidos-congresso são coalizões, alianças ou federações de partidos étnicos ou máquinas políticas, podendo adotar a forma de uma estrutura partidária única e unificada. No nível local, podem partilhar algumas características organizacionais e compromissos programáticos com partidos étnicos, como a distribuição de benefícios através de redes de patronagem. No entanto, no sistema político nacional, comportam-se de maneira bastante diferente, sendo mais inclusivos e procurando alocar cargos governamentais.

Tabela 8: Partidos de bases étnicas

Eleitoralista	Os partidos eleitoralistas, conforme descrito por Panebianco, são caracterizados por uma estrutura organizacional reduzida e uma ênfase significativa na condução de campanhas eleitorais, utilizando técnicas modernas de campanha, como o uso intensivo de televisão e meios de comunicação de massa, em vez da mobilização de membros do partido e organizações afiliadas.	
	Personalista	Os partidos personalistas são partidos essencialmente eleitoralistas, cujo principal objetivo é fornecer uma plataforma para que o líder ganhe eleições e exerça poder. Não são derivados das estruturas tradicionais das elites locais, mas

		sim construídos ou convertidos por um líder nacional incumbente ou aspirante exclusivamente para promover as suas ambições políticas.
	Catch-all	Os partidos catch-all, distinguem-se pela organização pouco profunda, ideologia vaga e orientação predominantemente eleitoral. O seu principal objetivo é maximizar votos, ganhar eleições e governar, agregando o maior número possível de interesses sociais. Para isso, enfatizam os atributos pessoais dos candidatos, deixando para segundo plano a sua relação com o partido.
	Programático	Os partidos programáticos, tal como os partidos catch-all, são partidos políticos modernos, pluralistas e tolerantes, com uma organização superficial cujo principal objetivo é a condução de campanhas eleitorais. No entanto, diferenciam-se dos partidos catch-all em três aspetos principais: têm uma agenda ideológica mais rigorosa, procuram alcançar o governo desta forma e também por isso, têm uma base social mais bem definida.

Tabela 9: Partidos eleitoralistas

Partidos-Movimentos	Os partidos de movimento ocupam um espaço conceitual entre "partido" e "movimento".	
	Libertário de esquerda	Os partidos libertários de esquerda são orientados principalmente para ganhar poder governamental através de cargos eleitos. Os partidos convencionais possuem um staff profissional de funcionários partidários, uma organização extensa e representam grupos de interesse económico, focando-se principalmente em questões de distribuição económica, reduzindo a predominância dos mercados, a favor de relações de solidariedade social e instituições participativas. As redes de apoio são poucos formais.
	Extrema direita pós-industrial	Os partidos de extrema-direita são impulsionados pela procura de mais ordem, tradição, identidade e segurança, enquanto que criticam o estado pela sua intervenção na economia e políticas de bem-estar social. Focam-se em temas como a imigração, levando a discursos racistas e xenófobos.

Tabela 10: Partidos-movimentos

A análise da democracia e dos partidos políticos evidencia que a representação só se torna efetiva quando apoiada em instituições estáveis e em processos que assegurem a participação e o escrutínio dos cidadãos. Ao longo deste subcapítulo, foi possível perceber que as diferentes conceções e modelos de democracia, bem como a evolução dos partidos, refletem a procura constante por equilibrar poder e legitimidade. Esta compreensão é determinante para a presente investigação, pois permite reconhecer como os contextos institucionais moldam as formas de comunicação e de relação entre representantes e representados, dimensões que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

1.3 Representação e Democracia em Portugal

Tendo sido discutidos os fundamentos teóricos da democracia e das instituições que a sustentam, importa agora compreender como esses princípios se concretizam no contexto português. Este capítulo analisa a forma como o sistema político nacional se estruturou após a transição democrática e de que modo os partidos, os representantes e as instituições assumiram o papel de mediadores entre o Estado e os cidadãos. O estudo da realidade portuguesa permite, assim, observar como a representação política se expressa num contexto específico e como as dinâmicas históricas e institucionais influenciam a relação entre legitimidade, participação e confiança pública.

1.3.1. Representação em Portugal

Antes da Revolução de 25 de abril de 1974, Portugal já tinha experimentado duas formas de governos representativos: a da Monarquia Constitucional (1820 a 1910) e a Primeira República (1910 a 1926). No entanto, estes regimes não chegaram a implementar o sufrágio universal, e diversas práticas comuns nas democracias contemporâneas, foram ignoradas ao longo desses períodos (Jalali, 2007).

Com a Revolução Liberal de 24 de agosto, que viria a derrubar o regime absolutista, Portugal viria a instaurar uma monarquia constitucional (Ramos, 2009). Durante a Monarquia Constitucional, Portugal experimentou um regime liberal com um parlamento bipartidário, dominado pelo Partido Regenerador e pelo Partido Progressista, que alternavam o poder num sistema rotativo mediado pela figura do rei. Este período foi caracterizado por uma instabilidade governativa acentuada, onde as eleições frequentemente serviam mais para confirmar a troca entre os partidos no poder do que refletir a vontade popular de forma legítima. As práticas eleitorais eram marcadas por fraudes, e o sistema político estava profundamente enraizado na patronagem e no clientelismo, contribuindo para uma crescente indistinção entre os partidos no poder. A crise fiscal e a incapacidade de gerir eficazmente o Estado, a partir de 1890, precipitaram a perda de legitimidade do sistema, culminando na implantação da República em 1910 (Jalali, 2007).

A Primeira República foi marcada por grandes expectativas de democratização, incluindo o alargamento do direito de voto e a introdução de um sistema eleitoral proporcional. Durante a fase republicana, o sufrágio universal masculino foi introduzido em 1911, mas a participação eleitoral foi baixa, devido à falta de educação e à pobreza da população (Ramos, 2009). Estas expectativas acabariam largamente defraudadas, resultando num regime extremamente instável, considerado o mais instável da Europa Ocidental da época. O Partido Democrático (PRD) emergiu como o partido predominante, controlando a patronagem e marginalizando violentamente a oposição, tanto monárquica quanto católica. A decisão de participar na Primeira Guerra Mundial exacerbou a insatisfação popular, levando ao golpe de estado militar de 1926, que eventualmente introduziu António Salazar no poder, primeiramente como Ministro das Finanças e depois como Primeiro-Ministro, marcando o início do regime autoritário do Estado Novo (Jalali, 2007).

O Estado Novo, sob a liderança de Salazar, estabeleceu-se como a ditadura mais duradoura da Europa Ocidental, caracterizada por uma repressão sistemática da atividade política e um controlo social rigoroso. O regime conseguiu estabelecer bases de apoio em setores importantes da sociedade, capitalizando em redes de caciquismo e notáveis locais preexistentes. O Estado desempenhou um papel central tanto na manutenção do poder quanto na economia, promovendo políticas produtivistas. Salazar procurou garantir a estabilidade através da prevenção da industrialização e urbanização aceleradas, o que, por sua vez, contribuiu para a manutenção da ordem social e política estabelecida (Jalali, 2007).

A dificuldade de Marcello Caetano, sucessor de Salazar, em equilibrar as pressões europeias sobre as políticas focadas nas colónias ultramarinas, e o medo dos militares de serem responsabilizados pelos fracassos nas guerras coloniais, culminaram na formação do Movimento das Forças Armadas (MFA) e eventualmente na Revolução dos Cravos em 1974. A revolução, inicialmente um golpe militar, transformou-se numa revolução popular amplamente apoiada, que derrubou o regime autoritário. O ano seguinte à revolução foi tumultuoso, marcado por uma luta ideológica dentro do próprio MFA sobre o modelo de democracia a seguir, entre os defensores de uma democracia liberal e os de uma democracia marxista. Este período foi também marcado por violência e ameaças de guerra civil, que culminaram com o fracasso de uma tentativa de golpe de Estado pela extrema-esquerda em 25 de novembro de 1975, resultando na consolidação da democracia liberal (Jalali, 2007).

O período após a revolução viu um esforço prolongado de democratização. A Constituição de 1976 estabeleceu um regime democrático com um sistema de representação política baseado no sufrágio universal, masculino e feminino, com um parlamento unicameral, a Assembleia da República (Ramos, 2009). A participação eleitoral viria a ser elevada desde então, com o país a experimentar um processo de desenvolvimento democrático (Ramos, 2009) Os partidos políticos, muitos dos quais formados ou reorganizados à volta da revolução, tiveram que compensar a falta de raízes sociais fortes após quatro décadas de ditadura. Dos quatro partidos principais da democracia portuguesa no início, o Partido Social Democrata (PPD/PSD) e o Centro Democrático Social (CDS) foram fundados em 1974, o Partido Socialista (PS) tinha sido criado no exílio poucos anos antes, e o Partido Comunista Português (PCP) era o único que operava antes de 25 de Abril de 1974. O processo de democratização explicaria a estrutura organizacional dos partidos, a centralidade dos líderes históricos no seu desenvolvimento, o enviesamento inicial do sistema partidário à esquerda, e os padrões de apoio social e regional (Jalali, 2007).

Portugal definiu-se em 1976 como um regime semipresidencialista, onde o Presidente da República possui significativa influência política, podendo nomear e demitir o Primeiro-Ministro e os chefes dos três ramos das Forças Armadas, embora o governo também dependa do apoio da Assembleia da República. Esta estrutura semipresidencialista procurou equilibrar os poderes entre o Presidente e a Assembleia, cada um com papéis cruciais na governação do país. (Ramos et al., 2021)

Além disso, a autonomia regional nos arquipélagos dos Açores e da Madeira permitiu a criação de órgãos com competências legislativas próprias, cada um adotando os seus próprios símbolos como hino e bandeira. Essa autonomia regional começou por dar origem a conflitos jurídicos e financeiros com o governo central, uma dinâmica que reflete a complexa relação entre autoridades nacionais e regionais em Portugal. No continente, embora a constituição previsse a criação de "regiões administrativas", estas nunca foram plenamente estabelecidas, deixando as autarquias como principal expressão do poder local. Estas autarquias tornaram-se fundamentais para a base política dos partidos, num contexto de recursos limitados e uma sociedade predominantemente urbana (Ramos et al., 2021).

No contexto internacional, após a Revolução dos Cravos e a subsequente democratização, Portugal avançou significativamente nas suas relações externas e integração europeia. Em 1977, o governo de Mário Soares formalizou o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia

(CEE), culminando com a assinatura do tratado de adesão em 1985. A integração na CEE foi seguida pelo envolvimento no Ato Único Europeu de 1986 e pelo Tratado de Maastricht de 1992, que solidificou o compromisso de Portugal com a integração europeia, incluindo a união monetária e a expansão da união política sob a forma da União Europeia. Estes desenvolvimentos marcaram Portugal como um participante ativo na nova Europa, destacando-se a sua inclusão no Conselho Europeu, a nomeação de um comissário para a Comissão Europeia, e a eleição de deputados para o Parlamento Europeu, consolidando a sua posição como uma democracia integrada e moderna dentro do contexto europeu e global (Ramos et al., 2021).

A representação política em Portugal é hoje fortemente mediada pelos partidos políticos, num modelo caracterizado por um sistema eleitoral de listas fechadas e disciplina partidária elevada, o que resulta numa fraca ligação direta entre eleitos e eleitores (Belchior & Pequito Teixeira, 2023). Este arranjo institucional gera um cenário em que a representação é predominantemente partidária e centrada ao nível nacional, com poucas oportunidades para que os cidadãos estabeleçam contacto direto com os seus representantes.

Conforme estabelecido na Constituição da República Portuguesa, os deputados representam a nação como um todo, e não os círculos eleitorais pelos quais são eleitos. Esta disposição institucional reforça a posição dos partidos como os principais *gatekeepers* do processo representativo, tanto na seleção de candidatos como no controlo da sua atuação parlamentar (Van Biezen, 2003; Teixeira, 2009, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). Assim, uma carreira parlamentar em Portugal pressupõe uma trajetória partidária sólida e longa, o que reforça o poder das lideranças partidárias (Teixeira et al., 2012, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023).

A ligação entre representantes e representados é, portanto, mediada quase exclusivamente pelos partidos, o que resulta numa representação com fraca correspondência territorial e numa reduzida autonomia dos deputados (Leston-Bandeira, 2012; Leston-Bandeira & Tibúrcio, 2012; Jalali & Teruel, 2019, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). A falta de correspondência percebida pelos cidadãos reflete-se em dados preocupantes: em 2011, cerca de 48% dos portugueses afirmavam que nenhum partido representava bem as suas opiniões, valor que subiu para 58% em 2019 (Brito Vieira & Wiesehomeier, 2013, citados em Belchior & Pequito Teixeira,

2023). Em 2016, apenas 15% consideravam que os deputados refletiam as opiniões dos eleitores (Freire et al., 2016, citado em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). Apesar desta percepção negativa, os partidos não têm demonstrado intenção de promover reformas institucionais significativas que fortaleçam a ligação com os eleitores. A ausência de consenso entre as principais forças partidárias tem sido um dos principais obstáculos à reforma do sistema eleitoral, mesmo perante níveis baixos de participação e confiança política (Belchior & Pequito Teixeira, 2023).

Do ponto de vista da “representação promissória”, isto é, a avaliação dos partidos com base no cumprimento das promessas eleitorais, os dados revelam um desempenho relativamente positivo. Vários estudos demonstram que os governos portugueses, incluindo os minoritários, cumprem uma proporção elevada das promessas feitas em campanha (Thomson et al., 2017; Moury & Fernandes, 2018; Lisi et al., 2019, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). No entanto, a percepção pública sobre esse cumprimento tende a ser enviesada por simpatias partidárias, resultado de processos de raciocínio motivado (Belchior, 2019, citada em Belchior & Pequito Teixeira, 2023).

No que se refere à atenção às políticas, os partidos tendem a ajustar a sua agenda programática em função da opinião pública, especialmente quando os media amplificam essas prioridades, um fenómeno mais evidente nos partidos da oposição (Borghetto & Belchior, 2020; Belchior, 2020, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). No entanto, os partidos no governo revelam menor responsividade às preferências públicas, mantendo agendas mais estáveis e menos permeáveis à opinião pública (Klüver & Spoon, 2016, citado em Belchior & Pequito Teixeira, 2023).

Finalmente, a orientação dos deputados quanto aos estilos de representação revela uma predominância de motivações individuais e partidárias, como a reeleição, em detrimento da representação das suas circunscrições. O estilo predominante é, assim, nacional e partidário, como previsto na Constituição (Teixeira et al., 2012; Espírito-Santo & Lisi, 2015, citados em Belchior & Pequito Teixeira, 2023). Em suma, embora o sistema português evidencie níveis razoáveis de congruência ideológica, programática e de cumprimento de promessas, a mediação fortemente partidária, a fraca ligação territorial e a reduzida autonomia dos deputados continuam

a ser entraves a uma representação mais próxima e responsiva (Belchior & Pequito Teixeira, 2023).

A análise da democracia e dos partidos políticos evidencia que a representação só se torna efetiva quando apoiada em instituições estáveis e em processos que assegurem a participação e o escrutínio dos cidadãos. Ao longo deste subcapítulo, foi possível perceber que as diferentes concepções e modelos de democracia, bem como a evolução dos partidos, refletem a procura constante por equilibrar poder e legitimidade. Esta compreensão é determinante para a presente investigação, pois permite reconhecer como os contextos institucionais moldam as formas de comunicação e de relação entre representantes e representados, dimensões que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

1.3.2. Democracia em Portugal

A Constituição da República Portuguesa [C.R.P.] reúne as leis fundamentais da democracia portuguesa, tendo tido a sua última (a VII) revisão constitucional em 2005. No seu art. 1.º, é estabelecido que Portugal “(...) é uma República soberana, baseada (...) na vontade popular.” Esta ideia é posteriormente complementada no artigo 3.º, reforçando que a soberania se encontra nas mãos do povo, tal como conceptualizado desde a idade média

Esse poder é detalhadamente descrito no capítulo II da C.R.P. No artigo 48.º é previsto que “1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes diretamente eleitos” (C.R.P., 2005). Quer seja através do acesso a cargos públicos (art. 50.º), que não podem ser exercidos de forma vitalícia (art. 113.º) tal como na tradição clássica ateniense (Held, 2006); através do sufrágio (art. 49.º) “direto, secreto e periódico” (art. 113.º); ou associação a um partido político (art. 51.º); mas a participação pode também tomar lugar através de “petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos” a serem apresentadas e debatidas em Assembleia (art. 52.º).

No artigo 108.º, Portugal posiciona-se como um regime semi-presidencialista, onde o “Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas” (art. 120.º) com poderes legislativos previstos na

assembleia (art. 147.º) e separação de poderes (art. 2.º). O Artigo 2.º prevê ainda organização política democrática, a separação de poderes e o aprofundamento da democracia participativa como elementos do Estado de direito democrático. A C.R.P. enuncia também sistemas de pesos e contrapesos, exemplo disso é o Provedor de Justiça, um órgão independente responsável por permitir que “os cidadãos podem apresentar queixas por ações ou omissões dos poderes públicos”

No que concerne à representação, os cidadãos veem-se representados na Assembleia (art. 147.º) por deputados eleitos pelos vários círculos eleitorais (art. 149.º), mas sem representação descritiva (Pitkin, 1967), já que “os deputados representam todo o país e não os círculos eleitorais por que são eleitos” (art. 152.º). Já no artigo 11.º encontramos os símbolos nacionais (a bandeira, o hino e a língua oficial), numa clara alusão à representação simbólica analisada por Pitkin, e que contribuem para o sentimento de união junto dos representados.

De forma a estimular a sociedade civil e a esfera pública, tal como conceptualizado em praticamente todos os modelos de democracia, a C.R.P. prevê os direitos à liberdade de expressão e de informação (art. 37.º), a liberdade de imprensa e meios de comunicação social (art. 38.º), a regulação da comunicação social (art.39.º), o direito de antena, de resposta e de réplica política (art. 40.º), o Direito de Reunião e de Manifestação (art. 45.º) e a Liberdade de associação (art. 46.º). E mais precisamente o artigo 109.º que nos diz que “A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.”

O Presidente da República

A democracia portuguesa assenta num regime semipresidencialista, um modelo híbrido que combina elementos de presidencialismo e parlamentarismo, criando uma configuração institucional única no contexto europeu. Esta natureza híbrida tem sido objeto de debate académico precisamente por incorporar uma dupla legitimidade executiva e uma divisão de poderes complexa (Amorim Neto, 2023).

De acordo com a definição clássica de Elgie (1999, citado em Amorim Neto, 2023), o semipresidencialismo caracteriza-se por dois elementos essenciais: a eleição direta do chefe de

Estado e a existência de um primeiro-ministro e gabinete politicamente responsáveis perante o Parlamento. Em Portugal, esta estrutura resultou de um contexto histórico particular, em que as Forças Armadas desempenharam um papel central na transição democrática pós-1974. Assim, a Constituição de 1976 consagrou um modelo de “*parlamentarismo presidencial*”, no qual o Presidente da República dispunha de poderes extensos, incluindo a demissão do governo, de modo a institucionalizar a autoridade revolucionária e garantir estabilidade (Amorim Neto, 2023).

Nesse período, o Presidente foi designado Comandante Supremo das Forças Armadas e presidiu ao Conselho da Revolução, órgão com poderes legislativos exclusivos sobre matérias militares e competências como Tribunal Constitucional (Amorim Neto, 2023). Além disso, o governo era politicamente responsável perante o Presidente e a Assembleia da República, criando uma característica distintiva do presidencialismo, tal como definido por Shugart e Carey (1992, citados em Amorim Neto, 2023).

A revisão constitucional de 1982 marcou uma mudança significativa ao abolir o Conselho da Revolução e restringir os poderes presidenciais. O sistema evoluiu para um “*premier-presidentialism*”, no qual o governo passou a depender exclusivamente da confiança da Assembleia da República, ainda que o Presidente mantivesse poderes relevantes: nomear o Primeiro-Ministro, dissolver o Parlamento, vetar leis e remetê-las ao Tribunal Constitucional (Amorim Neto, 2023). O poder de dissolução e os vetos, formais e informais, constituem instrumentos cruciais para a atuação do Presidente, que assim continua a influenciar o conteúdo das políticas públicas, mesmo num quadro de separação entre sobrevivência do gabinete e da Assembleia (Amorim Neto, 2023).

Autores que anteriormente classificavam Portugal como uma democracia puramente parlamentar reconhecem hoje que o Presidente não é uma figura meramente simbólica, exercendo antes um poder moderador, remanescente da teoria constitucional de Benjamin Constant (Amorim Neto, 2023). Esta dimensão moderadora, acima das lógicas partidárias, tem garantido um equilíbrio delicado entre o executivo bicéfalo, Presidente e Primeiro-Ministro, evitando ruturas institucionais (Amorim Neto, 2023).

A evolução do semipresidencialismo português demonstra como o desenho constitucional reflete a adaptação de heranças históricas, desde o papel das Forças Armadas até à consolidação de uma democracia estável na integração europeia. A sua definição, no entanto, permanece objeto de

debate na ciência política, justamente pela hibridização entre presidencialismo e parlamentarismo que, embora possa gerar ambiguidade, tem contribuído para o funcionamento eficaz do sistema democrático português (Amorim Neto, 2023).

A Assembleia da República e o Sistema eleitoral português

A Assembleia da República (AR) é o órgão central de representação política em Portugal, tendo sido criada em 1976, dois anos após a Revolução dos Cravos. A sua fundação representou um marco na consolidação da democracia, ao suceder à Assembleia Constituinte e dar início à prática regular de política representativa democrática (Goes & Leston-Bandeira, 2023).

Num primeiro momento, o parlamento português desempenhou sobretudo um papel de legitimação do novo regime, operando como uma instituição ainda “tímida”, com pouca prática de escrutínio quotidiano (Leston-Bandeira, 2004, citado em Goes & Leston-Bandeira, 2023). Nos anos seguintes, atravessou um período de grande instabilidade governativa, com executivos de curta duração, em média 12 meses, e um uso frequente de mecanismos como moções de censura, que substituíram o escrutínio rotineiro por uma fiscalização mais centrada na sobrevivência política dos governos (Goes & Leston-Bandeira, 2023).

A partir de 1987, inicia-se uma segunda fase, marcada pelo domínio do executivo sobre o processo legislativo. Durante este período, a existência de maiorias absolutas permitiu ao governo controlar a agenda parlamentar, enquanto a integração europeia transferiu grande parte da decisão de políticas públicas para Bruxelas, o que contribuiu para a perceção de irrelevância da AR (Norton & Leston-Bandeira, 2005; Goes & Leston-Bandeira, 2023).

Este cenário, no entanto, começou a mudar progressivamente graças ao fortalecimento das ferramentas de escrutínio parlamentar. Instrumentos como os requerimentos escritos, perguntas ao governo, debates de emergência e a possibilidade de convocar o executivo para o plenário foram institucionalizados, promovendo uma supervisão mais sistemática da ação governativa (Leston-Bandeira, 2004, citado em Goes & Leston-Bandeira, 2023).

Nos anos 1990, a Assembleia tornou-se mais profissionalizada e acessível à sociedade civil. Exemplo disso foi a redução do número de deputados (de 263 em 1976 para 230 em 1991) e a abertura das comissões parlamentares aos media em 1993, além do reforço do direito de petição dos cidadãos (Goes & Leston-Bandeira, 2023). Este processo reforçou o papel da AR como

espaço de deliberação pública e de controlo democrático, conferindo-lhe maior centralidade política (Ribeiro, Araújo & Rodrigues, 2019).

Atualmente, a AR é uma câmara única, composta por 230 deputados eleitos por representação proporcional de listas, com mandato de quatro anos. O seu poder legislativo coexiste com funções de fiscalização e supervisão, sendo apoiado por um sistema de comissões parlamentares, apontadas como o principal centro de decisão da Assembleia (Fernandes & Riera, 2019, citados em Goes & Leston-Bandeira, 2023). Entre os instrumentos de controlo incluem-se perguntas orais e escritas, debates parlamentares, comissões de inquérito e a possibilidade de convocar membros do governo e outros responsáveis públicos.

A articulação entre a Assembleia, o governo e o Presidente da República inscrevem-se num equilíbrio dinâmico, fortemente mediado pelo sistema partidário. A existência de maiorias absolutas tende a reforçar o poder do executivo, enquanto governos minoritários ampliam a assertividade parlamentar, obrigando a negociações mais constantes com os grupos parlamentares (Goes & Leston-Bandeira, 2023). Além disso, o Presidente da República atua como guardião da Constituição e árbitro do sistema, com poderes de veto, promulgação e fiscalização da constitucionalidade, o que garante à AR uma proteção contra eventuais abusos do executivo.

Assim, a Assembleia da República evoluiu de um papel inicial de legitimação para um “ator central” da democracia portuguesa, equilibrando as suas funções legislativa, fiscalizadora e representativa, ao mesmo tempo que procura responder à exigência de maior abertura, transparência e proximidade com os cidadãos (Goes & Leston-Bandeira, 2023).

O sistema eleitoral português é um componente central da sua democracia representativa, ao definir as regras fundamentais da delegação de poder e da responsabilização política (Shugart & Taagepera, 1989; Shugart, 2005, citado em Fernandes, 2023). Baseado na representação proporcional com listas fechadas, o modelo português atribui aos partidos políticos um papel dominante como únicos intermediários entre eleitores e eleitos, uma vez que os cidadãos não têm meios para premiar ou punir individualmente os candidatos (Fernandes, 2023). Esta configuração é comum a poucos países europeus, como Espanha e Noruega, e reflete uma opção deliberada dos desenhadores institucionais após o fim do regime autoritário.

A conversão de votos em mandatos realiza-se através da fórmula de D'Hondt, utilizada desde as primeiras eleições livres em 1975. Esta fórmula, embora integrante da família proporcional, favorece os partidos maiores e tende a desperdiçar os votos remanescentes, diminuindo a proporcionalidade global (Cox, 1997, citado em Fernandes, 2023). Portugal apresenta ainda uma elevada heterogeneidade na magnitude dos círculos eleitorais, de Portalegre (M=2) a Lisboa (M=49), o que, segundo Fernandes (2023), contribui para a persistência de clivagens partidárias nos distritos mais pequenos e favorece a emergência de novas forças nos maiores, acentuando desequilíbrios de representação.

O número de deputados tem sofrido reduções desde 1976, quando a Assembleia da República contava com 263 parlamentares, passando para 250 em 1979 e, finalmente, para os atuais 230 em 1991. Apesar de uma revisão constitucional em 1997 permitir a redução até 180 deputados, não houve consenso político suficiente para avançar com esta medida (Fernandes, 2023). Este cenário ilustra o bloqueio das elites partidárias a reformas que possam ameaçar os equilíbrios estabelecidos. Em termos comparativos, o tamanho da assembleia portuguesa está ligeiramente abaixo da média da União Europeia, com um deputado a representar, em média, 47.000 cidadãos (*Inter-Parliamentary Union*, citado em Fernandes, 2023).

A inexistência de listas abertas ou mecanismos de votação preferencial impede a concorrência intrapartidária, reforçando o controlo das lideranças partidárias sobre a seleção dos candidatos e limitando a responsabilização direta dos eleitos perante os eleitores (Renwick & Pilet, 2016, citado em Fernandes, 2023). Esta opção por um sistema de listas fechadas foi, em parte, motivada pelo contexto da transição democrática, que privilegiou a estabilidade e a contenção da fragmentação partidária, enquanto que procurava garantir legitimidade ao novo sistema (Cancela, 2021; Jalali, 2007; Ahmed, 2013, citados em Fernandes, 2023).

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, os deputados exercem um mandato de natureza representativa e nacional, competindo-lhes “propor, discutir e aprovar leis”, bem como “fiscalizar os atos do Governo e da Administração” (CRP, Artigos 161.º e 162.º). Tal como sublinham Goes e Leston-Bandeira (2023), o mandato dos deputados é representativo e nacional, não estando juridicamente vinculado a instruções dos eleitores ou do partido, embora, na prática, a disciplina partidária desempenhe um papel determinante na sua atuação. De acordo com a

Constituição da República Portuguesa “os Deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos” (CRP, Art. 152.º, n.º 1), o que reforça a natureza nacional e unitária do mandato parlamentar.

Em síntese, apesar de o sistema proporcional português ter contribuído para a consolidação da democracia e da representação multipartidária, ele apresenta desafios persistentes à responsividade e à equidade representativa, agravados por uma estrutura distrital assimétrica e pela resistência das elites partidárias a reformas estruturais (Fernandes, 2023).

Poder Executivo, Administração Pública e Poder Local em Portugal

No contexto democrático português, o poder executivo tem evoluído de forma marcada, refletindo mudanças no sistema partidário, na estabilidade governativa e na relação com as instituições europeias. Como destacam Pedro Silveira e Patrícia Silva (2023), os fatores como a consolidação do sistema partidário, a integração europeia e a concentração de votos em dois partidos centristas criaram condições favoráveis para o fortalecimento do poder de liderança e da autonomia interna no executivo.

Apesar de, nas primeiras décadas da democracia, a instabilidade ter sido uma constante, entre 1976 e 1985 existiram nove governos constitucionais, com uma duração média de apenas 12,97 meses, a viragem ocorreu com o governo de Cavaco Silva (1985–1987), que marcou o início de maiorias mais estáveis e uma maior eficácia na ação governativa (Silveira & Silva, 2023). Ainda assim, o sistema continua a verificar padrões típicos de democracias parlamentares, com governos minoritários frequentemente associados à instabilidade, mas paradoxalmente apresentando, em Portugal, taxas de sucesso legislativo superiores ao esperado, devido à negociação constante no parlamento (Silveira & Silva, 2023).

Do ponto de vista interno, o Conselho de Ministros perdeu relevância estratégica ao longo do tempo, sendo substituído por estruturas mais restritas e controladas pelo núcleo central do governo. O chamado “*inner cabinet*” tornou-se um elemento distintivo, permitindo aos primeiros-ministros reforçar a sua autonomia, inclusive através da inclusão de membros sem filiação partidária direta, o que reduz a interferência partidária na formulação de políticas

(Silveira & Silva, 2023). Assim, o primeiro-ministro português é geralmente considerado bastante poderoso, comparável a outros contextos do sul da Europa.

No que respeita à administração pública, António F. Tavares (2023) sublinha que Portugal permanece um país altamente centralizado, com cerca de 88% de toda a despesa pública a ocorrer ao nível da administração central. Esta característica limita significativamente o espaço de manobra das autarquias e acentua a dependência das transferências e orientações do governo central para a implementação de políticas públicas em todo o território.

O poder local português, conforme sublinha Filipe Teles (2023), assenta num sistema político-administrativo herdado do período de transição para a democracia, moldado pelo princípio da autonomia local consagrado no artigo 6.º da Constituição. Apesar do reconhecimento constitucional da subsidiariedade, Portugal continua a ser um dos países mais centralizados da Europa. De facto, apenas os arquipélagos da Madeira e dos Açores implementaram estruturas regionais de governo, mantendo-se o território continental com uma organização de dois níveis: nacional e local, estruturada em 308 municípios, cada um subdividido em unidades submunicipais.

A governação subnacional em Portugal integra redes verticais e horizontais entre autarquias, regiões autónomas e diferentes atores públicos e privados, sendo a qualidade destas parcerias determinante para mobilizar recursos e capacidades de execução de políticas (Teles, 2023). Todavia, o desafio atual reside na capacidade de adaptação deste modelo a problemas contemporâneos, exigindo maior flexibilidade, clareza de competências e uma articulação mais eficaz entre níveis de governo para responder aos imperativos de descentralização previstos constitucionalmente.

Assim, a relação entre o executivo, a administração pública e o poder local em Portugal refletem as tensões de um sistema que combina uma estrutura formal de democracia representativa com um modelo administrativo ainda marcado pela centralização. O equilíbrio entre eficácia governativa, autonomia local e qualidade da representação continua a ser um dos principais desafios da democracia portuguesa contemporânea.

O Poder Judicial

O sistema judicial português é frequentemente caracterizado por um formalismo marcadamente técnico, com os juízes sendo vistos como independentes e alheios a influências políticas. A justiça é, assim, predominantemente tecnocrática, com decisões judiciais consideradas distantes de preferências ideológicas ou partidárias (Garoupa & Tiede, 2023). O poder judicial estrutura-se em duas hierarquias distintas, uma para as áreas civil e criminal e outra para o direito administrativo e fiscal, cada uma com três níveis: tribunais de primeira instância, tribunais de recurso e tribunais superiores (o Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Administrativo, respetivamente). A governação interna do poder judicial é assegurada por conselhos superiores independentes, responsáveis por nomeações, promoções e disciplina: o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e o Conselho Superior do Ministério Público, este último responsável por uma magistratura que, embora integre o poder judicial, é autónoma face aos restantes poderes do Estado (Garoupa & Tiede, 2023). Esta organização visa garantir a autonomia e integridade do sistema judicial, reduzindo interferências políticas e promovendo um modelo de justiça centrado na legalidade e imparcialidade.

A análise do caso português evidencia que a consolidação democrática resultou de um processo gradual de institucionalização política e de construção de uma cultura representativa mediada pelos partidos. Apesar dos avanços alcançados desde 1974, persistem desafios ligados à centralização do poder, à fraca ligação entre eleitos e eleitores e à desconfiança face às instituições. Estas tensões tornam-se particularmente relevantes para os objetivos desta investigação, ao evidenciar que a qualidade da representação não depende apenas das estruturas formais da democracia, mas também da forma como os representantes comunicam e legitimam a sua ação perante os cidadãos.

Capítulo II - Relações Públicas e a Comunicação Política

2.1. Relações Públicas: Fundamentos e Enquadramento Teórico

Ao abordar a comunicação política, é indispensável começar por compreender o campo das Relações Públicas, uma área que se consolidou ao longo do século XX e cuja relevância se estende muito além do contexto empresarial. Antes de analisar o papel das Relações Públicas na política, importa conhecer as suas origens, as principais correntes teóricas que a sustentam e os elementos que a definem enquanto disciplina autónoma. Este subcapítulo procura, assim, introduzir as bases conceptuais das Relações Públicas, abordando o seu percurso histórico, os seus fundamentos teóricos e as perspetivas que ajudam a compreender o seu papel na sociedade contemporânea

O termo “Relações Públicas” (doravante, *RP*) teria sido usado pela primeira vez em 1882, na Faculdade de Direito de Yale, mas viria a ser popularizada mais tarde, por Bernays, em 1920 (Grunig & Hunt 1984). A formalização da sua definição teria um percurso mais longo, com centenas de propostas a surgirem ao longo da evolução desta profissão, 472 delas, compiladas por Rex F. Harlow em 1972, resultando numa proposta que juntava as principais características das várias definições (Broom & Sha, 2013):

“As relações públicas são a função de gestão específica que ajuda a estabelecer e manter linhas mútuas de comunicação, compreensão, aceitação e cooperação entre uma organização e os seus público; ajuda a gestão a manter-se a par e a utilizar eficazmente a mudança, servindo como um sistema de alerta precoce para ajudar a antecipar tendências; e utiliza a investigação e uma comunicação sólida e ética como principais ferramentas.”

Mas a limitação desta definição encontrava-se na realidade prática, onde nem todos os profissionais davam uso às mesmas práticas ou procuravam os mesmos efeitos (Grunig & Hunt, 1984). Todas as tentativas mais popularmente aceites passam por colocar as RP como uma atividade de gestão da comunicação, entre a organização e os seus *stakeholders*, gerindo a sua relação de forma estratégica de forma a garantir um impacto positivo nas políticas e ações, para

que ambos beneficiem desta relação (Broom & Sha, 2013). Algumas definições focam-se na função de gestão da comunicação (Grunig e Hunt 1984; Broom e Sha 2013), na gestão de relações (Coombs & Holladay, 2006) e na criação e manutenção de reputação (CIPR 2012) - citados em Rodríguez-Salcedo & Watson, 2021, p.4)

Definir Relações Públicas (RP) tem sido uma meta recorrente ao longo da história da profissão. Este desafio é sublinhado nas palavras de Page e Parnell (2018), que notam a frequência com que as RP são diferenciadas com outras áreas da comunicação, como marketing e publicidade. Segundo Theaker (2001), o marketing foca-se em entender o comportamento do consumidor, para poder entregar produtos e serviços que satisfaçam as suas necessidades. A distinção com a publicidade é mais fácil, já que esta envolve o pagamento a um meio (televisão, rádio, jornal ou outros) para dispor uma mensagem persuasiva de forma a incentivar o público a ter um comportamento, (Theaker, 2001). No entanto, RP foca menos na transação direta, visando, em vez disso, a construção da confiança e da reputação, que indiretamente podem também impulsionar estes comportamentos (Page & Parnell, 2018).

Ainda que não exista uma definição única que seja amplamente aceite por todos os profissionais, associações e pela academia, destacam-se algumas entre o material teórico que encontramos sobre as Relações Públicas, destacando-se algumas:

<p>Grunig & Hunt, (1984, p.8)</p>	<p>“As Relações Públicas são a função de gestão que avalia atitudes públicas, identifica as políticas e procedimentos de um indivíduo ou de uma organização com o interesse público e planeia e executa um programa de ação para obter a compreensão e aceitação do público.”</p>
<p>Cutlip, Center e Broom (1994, p.6)</p>	<p>“A função de gestão que estabelece e mantém relações mutuamente benéficas entre uma organização e os públicos dos quais dependem o seu sucesso ou fracasso; consiste num esforço planeado para influenciar a opinião pública através de um carácter íntegro e de uma atuação responsável, assente numa comunicação bidirecional mutuamente satisfatória.”</p>

Broom & Sha (2013, P.29)	“As relações públicas são a função de gestão que estabelece e mantém relações mutuamente benéficas entre uma organização e os públicos de quem depende o seu sucesso ou fracasso.”
Public Relations Society of America (2025) ³	“As relações públicas são um processo estratégico de comunicação que constrói relações mutuamente benéficas entre as organizações e os seus públicos.”
International Public Relations Association (2025) ⁴	“As relações públicas são uma prática de gestão da tomada de decisões que tem por objetivo criar relações e interesses entre as organizações e os seus públicos, com base na transmissão de informações através de métodos de comunicação fiáveis e éticos.”
Chartered Institute of Public Relations (2025) ⁵	“As relações públicas são a disciplina que zela pela reputação, com o objetivo de conquistar compreensão e apoio, bem como de influenciar a opinião e o comportamento. Consistem num esforço planeado e contínuo para estabelecer e manter boa vontade e entendimento mútuo entre uma organização e os seus públicos.”

Tabela 11: Definições de relações públicas

Em todas elas, é consensual o posicionamento das Relações Públicas enquanto função de gestão estratégica, com um papel na tomada de decisão das organizações, ao analisar o seu meio e na gestão da relação com os seus *stakeholders* (Eiró-Gomes & Nunes, 2014). Esta noção é mais bem explicada por Grunig & Hunt (1984, p.9), concebendo o profissional de Relações Públicas “fronteira” entre a gestão e os restantes subsistemas das empresas:

“(Os profissionais de RP) funcionam na periferia da organização, servindo de elo de ligação entre a organização e os grupos e indivíduos externos. Têm um pé dentro da organização e outro fora.” (p.9)

³ Fonte: <https://www.prsa.org/about/all-about-pr>

⁴ Fonte: <https://www.ipra.org/member-services/pr-definition/>

⁵ Fonte: https://cipr.co.uk/CIPR/CIPR/About_Us/About_PR.aspx

As Relações Públicas têm-se afastado de uma visão instrumental, por vezes incluída dentro da operação dos departamentos de marketing (Broom & Sha, 2013). Nas organizações, as Relações Públicas têm o papel formal de gerir relações com os vários *stakeholders*, internos ou externos, assistindo outros departamentos, como o Fiscal ou de Recursos Humanos, nas suas tarefas de comunicação (Gregory, 2021).

As Relações Públicas são atualmente um domínio de conhecimento devidamente definido, sendo agora imperativo responder à questão do grau de profissionalização da sua atividade. Critérios como a qualificação profissional, a investigação e conhecimento, e os códigos de ética da atividade são elementos-chave nesta análise (Theaker, 2004).

Enquanto disciplina académica, a formação superior surge após a 2^a Guerra Mundial (Rodríguez-Salcedo & Watson, 2021, p. 14), e o primeiro curso de Relações Públicas é lecionado na Universidade de Boston, em 1947 (Wright, 2011). Por iniciativa das associações profissionais, e sem padrões geográficos, vários outros países introduziram a formação em Relações Públicas, quer seja integrado noutros cursos, ou em formações de nível superior dedicadas às RP (Watson, 2017). Em Portugal, o ensino das Relações Públicas encontra-se maioritariamente integrado nas Ciências da Comunicação, refletindo a tendência europeia de enquadrar a área num campo mais abrangente. De acordo com Gonçalves, Spínola e Padamo (2013), embora existam cursos específicos, como a licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial da Escola Superior de Comunicação Social, a oferta formativa nacional ainda revela uma baixa autonomização científica das Relações Públicas, permanecendo fortemente associada à comunicação organizacional e empresarial.

A investigação também tem dados fortes passos no fortalecimento do conhecimento em Relações Públicas, onde se destacam a *Public Relations Review*, o *Journal of Public Relations Research*, a *Public Relations Inquiry* e o *Corporate Communications International Journal*.

Tem sido notório o percurso realizado pelo movimento associativo, especialmente na discussão da prática e do ensino das Relações Públicas. Entre estas associações, destacam-se o Chartered Institute of Public Relations (CIPR), Public Relations Society of America (PRSA), International Public Relations Association (IPRA), European Association of Public Relations Education and Research (EUPRERA), Global Alliance for Public Relations and Communication, Institute for Public Relations (IPR), International Association for the Measurement and Evaluation of Communication (AMEC) ou a Global Alliance for Public Relations and Communication

Management (GA). Ao todo estima-se que existam mais de 200 associações espalhadas por em 70 países, ao que se junta a estimativa de existirem mais de 3 milhões de profissionais de Relações Públicas em funções (Wilcox, 2006). Em Portugal, destacam-se a Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas (ÁPICE), a Associação Portuguesa das Empresas de Conselho em Comunicação e Relações Públicas (APECOM), o Observatório da Comunicação (OberCom) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM).

No domínio dos códigos de ética profissional, os códigos deontológicos servem como uma reflexão moral centrada nos deveres e direitos de uma profissão, estabelecendo normas morais mínimas exigíveis à sua atividade (Gonçalves, 2019). Esses códigos refletem a evolução normativa de uma profissão, sendo habitualmente cunhados, aprovados e atualizados pelas associações profissionais (Gonçalves, 2019). Um marco significativo ocorreu em 6 de fevereiro de 2018, quando a Global Alliance for Public Relations and Communication Management anunciou a constituição de um grupo de trabalho para propor um novo Código de Ética Global para a profissão, visando salvaguardar as diferenças culturais e idiomáticas dos vários países, respeitando os códigos já existentes (Gonçalves, 2019). Em Portugal, associações como a APCE e a APECOM propõe também as suas próprias versões, que apresentam claras semelhanças com o código supramencionado (Gonçalves, 2019)

Desde o pioneiro Código de Atenas, em 1965, até iniciativas recentes como o Global Alliance Ethical PR Project de 2018, os códigos éticos têm sido essenciais para orientar a conduta profissional nas Relações Públicas. O Código de Atenas, também conhecido como Código de Ética Internacional das RP, foi adotado em 1968 pela International Public Relations Association (IPRA). Em 2018, os princípios dos códigos de ética redigidos até à data foram reunidos no Global Principles of Ethical Practice in Public Relations, um esforço para reforçar a uniformidade dos padrões éticos na profissão. Outra importante iniciativa foi o Acordo de Estocolmo, aprovado em 2010 pela Assembleia Geral da Global Alliance for Public Relations and Communication Management, que reforça o papel central das Relações Públicas e da Gestão da Comunicação no sucesso organizacional, além de servir como guia para uniformizar a atividade profissional das RP (Global Alliance for Public Relations and Communication Management, 2010). A “Declaração dos Princípios de Barcelona” representa também um marco nos padrões de métricas das RP, adotada num simpósio organizado pela *International Association for the Measurement and Evaluation of Communication* (AMEC). Esses princípios

definem um conjunto de aspetos essenciais para os processos de avaliação e monitorização em Relações Públicas (Likely & Watson, 2013).

As proto-relações públicas⁶ reúnem, como ponto de partida, os principais exemplos na história de práticas de comunicação semelhantes ao que se entende na modernidade como “Relações Públicas” (Tench & Waddington, 2021). Um dos exemplos mais comuns faz-nos recuar à Época Clássica, seja na retórica persuasiva de Sócrates ou Aristóteles, ou já no Império Romano, quando o irmão de Cícero o aconselhou com práticas para convencer a opinião pública, de forma que pudesse tornar-se Cônsul (Tench & Waddington, 2021, p.5). A própria disseminação da fé cristã, pelos apóstolos Pedro e Paulo, com recurso a discursos, cartas ou eventos, pode ser vista como umas das maiores campanhas de Relações Públicas na história (p.15, Grunig & Hunt 1984).

“Os três principais elementos das relações públicas são praticamente tão antigos quanto a sociedade: informar as pessoas, persuadir as pessoas e integrar [conectar] as pessoas com as pessoas.” (Bernays, 2019)

Ainda que os principais autores da área das Relações Públicas encontrem semelhanças nestes exemplos de atividades semelhantes às práticas das Relações Públicas modernas (Grunig & Hunt, 1984, p. 15), a sua existência, como a conhecemos hoje, é um fenómeno que se desenvolve no século XX, com o advento da revolução industrial na Europa e Estados Unidos da América (Wilcox et al., 2015). Os Estados Unidos foram o local de nascimento das Relações Públicas, com o desenvolvimento das suas práticas nas décadas finais do século XIX (Tench & Waddington, 2022). Na Europa, em particular no Reino Unido e Alemanha, o desenvolvimento da prática de Relações Públicas dá-se após o fim da 1ª Guerra Mundial (Tench & Waddington, 2021).

Do ponto de vista teórico, as bases das Relações Públicas encontram-se na Teoria Geral dos Sistemas, formulada por Ludwig von Bertalanffy (1968), e posteriormente aplicada à comunicação organizacional (Gonçalves, 2010). Esta perspetiva entende as organizações como sistemas abertos, compostos por diferentes partes interdependentes que interagem com o seu

⁶ As proto-relações públicas reúnem, como ponto de partida, os principais exemplos na história de práticas de comunicação semelhantes ao que se entende na modernidade como “Relações Públicas” (Tom Watson, 2012)

ambiente externo (Gonçalves, 2010). Para Grunig e Hunt (1984) as Relações Públicas constituem-se como um desses subsistemas, com função de gerir a comunicação entre os vários subsistemas e o ambiente externo (Gonçalves, 2010).

Em *Managing Public Relations*, uma das obras centrais das Relações Públicas, Grunig e Hunt (1984), descrevem em quatro modelos, essa evolução das Relações Públicas ao longo do século XX. No primeiro modelo, balizado historicamente pelos autores entre 1850 e até 1900, encontramos relações de comunicação unidirecionais propagandísticas, onde a verdade não é fator essencial da mensagem – o modelo de assessor de imprensa/promoção (Grunig & Hunt, 1984). Nesta fase, o profissional procura todos os caminhos necessários para aumentar a notoriedade da organização, recorrendo se necessário, a desinformação (Gonçalves, 2010). Este período é marcado pela expansão da distribuição dos jornais, nos quais as empresas do mundo dos negócios procuravam fazer chegar as suas histórias, muitas vezes, positivamente inflacionadas (Page & Parnell, 2018). A principal figura deste período é P.T. Barnum, o precursor dos eventos para os meios e dos “pseudo-eventos”, que usava para promover o circo que liderava (Page & Parnell, 2018).

No dealbar deste século, encontramos o modelo de informação pública, onde importa a disseminação de informação, ainda num único sentido, mas já com enquadramento ético, de assegurar a verdade na mensagem (Grunig & Hunt, 1984). Este período é mais bem descrito pela frase popular de Ivy Lee “o público tem o direito a ser informado”, com mensagens claras e verdadeiras (Gonçalves, 2010, p. 27). É nesta altura que surge a primeira agência de comunicação, pela mão de George F. Parker e Ivy Ledbetter Lee, e cuja prática viria a preconizar o segundo modelo listado por Grunig (Wilcox et al., 2013).

O terceiro modelo tem como principal referência o apelidado “pai das Relações Públicas”, Edward L. Bernays, que traz o conhecimento das ciências comportamentais com o objetivo de persuadir através da comunicação, num modelo de “dois sentidos, assimétrico” onde o feedback da mensagem passa a ter destaque, mas a capacidade de distribuir uma mensagem continua mais forte do que de obter o seu feedback (Grunig & Hunt, 1984). Neste período destaca-se também o trabalho de Arthur W. Page, reconhecido enquanto o primeiro praticante de Relações Públicas na realidade corporativa a posicionar-se nas linhas de gestão da empresa (Page & Parnell, 2018)

O quarto, e último, modelo é demarcado a partir da década de 60, e traz para a prática das Relações Públicas a necessidade de um entendimento mútuo proveniente de uma linha de comunicação simétrica e de dois sentidos (Grunig & Hunt, 1984). Para isso, torna-se essencial a pesquisa em Relações Públicas, antevendo as necessidades de informação dos públicos e avaliando o efeito dos esforços de comunicação (Gonçalves, 2010). O objetivo destas relações passa por poder influenciar as políticas e ações levadas a cabo pelas organizações, para que possam beneficiar também os seus *stakeholders*, sendo este o modelo que vigora amplamente nos dias de hoje (Wilcox et al., 2013).

A partir desta base, James E. Grunig liderou, nos anos 1990, um vasto projeto de investigação que culminou na obra *Excellence in Public Relations and Communication Management* (1992). A Teoria da Excelência estabelece as Relações Públicas como uma função estratégica de gestão, responsável por promover relações de confiança e cooperação entre a organização e os seus públicos (Grunig, 1992). Esta teoria identifica o modelo simétrico de dois sentidos como o mais eficaz, ético e socialmente responsável, sustentando que uma comunicação baseada no diálogo e na transparência contribui diretamente para a eficácia organizacional e a legitimidade institucional (Grunig, 1992). Assim, as RP deixam de ser vistas como uma função técnica ou operacional, passando a integrar o processo de tomada de decisão e o aconselhamento estratégico ao mais alto nível da gestão (Gonçalves, 2010). Na mesma linha, anos mais tarde, Roberto Porto Simões (1995) reforça esta perspetiva ao enquadrar as Relações Públicas como Gestão da Função Organizacional Política, responsável por prever e equilibrar o exercício de poder entre a organização e os públicos. Para o autor, as Relações Públicas devem promover relações legítimas, éticas e transparentes, assegurando a conciliação de interesses e a missão organizacional (Simões, 1995).

Na viragem do século viriam a surgir abordagens pós-modernas que desafiam o paradigma dominante, criticando a visão simétrica e de benefício mútuo defendida por Grunig (Gonçalves, 2010). Inspiradas em autores como Karl Marx, estas correntes argumentam que, na prática, as Relações Públicas operam muitas vezes como instrumentos de poder simbólico e ideológico, ao operarem em resposta aos interesses das organizações (Gonçalves, 2010). Para Simão & Jorge (2013) as Relações Públicas devem ser compreendidas como uma função política da organização, cuja finalidade essencial é a legitimação social. Os autores defendem que o papel das Relações Públicas ultrapassa a mera mediação comunicacional ou a gestão instrumental de

públicos, configurando-se antes como uma ação contínua de legitimação, através da qual a organização é reconhecida como parte integrante da sociedade

O estudo dos fundamentos das Relações Públicas permite reconhecer uma evolução marcada pela passagem de práticas instrumentais para uma função estratégica e relacional. Mais do que uma atividade de promoção, as Relações Públicas afirmam-se como um campo essencial para compreender os processos de comunicação entre instituições e públicos. Este enquadramento teórico oferece, assim, os alicerces necessários para analisar, nos subcapítulos seguintes, a forma como as Relações Públicas dialogam com a comunicação política e contribuem para a construção da legitimidade e da confiança pública.

2.2. As Relações Públicas na Esfera da Política

Após a apresentação dos fundamentos teóricos das Relações Públicas, torna-se pertinente analisar a forma como esta prática se insere no campo político. A presença de estratégias de comunicação e de gestão da relação com os públicos ⁷é uma constante nos processos políticos, sendo por isso relevante compreender de que modo as Relações Públicas se articulam com este contexto. Este subcapítulo propõe-se, assim, enquadrar a aplicação das Relações Públicas na esfera política, identificando as principais abordagens teóricas e práticas que caracterizam esta interseção.

Strömbäck e Kioussis (2020, p. 2) afirmam que a prática das Relações Públicas na Política⁸ é contemporânea da própria política. Diana Knott Martinelli (2011) reforça esta ideia ao contextualizar, entre outros marcos, o uso de retórica desde Platão e Aristóteles, ou até o primeiro manual eleitoral - *Commentariolum Petitionis* -escrito por Cícero para o seu irmão Marco Túlio Cícero na sua campanha para ser eleito cônsul, em 65 a.C. até às práticas de campanha americanas mais recentes que popularizaram a comunicação em política. Partindo desses antecedentes históricos, Strömbäck e Kioussis (2020) definem:

⁷ Como destaca Eiró-Gomes & Duarte (2005), os públicos não são meros destinatários da comunicação, mas atores coletivos com capacidade de ação social e política, cuja participação é indispensável para a construção da legitimidade e da transparência nas democracias contemporâneas.

⁸ Opta-se pela designação “*Relações Públicas na Política*” por se referir à prática das Relações Públicas no campo político, distinguindo-a de “Relações Públicas Políticas”, ou a função política que esta atividade desempenha nas organizações, enquanto instrumento de legitimação e mediação comunicacional (Jorge, 2016)

“As Relações Públicas políticas são o processo de gestão através do qual um ator, para fins políticos, procura, por meio da comunicação e da ação, influenciar e estabelecer, construir e manter relações e reputações benéficas com públicos-chave e stakeholders, de forma a apoiar a sua missão e alcançar os seus objetivos.”

Outras definições presentes em Strömbäck & Kiouisis contrastam com esta. Zipfel (2008, citado em Strömbäck & Kiouisis, 2020, p. 11) enfatiza uma perspectiva funcional e unidirecional, enquanto McNair (2003, citado em Strömbäck & Kiouisis, 2020, p. 12) restringe-se à gestão de media. Em contraste, Jackson (2012, citado em Strömbäck & Kiouisis) adota uma visão relacional, com foco em diálogo e envolvimento que se aproxima mais da definição proposta. Mas a proposta de Strömbäck e Kiouisis (2011) integra esses elementos, adicionando ainda gestão de reputação, gestão de assuntos públicos e de relações com *stakeholders*.

Strömbäck e Kiouisis (2020) estabelecem uma distinção clara entre as Relações Públicas na Política e campos acadêmicos adjacentes, como o marketing, a gestão de assuntos públicos (*public affairs*) e a comunicação política. No domínio da comunicação política, embora ambos envolvam trocas de símbolos e mensagens entre atores políticos, meios de comunicação e o público, influenciando o equilíbrio de poder, a comunicação política não exige intencionalidade nem funciona como função de gestão. McLeod, Kosicki e McLeod (1994) e Blumler e Gurevitch (1995, citados em Strömbäck & Kiouisis, 2020) argumentam que esta forma de comunicação é intrínseca ao sistema político, moldada por normas legais, culturais e estruturais; já as Relações Públicas na Política exigem uma abordagem deliberada com objetivos de gestão (Blumer & Gurevitch, 1975; Pfau & Wan, 2006, citados em Strömbäck & Kiouisis, 2020).

Em relação à gestão de assuntos públicos, Harris e Fleischer (2005, citados em Strömbäck & Kiouisis, 2020) definem-no como o processo de formulação de políticas, avaliação do contexto político e gestão de relações institucionais com o governo, áreas que se cruzam com as das Relações Públicas na Política. No entanto, apesar de ambos os campos se focarem na gestão de relações e reputação, Davidson (2015), Grunig e Hunt (1984) e Toth (2006, citados em Strömbäck & Kiouisis, 2020) sublinham que permanecem teoricamente isolados.

Quanto ao marketing, Cutlip, Center e Broom (2000, citados em Strömbäck & Kiouisis, 2011) descrevem-no como centrado em transações com consumidores, ainda que tenha evoluído para o

marketing relacional, que privilegia interações duradouras. No entanto, as Relações Públicas na Política ampliam esse escopo ao dirigirem-se a múltiplos públicos e objetivos, incluindo gestão de reputação, planeamento estratégico e construção de redes de influência (Ehling, White & Grunig, 1992; Christopher, Payne & Ballantyne, 2002; Gummesson, 1999, citados em Strömbäck & Kioussis, 2020).

Embora a definição de Relações Públicas na Política assinala a sua capacidade central de criar e gerir relações com *stakeholders* no espaço político, característica que a distingue de campos de conhecimento adjacentes, Seltzer (2020) alerta para os elevados obstáculos atuais à prática dessas estratégias, em particular a polarização ideológica e a escalada dos conflitos no seio da política. Esse ambiente conflituoso é amplificado pelo fenómeno conhecido como “*social sorting*”, no qual múltiplos traços de identidade (como religião, localização ou profissão) se alinham com identidades partidárias, conformando comunidades políticas praticamente tribais (Mason & Wronski, 2018, citados em Seltzer, 2020).

A gestão de relação com os meios de comunicação constitui uma função central das relações públicas na política, uma vez que, sem acesso direto ao eleitorado, os políticos dependem da cobertura mediática para informar a opinião pública, moldar atitudes e influenciar comportamentos e intenções de voto (Arceneaux, Borden & Golan, 2020). Neste processo, o fluxo de informação das elites políticas para o público, através dos media, tem sido amplamente explorado pela teoria do *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972, citados em Arceneaux, Borden & Golan, 2020), com ênfase na sua dimensão de *agenda-building* (Kim & Kioussis, 2012, citados em Arceneaux, Borden & Golan, 2020), que descreve o papel das instituições na influência da agenda mediática e, conseqüentemente, do discurso e opinião pública.

Nesta dinâmica, os profissionais de relações públicas na política assumem um papel-chave, sendo responsáveis por influenciar, envolver e construir relações com *stakeholders* estratégicos, com o objetivo de enquadrar percepções e reforçar narrativas favoráveis aos candidatos, partidos ou organizações que representam (Arceneaux, Borden & Golan, 2020). Nesse contexto, a função de gestão de notícias emerge como uma das táticas mais eficazes para disputar enquadramentos e assegurar que narrativas estratégicas se tornem salientes na cobertura mediática. Apesar da inevitável contestação em torno da definição de temas e interpretações no espaço político, cabe

aos profissionais aconselhar estrategicamente os seus clientes na formulação e difusão dessas narrativas, em coerência com os objetivos políticos que perseguem (Arceneaux, Borden & Golan, 2020).

O "*strategic framing*" constitui, segundo Dan, Ihlen e Raknes (2020), uma dimensão inevitável da comunicação, implicando a construção e estruturação do significado de uma mensagem política de forma a influenciar a versão da história que será destacada pelos media. Como afirmam os autores, "O enquadramento estratégico refere-se à estruturação do significado e da importância de uma mensagem política, com o objetivo de influenciar a versão da história que será apresentada pelos meios de comunicação. Este processo de atribuir uma interpretação favorável à informação tem como objetivo determinar os parâmetros de um debate antes mesmo de ele começar." (Strömbäck & Esser, 2017, p. 75, citado em Dan, Ihlen & Raknes, 2020).

Esta prática parte do reconhecimento de que os meios de comunicação de massas não apenas refletem a realidade, mas contribuem ativamente para a sua construção (Lippmann, 1922/2004, citado em Dan, Ihlen & Raknes, 2020). O impacto do "*strategic framing*" estende-se a diferentes níveis: influencia os públicos (efeitos diretos e mediáticos), a cobertura mediática (*frame building*) e os próprios decisores políticos (efeitos nas políticas públicas) (Dan, Ihlen & Raknes, 2020).

A comunicação de crise constitui uma dimensão crítica das relações públicas na política, particularmente devido à centralidade da reputação na definição proposta por Strömbäck e Kioussis (2011). Tal como no contexto corporativo, a reputação é um ativo fundamental, mas torna-se ainda mais crucial quando se trata da gestão de situações de crise, dado que estas frequentemente implicam um escrutínio público acrescido e têm impactos reputacionais significativos (Coombs, 2020). Strömbäck e Kioussis (2013) sublinham que as relações públicas na política enfrentam níveis mais elevados de conflito e lidam com *stakeholders* mais diversos e complexos do que aqueles observados no setor empresarial, o que torna o exercício da comunicação de crise mais exigente. As crises podem assumir uma natureza operacional, quando comprometem o funcionamento da entidade política, ou simbólica, quando afetam diretamente a sua imagem e legitimidade pública (Coombs, citado em Strömbäck & Kioussis, 2020).

Neste contexto, o enquadramento estratégico surge novamente como uma ferramenta essencial (Coombs, 2020) - a gestão da narrativa durante uma crise visa moldar a percepção pública dos acontecimentos e reduzir os danos reputacionais. Como nota Coombs (2020), os enquadramentos tornam-se disputas simbólicas em contextos políticos, caracterizados por ambiguidade e competição interpretativa. Esta abordagem alinha-se com a perspectiva de Heath (2004, citado em Strömbäck & Kioussis, 2020), que entende a comunicação de crise como uma forma de narrativa que estrutura a realidade comunicacional. Assim, a comunicação de crise política não se limita à contenção de danos, mas envolve uma batalha pela definição do sentido dos acontecimentos em espaço público.

O estudo das Relações Públicas na política permite reconhecer a sua relevância enquanto instrumento de gestão comunicacional e relacional no espaço público. As suas funções, da gestão da reputação à comunicação em situação de crise, assumem particular importância no contexto político, onde a visibilidade e a percepção pública se tornam fatores determinantes. Esta análise contribui, portanto, para compreender as dinâmicas de comunicação que sustentam a legitimidade e a confiança nas instituições democráticas, constituindo uma ponte essencial para os capítulos seguintes.

2.3. O Impacto do Digital nas Relações Públicas na Política

Após a reflexão sobre o papel das Relações Públicas no campo político, torna-se pertinente considerar o impacto das transformações tecnológicas que redefiniram os modos de comunicar e interagir na esfera pública. A emergência do meio digital trouxe consigo novas possibilidades de mediação e participação, que influenciam a forma como os representantes constroem a sua relação com os cidadãos e gerem a sua legitimidade. Assim, este subcapítulo procura enquadrar a transição para o contexto digital como uma etapa necessária para compreender as atuais dinâmicas de comunicação política, estabelecendo a ligação entre o campo das Relações Públicas e as mutações do espaço público contemporâneo.

Até Guttenberg e a invenção da prensa móvel, o ecossistema mediático consistia em comunicação oral, limitada a ajuntamentos de pessoas. Com a invenção da imprensa, tornou-se possível a disseminação de livros, panfletos e outros suportes escritos. A chegada do telégrafo

eliminou a barreira de tempo e espaço. E o rádio tornou-se o primeiro meio de disseminação a possibilitar a comunicação de um para muitos (Naughton, 2014). Ao longo da história os padrões têm vindo a demonstrar que a chegada de um novo meio de comunicação cria desafios para os meios existentes de se adaptarem ou deixarem de existir. Até à chegada da internet, os meios tradicionais eram caracterizados por possuírem barreiras de entrada, como editores centralizados (Naughton, 2014). Os meios de disseminação até então, são vistos como meios “*push*”, onde os produtores decidem que conteúdo é criado, criam-no e depois distribuem-nos nos canais a audiências passivas de forma assimétrica. Já a web encontra-se no lado oposto, sendo considerado um meio “*pull*”, onde a audiência tem a capacidade de escolher (Naughton, 2014).

A internet, como a conhecemos hoje, foi idealizada com dois pilares fundamentais: a ausência de controlo central, e uma arquitetura que permite que diferentes aplicações possam ser construídas em cima de si, alargando o campo de possibilidades de comunicação, face a outros meios (Naughton, 2014). Estima-se que a World Wide Web esteja entre 20 e 40 mil milhões de páginas, excluindo as páginas não indexadas da “*deep web*”, que se estima serem 400 a 750 vezes maior que a parte visível da internet (Naughton, 2014). Por isso, a internet criou o primeiro ecossistema mediático complexo, onde o número de participantes (consumidores e produtores de conteúdo), de interações entre eles e a rapidez destas interações é significativamente maior que no passado (Naughton, 2014).

A internet trouxe novas possibilidades de acesso à informação, conexão com outras pessoas, adesão a comunidades, capacidade de partilhar ideias e conhecimento, tudo isto numa maior escala e rapidez do que no passado (Levine et al., 2001). Ao contrário dos meios de comunicação de massas, a internet veio dar a oportunidade ao consumidor de explorar livremente a sua curiosidade, debater, discordar, comparar visões, aprender, criar e obter novo conhecimento - a internet tornou-se o local onde as pessoas falam entre si sem filtros nem censura e equilibrou a equação nas conversas, dando-nos a oportunidade de escapar à noção de um-para-muitos dos meios de radiodifusão (Levine et al., 2001). Ao contrário dos meios de comunicação de massas, a internet representou a chegada de um canal com gastos reduzidos de matérias primas, poucos custos de transporte e alta eficiência na disseminação de conhecimento global (Levine et al., 2001). Ao contrário dos meios tradicionais que condicionam a audiência a consumidores passivos, a internet incentiva à participação, empoderando a audiência, dando lugar à criação de largas comunidades de interesses partilhados (Levine et al., 2001). Para as empresas significou

uma mudança de paradigma, reduzindo a barreira entre o que é “interno” e “externo” e aumentando a porosidade da informação. Conversas sobre as empresas acontecem, quer elas queiram ou não, e estas conversas são principalmente sobre o valor dos produtos e serviços e do valor das empresas que as vendem (Levine et al., 2001).

Fruto das características que inicialmente foram atribuídas à internet, foi possível a expansão de várias redes sociais digitais, definidas enquanto

“serviços baseados na web que permitem aos indivíduos (1) criar um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros utilizadores com quem partilham uma conexão e (3) visualizar e percorrer a sua lista de conexões e as criadas por outros dentro do sistema.” (Boyd e Ellison, 2007 citados em Naughton, 2014).

No ecossistema mediático (a comunidade de organizações, publicações, autores, utilizadores finais e audiências que funcionam num todo como uma unidade), assistiu-se ao crescimento do conteúdo gerado pelo utilizador (tipicamente conhecido na sua versão em inglês, como *User-Generated Content*) (Naughton, 2014). Esta possibilidade não veio propriamente ameaçar os meios tradicionais, mas fazê-los adaptar, dada a possibilidade de histórias ganharem interesse na internet levando-as a tornar-se relevantes para os meios tradicionais, ou, por exemplo, notícias nos meios tradicionais serem verificadas na blogosfera (Naughton, 2014). Apesar dos meios de imprensa escrita manterem muita da sua autoridade aos dias de hoje, os sites de notícias online começam a ter maior adesão, com as pessoas a procurarem conteúdo de rápido acesso (Earl & Waddington, 2012).

Volvidos quase 20 anos desde a invenção da internet, pode hoje afirmar-se que a realidade digital se tornou mainstream - deixando de fazer sentido distinguir as Relações Públicas tradicionais das Relações Públicas Digitais (Brown, 2012) A barreira entre o que existe offline e online tornou-se ténue, e a comunicação digital tornou-se um lugar comum e parte da vida diária (Young & Åkerström, 2016). Hoje a maior parte da população pode definir-se enquanto “naturais do digital” (Young & Åkerström, 2016, p.10).

⁹ “Os naturais digitais, indivíduos que se sentem confortáveis num ambiente online, estando equipados, através da experiência e da exposição, tanto às suas normas culturais como às competências tecnológicas necessárias para funcionar eficazmente.” (Young & Åkerström, 2016, p.2)

Se anteriormente os meios tradicionais constituíam-se como uma barreira entre as marcas e as audiências, a internet veio deitar abaixo esse estatuto de mediador e possibilitar conversas diretas entre eles (Earl & Waddington, 2012). Para as audiências significou a capacidade de interagir em tempo real com o conteúdo através das redes sociais digitais, tornando os meios mais participativos, mas trazendo desafios para a gestão da reputação, dada a ausência do controle editorial que fez parte dos meios de comunicação até então (Earl & Waddington, 2012). O desafio aumentou não só pela perda de controlo, já que nos meios tradicionais ele também não era garantido, mas pela velocidade que a comunicação ganhou nos meios digitais, o que criou a necessidade de maior agilidade na gestão da reputação, já que o escrutínio à atuação das marcas também viu um aumento (Earl & Waddington, 2012).

A Web 2.0 trouxe a possibilidade de criar num ecossistema diverso de plataformas onde é possível partilhar conteúdo de forma interativa e partilhável (Howell, 2012) através de serviços de *blogging* ou das redes sociais digitais (Earl & Waddington, 2012). Qualquer pessoa com um telemóvel com acesso à internet pode hoje criar conteúdo nas redes sociais sobre um tópico muito antes de os jornalistas o darem como notícia (Earl & Waddington, 2012). Com isto, torna-se impossível controlar a agenda mediática como no passado, dada a fragmentação dos meios de comunicação e fontes de informação (Earl & Waddington, 2012)

Plataformas digitais	Descrição	Exemplos
Redes Sociais Digitais	Constituído por indivíduos, permitindo conectar com pessoas, partilhar interesses, e conteúdo, permitindo socialização online	Facebook, Instagram
Blogs	Permitem a partilha de opiniões por parte de um autor.	Blogger, Mashable
Microblogs	São versões curtas de blogs, com limitações de caracteres	X
Comunidades Colaborativas	Facilitam tarefas colaborativas e partilháveis	GoFundMe, Wikipédia
Comunidades e fóruns	Servem fins variados, desde lugares para discussões dentro de comunidades online, a partilhas dentro destas comunidades.	Tripadvisor
Comunidades de partilha de conteúdos	Focam-se na partilha de conteúdo.	Youtube, Spotify
Redes Geo-Sociais	Plataformas que combinam redes sociais com localização geográfica, permitindo a partilha e o acesso a conteúdo com base na localização	Strava
Mundo Virtuais	Comunidades virtuais com ambientes reais simulados que permitem a interação através de avatares	Second Life

Tabela 12: Plataformas digitais (adaptado de Howell, 2012)

O desenvolvimento de plataformas sociais online criaram a oportunidade das organizações se apresentarem e de relacionar mais diretamente com os seus públicos (Connolly, 2020). Um forte exemplo disso são as comunidades online, que se juntam em torno de organizações, para partilhar experiências comuns, e que permitem que as organizações trabalhem para construir as suas reputações (Connolly, 2020). Desta forma tornou-se uma parte essencial da prática das Relações Públicas, gerir a confiança nas organizações nos meios digitais (Connolly, 2020).

A advento das redes sociais trouxe novas dinâmicas à comunicação interna (Miller, 2012). Assim como a generalidade dos públicos, os colaboradores criaram expectativas de informação, procurando maior rapidez e mais transparência das organizações (Miller, 2012). As redes sociais trouxeram a possibilidade de criar canais onde é possível receber feedback dos colaboradores, criar maior colaboração entre eles ou reduzir a distância hierárquica, com os estudos a apontarem que o uso de redes sociais digitais na comunicação interna trazem benefícios como a inovação, o compromisso dos colaboradores e maior gestão do conhecimento e colaboração dentro das organizações (Miller, 2012, p.200).

A integração das tecnologias digitais transformou profundamente o campo das relações públicas na política, proporcionando aos atores políticos meios mais eficientes, personalizados e contínuos de comunicação com os cidadãos (Sweetser, 2020). Esta evolução permitiu que campanhas e organizações políticas passassem de estratégias comunicacionais unidirecionais, como os primeiros websites que funcionavam como simples brochuras online (Tedesco, 2004, citado em Sweetser, 2020), para abordagens interativas que incluem mensagens segmentadas, recolha de fundos e envolvimento direto com o eleitorado (Trammell et al., 2006; Zhang et al., 2009, citados em Sweetser, 2020).

Com o digital, os atores políticos deixaram de depender exclusivamente da exposição mediática tradicional, podendo agora criar e gerir os seus próprios canais de comunicação, o que intensificou a personalização do discurso político (Jackson & Lilleker, 2011, citado em Sweetser, 2020). Esta autonomia comunicacional traduziu-se num aumento da capacidade de direcionar mensagens específicas a diferentes públicos e obter feedback em tempo real, ampliando as

possibilidades de participação cívica e redefinindo o que se entende por envolvimento político, desde pesquisar uma campanha até interagir com ela nas redes sociais (Sweetser, 2020).

Por outro lado, a constante presença de conteúdo político no espaço digital diluiu os limites da campanha política tradicional, tornando a comunicação política uma prática contínua e ininterrupta (Duggan & Smith, 2016, citados em Sweetser, 2020). No entanto, esta presença constante também expôs os cidadãos ao fenómeno do *confirmation bias*, uma vez que os utilizadores tendem a procurar e confiar em conteúdos que confirmam as suas crenças pré-existentes, evitando perspectivas divergentes (Taber & Lodge, 2006, citado em Sweetser, 2020).

A digitalização contribuiu ainda para o alargamento do que se pode entender como “participação política” e para a democratização do discurso político, ao permitir que qualquer cidadão com acesso à internet possa partilhar opiniões e reportar acontecimentos, fenómeno conhecido como *cidadão-jornalista* (Sweetser, 2020) mas também que emergem espaços privilegiados para o ativismo e a defesa de causas, dando visibilidade a movimentos da sociedade civil e ampliando o seu alcance e impacto político, por exemplo através de petições online (Saffer, Taylor & Yang, 2013, citados em Sweetser, 2020). No plano governativo, a adoção de ferramentas digitais contribuiu para uma maior transparência, eficiência na prestação de serviços públicos e fortalecimento da diplomacia pública (Chadwick, 2006; Graham & Avery, 2013, citados em Sweetser, 2020).

A análise do impacto do digital nas Relações Públicas na política permite consolidar o percurso teórico traçado até aqui, ao demonstrar como as mudanças tecnológicas condicionam a comunicação entre representantes e representados. O ambiente digital emerge, assim, como um elemento estruturante da mediação política, desafiando os modelos tradicionais de interação e reforçando a importância da comunicação estratégica na construção da confiança e da legitimidade democrática, conceitos centrais para os objetivos desta investigação.

Capítulo III – A Representação nas Redes Sociais pelos Deputados da XVI Legislatura

As eleições legislativas de março de 2024, marcaram uma nova fase na vida democrática portuguesa, com a formação da XVI Legislatura e a tomada de posse do Governo liderado por Luís Montenegro. Este período de renovação institucional e de recomposição partidária oferece um enquadramento relevante para observar as transformações na comunicação política e na relação entre representantes e representados.

Neste contexto, o presente estudo analisa a forma como os deputados da XVI Legislatura utilizam as redes sociais, nomeadamente Facebook, Instagram e TikTok, enquanto instrumentos de comunicação política e representação pública. A investigação parte das bases teóricas anteriormente discutidas para compreender, através de uma abordagem empírica, de que modo o uso destas plataformas reflete novas práticas de mediação política e estratégias de construção de legitimidade no contexto digital.

3.1 Metodologia de investigação

3.1.1. Pergunta de partida e objetivos de pesquisa

A melhor forma de iniciar um projeto de investigação em ciências sociais passa por enunciar a problemática, criando assim o início de um fio condutor que guia o trabalho do investigador (Campenhoudt et al., 2019). A questão de partida deve obedecer a três critérios (ibidem, 2019): clareza: no que diz respeito à precisão com que a pergunta de partida descreve o que o estudo procura entender; exequibilidade: o realismo das conclusões que serão possíveis obter a partir do projeto de investigação; e pertinência: no que diz respeito ao carácter (descritivo, explicativo,

normativo, preditivo ou outros) em que a pergunta de partida se enquadra. Assim, o seguinte trabalho procura compreender:

De que forma os deputados da XVI Legislatura utilizam as redes sociais enquanto representantes políticos?

Com esta investigação procura-se alcançar os seguintes **objetivos**:

1. **Desenvolver um quadro teórico sobre o uso das redes sociais** na comunicação política e na representação democrática no contexto português, com especial ênfase nos deputados da XVI Legislatura.
2. **Compreender a perspectiva dos partidos** face ao papel dos representantes da nação ao utilizarem as redes sociais e nas suas intervenções parlamentares.
3. **Analisar as interações entre as intervenções parlamentares dos deputados na Assembleia da República e o uso das redes sociais**, investigando como essas duas formas de comunicação se relacionam e influenciam a construção da imagem pública e a representação política.

3.1.2. Desenho da pesquisa e abordagem metodológica

Para analisar e compreender o papel das redes sociais na comunicação política e na representação democrática dos deputados da Assembleia da República, adotou-se uma abordagem metodológica mista¹⁰, combinando dados de três fontes. A triangulação metodológica¹¹ permitiu integrar diferentes perspectivas e garantir uma análise abrangente do fenómeno em estudo.

¹⁰ A investigação de métodos mistos (*mixed methods research*) é uma abordagem que envolve a recolha simultânea de dados quantitativos e qualitativos, utilizando um procedimento ou desenho específico que combina (ou integra) ambas as formas de dados no mesmo estudo, permitindo tirar conclusões (Creswell & Creswell, 2022)

¹¹ Creswell & Creswell (2022, p. 242) definem a triangulação de dados como o processo de examinar evidências provenientes de diferentes fontes e utilizá-las para construir uma base coerente de evidência em torno dos temas identificados. Quando os temas são estabelecidos a partir da convergência de várias fontes de dados ou de diferentes perspectivas dos participantes, este procedimento contribui para reforçar a validade do estudo

Em primeiro lugar, foram realizadas entrevistas com os partidos representados na Assembleia da República a fim de compreender as suas perceções sobre o papel da representação política e o uso das redes sociais. Esta técnica qualitativa possibilitou explorar as motivações e estratégias comunicacionais dos grupos parlamentares, criando a base comparativa para os métodos seguintes. O detalhe deste método pode ser encontrado na secção 3.2 “Entrevistas com representantes de partidos políticos”.

Seguidamente, procedeu-se à recolha e análise de dados das redes sociais, recorrendo a métricas quantitativas para descrever padrões de utilização e níveis de envolvimento dos deputados nas plataformas Facebook, Instagram e TikTok. Para além disso, realizou-se uma análise qualitativa das publicações, categorizando os conteúdos de acordo com um enquadramento teórico previamente definido. Esta fase permitiu examinar a forma como os deputados utilizam as redes sociais para comunicar com os eleitores e construir a sua imagem pública. O enquadramento detalhado deste método, incluindo os critérios de seleção e os tópicos de análise, é apresentado na secção 3.3 “Análise das Redes Sociais dos Deputados”.

Por fim, efetuou-se uma análise dos discursos parlamentares, através da recolha e interpretação das intervenções dos deputados nas sessões plenárias da Assembleia da República. Este método possibilitou comparar dois espaços de comunicação política distintos: o Parlamento, enquanto palco institucional e formal de representação política, e as redes sociais, enquanto meio alternativo e mediatizado de interação com o público. A análise crítica do discurso permitiu examinar as estratégias retóricas e os enquadramentos narrativos adotados pelos deputados. A descrição mais aprofundada deste procedimento metodológico, bem como dos participantes e tópicos abordados, encontra-se na secção 3.4 “Análise dos discursos dos deputados na Assembleia da República”.

Para análise dos vários dados, foram usadas diferentes ferramentas, listadas abaixo, tendo contado em todos os casos, com revisão humana, garantido a fiabilidade dos dados

Ferramenta utilizada	Objetivo
ChatGPT	Exploração e sistematização de dados textuais, com revisão e validação humana, revisão textual e gramatical
Allyze	Exploração de dados qualitativos, agrupando excertos por similaridade semântica e sugerindo temas para posterior revisão manual.
FanPageKarma	Recolha e análise de métricas quantitativas das redes sociais (publicações, interações e crescimento dos perfis).
Atlas.ti	Exploração e codificação qualitativa dos discursos parlamentares, identificando padrões e estratégias discursivas.

Esta abordagem mista convergente justifica-se pela necessidade de integrar estes quatro métodos complementares. A utilização deste desenho metodológico permite uma análise mais completa do fenómeno ao cruzar dados quantitativos e qualitativos. Segundo Creswell (2017), este tipo de abordagem favorece uma visão integrada da realidade estudada, ao reunir diferentes fontes de informação e analisá-las de forma complementar, contribuindo para uma compreensão mais detalhada e rigorosa do objeto de estudo.

Adotou-se, nesta investigação, uma abordagem interpretativista, orientada pela compreensão dos significados que os deputados atribuem às suas práticas comunicacionais e à sua atuação no espaço político digital. O interpretativismo parte da premissa de que a realidade social é construída pelas interações e interpretações dos indivíduos no seu contexto específico, valorizando, portanto, o conhecimento situado e a subjetividade dos participantes (Daymon & Holloway, 2011). Como defendem Bryman e Bell (2004), cabe ao investigador aceder ao “pensamento de senso comum” dos atores sociais e interpretar as suas ações a partir das perspetivas destes. Assim, mais do que buscar generalizações, esta investigação pretende compreender o modo como os deputados constroem sentidos sobre o uso das redes sociais e o seu papel na Assembleia da República. Com base nessa orientação epistemológica, recorreram-se a métodos qualitativos, como entrevistas e análise do discurso, que permitem aceder às interpretações dos sujeitos no seu contexto. Tal como salientam Daymon e Holloway (2011), o investigador, neste paradigma, não é um observador neutro, mas um agente que, ao

interagir com os participantes e interpretar os seus discursos, também contribui para a construção da realidade em estudo.

3.2. Entrevistas com Representantes dos Partidos Políticos

3.2.1. Entrevistas: justificação do método

As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como método qualitativo central desta investigação devido à sua flexibilidade e capacidade de captar as percepções subjetivas dos representantes dos partidos sobre o uso das redes sociais na comunicação política. O objetivo principal foi compreender como os partidos enquadram o papel das redes sociais na atuação dos deputados e de que forma estas plataformas influenciam a sua função de representação.

Este método permitiu explorar em profundidade as estratégias e diretrizes partidárias, bem como as diferenças nas práticas de comunicação digital adotadas pelos diversos grupos políticos. Como defendem Daymon e Holloway (2010), as entrevistas qualitativas possibilitam a obtenção de dados situados no contexto social dos entrevistados, refletindo as suas experiências, valores e interpretações na sua própria linguagem. Esta abordagem contrasta com métodos quantitativos mais estruturados, nos quais as respostas tendem a ser tratadas de forma independente do contexto que as produz.

A opção por entrevistas semiestruturadas permitiu equilibrar estrutura e flexibilidade, garantindo que temas essenciais fossem abordados, mas deixando espaço para aprofundar questões emergentes durante a conversa. Como destaca Bryman (2012), este tipo de entrevista segue um guia temático, mas dá aos entrevistados liberdade para expressar as suas opiniões de forma espontânea e detalhada. Além disso, a interação direta entre entrevistador e entrevistado possibilita a adaptação das perguntas, permitindo explorar temas imprevistos ou obter esclarecimentos adicionais sempre que necessário (Daymon & Holloway, 2010).

No contexto desta investigação, a escolha das entrevistas semiestruturadas também se justificou pela variação na modalidade de realização. Algumas entrevistas foram conduzidas presencialmente, enquanto outras decorreram online, consoante a disponibilidade e a agenda dos entrevistados. Segundo Daymon e Holloway (2010), entrevistas síncronas, são uma alternativa

eficaz para alcançar participantes que, devido a limitações geográficas ou profissionais, não poderiam ser entrevistados presencialmente.

A realização das entrevistas semiestruturadas foi a primeira etapa da investigação, servindo como base para as fases seguintes do estudo. Para Creswell (2017), em abordagens mistas, a recolha sequencial de dados permite que as descobertas qualitativas iniciais informem a análise posterior, assegurando uma compreensão mais estruturada do fenómeno estudado. Neste caso, as percepções obtidas nas entrevistas foram essenciais para contextualizar a análise subsequente das redes sociais e a sua comparação com a participação dos deputados nas sessões parlamentares, e permitindo uma interpretação mais aprofundada das práticas comunicacionais dos deputados.

3.2.2. Recolha de dados: entrevistas com os grupos parlamentares da XVI Legislatura

Para garantir a representatividade das diferentes perspetivas partidárias, a seleção dos entrevistados seguiu um critério intencional tendo sido contactados todos os partidos com assento parlamentar, solicitando que nomeassem um deputado ou representante para participar na investigação, com o objetivo de obter a visão dos atores políticos, na perspetiva do representante. Os contactos tiveram início em setembro de 2024 e concluídos em março de 2025. Os primeiros contactos foram estabelecidos por e-mail, enviados tanto para as sedes dos partidos como para os respetivos grupos parlamentares. Em casos de ausência de resposta, foram feitas tentativas adicionais por telefone e, quando possível, via contacto direto com assessores parlamentares. A aceitação da participação variou entre os partidos, sendo que alguns responderam prontamente, enquanto outros exigiram múltiplos contactos antes de confirmarem a disponibilidade para a entrevista. O Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e o Partido Livre não responderam em tempo útil ao pedido de entrevista, não tendo, por isso, integrado esta fase da investigação.

No momento do contacto, foi fornecida uma descrição do tema da pesquisa, de modo que cada partido pudesse indicar um deputado cuja experiência ou conhecimento com o tema em estudo. Esta abordagem permitiu assegurar que cada partido tivesse a oportunidade de expressar as suas orientações e estratégias específicas relativamente ao uso das redes sociais, respeitando simultaneamente os critérios internos de seleção de cada grupo parlamentar. Além disso, ao

permitir que os próprios partidos escolhessem os seus representantes, garantiu-se uma amostra diversificada e representativa dos partidos representados na Assembleia da República durante a XVI Legislatura. Em anexo, encontram-se notas biográficas dos participantes, evidenciando a sua qualificação e relevância para a investigação.

Deputado	Grupo Parlamentar/Partido	Função	Data da entrevista	Formato	Duração
Ricardo Carvalho	PSD	Deputado	18/10/2024	Remoto	21:35
Carina Castro	PCP	Membro da Comissão Política do Comité Central	07/11/2024	Remoto	24:10
Patrícia de Carvalho	CHEGA	Deputada	05/12/2024	Remoto	23:06
João Almeida	CDS-PP	Deputado	19/12/2024	Presencial	13:00
Mariana Leitão	IL	Deputada	20/01/2025	Remoto	15:51
Rafael Guerreiro	BE	Produção e Gestão de Redes Sociais	30/01/2025	Remoto	17:42
Sofia Canha	PS	Deputada	17/04/2025	Remoto	29:00
Sem resposta	PAN	NA	NA	NA	NA
	Livre	NA	NA	NA	NA

Tabela 13: Representantes de partidos entrevistados

No seguimento do desenho metodológico, e com base no enquadramento teórico desenvolvido, foram estruturados tópicos orientadores para as entrevistas com os deputados que possibilitaram a estruturação do questionário em torno dos objetivos inicialmente traçados.

Tópicos orientadores	
O deputado enquanto representante:	Este tópico procura explorar a compreensão dos deputados sobre o seu papel enquanto representantes na política. Pretende-se identificar como os deputados percecionam o conceito de representação, o que consideram ser o seu principal papel e como exercem essa representação no seu quotidiano. A investigação foca-se nas interpretações pessoais dos deputados sobre o que significa representar e nos tipos de representação que reconhecem na sua prática política.
A representação enquanto ação política:	Este tópico centra-se na análise de quem os deputados acreditam representar principalmente, se os eleitores, o partido ou outros grupos, e as razões por detrás dessas escolhas. Procura-se também examinar as ações de representação que os deputados realizam e os canais que utilizam para se expressar politicamente, explorando ainda a importância atribuída às redes sociais e à Assembleia da República como meios de representação.
Utilização das redes sociais pelos deputados	Neste tópico, investiga-se o papel das redes sociais na atividade parlamentar e como estas plataformas são utilizadas pelos deputados no desempenho das suas funções de representação. Pretende-se compreender as orientações partidárias sobre o uso das redes sociais, as práticas comuns entre os deputados e as perceções sobre as vantagens e desafios associados a estas plataformas na comunicação política.
Impacto das redes sociais na representação política	Este tópico visa avaliar como as redes sociais influenciam a prática de representação política dos deputados. A análise procura explorar o impacto destas plataformas na interação com os eleitores, as potenciais mudanças na forma de representar e a influência que as redes sociais podem ter sobre as políticas e discursos adotados pelos deputados.
Estratégias de comunicação digital	Focado nas abordagens estratégicas dos deputados relativamente à comunicação digital, este tópico procura explorar como são planeadas e executadas as campanhas nas redes sociais, tanto em contextos legislativos como eleitorais. Pretende-se compreender como as redes sociais são integradas nas estratégias de comunicação partidária e na atuação individual dos deputados.
Desafios e limitações na utilização das redes sociais	Este tópico aborda os desafios enfrentados pelos deputados no uso das redes sociais, incluindo questões éticas, a gestão da imagem pública e as dificuldades relacionadas com a disseminação de informação. A investigação pretende também identificar as perceções dos deputados sobre os riscos associados ao uso das redes sociais e as orientações que consideram essenciais para um uso responsável e eficaz destas plataformas.
Futuro das redes sociais na política	Neste tópico, procura-se explorar as perspetivas dos deputados sobre o futuro das redes sociais na política. Pretende-se entender as expectativas sobre a evolução do papel destas plataformas e as

	inovações ou mudanças desejadas para melhorar a comunicação política e o envolvimento dos eleitores no futuro.
--	--

Tabela 14: Tópicos orientadores das entrevistas

Com o objetivo de abranger todos os tópicos relevantes, foram elaboradas perguntas-guia para orientar as entrevistas, complementadas por questões específicas que permitiram aprofundar as respostas dos participantes. Este conjunto de questões foi elaborado com base no enquadramento teórico desenvolvido ao longo da investigação, refletindo conceitos-chave sobre representação política e comunicação digital. As perguntas foram desenhadas para garantir que os entrevistados tivessem liberdade para expressar as suas opiniões, mantendo ao mesmo tempo um foco nos objetivos do estudo. Antes da fase de recolha de dados, o guião foi testado de forma preliminar com um especialista em comunicação política, permitindo ajustar a formulação de algumas questões para maior clareza e pertinência.

Além disso, foi desenvolvido um guião de entrevista (apêndice 10) que, no início de cada sessão, reforçava os objetivos da investigação e o seu enquadramento no estudo. Este procedimento assegurou que os entrevistados compreendiam o propósito da pesquisa, sentiam-se confortáveis para participar e consentiam na gravação da entrevista, garantindo o tratamento adequado dos dados para fins académicos.

Antes de cada entrevista, os participantes foram informados sobre a natureza do estudo e garantiu-se que as suas respostas seriam utilizadas exclusivamente para fins académicos. Aos entrevistados foi também solicitado consentimento para a gravação da conversa, permitindo um registo fidedigno das suas declarações e facilitando a transcrição posterior - tendo sido concedido na totalidade das entrevistas.

3.2.3. Visões dos Partidos Políticos sobre as Redes Sociais como Instrumento de Representação

Para proceder à análise das entrevistas, foi adotada uma abordagem qualitativa orientada para a identificação de padrões temáticos e recorrências discursivas nas respostas dos participantes. Com este objetivo, recorreu-se ao Allyze, uma ferramenta de apoio à análise qualitativa potenciada por inteligência artificial, que agrega excertos por similaridade semântica, sugere temas e subtemas e estima a sua recorrência relativa. Os resultados gerados pelo Allyze foram posteriormente revistos manualmente, assegurando a fidelidade às declarações dos entrevistados e a coerência com o enquadramento conceptual do estudo.

Dimensão Temática	Subcategorias	Unidades de Recorte
Duplo Papel dos Deputados na Representação Política	- Conciliar interesses nacionais e responsabilidade local	4
	- Manter contacto próximo com os eleitores	6
	- Conciliar compromissos partidários com o envolvimento direto com o eleitorado	3
Redes Sociais como Ferramenta de Comunicação	- Reforçar transparência, proximidade e envolvimento cívico	2
	- Desafios da desinformação, literacia mediática e gestão de conteúdos ofensivos	6
	- Variações estratégicas no uso das redes sociais entre partidos	4
Evolução da Comunicação Política	- Importância da autenticidade e da responsabilidade ética	5
	- Adaptação às novas dinâmicas digitais para gerar confiança	5
	- Promoção do escrutínio democrático e participação cidadã ativa	3

Tabela 15: Tabela de análise das principais dimensões das entrevistas

Conciliar interesses nacionais e responsabilidade local

A conciliação entre a representação nacional e a responsabilidade local pelos círculos que os elegeram emerge, nas entrevistas realizadas com representantes dos partidos portugueses, como uma tensão constitutiva do exercício representativo. A clássica definição de Hannah Pitkin

(1967), que destaca a tensão entre agir em nome de outros e agir com autonomia, oferece uma chave interpretativa útil para compreender as declarações dos entrevistados, que, apesar de reconhecerem o carácter nacional do mandato consagrado na Constituição da República Portuguesa, enfatizam a necessidade de manter um vínculo ativo com o território e os eleitores que os elegeram.

Ricardo Carvalho (PSD) afirma de forma clara: “primeiro que tudo, o deputado representa o país, e depois representa o seu círculo eleitoral”, reconhecendo que “há interesses que são interesses do país e muitas das vezes até se sobrepõem de alguma forma a alguns interesses que possa haver do nosso círculo eleitoral.” Esta hierarquia entre os níveis de representação não elimina, contudo, a importância da intervenção local, na medida em que o deputado também funciona como elo entre as preocupações distritais e o poder central, utilizando os mecanismos parlamentares para representar os interesses do seu território.

João Almeida (CDS-PP) adota uma perspectiva semelhante, reforçando que “o deputado representa constitucionalmente todo o país”, mas que “na interpretação do mandato, obviamente que há uma proximidade ao nosso círculo eleitoral”, pois “cada deputado [tende a ter] maior proximidade ao seu eleitorado, àqueles que o elegeram.” A sua leitura do mandato evidencia, assim, uma articulação entre a norma constitucional e a exigência prática de manter um vínculo com os eleitores locais.

Esta leitura prática é também sublinhada por Patrícia Carvalho (Chega), que afirma: “eu não represento só os eleitores de Setúbal, eu represento os eleitores do país todo. Naturalmente que eu tento sempre focar-me mais nas questões locais do meu distrito, mas isso faço eu e fazem todos os deputados.” A deputada reforça ainda que dedica um dia por semana para visitar o distrito e receber diretamente denúncias e preocupações dos eleitores, sugerindo uma rotina institucionalizada de proximidade local, mesmo num contexto de representação nacional.

Por outro lado, Carina Castro (PCP) oferece uma abordagem distinta, centrada numa conceção coletiva da representação. Na sua visão, “nós temos uma perspectiva de grande interligação das diferentes frentes de trabalho do partido. E aí há um papel para a organização de base do partido, em que os militantes são determinantes para conhecer a realidade, para intervir sobre ela, para transformar.” Sublinha ainda que o mandato não é meramente individual, mas “um compromisso baseado num programa eleitoral”, funcionando como “um contrato com os eleitores”. A deputada inscreve a sua atuação parlamentar numa lógica de continuidade com a intervenção

política nos territórios e com a mobilização popular, afirmando que “a representação ocorre em múltiplas escalas, nacional, distrital, eleitoral e de classe.”

Os testemunhos de deputados como Ricardo Carvalho (PSD), João Almeida (CDS-PP) e Patrícia Carvalho (Chega) exemplificam uma visão substantiva, centrada na responsividade face às preocupações locais (Pitkin, 1968). Nesse sentido, as práticas descritas, como o contacto semanal com o círculo eleitoral ou a mediação das preocupações locais junto ao Parlamento, são manifestações empíricas da representação simbólica e formalística, que procura, por um lado legitimar a ação legislativa, e por outro, prestar contas do seu trabalho. Por outro lado, a porta-voz do Partido Comunista Português, Carina Castro, parece indiciar uma representação mais descritiva, ao enunciar que o partido procura representar os seus semelhantes, por exemplo em questões “distritais” ou “de classe”,

Assim, para os representantes de partidos ouvidos, a tensão entre escalas de atuação – nacional e distrital – não é necessariamente vista como uma contradição, mas antes como uma característica do exercício representativo, que implica uma gestão cuidadosa entre dever institucional e responsabilidade territorial. Estas perspetivas revelam, assim, uma interpretação pragmática e situada do mandato parlamentar, marcada pela tentativa de equilibrar compromissos formais com as dinâmicas do território e do eleitorado.

Manter contacto próximo com os eleitores

A manutenção de um contacto próximo e constante com os eleitores emerge, nas entrevistas, como uma responsabilidade central da função representativa, assumida através de múltiplas práticas complementares. Para os deputados entrevistados, esta ligação com os constituintes é garantida por meio da presença territorial, do uso estratégico das redes sociais, da colaboração com representantes locais e de uma comunicação autêntica e transparente. Tal como assinalado na obra “*O Federalista*”, é “essencial para a liberdade que o governo em geral deva ter um interesse em comum com o povo” e “particularmente essencial que [...] deva ter uma dependência imediata do povo e uma simpatia íntima com ele” (Hamilton et al., 2011).

Ricardo Carvalho (PSD) destaca a formalização desta ligação ao reservar um dia fixo da semana para realizar trabalho político no seu círculo eleitoral: “é um dia em que estou sempre no distrito”, afirma. Esta prática permite-lhe ouvir diretamente os cidadãos e “atuar como elo entre

autarcas locais e o governo central”, reforçando o compromisso com o território. Acrescenta ainda que mantém contacto diário com autarcas de diferentes partidos, auxiliando na mediação de problemas locais junto do poder central.

As redes sociais surgem como uma extensão significativa desse contacto, oferecendo um canal adicional para diálogo, prestação de contas e visibilidade do trabalho parlamentar. Vários deputados sublinham o seu papel neste processo. Mariana Leitão (IL) afirma que as redes sociais “permitem uma comunicação transversal e maior proximidade com os cidadãos”. Patrícia Carvalho (Chega) usa as plataformas para receber denúncias e partilhar iniciativas, enquanto Carina Castro (PCP) vê a sua utilização como reflexo de uma conceção coletiva da intervenção política, embora note que o foco da ação continua centrado na ligação direta com as comunidades. Ricardo Carvalho (PSD) menciona ter criado um perfil político para manter uma comunicação mais próxima com os seguidores, e Rafael Guerreiro (BE) acrescenta que “as redes sociais mudaram a política”, ao permitir que parte da relação com os eleitores seja mantida por meios digitais, sem, no entanto, substituir o contacto presencial. Estes testemunhos refletem o papel crescente das redes sociais nas relações públicas políticas, potenciando abordagens interativas que garantem um envolvimento direto com o eleitorado (Trammell et al., 2006; Zhang et al., 2009, citados em Sweetser, 2020).

Sofia Canha (PS) assume uma postura mais crítica em relação ao uso intensivo das redes sociais, admitindo não ser muito ativa nas plataformas, mas valorizando profundamente o contacto direto com os eleitores. Sublinha que “a nossa preocupação principal deve ser com as pessoas”, priorizando a autenticidade e a escuta ativa em detrimento de estratégias mediáticas. Esta posição reforça a importância de uma comunicação honesta, não apenas informativa, mas relacional, como base para a construção de confiança.

A comunicação autêntica é, de facto, apontada como um elemento essencial por diversos deputados. Rafael Guerreiro (BE) enfatiza que o papel do deputado é “trazer para o Parlamento os problemas reais das pessoas”, o que implica uma escuta comprometida e uma presença genuína nas comunidades. Já Sofia Canha destaca que a comunicação deve ser acessível e empática, mesmo diante de limitações pessoais, reforçando que é necessário “garantir espaço para que os eleitores sejam ouvidos”.

Contudo, esse contacto próximo não está isento de dificuldades. Vários entrevistados referem os desafios emocionais e práticos de lidar com o volume elevado de interações, a gestão do tempo e, por vezes, mensagens ofensivas nas redes. Sofia Canha (PS) reconhece estas dificuldades, admitindo que “a comunicação digital exige uma presença constante, o que nem sempre é compatível com o trabalho parlamentar.” Estes desafios apontam para a necessidade de um equilíbrio delicado entre exposição pública, disponibilidade e foco na ação legislativa.

Assim, os testemunhos recolhidos evidenciam uma abordagem multifacetada da proximidade representativa, que articula contacto direto, mediação digital e ação institucional. A presença no território continua a ser percebida como insubstituível, mas é complementada por mecanismos comunicacionais que ampliam o alcance, a escuta e a capacidade de resposta dos deputados, reforçando o sentimento de legitimidade democrática na sua atuação. Nesse sentido, a distinção entre micropolítica e macropolítica torna-se relevante: enquanto a política de grande escala opera com instituições e estruturas complexas, a micropolítica local ainda se baseia no contacto humano direto (Duverger, 1981). As redes sociais, neste contexto, funcionam simultaneamente como ferramentas de combate político coletivo e como instrumentos de aproximação interpessoal.

Conciliar compromissos partidários com o envolvimento direto com o eleitorado

As entrevistas realizadas demonstram que os deputados enfrentam uma tensão contínua entre a lealdade às diretrizes e programas do partido e a necessidade de manter uma relação direta e responsiva com os eleitores dos seus círculos. Esta dualidade, transversal nos testemunhos, reflete o debate clássico na teoria da representação entre os modelos *delegate* e *trustee*. Enquanto o modelo *delegate* enfatiza que o representante deve seguir estritamente a vontade dos eleitores, o modelo *trustee* reconhece a autonomia do deputado para agir segundo o seu próprio julgamento, sempre orientado pelo interesse público (Pitkin, 1967, citada em Cunningham, 2009). Tal como destaca Pitkin, esta tensão revela o equilíbrio delicado entre agir “por”, isto é, deliberar em favor dos representados com autonomia, e “estar por”, simbolizando ou espelhando as características e preferências do eleitorado (Pitkin, 1967).

Mariana Leitão (IL) coloca no centro da sua atuação o cumprimento do programa eleitoral apresentado aos eleitores: “Bem, eu acho que essencialmente o principal papel de um deputado é de acordo com aquela que é o programa eleitoral que apresenta...”, reconhecendo, contudo, as dificuldades inerentes ao processo legislativo. Esta visão revela uma forte ligação entre o mandato e o compromisso formal com as propostas partidárias, associando o cumprimento desse compromisso à legitimidade do mandato. Esta postura aproxima-se de uma conceção de representação substantiva, em que o foco está nos interesses efetivos dos representados (Pitkin, 1967; Aurélio, 2009)

Ricardo Carvalho (PSD) adota uma posição semelhante, mas com ênfase na dimensão territorial: “Primeiro que tudo, o deputado representa o país, e depois representa o seu círculo eleitoral... há sempre aqui uma responsabilidade acrescida da representatividade que o deputado deve ter com o seu distrito.” Esta afirmação sublinha que, mesmo num contexto de representação nacional, há uma expectativa prática de atenção constante ao território de origem, o que implica uma conciliação constante entre a lógica nacional-partidária e a prestação de contas local.

Por sua vez, Sofia Canha (PS) apresenta uma perspetiva que combina a fidelidade ao partido com uma ética de responsabilidade centrada nas pessoas: “Nós, por um lado, representamos o partido... E, por outro lado, temos a outra intervenção de representação da população e do povo, que nos elegeu.” refletindo o princípio *burkeano* de que os representantes devem exercer julgamento independente, justificando as suas escolhas aos eleitores quando estas divergem das vontades momentâneas (Aurélio, 2009). Mais do que alinhar-se mecanicamente com a linha partidária, a deputada enfatiza que a avaliação de políticas deve considerar o “impacto que isto vai ter na população, na vida real”, recusando uma abordagem centrada exclusivamente nos ganhos políticos do partido.

A comunicação, em especial através das redes sociais, surge como uma ferramenta estratégica para gerir esta dualidade. Mariana Leitão destaca que tais plataformas trazem uma “agilidade que anteriormente não existia”, permitindo receber mensagens e problemas diretamente dos cidadãos. A gestão dessa tensão entre lealdade partidária e voz individual também é evidenciada na forma como os deputados usam as redes sociais. Mariana Leitão explica que, embora o partido tenha os seus canais oficiais, utiliza os seus próprios perfis para expressar opiniões e interagir com os

eleitores.

Para Sofia Canha (PS), as redes sociais permitem “demonstrar e abrir diretamente o pensamento e a alma do político para o público”, promovendo maior proximidade e interação. Esta comunicação direta é valorizada como forma de reforçar a transparência, a autenticidade e a responsabilidade perante os eleitores, sem necessariamente abdicar do alinhamento com o partido.

Em contraste, Carina Castro (PCP) descreve uma lógica de comunicação coletiva, onde a atuação nas redes é estruturada pelo partido e inserida numa estratégia mais ampla: “No nosso caso, não são os deputados, é o PCP que o faz... é uma concepção coletiva, não é individual.” Esta abordagem reforça a ideia de que a comunicação política, longe de ser apenas expressão pessoal, é uma extensão da intervenção política coletiva. A experiência do PCP, relatada por Carina Castro, representa uma forma única de articulação entre partido e eleitorado, baseada na militância ativa e na intervenção organizada: “Nós temos uma perspetiva de grande interligação das diferentes frentes de trabalho do partido... isso tem uma estreita articulação com os eleitos.” A representação é, assim, entendida como prática coletiva ancorada numa rede militante e num conhecimento partilhado do território.

A deputada do Chega, Patrícia Carvalho, expressa uma visão distinta ao afirmar que “O deputado representa em primeiro lugar o partido porque é eleito pelo partido. E depois os eleitores que votam nesse partido.” Este entendimento revela uma hierarquia clara entre os compromissos com o partido e as expectativas do eleitorado, priorizando a disciplina partidária como eixo da representação. Trata-se de uma conceção que contrasta com posições mais flexíveis ou centradas na autonomia do deputado, evidenciando a diversidade de interpretações sobre a natureza do mandato parlamentar.

Em todas estas abordagens, é possível identificar uma preocupação comum com a preservação da legitimidade democrática da função representativa. A conciliação entre compromissos partidários e envolvimento direto com o eleitorado é operacionalizada através de estratégias variadas, desde a valorização da escuta ativa e do impacto social das políticas até à gestão consciente da comunicação política. Apesar das diferenças de ênfase e conceção, os entrevistados reconhecem

que manter essa articulação é fundamental para assegurar a confiança pública, a coerência ideológica e a capacidade de resposta às necessidades concretas dos cidadãos.

Reforçar a transparência, proximidade e envolvimento cívico

As entrevistas evidenciam que o uso das redes sociais vai muito além de uma ferramenta de divulgação: assume-se como uma dimensão constitutiva da proximidade democrática, permitindo a prestação de contas em tempo real, o reforço da autenticidade e a abertura de canais diretos entre eleitos e eleitores. Esta lógica articula-se com a proposta de Pierre Rosanvallon (2011), para quem a legitimidade democrática se constrói não apenas através do voto, mas também através de uma relação de proximidade, entendida como uma ligação ética, responsiva e empática entre representantes e representados

Ricardo Carvalho (PSD) observa que as redes sociais são essenciais para “dar uma prestação de contas do trabalho parlamentar que fazemos, mas também ter uma proximidade maior ao eleitorado que representamos.” Ao criar um perfil político dedicado, o deputado reforça o compromisso com a comunicação direta, sem intermediação institucional ou mediática. Essa interação fortalece a legitimidade da representação ao promover maior escrutínio público e devolver visibilidade ao trabalho realizado no Parlamento.

Complementarmente, Sofia Canha (PS) enfatiza o valor da autenticidade na comunicação digital: “as redes sociais permitem, por um lado, demonstrar e abrir diretamente o pensamento e a alma do político para o público, mas também permite a interação.” Essa abertura simbólica é fundamental para estabelecer conexões significativas com o eleitorado e reforçar a confiança na política. A deputada utiliza múltiplas páginas no Facebook para diversificar a comunicação com diferentes segmentos populacionais e atribui às redes sociais um papel pedagógico, capaz de recentrar o debate público em torno de valores humanos universais.

Ambos os deputados sublinham que a autenticidade e a autonomia na gestão da comunicação digital são elementos estruturantes para restaurar a fé dos cidadãos nas instituições representativas. Ricardo Carvalho observa que, ao mostrar o trabalho e “dar-se a conhecer”, os políticos contribuem para alterar perceções negativas e para encorajar a participação cívica: “as

peças veem a política de forma diferente e voltam a acreditar nos políticos.” Já Sofia Canha argumenta que a falta de convicção transparece nas redes sociais, e por isso a comunicação deve refletir um compromisso ético e transparente com o bem comum.

A responsabilidade representativa, por sua vez, é entendida como inseparável do envolvimento digital. Como salienta Ricardo Carvalho, é necessário “dar representatividade ao distrito, por forma de sermos uma voz ativa dos problemas e dos anseios das pessoas do distrito, porque ao fim e ao cabo são essas pessoas que votaram em nós.” As redes sociais, ao permitir esse contacto constante e direto, transformam-se em uma extensão simbólica do território, onde o deputado mantém presença, escuta e atuação.

Contudo, os benefícios destas ferramentas são acompanhados por desafios estruturais. Sofia Canha reconhece que o poder político “tem que aprender a lidar com isso e eventualmente [...] criar quadros legislativos para, não para censurar, mas para enquadrar dentro daquele quadro de princípios universais.” Esta proposta de regulação democrática visa garantir a integridade da comunicação digital, sem comprometer a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que responde aos riscos associados à disseminação de desinformação e à opacidade algorítmica.

A síntese destas perspetivas evidencia que o uso das redes sociais na representação política vai muito além de uma estratégia de marketing ou visibilidade. Trata-se de uma dimensão constitutiva da prática democrática contemporânea, que requer autenticidade, responsabilidade e adaptação institucional. A comunicação política digital, quando ancorada em valores éticos e alinhada com os princípios da democracia representativa, torna-se um vetor essencial para fortalecer a confiança, ampliar o escrutínio e promover uma participação cidadã mais informada e ativa.

Desafios da desinformação, literacia mediática e gestão de conteúdos ofensivos

As entrevistas demonstram que a desinformação, intensificada pelas dinâmicas das redes sociais e pelo uso de tecnologias como a inteligência artificial, constitui um dos maiores desafios à integridade do discurso público e à qualidade da democracia contemporânea. Deputados de diferentes partidos convergem na perceção de que o ambiente digital favorece a propagação viral

de conteúdos falsos, muitas vezes indistinguíveis da verdade, comprometendo os fundamentos do debate democrático e expondo limitações estruturais nos mecanismos de moderação. Esta preocupação transversal ecoa as advertências da literatura, que aponta para o impacto estrutural da proliferação de conteúdos falsos e da opacidade algorítmica na erosão da confiança cívica (Bennett, 2017; Kenski & Jamieson, 2017).

Ricardo Carvalho (PSD) alerta para o risco de inversão entre verdade e mentira: “Facilmente conteúdos que não são verdadeiros, fake news, podem ser fortemente divulgados, entrando num alcance tão grande que... aquilo que é verdade passou a ser mentira, passa a ser nova verdade.” Este fenómeno é agravado, segundo Rafael Guerreiro (BE), pela opacidade algorítmica: “O próprio algoritmo é um mistério”, sendo frequentemente usado como “arma de arremesso” para conteúdos falsos cujo desmentido não atinge o mesmo público. João Almeida (CDS-PP) aponta igualmente o “afunilamento nos algoritmos”, onde a lógica comercial gera câmaras de eco e reforça a polarização: “Os algoritmos estão feitos para responderem aos impulsos comerciais e orientar comercialmente e, portanto, a política vai por arrasto.”

Sofia Canha (PS) corrobora este diagnóstico ao afirmar que “nas redes sociais é permitido qualquer tipo de discurso, não há esse filtro, essa censura”, sublinhando a fragilidade das plataformas no combate à desinformação e aos discursos de ódio. Esta perceção é reforçada por Carina Castro (PCP), que destaca “limitações de algoritmos... muito evidentes” na deteção de conteúdos nocivos. O problema da moderação automática surge de forma concreta no testemunho de Patrícia Carvalho (Chega), que relata como as denúncias em massa levaram ao bloqueio injusto de uma página oficial: “Quando recebe muitas denúncias, bloqueia. Depois pergunta. Só que neste processo passam-se meses...”, evidenciando o risco de abusos por meio de censura algorítmica.

Face a estes riscos, surgem divergências entre os parlamentares sobre como equilibrar liberdade de expressão, responsabilidade individual e intervenção institucional. Mariana Leitão (IL) propõe uma abordagem centrada na literacia mediática e na pedagogia crítica: “Ter o discernimento de conseguir avaliar aquilo que lemos e ir à procura para conseguir, no fundo, não nos deixarmos contaminar por essa desinformação [...] passa muito mais por pedagogia do que por decretos.” Ela rejeita a intervenção estatal direta: “Não pode ser o Estado a fazer isso.” Patrícia Carvalho

(Chega) partilha esta preocupação, advertindo que “não podemos abanar o cravo e gritar por liberdade e depois sermos os primeiros a dizer que a liberdade tem que estar condicionada nas redes sociais”, apontando os perigos de uma regulação excessiva que possa resvalar para a censura.

Por outro lado, Sofia Canha (PS) defende que cabe ao poder político criar “quadros legislativos, não para censurar, mas para enquadrar dentro daquele quadro de princípios universais”, sinalizando a necessidade de uma regulação equilibrada, que proteja a liberdade de expressão mas responsabilize plataformas e garanta integridade do debate público. Rafael Guerreiro (BE) concorda, defendendo a importância de encontrar “ferramentas para, de certa forma, regular o uso das redes sociais”, articulando ação institucional no Parlamento.

A gestão seletiva de conteúdos ofensivos emerge também como estratégia prática para lidar com o ambiente digital. João Almeida observa que “a certa altura tem de se pôr um filtro. Não se pode responder a tudo. Não se vai responder a ofensas, não se vai responder a coisas que são completamente desfasadas da realidade.” Patrícia Carvalho sublinha o desgaste emocional que isso implica: “Respirar fundo, não vamos responder...”, revelando a necessidade de autoproteção e de priorização do debate substantivo.

Por fim, reconhece-se que a responsabilidade na mitigação da desinformação e na gestão de conteúdos ofensivos também depende de práticas comunicacionais éticas. Mariana Leitão defende o compromisso com informação “credível, com base em fontes, com dados, com coisas concretas e objetivas.” Carina Castro reforça esta postura, sublinhando o papel transformador da política: “Nós sabemos os mecanismos para favorecer o alcance e não sucumbir a eles... porque se [a política] é para ser transformadora, ela precisa mesmo de aprofundar consciências.”

Assim, esta categoria mista evidencia como a desinformação, a literacia mediática e a gestão de conteúdos ofensivos se entrelaçam num mesmo campo de desafios para a representação política - autores como Alaimo (2017) e McNair (2017) alertam para o facto de que a circulação viral de conteúdos de informativos - como fake news, rumores e contas automatizadas (*bots*) - não só fragiliza o ecossistema informativo, como reforça o cinismo político, isto é, a perceção de que políticos agem prioritariamente em benefício próprio (Cappella & Jamieson, 1997; Kenski & Jamieson, 2017). Entre as tensões entre liberdade e regulação, entre algoritmos opacos e literacia

crítica, os partidos políticos reconhecem a urgência de soluções que articulem educação, responsabilidade cívica, inovação tecnológica e quadros legais claros, salvaguardando os princípios democráticos num espaço público cada vez mais digitalizado.

Variação estratégicas no uso das redes sociais entre partidos

A comunicação política digital em Portugal evidencia profundas variações estratégicas no uso das redes sociais entre os diferentes partidos, refletindo não apenas as suas orientações ideológicas e culturas organizacionais, mas também os recursos disponíveis, o contexto eleitoral e as preferências individuais dos deputados. A análise das entrevistas revela uma paisagem complexa, onde coexistem abordagens altamente centralizadas e coletivas com estilos comunicacionais personalizados e individualizados.

O Partido Comunista Português (PCP) representa uma abordagem distintiva, orientada por uma lógica de ação coletiva e de centralização partidária. Carina Castro esclarece que “no nosso caso, não são os deputados, é o PCP que o faz... a intervenção do partido é fundamentalmente projetada na página do partido”, destacando que a gestão das redes é feita de forma planificada, em articulação com os diferentes setores do partido. A rejeição da promoção individual e da lógica competitiva nas plataformas digitais está também presente em sua reflexão crítica sobre o meio: “as próprias ferramentas da plataforma favorecem uma lógica à qual nós temos que ir politicamente refletindo no equilíbrio”. Assim, as redes sociais, para o PCP, são uma extensão da intervenção política quotidiana e organizada, e não meramente uma vitrine pessoal.

Em forte contraste, o Chega destaca-se como o partido mais agressivo e inovador no uso estratégico das redes sociais. Patrícia Carvalho relata que “o Chega foi o primeiro partido a perceber isso e, aliás, a sua primeira eleição deve-se sobretudo às redes sociais... quando vamos olhar para os números, também percebemos que tanto em seguidores como interações estão muito abaixo do Chega” (Patrícia Carvalho, Chega.). A aposta precoce e eficaz neste meio garantiu-lhe um posicionamento de vantagem face a partidos mais tradicionais, que demoram a adaptar-se ao ambiente digital e que ainda se encontram numa fase de consolidação da sua

presença online. O Chega transformou as redes em arenas privilegiadas de mobilização política e conquista eleitoral, redefinindo o espaço da comunicação política digital em Portugal.

No campo dos partidos tradicionais, verifica-se uma tendência para a autonomia individual e uma diversidade significativa na forma como os deputados comunicam digitalmente. Ricardo Carvalho (PSD) ilustra essa liberdade estratégica ao afirmar: “uso apenas o Instagram e o LinkedIn e muito pouco o Facebook... sei que sem a minha rede, fosse gerida por uma empresa de conteúdos digitais, provavelmente teria muito mais alcance. Mas é uma opção” (Ricardo Carvalho, PSD). Essa opção consciente reflete não apenas uma preferência pessoal, mas também uma adequação ao público-alvo específico de cada plataforma. Da mesma forma, Sofia Canha (PS) afirma que “cada deputado tem a sua forma de comunicar, naturalmente, os valores são os mesmos... depende da experiência que têm da sua vida, da forma de comunicar, da ligação que têm ao mundo real”, indicando que dentro de um mesmo partido coexistem estratégias comunicacionais distintas, moldadas pelas trajetórias e pelos estilos pessoais de cada parlamentar.

A adaptação estratégica ao perfil das plataformas também é evidente entre os entrevistados. João Almeida (CDS-PP) enfatiza: “Comunico de maneira diferente e às vezes ponho certos diferentes em redes sociais diferentes... o copy do LinkedIn é completamente diferente do copy do TikTok” (João Almeida, CDS-PP), o que revela uma abordagem segmentada e orientada para públicos diversos. Ricardo Carvalho acrescenta que “o Facebook hoje é maioritariamente pessoas dos 55 para cima. O Instagram é uma faixa etária mais jovem” (Ricardo Carvalho, PSD), justificando suas escolhas em função do perfil etário e comportamental das audiências de cada rede. Estas práticas mostram que a comunicação política nas redes sociais não é homogênea, mas modulada conforme as características e os usos sociais das plataformas.

Outro fator relevante na definição das estratégias de comunicação digital é a disponibilidade de recursos financeiros e a dimensão do eleitorado-alvo. Sofia Canha reconhece que “depende da capacidade financeira e depende também da grandeza do universo de eleitores a que se quer atingir... não tenho financiamento que dê para explorar muitas formas de comunicar” (Sofia Canha, PS), apontando as restrições orçamentais como condicionantes na sofisticação e no alcance da comunicação digital. Ricardo Carvalho também admite que não recorre a apoio

profissional especializado por opção, reconhecendo o impacto potencial dessa decisão nos resultados: “se a minha rede, fosse gerida por uma empresa de conteúdos digitais, provavelmente teria muito mais alcance” (Ricardo Carvalho, PSD). Estas declarações ilustram que, mesmo entre partidos com estruturas mais robustas, existem variações internas determinadas por escolhas individuais e pelos recursos disponíveis a cada deputado.

Em suma, a análise das entrevistas revela um cenário de grande diversidade estratégica no uso das redes sociais. O espectro vai desde modelos centralizados e disciplinados como o do PCP, passando por abordagens personalizadas e taticamente segmentadas nos partidos tradicionais, até formas inovadoras e altamente eficazes de mobilização digital como as do Chega. Além disso, mesmo dentro dos partidos, a liberdade individual, as condições materiais e a compreensão das plataformas moldam diferentes estilos de atuação. Esta diversidade não apenas reflete a pluralidade ideológica e organizacional do sistema político português, mas também aponta para a crescente importância da comunicação digital como arena de disputa simbólica, eleitoral e representativa.

Importância da autenticidade e da responsabilidade ética

A análise das entrevistas evidencia uma preocupação transversal com a integridade da informação, o fortalecimento da ligação com os cidadãos e a adaptação às exigências das plataformas digitais, sem perder de vista os princípios democráticos. Nesse contexto, autenticidade, discernimento crítico, regulação equilibrada e escrutínio público emergem como pilares de uma nova ética da representação mediada pelas redes sociais. Esta abordagem reflete o princípio contemporâneo de que, na era da internet participativa, “a realidade é a percepção” - ou seja, a forma como os atores políticos se comportam no espaço público digital é, em si, a principal base para a sua reputação e legitimidade, ultrapassando a lógica antiga de mera gestão de imagem (Waddington, 2012). Assim, a comunicação transparente torna-se o principal mecanismo de defesa contra a desinformação e o cinismo público, tal como defendido por Phillips (2009) e corroborado pela perspectiva de que a transparência é um verdadeiro bloco de construção da democracia.

A autenticidade é, para muitos dos entrevistados, um requisito incontornável na construção da credibilidade política. Sofia Canha (PS) afirma que “as redes sociais promovem maior autenticidade e transparência, pois expõem se o político está verdadeiramente imbuído dos valores que defende” (Sofia Canha, PS), sublinhando a capacidade das redes em revelar coerência entre discurso e prática. Ricardo Carvalho (PSD) reforça esta ideia ao declarar que escolheu “gerir pessoalmente as minhas redes sociais, evitando terceirizar completamente a comunicação, fortalecendo assim a relação de confiança com o eleitorado” (Ricardo Carvalho, PSD). Estas escolhas mostram como a autenticidade não depende apenas da mensagem, mas também do controlo direto sobre os meios e da exposição pessoal, elementos que, no ambiente digital, são percebidos como sinais de transparência e proximidade.

A responsabilidade ética também se assume como uma preocupação central. Ricardo Carvalho (PSD) chama a atenção para “o risco ético da manipulação e disseminação de fake news”, destacando que é dever dos políticos preservar a integridade da informação que partilham (Ricardo Carvalho, PSD). Já Mariana Leitão (IL) defende que o combate à desinformação deve assentar no discernimento dos cidadãos e em ações pedagógicas: “isso passa muito mais por pedagogia do que por decretos” (Mariana Leitão, IL), rejeitando soluções restritivas que possam comprometer a liberdade de expressão. Estas visões convergem na valorização da educação política e mediática como via para combater a desinformação sem recorrer a formas de censura que possam fragilizar os valores democráticos.

A adaptação estratégica às dinâmicas digitais, feita de forma consciente e segmentada, é igualmente destacada como fator de fortalecimento da confiança. Patrícia Carvalho (Chega) reconhece que as redes sociais representam “um novo palco de comunicação que permite contato direto e sem mediação entre políticos e eleitores, promovendo proximidade e confiança” (Patrícia Carvalho, Chega), sublinhando a importância da comunicação direta. De forma complementar, Ricardo Carvalho (PSD) diferencia o uso das plataformas segundo os públicos: “uso o Instagram para envolvimento político próximo e o LinkedIn para conteúdos profissionais” (Ricardo Carvalho, PSD). Estas práticas apontam para uma nova lógica comunicacional que privilegia a personalização e a adequação das mensagens, procurando estreitar a distância entre eleitos e eleitores.

O fortalecimento do escrutínio democrático através das redes sociais é outro elemento recorrente. Ricardo Carvalho (PSD) destaca que “cabe-nos a nós escrutinar a atividade do governo”, sendo a visibilidade dos problemas locais essencial para a responsabilização política (Ricardo Carvalho, PSD). João Almeida (CDS-PP) reforça que “antes fazia-se... uma nota de imprensa... agora é um vídeo... Isso aproxima muito” (João Almeida, CDS-PP), ilustrando como o uso de formatos audiovisuais amplia o acesso à informação parlamentar e dinamiza a participação cidadã. Neste sentido, as redes sociais não apenas funcionam como canais de prestação de contas, mas também como espaços de interatividade e reforço da cidadania ativa.

No entanto, este novo paradigma comunicacional não está isento de dilemas e tensões éticas. Patrícia Carvalho (Chega) chama a atenção para os riscos da censura algorítmica ao afirmar que “não podemos abanar o cravo e gritar por liberdade e depois sermos os primeiros a dizer... a liberdade tem que estar condicionada nas redes sociais” (Patrícia Carvalho, Chega), sugerindo que a moderação de conteúdo pode, em certos casos, degenerar em formas de silenciamento político. Este alerta levanta a questão do equilíbrio delicado entre garantir a liberdade de expressão e evitar a propagação de conteúdos nocivos ou falsos, uma fronteira ainda mal definida no espaço digital contemporâneo.

Por fim, os desafios da gestão ética e emocional da presença digital também são evidenciados. João Almeida (CDS-PP) relata que, apesar de inicialmente tentar responder a todas as interações nas redes, “isso se tornou impossível devido ao volume e à natureza do conteúdo, especialmente ofensas e informações repetitivas e desconectadas da realidade” (João Almeida, CDS-PP). Esta experiência revela os custos pessoais da exposição digital e a necessidade de estratégias de autorregulação para preservar a saúde emocional, sem abdicar da transparência e do diálogo com os cidadãos.

Em suma, a comunicação política digital em Portugal revela uma crescente valorização da autenticidade, da ética e da responsabilidade como elementos centrais para a credibilidade e o escrutínio democrático. Apesar dos desafios e das tensões, os políticos reconhecem que a presença digital requer uma postura consciente e adaptada, que combine proximidade, coerência, integridade informativa e respeito pela diversidade. Tal como salientam Connolly (2020) e Strömbäck e Kioussis (2011), a confiança, seja em marcas ou na política, nasce da qualidade das

relações, que, por sua vez, dependem de práticas transparentes, coerentes e adaptadas às exigências de um ecossistema mediático cada vez mais interativo e permeável. Assim, gerir a presença digital implica não só dominar as tecnologias e as lógicas algorítmicas, mas também consolidar uma cultura de abertura, prestação de contas e responsabilidade, que são, hoje, tão centrais para a comunicação política como para qualquer organização inserida numa sociedade em rede.

Adaptação às dinâmicas digitais para gerar confiança

As entrevistas analisadas demonstram que, para fomentar confiança, os atores políticos recorrem a uma combinação de comunicação personalizada, envolvimento direto e gestão responsável dos desafios digitais. Este cenário confirma a transformação apontada por Sweetser (2020), que destaca como a integração das tecnologias digitais permitiu que campanhas e organizações políticas avançassem de estratégias unidirecionais para abordagens interativas, incluindo mensagens segmentadas, recolha de fundos e envolvimento direto com o eleitorado. Assim, a adaptação vai além da simples presença nas redes sociais: envolve decisões conscientes sobre autenticidade, segmentação de públicos, coerência partidária e responsabilidade democrática face à desinformação, às interações ofensivas e às limitações algorítmicas.

A personalização da comunicação conforme o perfil de cada plataforma digital é apontada como uma estratégia essencial para estabelecer relações de confiança com o eleitorado. João Almeida (CDS-PP) refere que adapta o conteúdo e a linguagem das suas publicações segundo a rede utilizada: “o copy do LinkedIn é completamente diferente do copy do TikTok” (João Almeida, CDS-PP). Ricardo Carvalho (PSD) aplica uma segmentação estratégica, utilizando o Instagram para uma interação mais informal e o LinkedIn para conteúdos institucionais, o que “reflete a segmentação dos públicos digitais” (Ricardo Carvalho, PSD). Mariana Leitão (IL) valoriza a agilidade e a transversalidade comunicacional das redes, enquanto Patrícia Carvalho (Chega) enfatiza que o contato direto com os eleitores, sem mediação, “promove proximidade e

confiança” (Patrícia Carvalho, Chega). Estas práticas revelam uma adaptação consciente às especificidades de cada plataforma, orientada para o fortalecimento do vínculo com os cidadãos.

A proximidade digital, facilitada pelo contacto direto, transparente e constante nas redes sociais, é um elemento central da nova lógica comunicacional. Sofia Canha (PS) destaca que estas plataformas expõem o político, permitindo aferir se ele está verdadeiramente imbuído dos valores que professa (Sofia Canha, PS). Rafael Guerreiro (BE) observa que houve uma migração da proximidade física para a digital, o que se tornou essencial para a comunicação política atual. João Almeida aponta que antes se recorria a notas de imprensa, mas agora se produzem vídeos com linguagem direta e acessível, o que “aproxima muito” (João Almeida, CDS-PP). Este tipo de comunicação direta favorece a criação de uma relação de confiança baseada na transparência e na autenticidade, rompendo com os filtros tradicionais da mediação jornalística.

Contudo, a adaptação digital enfrenta obstáculos importantes, como a desinformação, as interações agressivas e os filtros algorítmicos. Patrícia Carvalho menciona o desafio emocional de lidar com mensagens ofensivas, sublinhando a importância da autorregulação para não reagir de forma impulsiva (Patrícia Carvalho, Chega). Ricardo Carvalho alerta para os riscos da manipulação de conteúdos, observando que “por vezes aquilo que é mentira passa a ser nova verdade” (Ricardo Carvalho, PSD). João Almeida reconhece que responder a tudo é inviável e que “tem de se pôr um filtro”, mas defende a autorregulação como alternativa à censura (João Almeida, CDS-PP). Por sua vez, Mariana Leitão recusa soluções legislativas e aposta na pedagogia e no discernimento cívico, enquanto Sofia Canha e Rafael Guerreiro reconhecem a necessidade de quadros regulatórios éticos que respeitem a liberdade de expressão sem comprometer os direitos fundamentais. Estas abordagens evidenciam que o fomento da confiança no espaço digital requer não apenas proximidade, mas também uma gestão responsável dos conteúdos e das interações.

A coerência comunicacional e a preservação da identidade coletiva surgem como fatores cruciais para garantir confiança num ambiente digital que tende a privilegiar a promoção individual. Carina Castro (PCP) alerta que “as próprias ferramentas da plataforma favorecem uma lógica individualista, obrigando o partido a refletir politicamente sobre o uso equilibrado desses meios” (Carina Castro, PCP). Ao optar por uma gestão coletiva das redes sociais, o PCP diferencia-se

dos modelos centrados em figuras individuais, defendendo a consistência da mensagem e a construção coletiva da presença digital. O Chega, por outro lado, utiliza as redes para construir uma identidade coletiva forte, baseada numa comunicação direta e agressiva com o eleitorado. João Almeida reforça que, mesmo com adaptações à linguagem das plataformas, é essencial manter a coerência e a fidelidade à identidade do partido.

Por fim, adaptar-se às mudanças algorítmicas e às lógicas de segmentação do público é apontado como um requisito técnico e estratégico para manter um envolvimento eficaz. Ricardo Carvalho utiliza diferentes redes para públicos distintos, reconhecendo que “o Facebook é hoje maioritariamente pessoas dos 55 para cima. O Instagram é uma faixa etária mais jovem” (Ricardo Carvalho, PSD). Rafael Guerreiro menciona que o funcionamento dos algoritmos permanece opaco, exigindo experimentação constante. Mariana Leitão e Patrícia Carvalho sublinham a importância da interação imediata e da resposta ativa aos eleitores como formas de contornar a filtragem algorítmica e manter a relevância. Estas práticas mostram que a adaptação bem-sucedida depende do domínio técnico das plataformas, da clareza ética na comunicação e da capacidade de resposta segmentada e personalizada.

Em suma, a adaptação às novas dinâmicas digitais implica uma reconfiguração estratégica da comunicação política. A confiança é construída por meio de uma interação direta e personalizada, da gestão ética das redes e da manutenção de uma identidade coerente. Ao mesmo tempo, os políticos enfrentam limitações técnicas, emocionais e éticas que exigem equilíbrio, reflexão e inovação constante. Este cenário sublinha que, no ambiente digital, comunicar é também gerir relações, riscos e valores, tarefa central para a qualidade da democracia contemporânea.

Promoção do escrutínio democrático e participação cidadã ativa

A integração entre atividade parlamentar formal e uso estratégico das redes sociais tem-se revelado central para o fortalecimento do escrutínio democrático e da participação cidadã ativa. As entrevistas demonstram que, ao lado do papel institucional de fiscalização desempenhado pelos deputados, as plataformas digitais oferecem novos canais para interação, visibilidade e

mobilização, aproximando os representantes dos eleitores e promovendo um ambiente mais participativo e transparente. Contudo, também emergem desafios associados à desinformação, às limitações técnicas e à necessidade de preservação da liberdade de expressão, exigindo uma combinação equilibrada entre educação cívica, autorregulação e quadros regulatórios adequados.

O escrutínio parlamentar permanece um dos pilares da responsabilização democrática. Ricardo Carvalho (PSD) afirma que “cabe-nos a nós escrutinar a atividade do governo”, defendendo que esse processo deve dar visibilidade a problemas locais e regionais, reforçando a transparência e a capacidade de resposta das instituições (Entrevista Ricardo Carvalho PSD.docx). De forma convergente, Carina Castro (PCP) sublinha a importância de uma atuação política profundamente enraizada na realidade social: “uma intervenção do eleito... se for diária e profundamente ligada à realidade do país, dos trabalhadores e do povo” (Entrevista Carina Castro PCP.docx). A ligação contínua com o terreno é vista como essencial para garantir que as preocupações dos cidadãos cheguem ao espaço institucional. João Almeida (CDS-PP) complementa essa visão ao destacar a transformação do escrutínio com o uso do vídeo nas redes sociais: “antes fazia-se... uma nota de imprensa... agora é um vídeo... Portanto, as pessoas veem e ouvem. É completamente diferente da nota no jornal local. Isso aproxima muito” (João Almeida, CDS-PP).

As redes sociais, ao ampliarem o alcance da comunicação política e permitirem contato direto e em tempo real, tornam-se instrumentos fundamentais de escrutínio público e participação democrática. Ricardo Carvalho afirma que “se uma pessoa que tem funções políticas usa redes sociais, o escrutínio sobre essa pessoa também aumenta. E se o escrutínio sobre essa pessoa também aumenta, também é positivo para a democracia” (Ricardo Carvalho, PSD.), sublinhando que a visibilidade digital implica maior responsabilização. Carina Castro, por sua vez, destaca a utilização das redes como canal de escuta cidadã: “temos uma prática... de convocar as pessoas a fazerem-nos chegar denúncias... para podermos levar ao debate” (Entrevista Carina Castro PCP.docx). Estas práticas demonstram como a dimensão digital amplia o circuito da accountability, tornando-o mais interativo, horizontal e responsivo.

O envolvimento direto proporcionado pelas plataformas digitais é visto como um mecanismo de transformação da participação política. João Almeida afirma que “as redes sociais vieram introduzir uma possibilidade desse contacto direto, uma mudança brutal, contacto direto em

tempo real” (João Almeida, CDS-PP.), evidenciando como as novas tecnologias remodelaram os padrões de comunicação entre eleitos e eleitores. Essa dinâmica é reforçada por Carina Castro e Ricardo Carvalho, que enfatizam o papel das redes como espaço de denúncia, diálogo e vigilância democrática. Estas formas de interação contribuem para uma cultura política mais vigilante e participativa, onde o cidadão é estimulado a fiscalizar, questionar e mobilizar.

A mobilização cidadã extrainstitucional surge como um complemento à atuação parlamentar, integrando o escrutínio democrático numa lógica mais ampla de protagonismo social. Carina Castro explicita essa visão ao afirmar que “é tão importante uma intervenção de um plenário como a presença de um piquete de uma greve” (Carina Castro, PCP.), valorizando a atuação dos eleitos junto dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores. Essa abordagem propõe uma conceção expandida de participação, na qual o deputado não apenas legisla e fiscaliza, mas também atua como facilitador de processos coletivos de transformação social. A articulação entre mobilização digital e mobilização no terreno torna-se, assim, um eixo estratégico de reforço democrático.

A liberdade de expressão, enquanto direito fundamental, é apontada como condição indispensável para o exercício do escrutínio e da participação nas redes sociais. Patrícia Carvalho (Chega) enfatiza que “o papel das redes sociais... é sobretudo uma forma dos eleitores também estarem mais próximos de nós”, mas adverte contra a tentação de limitar a liberdade de expressão nas plataformas: “não podemos abanar o cravo e gritar por liberdade e depois sermos os primeiros a dizer... a liberdade tem que estar condicionada nas redes sociais” (Patrícia Carvalho, Chega.). Esta reflexão evidencia as tensões entre moderação de conteúdo, combate à desinformação e preservação de um espaço público plural e democrático. João Almeida reforça que os conteúdos audiovisuais, como vídeos, ampliam o alcance e a clareza da comunicação política, contribuindo para um ambiente mais acessível e transparente.

Apesar do potencial das redes sociais para ampliar o escrutínio e a participação, também se reconhecem limitações estruturais. Ricardo Carvalho aponta que, embora o uso das redes sociais aumente o escrutínio, esse efeito é condicionado pela falta de recursos e de apoio profissional, o que pode restringir o alcance da comunicação e a eficácia da interação com o público. Tal limitação sugere que, para além das estratégias individuais, é necessário fortalecer a literacia

digital e garantir meios adequados para que a comunicação política cumpra sua função democrática de forma plena e equitativa.

Em síntese, a análise das entrevistas mostra que a promoção do escrutínio democrático e da participação cidadã ativa no contexto digital requer uma articulação equilibrada entre atuação parlamentar, uso estratégico das redes sociais, liberdade de expressão, mobilização popular e educação cívica. Ao reconhecer as potencialidades e os limites do digital, os atores políticos entrevistados apontam caminhos para uma democracia mais responsiva, inclusiva e participativa, em que o cidadão não é apenas destinatário da política, mas agente ativo da sua construção.

Categoria de Análise	Síntese teórica	Exemplos	Enquadramento teórico
Conciliação entre representação nacional e local	Os deputados articulam o mandato nacional com um compromisso ativo com o círculo eleitoral.	“Eu não represento só os eleitores de Setúbal, eu represento os eleitores do país todo. Naturalmente que eu tento sempre focar-me mais nas questões locais do meu distrito, mas isso faço eu e fazem todos os deputados .” (Patrícia Carvalho, Chega)	1.1.2. Tipos de Representação
Manutenção de contacto com os eleitores	A ligação ao eleitorado é mantida por visitas presenciais, redes sociais e contacto direto.	“(…) faz parte do deputado há um dia para trabalho político. Esse dia de trabalho político, que é à segunda-feira, é um dia em que o deputado deve fazer trabalho político no seu círculo eleitoral, no seu distrito, no contacto com os eleitores desse distrito.” (Ricardo Carvalho, PSD)	1.1.1. Evolução do Conceito de Representação
Tensão entre compromissos partidários e eleitorado	Existe uma tensão entre seguir a linha partidária e responder às preocupações locais.	“Bem, eu acho que essencialmente o principal papel de um deputado é de acordo com aquela que é o programa eleitoral que apresenta, não é? Na altura da candidatura, defendê-lo e tentar fazer aprovar o máximo dessas propostas possíveis, tendo em consideração, obviamente, as dificuldades pela forma como o Parlamento está organizado” (Mariana Leitão, IL)	1.2.2. Partidos Políticos e Representantes: Funções e Tipologias
Transparência e proximidade nas redes sociais	As redes sociais reforçam a autenticidade e aproximam representantes dos representados.	“(…) as redes sociais permitem, por um lado, demonstrar e abrir diretamente o pensamento e a alma do político para o público, mas também permite a interação.	2.3. O Impacto do Digital nas Relações Públicas na Política

		E essa interação também é importante no confronto e até na posição e na defesa desses valores.” (Sofia Canha, PS)	
Desafios da desinformação e conteúdos ofensivos	A desinformação e os discursos de ódio desafiam a comunicação ética e transparente.	“O tema hoje que está na ordem do dia tem a ver com os conteúdos e a veracidade dos conteúdos. E com os desafios hoje que nós temos ao nível da inteligência artificial, o grande risco que existe é hoje a manipulação com grande facilidade dos conteúdos” (Ricardo Carvalho, PSD)	2.3. O Impacto do Digital nas Relações Públicas na Política
Variação estratégica entre partidos	Os partidos variam entre modelos centralizados, individualizados e orientações coletivas.	“Cada deputado tem a sua forma de comunicar, naturalmente, os valores são os mesmos, a base é a mesma, estou a falar do Partido Socialista, obviamente, a base é a mesma, parte-se dos mesmos princípios e dos mesmos valores, Mas também depende de uma interpretação de cada um daquilo que são, da forma como, depende da experiência que têm da sua vida, da forma de comunicar, da ligação que têm ao mundo real, isso é importante, quanto mais tempo estamos na bolha política, mais nos distanciamos” (Sofia Canha, PS)	1.2.2. Partidos Políticos e Representantes: Funções e Tipologias
Autenticidade e responsabilidade ética	A autenticidade e a ética na comunicação digital são cruciais para a confiança pública.	Acho que isso se combate por as pessoas terem o discernimento, nunca, não basearem as suas opiniões na primeira coisa que leem, mas irem à procura de mais informação, irem ver as fontes, tentarem fazer a diferenciação entre as fontes credíveis e as fontes não (Mariana Leitão, IL)	2.1. Relações Públicas: Fundamentos e Enquadramento Teórico
Adaptação às dinâmicas digitais	Políticos adaptam o conteúdo conforme a plataforma, público e recursos disponíveis.	“As redes sociais são os novos média, por assim dizer, porque antigamente a comunicação entre políticos e leitores era feita única e exclusivamente através dos meios de comunicação social. E houve essa mudança já há alguns anos. Foi uma mudança que foi muito, eu acho que os partidos tradicionais demoraram muito a perceber que havia um palco novo, que é aqui que são as redes sociais.” (Patricia Carvalho, Chega)	2.2. As Relações Públicas na Esfera da Política
Promoção do escrutínio	As redes sociais ampliam o escrutínio parlamentar e promovem o envolvimento cívico.	“Portanto, as pessoas veem e ouvem. É completamente diferente da nota no jornal local.	1.1.3. Legitimidade, Deliberação e Esfera Pública

democrático e participação		Isso aproxima muito” (João Almeida, CDS-PP)	
----------------------------	--	---	--

Tabela 16: Principais insights resultantes das entrevistas

3.3. Análise das Redes Sociais dos Deputados

3.3.1. A análise de conteúdo: justificação do método

A análise de conteúdo é uma técnica fundamental em estudos de comunicação e ciências sociais, permitindo a identificação de padrões, temas e estruturas discursivas em grandes volumes de dados textuais ou multimédia. Como destacam Campenhoudt, Marquet e Quivy (2008), este método é particularmente adequado para a análise de ideologias, sistemas de valores, representações e aspirações, o que se aplica diretamente ao presente estudo, ao examinar a comunicação política dos deputados nas redes sociais.

Nesta investigação, optou-se por uma abordagem mista de análise de conteúdo, combinando elementos quantitativos e qualitativos para examinar as estratégias de comunicação dos deputados da XVI Legislatura nas plataformas Facebook, Twitter, Instagram e TikTok. Segundo Bryman (2012), a análise de conteúdo pode assumir um carácter quantitativo, ao codificar dados de forma sistemática e replicável, ou qualitativo, ao explorar significados mais profundos nos materiais analisados. A abordagem aqui adotada articula ambas as vertentes, permitindo não apenas descrever a frequência e padrões das publicações, mas também interpretar os temas subjacentes à comunicação política digital dos deputados.

A análise quantitativa possibilitou medir a frequência das publicações, níveis de envolvimento e padrões de uso das redes sociais, fornecendo uma base empírica estruturada para identificar tendências. Como refere Bryman (2012), a análise de conteúdo quantitativa permite categorizar e quantificar dados de forma sistemática, facilitando comparações e inferências sobre padrões comunicacionais. No contexto desta investigação, essa abordagem foi essencial para compreender o volume de interações e a distribuição de conteúdos por diferentes temas políticos.

Por outro lado, a análise qualitativa aprofundou a interpretação das mensagens, permitindo identificar significados latentes e enquadramentos discursivos nas publicações dos deputados. Segundo Bryman (2012), a análise qualitativa de conteúdo permite ir além do conteúdo manifesto, explorando temas subjacentes e relações implícitas nos discursos políticos. Na presente investigação, este método foi aplicado para compreender como os deputados constroem narrativas políticas, quais os temas predominantes e de que forma mobilizam estratégias discursivas nas redes sociais.

A categorização emergiu como um processo central na análise qualitativa, agrupando as unidades de registo de acordo com temas comuns. Schreier (2013) enfatiza que este processo deve ser conduzido de forma sistemática e rigorosa, atendendo a critérios como exclusão mútua, homogeneidade e pertinência das categorias, garantindo que os resultados sejam fiáveis e relevantes. No presente estudo, as publicações dos deputados foram classificadas em diferentes categorias temáticas, permitindo uma compreensão mais detalhada das estratégias comunicacionais utilizadas.

Além disso, a credibilidade dos dados analisados foi assegurada através da utilização de ferramentas que recolhem diretamente as publicações das redes sociais oficiais dos deputados, evitando distorções ou fontes não verificadas. Como referem Daymon e Holloway (2010), a credibilidade na análise de documentos está ligada à precisão da informação e ao contexto em que foi gerada, sendo fundamental garantir que os dados analisados correspondem à realidade comunicacional dos sujeitos estudados.

A escolha de incluir todos os 230 deputados da XVI Legislatura justifica-se pela necessidade de capturar uma visão abrangente e representativa das estratégias de comunicação digital utilizadas pelos representantes eleitos. A análise focou-se exclusivamente nas publicações feitas pelos deputados, sem considerar interações diretas com os eleitores, como comentários ou respostas. Como destaca Bryman (2012), a análise de conteúdo pode ser aplicada a diferentes tipos de documentos e textos, incluindo publicações em plataformas digitais, permitindo compreender os temas e estratégias discursivas presentes na comunicação política online.

3.3.2. Recolha de dados: Análise às redes sociais dos deputados da XVI Legislatura

A recolha de dados para esta investigação foi realizada através do software FanPage Karma, uma ferramenta especializada na monitorização e análise de redes sociais. Numa primeira etapa, foram adicionados à plataforma os perfis de Facebook, Instagram e TikTok dos deputados eleitos para a Assembleia da República na XVI Legislatura. Nesta fase, apenas puderam ser considerados os deputados que possuíam perfis públicos e acessíveis em pelo menos uma das plataformas analisadas, constituindo assim a base inicial de perfis válidos. A partir da base inicial de perfis válidos, foi elaborada a tabela de deputados incluídos na análise, que identifica o círculo eleitoral, a situação parlamentar (efetivo ou suplente), o nome do deputado, o partido, a rede social e o respetivo link de acesso.

Partido	Rede Social			
	Facebook	Instagram	Tiktok	Total
Bloco de esquerda	0	3	3	6
CDS-PP	0	2	0	2
Chega	14	27	7	53
IL	1	5	5	12
Livre	2	2	1	6
PAN	1	1	1	4
PS	22	32	8	89
PSD	24	30	7	75
Total	64	102	32	247

Tabela 17: Universo de estudo - contas detetadas pelo software FanPageKarma

Os deputados cujos perfis de redes sociais não foram encontrados e e não reuniam estas condições foram excluídos desta base, encontrando-se listados em tabela em anexo

Partidos	Total
CDS-PP	1
Chega	18
Livre	2
PCP	3
PS	27
PSD	31
Total	84

Tabela 18: Número de deputados sem redes sociais detetáveis - excluídos do estudo

A partir desta base inicial, foi construída a amostra final por conveniência, definida segundo três critérios centrais:

1. A inclusão de todas as forças políticas com representação parlamentar, assegurando uma visão abrangente do hemiciclo;
2. A proporcionalidade eleitoral, de forma a refletir o peso relativo de cada partido nos resultados das eleições legislativas da XVI Legislatura;
3. A seleção aleatória orientada, que, dentro de cada partido, procurou contemplar a diversidade territorial dos círculos eleitorais e privilegiar deputados com maior presença digital (ou seja, com perfis ativos em mais do que uma plataforma).

Apesar de a alocação proporcional não prever a inclusão do PAN, optou-se por acrescentar um perfil deste partido, de modo a assegurar que todas as forças políticas com assento parlamentar estivessem representadas no estudo.

Matematicamente, a distribuição de lugares na amostra seguiu uma regra de proporcionalidade direta. O número de perfis de cada partido na amostra foi calculado pela fórmula:

$$n_{\text{partido}} = N \times (D_{\text{partido}} / D_{\text{total}})$$

Onde:

- **n_partido** corresponde ao número de deputados do partido incluídos na amostra;
- **N** representa a dimensão total da amostra (100 perfis);
- **D_partido** é o número de deputados eleitos pelo partido na XVI Legislatura;
- **D_total** é o número total de deputados da Assembleia da República (230).

Tabela 19: Fórmula de cálculo da amostra por partido político

Este cálculo assegura que o peso relativo de cada partido na amostra reflete fielmente a sua representatividade parlamentar. Numa segunda fase, procedeu-se à estratificação interna da amostra por plataforma digital. Para cada partido, os perfis selecionados foram distribuídos proporcionalmente ao peso relativo da presença dos deputados em cada rede social, considerando a base inicial de perfis válidos. Este procedimento assegurou que a amostra refletisse não apenas a representatividade parlamentar de cada partido, mas também a estrutura real da sua presença digital. Assim, se um partido tivesse 40% dos seus deputados com Instagram e 20% com Facebook, a mesma proporção foi replicada na seleção da amostra.

Partido	Deputados eleitos na XVI Legislatura	Contas de redes sociais analisadas			Total
		Instagram	Facebook	Tiktok	
PS	78	15	10	4	29
PSD	77	14	11	3	28
Chega	50	10	5	3	18
IL	8	2	0	1	3
Bloco de Esquerda	5	2	0	0	2
Livre	4	1	1	0	2
PAN	1	1	0	0	1
CDS-PP	2	1	0	0	1

PCP	4	0	0	0	0
Total	230	43	28	11	

Tabela 20: Amostra de partidos analisados

O período de análise estabelecido compreendeu os seis meses subsequentes à tomada de posse da XVI Legislatura, decorrendo entre 26 de março e 26 de setembro, e permitindo observar práticas comunicacionais iniciais dos deputados no novo ciclo político. Ao todo foram analisadas 1679 publicações. A lista final de perfis de deputados analisados pode ser encontrada no apêndice 8.

A análise de redes sociais foi estruturada em dois níveis complementares:

- a) Análise analítica dos perfis – medição de indicadores quantitativos como frequência de publicações, tipos de conteúdos partilhados e níveis de interação (gostos, partilhas, comentários e visualizações), possibilitando uma caracterização comparativa entre deputados e partidos;
- b) Análise das publicações – categorização qualitativa do conteúdo divulgado pelos deputados no período em estudo, agrupando as mensagens em categorias temáticas previamente definidas (cf. tabelas apresentadas no capítulo).

A integração destas duas dimensões – quantitativa e qualitativa – assegura uma visão abrangente da presença digital dos deputados, permitindo compreender não apenas a intensidade do uso das redes sociais, mas também os sentidos políticos e comunicacionais subjacentes às suas práticas digitais

A análise quantitativa focou-se na medição de variáveis como frequência de publicação, formatos de conteúdo e níveis de envolvimento. Segundo Bryman (2012), a análise de conteúdo quantitativa permite categorizar e quantificar dados de forma sistemática, facilitando comparações e inferências sobre padrões comunicacionais. Esta abordagem permitiu compreender o volume de interações geradas pelos deputados, a distribuição dos conteúdos por diferentes temas políticos e as estratégias utilizadas para captar a atenção do público.

Assim, foram criadas as seguintes categorias, para análise das plataformas digitais dos deputados:

Categoria	Subcategoria	Descrição
Análise dos perfis de redes sociais	Índice de performance	Métrica comparativa que avalia o desempenho global de cada perfil, combinando crescimento e taxa de interação.
	Crescimento dos perfis nas redes sociais	Mede a evolução percentual do número de seguidores no período de análise, permitindo identificar tendências de popularidade e alcance digital.
	Taxa de interação das publicações	Porcentagem resultante da soma das interações (<i>gostos</i> , comentários, partilhas, etc.) em relação ao número de seguidores, refletindo o envolvimento médio com os conteúdos partilhados pelo perfil.
Análise dos conteúdos publicados	Frequência de publicação	Número médio de publicações realizadas por semana no período de análise, indicador da intensidade da presença digital dos deputados.
	Horários de publicação	Identificação dos períodos do dia e da semana em que os conteúdos foram mais frequentemente partilhados, permitindo aferir a adequação às boas práticas de algoritmos de visibilidade.
	Palavras e hashtags utilizadas	Levantamento das palavras-chave e hashtags mais recorrentes nas publicações, analisando simultaneamente o seu nível de interação, de modo a evidenciar temas dominantes e estratégias de alcance.
	Tipologia de conteúdo utilizadas	Classificação das publicações segundo o formato adotado (vídeos/reels/shorts, fotografias, carrosséis, links e status), avaliando a sua distribuição e respetivo impacto em termos de interação.

Tabela 21: Análise de redes sociais: indicadores utilizados na avaliação do desempenho dos perfis parlamentares

Complementarmente, foi realizada uma análise qualitativa das publicações, permitindo identificar significados latentes, enquadramentos discursivos e estratégias narrativas utilizadas pelos deputados. Como defende Schreier (2013), a análise qualitativa de conteúdo deve basear-se num processo sistemático de categorização, garantindo rigor e consistência na interpretação dos dados. Neste estudo, as publicações foram classificadas em dimensões gerais, criadas numa primeira fase de forma dedutiva, com base na literatura sobre comunicação política, e posteriormente ajustadas de forma indutiva, a partir dos dados recolhidos. A categorização dos conteúdos foi organizada em diferentes dimensões e subcategorias, permitindo segmentar e analisar os padrões discursivos e estratégicos adotados pelos deputados nas redes sociais. A estrutura de análise incluiu:

Procurou-se compreender o contexto em que são realizadas as partilhas nas redes sociais pelos deputados, identificando as diferentes intenções comunicacionais subjacentes às publicações.

Para tal, foi definida uma estrutura de análise composta por dimensões e subcategorias que permitissem distinguir entre conteúdos de natureza institucional, partidária, política e pessoal. Esta categorização possibilitou analisar não apenas a frequência dos temas abordados, mas também o enquadramento discursivo e o papel simbólico de cada tipo de publicação no exercício da representação política. A seguir, apresenta-se a estrutura categorial utilizada na análise:

Dimensão	1. Contexto da partilha	Esta dimensão avalia o contexto no qual as publicações dos deputados são feitas nas redes sociais, identificando se o conteúdo partilhado está relacionado com atividades parlamentares, com a atuação partidária ou com aspetos pessoais.
Subcategorias	a. Parlamentar	Análise das publicações que se referem diretamente às atividades legislativas e ao trabalho realizado nas sessões plenárias, comissões, ou outras atividades relacionadas ao Parlamento.
	b. Partidário	Envolve as publicações que destacam o alinhamento com o partido político do deputado, incluindo a promoção de ideais partidários, apoio a candidatos do partido ou a políticas específicas que fazem parte da agenda partidária.
	c. Político	Inclui publicações que abordam temas ou posições de natureza política, mas que não se referem diretamente à atividade parlamentar nem fazem alusão explícita ao partido. Englobam declarações de opinião, comentários sobre acontecimentos políticos nacionais ou internacionais, ou reflexões sobre temas de interesse público que expressam a posição individual do deputado.
	Sem componente política	Avalia as postagens que se focam em aspetos pessoais do deputado, tais como vida familiar, hobbies, ou momentos do dia a dia que não se relacionam diretamente com o seu papel parlamentar ou partidário.

Tabela 22: Análise de redes sociais: categorias de contexto da partilha

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a forma como os deputados exercem a sua função representativa nas redes sociais, foi definida uma dimensão centrada na representação política. Procurou-se identificar de que modo os conteúdos publicados expressam diferentes tipos de representação, simbólica, descritiva, substantiva e formalística, evidenciando as estratégias através das quais os deputados constroem a sua legitimidade e reforçam a ligação com os cidadãos. A estrutura apresentada a seguir sintetiza as categorias utilizadas nesta análise:

Dimensão	2. Representação Política	Esta dimensão foca-se em como os deputados utilizam as redes sociais para exercer a sua função de representação política, analisando a interação com os seus seguidores, a forma como comunicam a sua posição oficial e como gerem o diálogo com o público.
Subcategorias	d. Representação Simbólica	Observa o uso de símbolos, imagens e referências culturais para reforçar a identidade do deputado como representante do povo.

	e. Representação Descritiva	Analisa como os deputados refletem a composição demográfica ou social do seu eleitorado nas suas postagens.
	f. Representação substantiva	Foca na defesa dos interesses dos eleitores, mostrando como as ações e decisões do deputado são direcionadas para atender as necessidades da população.
	g. Representação formalística	Avalia como os deputados se posicionam e comunicam em função do seu papel institucional e da autoridade que deriva da sua posição oficial.

Tabela 23: Análise de redes sociais: categorias de representação política

Para compreender os conteúdos temáticos que estruturam a comunicação dos deputados nas redes sociais, foi criada uma dimensão dedicada à análise dos temas abordados nas publicações. Esta categorização procurou identificar as áreas políticas e sociais mais recorrentes na comunicação digital dos parlamentares, permitindo observar como diferentes assuntos são enquadrados e discutidos no espaço online. Como modelo de referência para a definição das categorias temáticas, foram consideradas as comissões parlamentares em vigor na XVI Legislatura, assegurando a correspondência entre os temas analisados e a estrutura institucional da Assembleia da República. A tabela seguinte apresenta as dimensões e subcategorias utilizadas nesta análise:

Dimensão	3. Temas abordados	Esta dimensão avalia os principais temas políticos e sociais abordados nas publicações dos deputados, com foco em como estes temas são comunicados e discutidos nas redes sociais.
Subcategorias	h. Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	Engloba publicações relacionadas à proteção e promoção dos direitos humanos, liberdades individuais, e temas constitucionais, como a defesa da Constituição e a garantia dos direitos civis e políticos.
	i. Negócios Estrangeiros e comunidades portuguesas	Refere-se a temas ligados à política externa de Portugal, relações diplomáticas, e a situação das comunidades portuguesas no exterior, incluindo a proteção dos direitos dos cidadãos portugueses fora do país e as políticas de emigração e imigração.
	j. Defesa Nacional	Foca-se em publicações sobre a segurança nacional, política de defesa, o papel das Forças Armadas, e a participação de Portugal em alianças internacionais como a NATO, bem como a defesa dos interesses nacionais em contextos de segurança global.
	k. Assuntos europeus	Inclui publicações que abordam as políticas da União Europeia, a integração europeia, o impacto das decisões da UE em Portugal, e as relações de Portugal com outras instituições europeias.

l. Orçamento, finanças e administração pública	Refere-se a temas económicos e financeiros, incluindo a gestão do orçamento do Estado, políticas fiscais, administração pública, e reformas administrativas.
m. Economia, Obras públicas e Habitação	Engloba discussões sobre o desenvolvimento económico, investimentos em infraestrutura, políticas de habitação, e o impacto das políticas económicas no crescimento sustentável e no bem-estar dos cidadãos.
n. Agricultura e Pescas	Trata das políticas agrícolas e pesqueiras, e das comunidades rurais, bem como do papel da agricultura e das pescas na economia nacional.
o. Educação e ciência	Refere-se a temas ligados à educação, políticas de ensino, inovação e ciência, bem como à promoção de pesquisas científicas e tecnológicas e ao desenvolvimento de um sistema educacional
p. Saúde	Foca-se na política de saúde pública, acesso a cuidados de saúde, gestão do sistema nacional de saúde
q. Trabalho, Segurança Social e Inclusão	Inclui discussões sobre políticas de emprego, segurança social, proteção dos direitos dos trabalhadores, e inclusão social, com foco na promoção de condições de trabalho dignas e na proteção social dos cidadãos.
r. Ambiente e energia	Refere-se a temas ambientais e energéticos, como sustentabilidade, combate às mudanças climáticas, energias renováveis, e políticas de proteção ambiental.
s. Cultura, comunicação, juventude e desporto	Engloba temas ligados à promoção da cultura, políticas para a juventude, desenvolvimento do desporto, e o papel da comunicação social na sociedade,
t. Poder local e coesão territorial	Trata das políticas de descentralização, fortalecimento do poder local, e promoção da coesão territorial, abordando as desigualdades regionais e o desenvolvimento equilibrado do território nacional.
u. Transparência e Estatuto dos deputados	Refere-se à transparência nas atividades parlamentares, ética na política, e ao papel dos deputados enquanto representantes, incluindo questões sobre o seu estatuto, direitos, deveres, e a prestação de contas aos eleitores.

Tabela 24: Análise de redes sociais: temas abordados

Com o intuito de compreender as estratégias persuasivas adotadas pelos deputados nas redes sociais, foi incluída uma dimensão dedicada à análise dos tipos de argumentos presentes nas publicações. Esta análise permitiu identificar os diferentes modos de construção discursiva utilizados para reforçar a credibilidade, despertar emoções ou sustentar racionalmente uma posição política. Inspirada na retórica clássica aristotélica, *ethos*, *pathos* e *logos*, esta categorização possibilitou observar de que forma os deputados recorrem à autoridade pessoal, à

emoção e à razão como instrumentos de comunicação política. A tabela seguinte apresenta as subcategorias consideradas nesta dimensão.

Dimensão	4. Argumentos	Esta dimensão avalia a estrutura e a natureza dos argumentos utilizados pelos deputados nas suas publicações nas redes sociais, com foco em como estes utilizam apelos à credibilidade, à emoção e à razão para persuadir e influenciar os seus seguidores.
Subcategorias	v. Ethos	Avalia como os deputados utilizam a credibilidade moral e o carácter para estabelecer confiança com o público. Inclui demonstrações de integridade, sabedoria prática, e valores éticos, reforçando a imagem de confiabilidade e liderança.
	w. Pathos	Analisa o uso de apelos emocionais nas publicações dos deputados, com o intuito de persuadir e influenciar as opiniões e emoções do público. Foca-se na evocação de sentimentos como medo, esperança, simpatia ou indignação.
	x. Logos	Examina o uso de argumentos baseados na lógica e na razão, empregando dados, fatos e evidências para apoiar as suas posições e persuadir o público.

Tabela 25: Análise de redes sociais: tipos de argumentos

Por fim, foi analisada a forma como os deputados constroem e reforçam a sua legitimidade através da comunicação nas redes sociais. Esta dimensão procurou identificar os fundamentos discursivos que sustentam a perceção de autoridade e confiança dos representantes, observando de que modo justificam as suas ações e decisões perante o público. Inspirada nos conceitos clássicos de legitimidade política, a categorização baseou-se em três principais subcategorias, regras estabelecidas, crenças partilhadas e consentimento dos subordinados, que permitem compreender os diferentes mecanismos através dos quais os deputados procuram legitimar a sua atuação no espaço digital. A tabela seguinte apresenta estas subcategorias e respetiva descrição:

Dimensão	5. Legitimidade	
Subcategorias	y. Regras estabelecidas	Os deputados fundamentam suas ações em regras formais ou informais estabelecidas, mostrando conformidade com normas legais ou institucionais reconhecidas. Exemplos incluem a menção de legislações, processos formais de decisão política ou referências à Constituição.
	z. Crenças partilhadas	Os deputados utilizam crenças e valores comuns para justificar suas ações, conectando-se com os eleitores através de referências a valores culturais, sociais ou éticos que são amplamente aceites pela

		população. Isso inclui a promoção de valores como justiça, liberdade ou igualdade.
	aa. Consentimento dos subordinados	Os deputados expressam e reforçam a legitimidade do seu poder através do consentimento dos eleitores. Exemplos incluem a partilha de resultados de votações, menções ao apoio recebido em eleições, ou expressões de fidelidade e apoio contínuo por parte dos seus seguidores.

Tabela 26: Análise de redes sociais: Fundamentos de legitimidade

3.3.3. Análise do Uso das Redes Sociais pelos Deputados

Análise global do desempenho digital (Page Performance Index)

O Page Performance Index (PPI) é um indicador que permite comparar o desempenho relativo dos perfis de redes sociais, independentemente da sua dimensão. Baseia-se numa combinação entre métricas de crescimento e de interação, em comparação com uma base de dados de mais de um milhão de perfis. Perfis que se situam no top 10% em ambas as dimensões (crescimento e interação) obtêm a pontuação máxima de 100%. Este índice é particularmente relevante porque integra, de forma padronizada, diferentes dimensões da performance digital, permitindo analisar a capacidade de alcance e de envolvimento de cada deputado. A tabela completa pode ser encontrada no Apêndice 7 -Análise de performance dos perfis dos deputados.

A análise dos resultados revela, em primeiro lugar, um conjunto significativo de perfis que atingiram o valor máximo do PPI (100%), evidenciando um desempenho digital de excelência. Entre estes encontram-se representantes de diferentes partidos e redes sociais, como Paulo Nuncio (CDS, Instagram), Rita Maria Matias (Chega, Instagram e Facebook), Rui Paulo Sousa (Chega, Instagram e Facebook), Teresa Morais (PSD, Instagram), Palmira Maciel (PS, Facebook), André Ventura (Chega, Facebook), Mariana Mortágua (BE, Instagram) e José Luís Carneiro (PS, Facebook e Instagram). Este grupo evidencia a capacidade de determinados perfis em conjugar crescimento de seguidores e elevado nível de interação, posicionando-se como líderes digitais no espaço parlamentar.

Num segundo nível, encontram-se perfis com desempenhos igualmente relevantes, embora ligeiramente abaixo do patamar máximo. Destacam-se, por exemplo, Ricardo Araújo (PSD, Instagram 96% e Facebook 100%), Fernando Medina (PS, Facebook 95%), Pedro Pinto (Chega,

Instagram 93%) e Carlos Eduardo Reis (PSD, Facebook 92%). Estes resultados demonstram consistência no alcance e envolvimento, refletindo estratégias digitais eficazes que, ainda que não atinjam a excelência absoluta, se aproximam bastante desse patamar.

Seguem-se os perfis que registam desempenhos intermédios, situando-se entre 30% e 80%. Exemplos relevantes são Bernardo Pessanha (Chega, Instagram 80%), Inês Sousa Real (PAN, Instagram 84%), Salvador Malheiro (PSD, Facebook 78% e Instagram 31%), Eva Brás Pinho (PSD, TikTok 78%), Cristóvão Norte (PSD, Instagram 76%) e Nelson Brito (PS, Instagram 67%). Estes resultados indicam perfis que apresentam estratégias de comunicação digital consolidadas, mas com margens para reforçar quer a dimensão de crescimento, quer a capacidade de mobilização.

Por fim, uma proporção relevante de deputados apresentam desempenhos mais modestos, situando-se abaixo dos 30%. Casos como Pedro Nuno Santos (PS, TikTok 1% e Instagram 27%), Miguel Costa Matos (PS, Instagram 15%), Rodrigo Saraiva (IL, TikTok 9%), João Tilly (Chega, TikTok 4%) e Alexandre Poço (PSD, TikTok 1%) ilustram este cenário. Estes resultados podem estar associados a perfis com baixa frequência de publicação, menor interação orgânica ou uma presença digital menos estratégica.

No conjunto, a análise mostra que o PPI não é homogéneo entre partidos nem entre plataformas. Perfis de líderes partidários como André Ventura, Mariana Mortágua e José Luís Carneiro destacam-se claramente, evidenciando a importância da liderança política na dinamização digital. Além disso, observa-se que o Facebook e o Instagram concentram os desempenhos mais elevados, enquanto o TikTok, apesar de alguns casos de destaque, tende a registar valores mais baixos, sugerindo que a sua integração plena nas estratégias digitais parlamentares ainda se encontra em desenvolvimento

Crescimento dos perfis nas redes sociais

O indicador de crescimento de seguidores mede a variação percentual no número de seguidores de um perfil ao longo do período analisado, permitindo avaliar a capacidade de expansão da sua audiência digital. Este cálculo resulta da diferença entre os seguidores no início e no fim do período, dividida pelo valor inicial, sendo particularmente relevante para comparar perfis de

diferentes dimensões. Perfis maiores tendem, naturalmente, a crescer a um ritmo relativo mais baixo, enquanto perfis mais pequenos podem apresentar taxas de crescimento mais expressivas. A tabela completa pode ser encontrada no Apêndice 7 -Análise de performance dos perfis dos deputados.

A análise dos dados revela três padrões distintos. Em primeiro lugar, encontram-se perfis com retração ou estagnação do número de seguidores. Casos como André Ventura (Chega, Facebook, -0,7%), Miguel Guimarães (PSD, Facebook, -0,52%) e Fernando Medina (PS, Facebook, -0,39%) evidenciam uma perda ligeira de seguidores, sinalizando dificuldades em manter o dinamismo da audiência ou possíveis impactos de fatores externos, como controvérsias políticas ou menor frequência de publicação. Embora os valores negativos sejam relativamente reduzidos, contrastam com a elevada visibilidade política destas figuras.

Num segundo patamar surgem perfis com crescimento modesto, entre 0% e 3%. Este é o caso de José Luís Carneiro (PS, Instagram, +0,22%), Tiago Barbosa Ribeiro (PS, Facebook, +0,39%) e Fernando Medina (PS, Instagram, +1,88%). Estes números refletem uma dinâmica de crescimento mais estável e contida, associada a contas com comunidades digitais já relativamente consolidadas e com menor capacidade de atração de novos públicos em larga escala.

Em seguida, perfis com crescimento moderado, situados entre 3% e 12%, destacam-se pela sua capacidade de consolidar a audiência. Francisco Vale César (PS, Facebook, +3,32%), Manuel Pizarro (PS, Facebook, +2,08%), José Luís Carneiro (PS, Facebook, +6,81%), André Claro Amaral Ventura (Chega, Instagram, +7,87%), Mariana Mortágua (BE, Instagram, +9,22%) e Inês Sousa Real (PAN, Instagram, +11,77%) exemplificam este grupo. Trata-se de perfis com maior consistência comunicacional e posicionamento ativo nas redes, conseguindo atrair novos seguidores de forma relevante.

Por fim, um conjunto mais reduzido de perfis apresenta taxas de crescimento bastante expressivas. Rui Tavares (Livre, Instagram, +16,7%), Pedro Nuno Santos (PS, Instagram, +15,45%) e André Ventura (Chega, TikTok, +19,68%) posicionam-se neste grupo, indicando estratégias digitais bem-sucedidas na mobilização de públicos e expansão da audiência. O caso mais notável é o de Pedro Nuno Santos (PS, TikTok, +50,25%), que, embora parta de uma base

relativamente pequena de seguidores (2.437), demonstra um dinamismo assinalável na exploração desta plataforma em crescimento, capitalizando a sua visibilidade no debate político nacional.

Em síntese, observa-se uma clara diferenciação entre plataformas. O Facebook tende a apresentar valores negativos ou modestos de crescimento, sugerindo sinais de saturação e menor capacidade de atração de novos públicos. Em contrapartida, o Instagram mostra uma dinâmica de crescimento mais equilibrada, com vários deputados a reforçar progressivamente a sua audiência. Já o TikTok, ainda que menos utilizado, revela o maior potencial de expansão, sobretudo para perfis emergentes ou figuras que apostam na sua exploração sistemática. Este padrão evidencia que o futuro da comunicação política digital tenderá a ser mais competitivo nas plataformas visuais e interativas, em detrimento do Facebook.

Crescimento dos perfis nas redes sociais (*Post Interaction Rate*)

A taxa de interação com os posts mede o número médio de interações por seguidor em cada publicação, permitindo avaliar a eficácia do conteúdo partilhado em gerar envolvimento. Esta métrica considera gostos, comentários, partilhas e outras formas de interação, ajustando os resultados ao tamanho da audiência de cada perfil. Assim, é possível comparar deputados com comunidades digitais de dimensões muito diferentes. A tabela completa pode ser encontrada no Apêndice 7 -Análise de performance dos perfis dos deputados.

Os resultados revelam um conjunto restrito de perfis com taxas de interação particularmente elevadas, acima dos 10%. Entre estes destacam-se Eva Brás Pinho (PSD, TikTok, 61,62%), Paulo Nuncio (CDS, Instagram, 11,83%), Bernardo Pessanha (Chega, Instagram, 11,99%) e Ana Gabriela Cabilhas (PSD, Instagram, 11,06%). Estes valores indicam conteúdos altamente eficazes na mobilização de seguidores, mesmo em partidos de diferentes dimensões parlamentares.

Num segundo nível, situam-se os perfis com taxas de interação entre 4% e 7%. Aqui encontramos Pedro Nuno Santos (PS, Instagram, 4,32% e TikTok, 6,98%), Inês Sousa Real (PAN, Instagram, 4,77%), Elza Pais (PS, Instagram, 4,24%) e Ricardo Araújo (PSD, Instagram,

6,13%). Estes resultados confirmam a capacidade destas figuras em manter uma relação sólida com as respetivas comunidades digitais, especialmente em plataformas visuais como Instagram e TikTok.

Um grupo mais amplo de deputados regista valores intermédios, entre 2% e 4%, como José Luís Carneiro (PS, Facebook, 2,58%), Mariana Mortágua (BE, Instagram, 3,82%) ou Rui Tavares (Livre, Instagram, 3,11%). Estes indicadores, embora menos expressivos, demonstram uma base de apoio consistente, ainda que com menor intensidade de mobilização.

Por fim, verifica-se uma larga proporção de deputados com taxas de interação muito baixas, frequentemente abaixo de 1%. Casos como Palmira Maciel (PS, Facebook, 0,0%), Bruno Vitorino (PSD, Facebook, 0,0%) ou Paulo Cafôfo (PS, Facebook, 0,24%) exemplificam situações em que, apesar da presença digital, os conteúdos não geram resposta significativa por parte do público.

No conjunto, a análise evidencia alguns padrões relevantes. Em primeiro lugar, o TikTok destaca-se como a plataforma com maior potencial de interação, sobretudo para perfis emergentes ou de menor dimensão, como Eva Brás Pinho. Em segundo lugar, o Instagram surge como a rede mais consistente para garantir níveis de interação estáveis em diferentes partidos e figuras políticas. Já o Facebook, embora continue a ser utilizado de forma significativa, tende a apresentar taxas de interação mais reduzidas, especialmente entre deputados de maior notoriedade, sugerindo uma possível saturação desta rede junto dos públicos políticos.

Frequência de publicações (Posts por semana)

A métrica de publicações por semana permite avaliar a intensidade da presença digital dos deputados, revelando tanto estratégias de elevada visibilidade como perfis com atividade residual. Considerando todos os deputados da amostra, a média global situa-se em torno de 2,66 publicações semanais (0,38/dia), valor que sugere um uso moderado das redes sociais como instrumento de comunicação política. De acordo com recomendações amplamente divulgadas por especialistas em marketing digital e gestão de redes sociais (Bucher, 2018; Stieglitz et al., 2020), as boas práticas para maximizar a eficácia algorítmica situam-se entre 3 e 7 publicações

por semana no caso do Facebook e do Instagram, enquanto no TikTok a frequência recomendada é superior, variando entre 7 a 14 publicações semanais. A comparação com estes referenciais permite contextualizar o desempenho dos deputados face aos padrões de visibilidade otimizados pelas plataformas. A tabela completa pode ser encontrada no Apêndice 7 -Análise de performance dos perfis dos deputados.

No topo da intensidade de publicação destacam-se André Ventura (Chega, Facebook, 27,4 posts/semana) e André Claro Amaral Ventura (Chega, Instagram, 30,9 posts/semana). Também António Pinto Pereira (Chega, Instagram, 36,8 posts/semana) apresenta um nível extraordinariamente elevado de atividade. Estes valores não só superam em muito as recomendações algorítmicas, como refletem estratégias de comunicação intensiva, orientadas para garantir centralidade mediática e reforçar a mobilização digital.

Um segundo grupo inclui perfis com ritmos regulares, situando-se entre 4 e 10 publicações por semana. Entre estes estão Rui Paulo Sousa (Chega, Instagram, 10,1/semana), José Luís Carneiro (PS, Facebook, 6,0/semana), Pedro Pinto (Chega, Instagram, 5,4/semana) e Inês Sousa Real (PAN, Instagram, 4,4/semana). Estes deputados adotam uma estratégia de presença consistente, dentro das margens das boas práticas definidas pelos algoritmos, equilibrando frequência de publicação com qualidade e evitando excesso de saturação.

A maioria dos perfis, contudo, encontra-se abaixo da média global, com valores entre 1 e 3 publicações semanais. É o caso de Pedro Nuno Santos (PS, Instagram, 1,5/semana), Rui Tavares (Livre, Instagram, 2,0/semana), Mariana Mortágua (BE, Instagram, 4,6/semana) e Fernando Medina (PS, Instagram, 0/semana, sinal de inatividade no período). Este padrão revela a predominância de estratégias digitais mais pontuais ou seletivas, onde as redes sociais funcionam como complemento e não como eixo central da comunicação.

Por fim, um número significativo de deputados apresenta uma atividade quase inexistente, com menos de 1 publicação semanal. Casos como Miguel Guimarães (PSD, Facebook, 0,04/semana), Fernando Medina (PS, Facebook, 0,04/semana), Paulo Muacho (Livre, Facebook, 0/semana) e Bruno Vitorino (PSD, Facebook, 0/semana) exemplificam uma presença digital pouco expressiva, que sugere uma aposta reduzida nas redes sociais ou mesmo abandono das contas.

A análise mostra três padrões distintos: i) estratégias de comunicação intensiva, visíveis sobretudo em líderes e figuras em ascensão (como André Ventura e António Pinto Pereira), que privilegiam a saturação do espaço digital; ii) ritmos regulares, que permitem manter presença constante e alinhar-se com as recomendações algorítmicas, maximizando o alcance; e iii) perfis de baixa atividade ou quase inativos, onde as redes sociais não assumem relevância significativa na ação política. Verifica-se ainda que os níveis mais elevados de publicação se concentram no Chega, sugerindo uma aposta sistemática do partido na comunicação digital de alta frequência, enquanto PS e PSD apresentam maior dispersão entre perfis ativos e perfis quase inativos.

Melhores horários de publicação

A análise dos horários de publicação revela não apenas os momentos preferenciais escolhidos pelos deputados para partilhar conteúdos, mas também os períodos em que se registam maiores níveis de interação por parte do público. Cada ponto representa o volume de publicações realizadas em determinada hora e dia da semana, sendo que as cores mais verdes indicam maior envolvimento dos utilizadores.

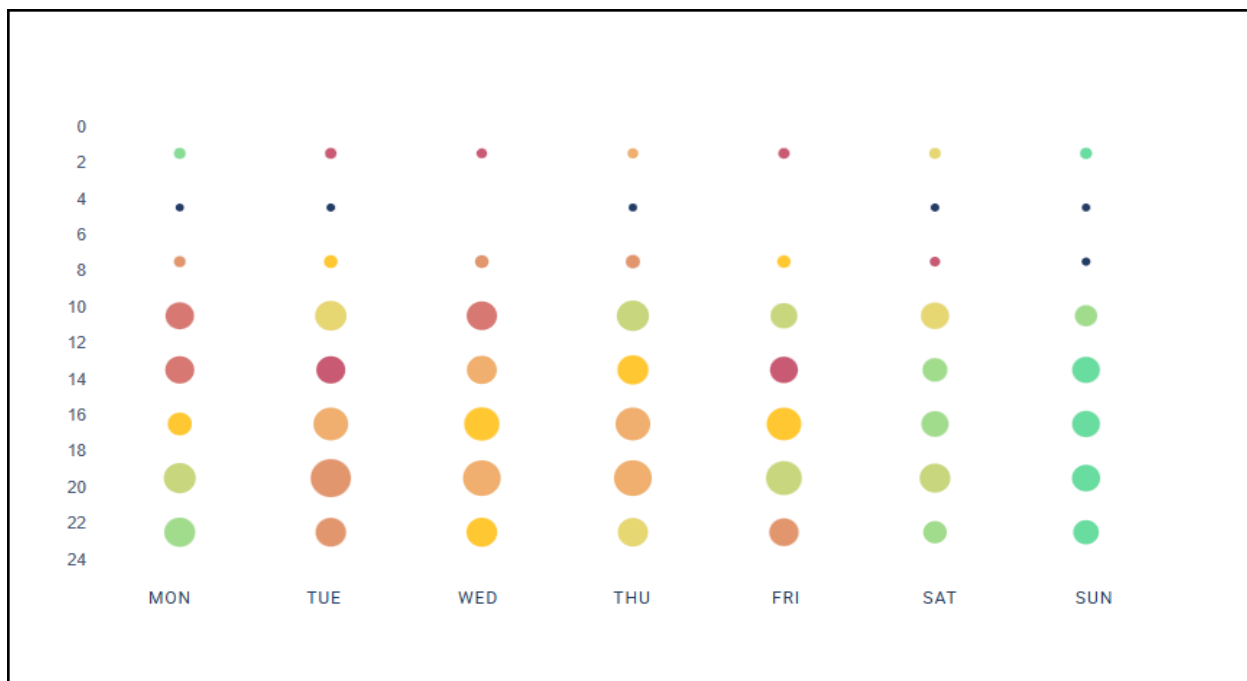


Imagem 1: Horários de publicação com melhor performance nas redes sociais

De forma geral, observa-se uma maior concentração de publicações nos dias úteis, particularmente entre as 10h e as 20h, o que sugere uma estratégia alinhada com os períodos de maior atividade online do público. As manhãs de segunda a sexta apresentam picos notórios de publicações por volta das 10h e das 12h, momentos tradicionalmente associados à consulta de redes sociais no início da jornada laboral ou durante a pausa de almoço. Contudo, estas publicações nem sempre correspondem a níveis elevados de interação, uma vez que predominam tons amarelados e avermelhados, sinalizando menor *engagement* relativo.

Já o final da tarde e início da noite, entre as 18h e as 22h, revela-se como o intervalo mais consistente em termos de interação, especialmente durante o fim de semana. Aos sábados e domingos, os pontos verdes predominam em diferentes horas do dia, mostrando que o público tende a interagir mais intensamente com os conteúdos quando não está condicionado pelo horário laboral. Este padrão reforça a importância da publicação estratégica fora dos dias úteis, aproveitando a maior disponibilidade de tempo livre dos utilizadores.

Outro aspeto relevante é a relativa dispersão dos horários de publicação ao longo da semana, indicando que os deputados não seguem um padrão unificado ou coordenado entre si. Enquanto alguns privilegiam manhãs e inícios de tarde, outros apostam no prime time digital, mais próximo do final do dia. No entanto, a análise da cor e do tamanho dos pontos sugere que as publicações realizadas ao final do dia e durante o fim de semana obtêm níveis de interação mais elevados, o que vai ao encontro das boas práticas de comunicação digital já estabelecidas em estudos sobre comportamento de audiências online.

Embora os deputados concentrem as suas publicações em horários tradicionais de maior tráfego digital, os dados mostram que os melhores resultados de interação tendem a ocorrer em momentos menos saturados, nomeadamente no período noturno e durante o fim de semana. Este desfasamento entre prática e eficácia sugere que uma reorientação estratégica do calendário editorial poderia aumentar significativamente a performance das publicações

Palavras e *Hashtags* mais utilizadas

A análise das nuvens de palavras e de *hashtags* permite identificar os termos mais frequentemente mobilizados nas publicações dos deputados, bem como avaliar o grau de interação gerado por cada um deles. O tamanho representa a frequência de utilização e a cor indica o nível de *engagement* (verde associado ao maior envolvimento e laranja/vermelho a valores mais baixos).

No caso das palavras, verifica-se um forte predomínio de conceitos ligados à identidade nacional e à política institucional. O termo “Portugal” destaca-se claramente, seguido de expressões como “País”, “Portugueses”, “Governo”, “Parlamento” e “Europa”. Estas escolhas sugerem a centralidade de narrativas nacionais e políticas no discurso digital dos deputados, reforçando a ligação à esfera pública e institucional. Paralelamente, surgem referências a partidos específicos, como “PS”, “PSD” e “CHEGA”, o que revela a forte carga partidária das mensagens partilhadas. Termos do quotidiano, como “hoje”, “dia”, “anos” ou “vida”, aparecem igualmente em evidência, funcionando como elementos de proximidade discursiva e de personalização do discurso político.

A análise das *hashtags* confirma esta mesma lógica. #Portugal, #Parlamento, #Política e #Democracia estão entre as mais utilizadas, refletindo a dimensão institucional e nacional do discurso. Contudo, é notória a sobreposição de *hashtags* partidárias, em especial associadas ao Chega (#chega, #partidochega, #ventura), mas também ao Partido Socialista (#PS, #partidosocialista). A presença destacada de #antoniopintopereira e #andreventura reforça a personalização do discurso em torno de líderes e figuras de maior visibilidade.

Para além do campo estritamente político, destacam-se *hashtags* como #fyp, #viral ou #desporto, associadas a estratégias de maximização algorítmica e a uma tentativa de alcançar públicos mais amplos, sobretudo em plataformas como o TikTok. Igualmente relevante é a presença de *hashtags* ligadas ao futebol (#futebol, #sporting, #benfica, #scp, #fcporto), que introduzem

elementos culturais e populares no discurso político, ampliando o potencial de proximidade com os eleitores.

Em conjunto, palavras e *hashtags* revelam a coexistência de três dimensões estratégicas na comunicação digital parlamentar: a centralidade da identidade nacional, a afirmação partidária e a personalização em torno de líderes, complementadas por incursões em temáticas de grande alcance popular, como o desporto e os conteúdos virais. Esta conjugação sugere um esforço deliberado de equilibrar o apelo institucional e a proximidade, reforçando simultaneamente a mobilização política e o apelo a audiências mais vastas.

Europa aos votos PARLAMENTO queremos sempre Junta DIA anos grande Hoje
deste há GOVERNO Neste passada eleições já tudo políticas num CHEGAR nas
deixar PRIMEIRO PS ao segurança isso às Presidente casais só Portugal teremos vez
melhorar portugueses vida ATÉ País sua continue PSD República social contou
precisam ainda imigração

size = frequency
green = high engagement
red = low engagement

#vergonha #FreguesiaMoscavidePortela #fy #JuntadeFreguesiadeMoscavideePortela #direita #eleicoes #us
#liberdade #MoscavideePortela #partidochega #grupoparlamentarchega #fyp #russia #pelosportugueses
#PorCoimbra #Europa #Portela #Parlamento #maduro #europeias2024 #ventura #chega
#partidosocialista #israel #viral #andreventura #PorPortugalPelosPortugueses #Moscavide #justica
#Política #JFMoscavidePortela #Vamosjuntos #governo #SalvarPortugal #Portugal #assembleiadarepublica
#psd #juventude #democracia #jovens #porportugal #PrimeirosasPessoas #portugal #100daychallenge
#antoniopintopereira #politica #PS #uniaoeuropeia #madeira #coimbra

size = frequency
green = high engagement
red = low engagement

Tipologia de conteúdos e interação

A análise do número de publicações por formato evidencia que os deputados privilegiam sobretudo os vídeos curtos (*Reels/Shorts/TikTok*) e as imagens estáticas. Do total de conteúdos partilhados, 2689 correspondem a vídeos, o que representa 42,8% do total, e 2668 a fotografias (42,4%). Os carrosséis, apesar de menos frequentes, somam 715 publicações (11,4%), enquanto os links representam 63 partilhas (1%) e os estados apenas 15 (0,2%). Estes valores confirmam uma tendência generalizada nas redes sociais: a primazia do conteúdo audiovisual e visual, em detrimento dos formatos mais tradicionais, como links externos ou mensagens escritas isoladas.

Contudo, ao observar a taxa média de interação por formato, percebe-se que a eficácia comunicacional não está diretamente relacionada com a quantidade de publicações. Os carrosséis apresentam a taxa mais elevada de interação (4,09%), seguidos dos vídeos (2,48%) e das fotografias (1,59%). Os formatos menos valorizados em termos de alcance e envolvimento são os status (0,84%) e os links (0,51%). Este padrão sugere que, embora os deputados publiquem predominantemente vídeos e fotografias, os conteúdos que mais mobilizam os seguidores são aqueles que oferecem uma experiência interativa ou narrativa mais completa, como os carrosséis.

Verifica-se assim uma aparente dissonância entre quantidade e eficácia: apesar da preferência quantitativa por vídeos e fotografias, os carrosséis emergem como o formato mais eficiente em termos de interação. Tal constatação sugere que uma comunicação política eficaz nas redes sociais não deve apenas privilegiar o volume de publicações, mas sobretudo a adoção de formatos que maximizem o potencial de envolvimento e aprofundem a relação com os seguidores.

Contexto da partilha das publicações

A dimensão “Contexto da partilha” procura avaliar de que forma os deputados recorrem às redes sociais para construir a sua comunicação pública, distinguindo entre publicações de natureza

parlamentar, centradas na atividade legislativa e institucional, publicações de carácter partidário, que promovem a agenda e a identidade dos partidos, publicações políticas em sentido amplo, que abordam questões sociais e políticas para além do enquadramento estritamente partidário, e publicações sem componente política, associadas a aspetos pessoais ou quotidianos. Esta tipologia permite compreender se os deputados utilizam estas plataformas digitais sobretudo como prolongamento da sua função institucional, como espaço de militância política ou como ferramenta de proximidade com os cidadãos. No total, foram atribuídas 1679 categorias às publicações analisadas, permitindo um retrato quantitativo robusto do fenómeno.

Contexto da partilha	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	Total
Parlamentar	28	42	170	2	15	6	9	-	272
Partidário	37	193	515	1	23	6	17	-	792
Político	37	137	181	1	19	18	13	-	406
Sem componente política	5	151	20	3	3	3	24	-	209

Tabela 27: Dados da análise de redes sociais: categorias de contexto da partilha

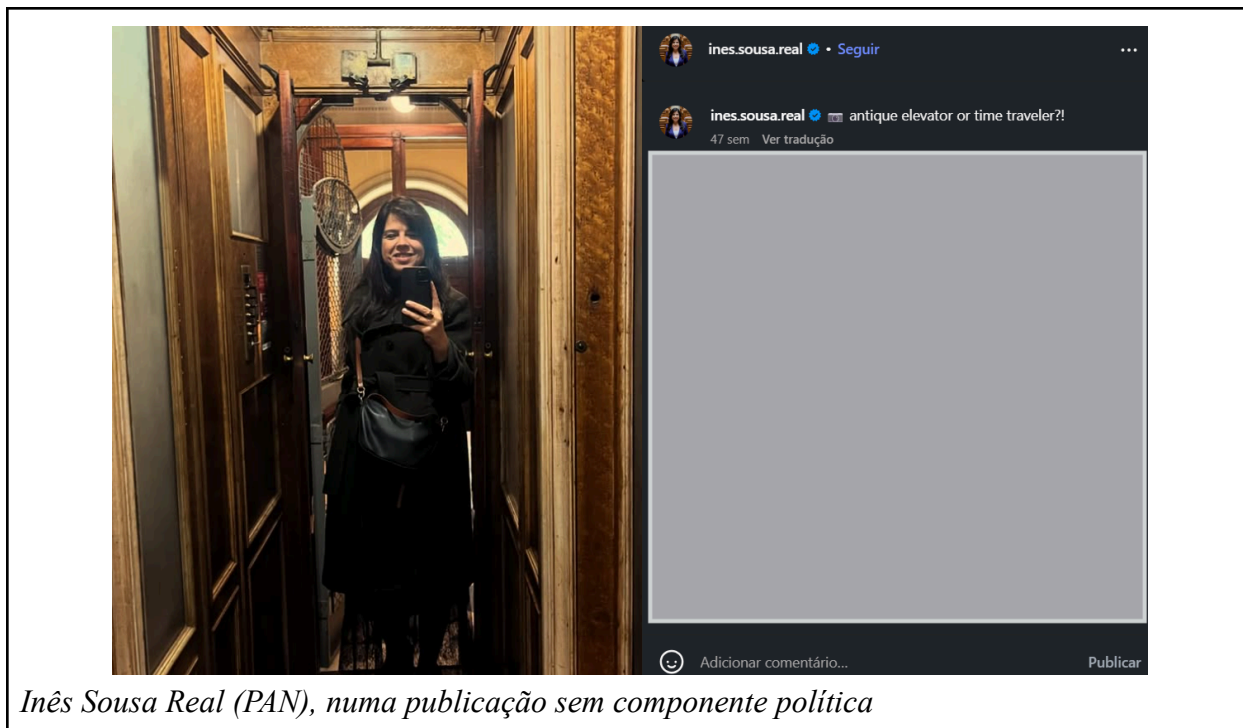
A análise global mostra que as publicações de natureza partidária representam quase metade do total (47,2%), confirmando a centralidade das redes sociais como instrumentos de afirmação político-partidária. Seguem-se as publicações de teor político mais lato, que representam 24,2% do total, sinalizando o papel destas plataformas enquanto arenas de debate e intervenção política transversal. A dimensão parlamentar surge com menor expressão (16,2%), o que demonstra que a atividade legislativa ocupa um espaço secundário no discurso digital dos deputados. Por fim,

12,4% das publicações foram classificadas como sem componente política, evidenciando a opção de alguns representantes por conteúdos pessoais ou quotidianos, que procuram aproximar a sua imagem da esfera do cidadão comum.

Ao analisar os dados por partido, destacam-se diferenças relevantes. O Chega apresenta uma esmagadora predominância de publicações de carácter partidário, o que demonstra uma estratégia digital claramente orientada para a promoção da sua identidade política e para a mobilização militante. O PS revela uma distribuição mais diversificada, com presença significativa de publicações partidárias, mas também com maior equilíbrio entre dimensões políticas e parlamentares, refletindo o seu estatuto de partido de governo e a necessidade de comunicar também a ação institucional. O PSD apresenta uma tendência semelhante, ainda que com maior peso relativo das dimensões partidária e política em detrimento da parlamentar. Já nos partidos de menor dimensão parlamentar, como Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal e Livre, verifica-se uma utilização mais heterogénea das categorias, embora em números absolutos mais reduzidos, o que dificulta a identificação de padrões consistentes. O PAN distingue-se pelo peso relativamente elevado das publicações sem componente política, sinalizando uma aposta deliberada na humanização da figura da sua representante.



Bruno Nunes (Chega) numa publicação em que mostra um momento do partido



Inês Sousa Real (PAN), numa publicação sem componente política

A análise confirma que as redes sociais são utilizadas prioritariamente como ferramentas de reforço e projeção partidária, relegando para segundo plano a dimensão parlamentar. Este padrão sugere que os deputados reconhecem nestas plataformas um espaço sobretudo eficaz para a promoção de agendas políticas e para a mobilização em torno de identidades partidárias, em detrimento da comunicação mais institucionalizada ligada ao exercício direto do mandato legislativo.

Representação política nas redes sociais

Esta categoria procura entender os tipos de representação mais comuns na argumentação dos deputados nas redes sociais, analisando se o discurso privilegia símbolos identitários, a diversidade social, a defesa de interesses substantivos ou o reforço da autoridade institucional.

Representação Política	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	Total

Representação Simbólica	33	122	326	1	23	9	14	-	528
Representação Descritiva	7	52	267	0	2	1	3	-	332
Representação substantiva	18	94	136	4	25	9	17	-	303
Representação formalística	20	59	107	0	4	4	5	-	199

Tabela 28: Dados da análise de redes sociais: categorias de representação política

No total da amostra, a representação simbólica surge como a mais utilizada, representando 38,6% das publicações. Este dado mostra que, de forma geral, os deputados recorrem sobretudo a símbolos, imagens e referências culturais para reforçar a sua identidade como representantes da nação. A representação descritiva aparece em segundo lugar, com 24,3%, refletindo uma preocupação moderada em espelhar a diversidade social e demográfica do eleitorado. A representação substantiva, centrada na defesa de interesses concretos da população, corresponde a 22,1%. Finalmente, a formalística, que valoriza o papel institucional do deputado e a sua autoridade oficial, representa apenas 14,1%, revelando uma presença mais limitada.

Ao observar os partidos, surgem diferenças relevantes. O PSD apresenta 36,7% de publicações simbólicas, o que indica uma aposta na valorização da identidade dos deputados enquanto representantes do povo. Contudo, também regista valores significativos em representação substantiva (20%) e formalística (22,2%), sinalizando uma comunicação relativamente equilibrada entre a evocação simbólica, a apresentação de propostas e a ênfase no papel institucional.

O PS segue tendência semelhante, com 36,5% em representação simbólica, mostrando igualmente a importância dada à identidade e ao reforço do vínculo representativo. Ao mesmo tempo, revela maior peso relativo na representação descritiva (15,9%), evidenciando alguma preocupação em refletir a composição social e demográfica do eleitorado.

O Chega destaca-se como o partido que mais utiliza representação simbólica (41,2%), reforçando fortemente símbolos e narrativas identitárias para projetar a sua imagem como representante da nação. As categorias substantiva (17,2%) e formalística (13,5%) aparecem em segundo plano,

demonstrando que o partido privilegia a mobilização simbólica face ao trabalho institucional ou à defesa detalhada de interesses concretos.



A Iniciativa Liberal distribui de forma mais equilibrada a sua comunicação: 14,3% simbólica, 28,6% substantiva e 28,6% formalística, indicando uma aposta em propostas concretas e no reforço do papel institucional em detrimento da construção de uma identidade simbólica.

O Bloco de Esquerda, apesar de uma amostra mais reduzida, evidencia maior peso da representação substantiva (44,4%), o que está em linha com o seu posicionamento histórico em torno de causas sociais e políticas públicas dirigidas a grupos específicos.

O Livre mostra uma distribuição equilibrada, com 34,2% em substantiva e 31,5% em simbólica, traduzindo simultaneamente a defesa de causas concretas e a mobilização de símbolos culturais e políticos. O PAN apresenta perfil semelhante, com 34,6% em substantiva e 30,8% em simbólica,

destacando-se a ênfase nas causas ambientais e de proteção animal, o que traduz a identidade ideológica do partido.

De forma geral, a análise confirma que a representação simbólica é a forma mais comum de argumentação entre os deputados, mas cada partido a articula de forma distinta. O Chega aposta mais na mobilização simbólica como elemento central do seu discurso, enquanto o Bloco, o Livre e o PAN reforçam causas substantivas. Já PS e PSD mantêm um equilíbrio entre símbolos, reflexo social e trabalho institucional, traduzindo estratégias comunicacionais mais abrangentes.

Temas abordados nas publicações

Esta categoria procura identificar os principais temas políticos e sociais abordados pelos deputados nas suas publicações nas redes sociais, avaliando de que forma diferentes áreas da agenda política são priorizadas no discurso digital. A categorização permite compreender se a comunicação privilegia questões estruturais do sistema político, temáticas sociais, políticas externas ou áreas específicas de governação.

Temas Abordados	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	Total
Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	25	34	85	0	12	2	5	-	163
Negócios Estrangeiros e comunidades portuguesas	0	15	129	0	6	1	1	-	152
Defesa Nacional	4	15	103	0	0	0	0	-	122
Assuntos Europeus	3	25	75	0	1	2	1	-	107
Orçamento, finanças e administração pública	18	36	46	2	6	0	1	-	109
Economia, Obras públicas e Habitação	3	19	9	2	4	0	0	-	37

Agricultura e Pescas	2	3	6	0	1	0	3	-	15
Educação e ciência	4	15	13	0	1	2	1	-	36
Saúde	3	14	45	0	7	1	0	-	70
Trabalho, Segurança Social e Inclusão	1	12	29	0	5	2	1	-	50
Ambiente e energia	2	5	5	0	2	1	14	-	29
Cultura, comunicação, juventude e desporto	13	34	55	0	3	4	7	-	116
Poder local e coesão territorial	9	65	33	0	1	0	2	-	110
Transparência e Estatuto dos deputados	11	23	146	0	6	6	6	-	198

Tabela 29: Dados da análise de redes sociais: temas abordados

No total da amostra, o tema mais presente é a transparência e o estatuto dos deputados, com 11,8% das publicações, refletindo a centralidade da prestação de contas e da ética na comunicação política. Em seguida, destacam-se os negócios estrangeiros e comunidades portuguesas (9,3%) e a defesa nacional (7,9%), o que demonstra a relevância dada a dimensões ligadas à soberania, segurança e inserção internacional do país. O poder local e a coesão territorial representam 7,6% das publicações, seguido de assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias (7,4%) e cultura, juventude e desporto (6,8%). Temas como orçamento e finanças (6,6%) e assuntos europeus (6,5%) também têm presença significativa. Já áreas como saúde (4,2%), trabalho e segurança social (3,6%), educação e ciência (2,0%), ambiente e energia (1,7%), economia e habitação (2,3%) e agricultura e pescas (0,7%) apresentam menor incidência, revelando uma menor valorização comunicacional.

As diferenças entre partidos são evidentes. O PSD distribui as suas publicações de forma relativamente equilibrada, mas com maior peso para transparência (9,5%), negócios estrangeiros (10,7%) e defesa nacional (8,6%), sinalizando uma ênfase em temas institucionais e de soberania. O PS mostra um perfil semelhante, também com maior destaque para a transparência (12,1%), negócios estrangeiros (9,2%) e cultura, juventude e desporto (6,5%), refletindo a preocupação em conjugar ética política, projeção externa e dimensões culturais.

O Chega concentra grande parte da sua comunicação em transparência (14,4%), direitos e liberdades (7,9%), defesa nacional (9,6%) e poder local (8,7%). Este padrão sugere uma forte aposta em temas identitários e de autoridade institucional, com destaque para a valorização da proximidade territorial e a fiscalização da política. A Iniciativa Liberal, embora com menor volume absoluto, distribui os temas de forma mais balanceada, com maior incidência em poder local e coesão territorial (11,8%) e trabalho e segurança social (11,8%), revelando preocupação em articular proximidade territorial com propostas ligadas à economia social.

O Bloco de Esquerda destaca-se pela centralidade nos temas de direitos e liberdades (20%) e de orçamento e finanças (12%), confirmando a sua agenda tradicional ligada à justiça social e à defesa de serviços públicos. O Livre foca-se em direitos e liberdades (14,6%) e cultura, juventude e desporto (9,8%), refletindo uma comunicação voltada para causas sociais e culturais. O PAN, por sua vez, evidencia a maior singularidade: 26,9% das suas publicações incidem sobre ambiente e energia, em linha com a sua identidade ideológica, seguida de cultura e juventude (13,5%) e transparência (11,5%).

De forma geral, a análise mostra que, embora a transparência e a prestação de contas constituam o eixo transversal a todos os partidos, cada formação política dá ênfase particular a áreas que refletem a sua identidade programática. Os partidos tradicionais, como PSD e PS, concentram-se em temas de soberania e governação; o Chega privilegia transparência, autoridade e proximidade territorial; os partidos de esquerda reforçam causas sociais e culturais; e o PAN diferencia-se claramente pela prioridade ao ambiente. Assim, as redes sociais confirmam-se como um espaço onde, para além de disputas de visibilidade, os partidos reforçam as suas marcas políticas através da escolha seletiva dos temas a destacar.

Argumentos utilizados nas publicações

Esta categoria procura entender os tipos de argumentação mais comuns utilizados pelos deputados nas redes sociais, distinguindo entre *ethos* (apelo à credibilidade e caráter), *pathos* (apelo às emoções) e *logos* (apelo à lógica e razão). A análise permite identificar as estratégias discursivas privilegiadas para persuadir o público e reforçar a imagem política.

Argumentos	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	Total
Ethos	46	130	254	2	19	12	14	-	477
Pathos	29	162	697	0	44	9	29	-	970
Logos	24	115	112	4	19	8	9	-	291

Tabela 30: Dados da análise de redes sociais: tipos de argumentos

Na análise geral, observa-se uma clara predominância do pathos, que representa 56,3% das publicações categorizadas. Isto indica que a maior parte da comunicação política dos deputados recorre a argumentos emocionais, procurando mobilizar sentimentos como indignação, esperança ou simpatia. Em segundo lugar surge o *ethos*, com 27,7%, que reforça a importância da credibilidade, da autoridade moral e da imagem pública dos deputados. O logos, centrado na apresentação de dados e raciocínios lógicos, é o menos utilizado, com apenas 16,9%, evidenciando que a comunicação digital privilegia a emoção e a credibilidade sobre a racionalidade estrita.

As diferenças entre partidos são reveladoras. O PSD distribui-se de forma relativamente equilibrada, mas com maior peso no *ethos* (40,4%), seguido de *pathos* (25,4%) e logos (21,1%), sugerindo uma aposta na credibilidade e numa argumentação que combina emoção e razão. O PS privilegia o *pathos* (43,6%), complementado por *ethos* (35,0%) e logos (21,4%), confirmando uma abordagem mista, mas com forte apelo emocional.

O Chega destaca-se pela utilização massiva do pathos, que constitui 63,8% das suas publicações. O *ethos* representa 23,2% e o logos apenas 10,2%. Esta predominância do apelo emocional sugere uma estratégia de comunicação centrada na mobilização afetiva do eleitorado, muitas

vezes através de discursos polarizadores ou identitários. A Iniciativa Liberal, por contraste, mostra uma utilização significativa do logos (40%), revelando uma aposta em argumentos racionais e em dados objetivos, embora também use o *ethos* (20%) e *pathos* (40%), mantendo equilíbrio entre emoção e razão.



patricia.carvalho.ch • Seguir

patricia.carvalho.ch A imprensa está calada sobre isto, mas se tivesse sido um alemão a matar um afegão e uma criança já havia programas especiais de comentário nas televisões! É nesta censura que vivemos. Não se deixem enganar! #salvarportugal

INTERNACIONAL

REFUGIADO AFEGÃO MATA CRIANÇA DE DOIS ANOS E PAI À FACADA NA ALEMANHA

LEIA TAMBÉM ONLINE EM www.folhanacional.pt

Adicionar comentário... Publicar

Patrícia de Carvalho (Chega), numa publicação que apela à emoção (pathos)



Rodrigo Saraiva (IL), utiliza de argumentos lógicos e de dados (Logos) para defender uma proposta no Parlamento

O Bloco de Esquerda e o Livre partilham um padrão semelhante: ambos recorrem sobretudo ao *pathos* (50% e 53,6%, respetivamente), mas mantêm uma proporção relevante de *logos* (44,4% no Bloco e 23,2% no Livre), sinalizando a valorização de argumentos racionais, embora ainda subordinados ao apelo emocional. O PAN privilegia também o *pathos* (54,7%), seguido do *ethos* (22,6%) e do *logos* (15,1%), alinhando-se com uma estratégia que procura sensibilizar os eleitores através de causas emocionais, sobretudo ambientais e de proteção animal.

No conjunto, estes resultados confirmam que a política digital em Portugal se constrói sobretudo através da emoção, seguida pela credibilidade dos protagonistas, enquanto os argumentos racionais e baseados em dados têm menor peso. Os partidos diferenciam-se, contudo, na forma como equilibram essas dimensões: enquanto o Chega aposta quase exclusivamente no *pathos*, partidos como PSD e PS combinam *ethos* e *pathos*, e a Iniciativa Liberal é a que mais se distingue pelo uso de argumentos do tipo *logos*. Assim, a categorização evidencia tanto padrões comuns de comunicação política digital como a identidade discursiva própria de cada partido.

Legitimidade nas publicações

Esta categoria procura compreender de que forma os deputados legitimam a sua atuação política nas redes sociais, explorando três dimensões: o recurso a regras estabelecidas (como leis, regulamentos ou a Constituição), a invocação de crenças partilhadas (valores culturais e sociais amplamente aceites) e a valorização do consentimento dos subordinados (referências ao apoio eleitoral, fidelidade ou manifestações de apoio popular).

Legitimidade	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	Total
Regras estabelecidas	21	81	135	0	6	4	3	-	250
Crenças partilhas	35	141	508	4	40	12	28	-	768
Consentimento dos subordinados	12	61	250	0	9	4	6	-	342

Tabela 31: Dados da análise de redes sociais: Fundamentos de legitimidade

Na análise geral, verifica-se que a subcategoria mais utilizada é a das crenças partilhadas, que corresponde a 60,7% das publicações. Isto demonstra que os deputados recorrem sobretudo à mobilização de valores sociais amplamente reconhecidos, como justiça, liberdade ou igualdade, para sustentar a sua comunicação política. O consentimento dos subordinados aparece em segundo lugar, com 27,0%, revelando a importância atribuída à legitimação do poder político através do apoio popular e da relação direta com os eleitores. Já as regras estabelecidas representam apenas 19,8%, o que sugere que a comunicação digital dos deputados raramente se ancora em normas jurídicas ou institucionais formais.

Quando analisamos os partidos, identificam-se diferenças interessantes. O PSD apresenta uma distribuição equilibrada, mas dá maior destaque às crenças partilhadas (46,1%), seguidas das regras estabelecidas (27,6%) e do consentimento dos subordinados (15,8%). O PS também

privilegia as crenças partilhadas (48,6%), mas, ao contrário do PSD, valoriza em igual medida o consentimento dos subordinados (27,9%) e as regras estabelecidas (27,9%).

O Chega distingue-se pelo uso particularmente elevado do consentimento dos subordinados (30,9%), acima da média geral, o que reflete a ênfase deste partido na ligação direta aos eleitores e na legitimação do seu poder pela vontade popular. Ainda assim, as crenças partilhadas constituem a maioria das referências (57,2%), enquanto as regras estabelecidas têm menor peso (15,2%).

No caso da Iniciativa Liberal, embora o número absoluto seja reduzido, observa-se um padrão centrado nas crenças partilhadas (57,1%), seguidas do consentimento dos subordinados (28,6%), em linha com a tendência geral. O Bloco de Esquerda apresenta uma repartição semelhante, com 66,7% das referências em crenças partilhadas e 33,3% em consentimento, sem qualquer utilização de regras estabelecidas. O Livre combina também maioritariamente crenças partilhadas (66,7%), mas com presença relevante de consentimento (15%) e regras estabelecidas (10%). O PAN segue a mesma linha, valorizando sobretudo as crenças (58,3%), mas também com recurso a consentimento (20,8%) e regras estabelecidas (8,3%).

De forma global, a análise confirma que os deputados recorrem sobretudo a valores e crenças sociais para sustentar a legitimidade política nas redes, enquanto a referência direta às normas jurídicas ou institucionais é residual. Os partidos diferenciam-se, contudo, na intensidade do recurso ao consentimento popular: o Chega lidera esta tendência, enquanto PSD e PS equilibram mais entre os três tipos de legitimidade. Assim, os resultados reforçam a centralidade do discurso de proximidade e identidade cultural na política digital, em detrimento de uma legitimação estritamente institucional.

3.4. Análise dos Discursos dos Deputados na Assembleia da República

3.4.1. A análise crítica do discurso: justificação do método

A análise dos discursos dos deputados nas sessões plenárias da Assembleia da República foi escolhida como método para compreender profundamente a forma como os representantes eleitos utilizam o espaço parlamentar para comunicar as suas posições políticas e interagir com outros deputados e com o eleitorado. Este método permite explorar a representação política formal, observando diretamente as práticas discursivas que revelam como os deputados articulam os interesses dos seus eleitores e como constroem a sua imagem pública em um contexto institucional.

Segundo Schreier (2013), a análise de conteúdo qualitativa é especialmente útil para investigar os significados subjacentes em discursos políticos, onde os conteúdos latentes, as estratégias retóricas e as narrativas emergentes são tão importantes quanto os dados quantitativos. A análise dos discursos dos deputados oferece um entendimento detalhado sobre as prioridades políticas e as estratégias comunicativas utilizadas no contexto das sessões plenárias, um ambiente de elevado impacto político e mediático.

Além disso, esta abordagem permite identificar as temáticas abordadas, as variações de tom e estilo, e as formas como os deputados se posicionam perante questões chave, proporcionando uma visão holística sobre a prática da representação política no Parlamento. A escolha deste método justifica-se, portanto, pela sua capacidade de revelar as dinâmicas discursivas que caracterizam o funcionamento da Assembleia da República, bem como os desafios e oportunidades que os deputados enfrentam ao comunicar com o eleitorado através dos seus discursos formais.

A análise dos discursos parlamentares é uma extensão natural do estudo das redes sociais, oferecendo uma comparação entre a comunicação digital e a comunicação institucional, permitindo investigar se as práticas observadas nas redes sociais se refletem nos discursos formais dos deputados. Esta triangulação de dados permite uma análise mais completa e integrada da comunicação política dos deputados da XVI Legislatura. Desta forma, a população de estudo incluiu novamente os 230 deputados da Assembleia da República, cujas interações e postagens nas redes sociais foram monitorizadas ao longo de um período de 6 meses após a

tomada de posse na Assembleia da República (de 26 de março de 2024 a 26 de setembro de 2024).

3.4.2. Recolha de dados: as estratégias discursivas nas sessões plenárias da XVI Legislatura

A análise dos discursos parlamentares foi realizada com recurso à plataforma *ATLAS.ti*, uma ferramenta de análise qualitativa que permite organizar, codificar e interpretar grandes volumes de dados textuais de forma sistemática. Esta plataforma possibilitou identificar padrões, temas e estratégias discursivas utilizadas pelos deputados nas suas intervenções parlamentares.

A amostra foi extraída do período compreendido entre 26 de março e 26 de setembro de 2024, correspondendo aos primeiros seis meses da XVI Legislatura. Durante este intervalo, foram selecionadas as atas da primeira reunião plenária de cada semana legislativa, garantindo assim uma cobertura regular e representativa das atividades parlamentares. Os documentos foram retirados dos *Diários da Assembleia da República*, tendo sido utilizadas exclusivamente as atas da *I Série*, por estas fornecerem um “relato fiel e completo do que ocorreu em cada reunião plenária” (Assembleia da República, s.d.).

Foram analisadas unicamente as intervenções proferidas por deputados, tendo sido excluídas todas as intervenções do Primeiro-Ministro, ministros ou outros membros do Governo. Esta delimitação visou centrar a análise na comunicação parlamentar dos representantes eleitos e na forma como constroem a sua atuação representativa no espaço institucional.

A categorização dos discursos seguiu a mesma estrutura analítica aplicada à análise das redes sociais, permitindo a triangulação dos dados e a comparação sistemática entre os dois contextos comunicativos. Foram consideradas quatro dimensões principais: (i) os temas abordados, (ii) os tipos de representação, (iii) os tipos de legitimidade mobilizados e (iv) as estratégias retóricas utilizadas. Para evitar a duplicação temática, cada discurso foi associado a apenas um tema principal, embora pudesse integrar múltiplas categorias nas restantes dimensões.

Dimensão	6. Argumentos	Esta dimensão avalia a estrutura e a natureza dos argumentos utilizados pelos deputados nos seus discursos, com foco em como estes utilizam apelos à credibilidade, à emoção e à razão para persuadir e influenciar os seus seguidores.
Subcategorias	bb. Ethos	Avalia como os deputados utilizam a credibilidade moral e o carácter para estabelecer confiança com o público. Inclui demonstrações de integridade, sabedoria prática, e valores éticos, reforçando a imagem de confiabilidade e liderança.
	cc. Pathos	Analisa o uso de apelos emocionais nas publicações dos deputados, com o intuito de persuadir e influenciar as opiniões e emoções do público. Foca-se na evocação de sentimentos como medo, esperança, simpatia ou indignação.
	dd. Logos	Examina o uso de argumentos baseados na lógica e na razão, empregando dados, fatos e evidências para apoiar as suas posições e persuadir o público.

Tabela 32: Análise debates: tipos de argumentos

Dimensão	7. Representação Política	Esta dimensão foca-se em como os deputados utilizam as redes sociais para exercer a sua função de representação política, analisando a interação com os seus seguidores, a forma como comunicam a sua posição oficial e como gerem o diálogo com o público.
Subcategorias	ee. Representação Simbólica	Observa o uso de símbolos, imagens e referências culturais para reforçar a identidade do deputado como representante do povo.
	ff. Representação Descritiva	Analisa como os deputados refletem a composição demográfica ou social do seu eleitorado nas suas postagens.
	gg. Representação substantiva	Foca na defesa dos interesses dos eleitores, mostrando como as ações e decisões do deputado são direcionadas para atender as necessidades da população.
	hh. Representação formalística	Avalia como os deputados se posicionam e comunicam em função do seu papel institucional e da autoridade que deriva da sua posição oficial.

Tabela 33: Análise debates: categorias de representação política

Dimensão	8. Temas abordados	Esta dimensão avalia os principais temas políticos e sociais abordados nas publicações dos deputados, com foco em como estes temas são comunicados e discutidos nas redes sociais.
Subcategorias	ii. Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	Engloba publicações relacionadas à proteção e promoção dos direitos humanos, liberdades individuais, e temas constitucionais, como a defesa da Constituição e a garantia dos direitos civis e políticos.
	jj. Negócios Estrangeiros e comunidades portuguesas	Refere-se a temas ligados à política externa de Portugal, relações diplomáticas, e a situação das comunidades portuguesas no exterior, incluindo a proteção dos direitos dos cidadãos portugueses fora do país e as políticas de emigração e imigração.
	kk. Defesa Nacional	Foca-se em publicações sobre a segurança nacional, política de defesa, o papel das Forças Armadas, e a participação de Portugal em alianças internacionais como a NATO, bem como a defesa dos interesses nacionais em contextos de segurança global.
	ll. Assuntos Europeus	Inclui publicações que abordam as políticas da União Europeia, a integração europeia, o impacto das decisões da UE em Portugal, e as relações de Portugal com outras instituições europeias.
	mm. Orçamento, finanças e administração pública	Refere-se a temas económicos e financeiros, incluindo a gestão do orçamento do Estado, políticas fiscais, administração pública, e reformas administrativas.
	nn. Economia, Obras públicas e Habitação	Engloba discussões sobre o desenvolvimento económico, investimentos em infraestrutura, políticas de habitação, e o impacto das políticas económicas no crescimento sustentável e no bem-estar dos cidadãos.
	oo. Agricultura e Pescas	Trata das políticas agrícolas e pesqueiras, e das comunidades rurais, bem como do papel da agricultura e das pescas na economia nacional.
	pp. Educação e ciência	Refere-se a temas ligados à educação, políticas de ensino, inovação e ciência, bem como à promoção de pesquisas científicas e tecnológicas e ao desenvolvimento de um sistema educacional
	qq. Saúde	Foca-se na política de saúde pública, acesso a cuidados de saúde, gestão do sistema nacional de saúde
	rr. Trabalho, Segurança Social e Inclusão	Inclui discussões sobre políticas de emprego, segurança social, proteção dos direitos dos trabalhadores, e inclusão social, com foco na promoção de condições de trabalho dignas e na proteção social dos cidadãos.
	ss. Ambiente e energia	Refere-se a temas ambientais e energéticos, como sustentabilidade, combate às mudanças climáticas, energias renováveis, e políticas de proteção ambiental.
	tt. Cultura, comunicação, juventude e desporto	Engloba temas ligados à promoção da cultura, políticas para a juventude, desenvolvimento do desporto, e o papel da comunicação social na sociedade,
	uu. Poder local e coesão territorial	Trata das políticas de descentralização, fortalecimento do poder local, e promoção da coesão territorial, abordando as desigualdades regionais e o desenvolvimento equilibrado do território nacional.

	vv. Transparência e Estatuto dos deputados	Refere-se à transparência nas atividades parlamentares, ética na política, e ao papel dos deputados enquanto representantes, incluindo questões sobre o seu estatuto, direitos, deveres, e a prestação de contas aos eleitores.
--	--	---

Tabela 34: Análise debates: temas abordados

Dimensão	9. Legitimidade	
Subcategorias	ww. Regras estabelecidas	Os deputados fundamentam suas ações em regras formais ou informais estabelecidas, mostrando conformidade com normas legais ou institucionais reconhecidas. Exemplos incluem a menção de legislações, processos formais de decisão política ou referências à Constituição.
	xx. Crenças partilhas	Os deputados utilizam crenças e valores comuns para justificar suas ações, conectando-se com os eleitores através de referências a valores culturais, sociais ou éticos que são amplamente aceitos pela população. Isso inclui a promoção de valores como justiça, liberdade, ou igualdade.
	yy. Consentimento dos subordinados	Os deputados expressam e reforçam a legitimidade do seu poder através do consentimento dos eleitores. Exemplos incluem a partilha de resultados de votações, menções ao apoio recebido em eleições, ou expressões de fidelidade e apoio contínuo por parte dos seus seguidores.

Tabela 35: Análise de debates - Fundamentos de legitimidade

Ao todo, foram analisadas 16 sessões plenárias e um total de 144 discursos. A tabela abaixo apresenta os documentos analisados, bem como o detalhe dos discursos que os compõem.

Sessão parlamentar	Data da Sessão	Discursos analisados
DAR-I-002	2024-03-28	Inês de Sousa Real (PAN), Nuno Melo (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L), Paula Santos (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Mariana Leitão (IL), André Ventura (CH), Eurico Brilhante Dias (PS), Hugo Soares (PSD)
DAR-I-003	2024-04-12	Pedro Nuno Santos (PS), Hugo Soares (PSD), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Rui Tavares (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)

DAR-I-006	2024-04-18	Mariana Mortágua (BE), André Ventura (CH), Hugo Soares (PSD), Rui Rocha (IL), Jorge Pinto (L), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP), Miguel Cabrita (PS).
DAR-I-009	2024-04-24	António Filipe (PCP), Carlos Barbosa (CH), Jorge Pinto (L), Hugo Costa (PS), Gonçalo Lage (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), Isabel Pires (BE), Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-012	2024-05-03	Jorge Botelho (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), Pedro Pinto (CH), Emília Cerqueira (PSD), Paula Santos (PCP), Isabel Pires (BE), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-014	2024-05-09	Hugo Oliveira (PS), Gonçalo Lage (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Mariana Mortágua (BE), Jorge Pinto (L), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP)
DAR-I-016	2024-05-16	Paulo Nuncio (CDS-PP), Joana Mortágua (BE), Regina Bastos (PSD), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Rocha (IL), Rui Tavares (L), Pedro Delgado Alves (PS) e Rui Paulo Sousa (CH)
DAR-I-021	2024-05-23	Mariana Mortágua (BE), Joana Cordeiro (IL), Sandra Ribeiro (CH), Hugo Oliveira (PS), João Vale e Azevedo (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP)
DAR-I-024	2024-06-12	Francisco de Assis (PS), Hugo Soares (PSD), Joana Mortágua (BE), Pedro Pinto (CH), Rui Rocha (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), António Filipe (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP)
DAR-I-026	2024-06-20	Pedro Delgado Alves (PS), Hugo Soares (PSD), Fabian Figueiredo (BE), André Ventura (CH), Mariana Leitão (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), António Filipe (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP)
DAR-I-029	2024-06-27	Hugo Soares (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-032	2024-07-04	Gonçalo Lage (PSD), Ana Mendes Godinho (PS), Pedro Pinto (CH), Bernardo Blanco (IL), Marisa Matias (BE), António Filipe (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-034	2024-07-18	Pedro Nuno Santos (PS), Hugo Soares (PSD), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Rui Tavares (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-036	2024-09-12	Pedro Pinto (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Fabian Figueiredo (BE), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP), Isaura Morais (PSD), Isabel Ferreira (PS) e Inês de Sousa Real (PAN).
DAR-I-037	2024-09-19	Paula Margarido (PSD), Isabel Alves Moreira (PS), Pedro Pinto (CH), Mariana Leitão (IL), Mariana Mortágua (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)
DAR-I-040	2024-09-26	Emídio Guerreiro (PSD), Isabel Ferreira (PS), Pedro Pinto (CH), Rui Rocha (IL), José Moura Soeiro (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN)

Tabela 36: Sessões plenárias analisadas

3.4.3. Análise das dimensões discursivas nos debates parlamentares

A função representativa nos debates parlamentares

Esta dimensão avalia de que forma os deputados exercem a sua função representativa nos discursos proferidos na Assembleia da República, analisando quatro subcategorias: representação simbólica (uso de referências culturais e identitárias), representação descritiva (espelhamento da composição social do eleitorado), representação substantiva (defesa ativa dos interesses dos eleitores) e representação formalística (recurso ao papel institucional).

Representação Política	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	CDS	Total
Representação Simbólica	27	24	21	24	29	21	24	21	20	211
Representação Descritiva	13	10	15	10	13	10	13	17	9	110
Representação substantiva	26	31	22	31	27	29	29	30	23	248
Representação formalística	24	18	25	20	16	18	17	19	20	177

Tabela 37: Dados da análise debates: categorias de representação política

Na análise global dos discursos parlamentares, observa-se que a subcategoria mais recorrente é a da representação substantiva, que representa 34,1% das menções. Este resultado demonstra que os deputados, ao intervir no parlamento, tendem a legitimar a sua atuação através da defesa direta dos interesses da população, articulando as suas intervenções com as necessidades concretas dos cidadãos.

A representação simbólica aparece em segundo lugar com 29,0%, revelando o uso significativo de símbolos culturais, referências à identidade nacional ou elementos simbólicos para reforçar o vínculo com os eleitores. A representação formalística (24,3%) também tem presença considerável, sinalizando que muitos discursos são estruturados a partir da posição oficial dos deputados, valorizando o seu papel institucional. Já a representação descritiva é a menos frequente (15,1%), indicando que raramente os deputados explicitam nos seus discursos parlamentares um reflexo da composição social ou demográfica do seu eleitorado.

Analisando por partidos, a representação substantiva é fortemente utilizada pelo PS, como ilustrado no exemplo abaixo, Chega, IL, Bloco de Esquerda, PAN e PCP, com valores entre 27 e 31, sugerindo uma tendência transversal para enfatizar a defesa de causas e interesses dos cidadãos.

“Com estes investimentos na ferrovia, acima de tudo, transforma-se a vida das pessoas, liga-se o País, quebra-se a distância, criam-se oportunidades e quebram-se as supostas fatalidades de quem desistiu do País, como muitas vezes no passado aconteceu.” Ana Mendes Godinho, PS (DAR-I-032)

O Bloco de Esquerda destaca-se na representação simbólica (29), sugerindo uma retórica fortemente ancorada em símbolos identitários e culturais, tal como o exemplo abaixo pode mostrar. O PSD e o PS também têm números elevados nessa categoria, refletindo uma retórica que reforça o papel dos deputados como representantes do povo.

“Imbuída de um espírito patriótico, com escudo e quinas no logotipo, quer importar para Portugal o que correu mal nos outros países.” Marisa Matias, Bloco de Esquerda (DAR-I-032)

Em relação à representação descritiva, o destaque vai para o PCP (17), seguido do Chega (15), revelando uma preocupação maior destes partidos em refletir a diversidade social nos seus discursos.

Quanto à representação formalística, o Chega (25) e o PSD (24) lideram, demonstrando uma tendência para se ancorarem na autoridade institucional e no papel formal que ocupam.

Se olharmos para o espectro ideológico, os partidos de esquerda (PS, BE, PCP, PAN e Livre) tendem a distribuir as suas estratégias representativas de forma mais equilibrada, com forte presença da representação substantiva, mas também um uso expressivo da representação simbólica, especialmente no Bloco de Esquerda e Livre. Já os partidos de direita (PSD, Chega, IL, CDS) mantêm também foco na representação substantiva, mas destacam-se pelo maior uso da representação formalística, evidenciado sobretudo no Chega e PSD, indicando uma retórica mais institucional.

Em termos de tamanho partidário, os partidos grandes (PS e PSD) apresentam uma abordagem mais abrangente, com elevada presença nas quatro subcategorias, refletindo a necessidade de representar uma base eleitoral mais ampla. Por outro lado, os partidos pequenos adotam estratégias mais focadas: o Bloco investe fortemente na dimensão simbólica; o PCP destaca-se na representação descritiva; e o PAN e o Livre mostram equilíbrio entre representação simbólica e substantiva, procurando reforçar causas específicas e identidades políticas bem definidas.

De forma geral, os discursos parlamentares mostram uma clara ênfase na defesa substantiva dos interesses dos cidadãos, o que confirma o uso do parlamento como espaço de mediação entre eleitores e instituições. Ainda que a dimensão simbólica também seja relevante, o papel institucional e o reflexo demográfico surgem com menor destaque, sugerindo que a retórica parlamentar se orienta sobretudo pela ação política e valores partilhados, com variações que refletem as posições ideológicas e o peso institucional dos partidos.

Formas de legitimação do discurso na Assembleia da República

Esta dimensão avalia de que forma os deputados legitimam a sua atuação política nos discursos proferidos na Assembleia da República, explorando três subcategorias: o recurso a regras estabelecidas (como leis, regulamentos ou a Constituição), a invocação de crenças partilhadas (valores culturais e sociais amplamente aceites) e a valorização do consentimento dos subordinados (referências ao apoio eleitoral, fidelidade ou manifestações de apoio popular).

Legitimidade	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	CDS-P P	Total
Regras estabelecidas	20	21	13	22	10	14	17	18	15	130
Crenças partilhas	28	24	20	21	32	25	22	28	16	188
Consentimento dos subordinados	9	18	18	7	10	11	6	18	16	104

Tabela 38: Dados da análise de debates - Fundamentos de legitimidade

Na análise geral, verifica-se que a subcategoria mais utilizada é a das crenças partilhadas, que corresponde a 48,3% das menções. Isto demonstra que os deputados recorrem sobretudo à mobilização de valores sociais amplamente reconhecidos, como justiça, liberdade ou igualdade, para sustentar a sua legitimidade política. O recurso a regras estabelecidas surge em segundo lugar (33,4%), sinalizando um uso consistente de normas jurídicas, constitucionais e institucionais como fundamentos da sua atuação. Já o consentimento dos subordinados representa 26,7%, revelando uma presença significativa, mas menos dominante, da referência direta ao apoio popular como fonte de legitimidade.

Analisando por partidos, o Bloco de Esquerda lidera no uso de crenças partilhadas (32), evidenciando uma retórica fortemente baseada em valores ideológicos e sociais.

“O povo foi expressão da explosão revolucionária e foi ator da explosão revolucionária. Foi ele que acabou com a polícia política; foi ele que acabou com a censura; foi ele que conquistou liberdades públicas e sindicais.” Mariana Mortágua, Bloco de Esquerda (DAR-I-024)

O PCP e o PSD também apresentam números elevados nesta categoria (28 cada), seguidos de perto pelo Livre (25), o que demonstra que este tipo de justificação é comum entre diferentes famílias ideológicas. O uso de regras estabelecidas destaca-se na Iniciativa Liberal (22), no PS (21) e no PSD (20), refletindo uma ênfase maior em fundamentos jurídicos e institucionais, especialmente entre partidos com forte presença parlamentar ou com discurso mais racional-formalista. Já o consentimento dos subordinados tem presença mais significativa no PS, Chega e PCP (todos com 18), o que revela que tanto partidos tradicionais como emergentes apelam à legitimação via apoio popular e eleitoral.

Se olharmos para o espectro ideológico, os partidos de esquerda (PS, BE, PCP, PAN e Livre) tendem a utilizar maioritariamente a legitimidade baseada em crenças partilhadas, com destaque para o BE, PCP e Livre. O consentimento dos subordinados também é relevante neste grupo, especialmente no PS e PCP. Já o recurso a regras estabelecidas aparece com menor destaque, exceto no PAN e no PS, que demonstram alguma valorização das normas institucionais. Por

contraste, os partidos de direita (PSD, Chega, IL, CDS-PP) combinam o uso de crenças partilhadas com maior valorização das regras estabelecidas, especialmente notório na IL e no CDS-PP. O Chega destaca-se pelo uso relativamente elevado do consentimento dos subordinados, em linha com a sua estratégia de legitimação baseada na vontade popular.

Em termos de tamanho partidário, os partidos grandes (PS e PSD) adotam uma distribuição equilibrada entre as três subcategorias, com ligeiro predomínio das crenças partilhadas, seguidas por regras estabelecidas e consentimento, o que demonstra uma estratégia retórica diversificada para legitimar a sua atuação institucional. Já os partidos pequenos tendem a adotar posições mais específicas: o Bloco de Esquerda aposta fortemente nas crenças partilhadas, com menor uso das restantes categorias. A Iniciativa Liberal destaca-se pelo uso de regras estabelecidas, refletindo um perfil mais normativo e racionalista. O Livre apresenta um equilíbrio entre crenças e consentimento, enquanto o PAN tende a usar crenças e regras com moderação. O CDS-PP revela uma presença proporcional nas três categorias, ainda que com menor volume absoluto.

De forma geral, os discursos parlamentares revelam que a legitimação da ação política é feita sobretudo com base em valores sociais amplamente aceites, seguidos por fundamentos legais e, em menor grau, pelo apelo ao apoio popular. Os partidos de esquerda concentram-se mais em valores e ideais, enquanto os de direita reforçam o papel das normas institucionais. Os partidos grandes diversificam os mecanismos de legitimação, ao passo que os pequenos adotam estratégias discursivas mais específicas, alinhadas com os seus perfis ideológicos. Esta diversidade revela a pluralidade de formas de construção da legitimidade política no parlamento português.

Recursos retóricos utilizados nos debates parlamentares

Esta dimensão avalia a estrutura e a natureza dos argumentos utilizados pelos deputados nas suas publicações nas redes sociais, com foco nos diferentes tipos de apelos utilizados para persuadir e influenciar os seus seguidores. Observa-se que o tipo de argumentação mais recorrente é o pathos, que representa 39,1% das menções. Este predomínio evidencia a centralidade dos apelos emocionais como estratégia de mobilização, sugerindo que os deputados recorrem frequentemente à evocação de sentimentos como indignação, esperança, medo ou empatia para

estabelecer ligação com o público e reforçar o impacto das suas mensagens. Ainda assim, quando comparado com os dados de redes sociais, denota-se uma maior homogeneidade nos argumentos utilizados pelos partidos

Argumentos	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	CDS-PP	Total
Ethos	24	21	20	16	14	15	15	26	13	164
Pathos	27	26	30	13	29	22	22	27	20	216
Logos	25	26	26	22	25	22	20	28	18	212

Tabela 39: Dados da análise debates: tipos de argumentos

O segundo tipo de argumentação mais utilizado é o *logos*, com 38,4%, revelando a importância atribuída aos argumentos fundamentados em dados, evidências e raciocínios lógicos. Esta proximidade entre *pathos* e *logos* sugere que, embora a dimensão emocional seja dominante, há também uma valorização substancial da racionalidade e da lógica argumentativa na comunicação política digital. Em terceiro lugar surge o *ethos*, com 29,7%, o que indica uma menor, mas ainda significativa, utilização da credibilidade pessoal, do carácter e da integridade como elementos persuasivos.

A análise por partidos revela diferentes orientações retóricas. O Chega apresenta o maior número de menções ao *pathos* (30), como apresenta o exemplo inframencionado, o que é consistente com uma comunicação fortemente emocional. O Bloco de Esquerda (29), o PCP (27) e o PS (26) também evidenciam uma utilização intensa desta estratégia, o que reforça a dimensão afetiva do discurso político na esquerda. Em contraste, a Iniciativa Liberal regista o valor mais baixo no uso do *pathos* (13), sinalizando uma preferência por abordagens mais racionalizadas.

“(...) o PCP está a fazer um momento de ilusionista, ao estilo de Luís de Matos: durante a governação socialista esteve desaparecido” Carlos Barbosa, Chega (DAR-I-009)

No que respeita ao *logos*, os valores são elevados de forma transversal, com destaque para o PCP (28), Chega (26), PS (26) e PSD (25), indicando uma forte presença de argumentação lógica em diferentes quadrantes ideológicos. A Iniciativa Liberal também apresenta uma valorização expressiva desta subcategoria (22), em coerência com a sua identidade discursiva assente na racionalidade, eficiência e tecnocracia.

O *ethos* apresenta uma distribuição mais contida, mas com variações significativas. O PCP, citado abaixo (26) lidera nesta dimensão, seguido do PSD (24) e do Chega (20), evidenciando a importância que alguns partidos atribuem à construção de uma imagem de autoridade moral e liderança ética. Em contraste, partidos como o Livre, PAN e Bloco de Esquerda apresentam valores mais baixos nesta dimensão, o que pode refletir uma menor aposta na legitimação baseada no carácter pessoal.

“E aqui está a força política, o PCP, com quem podem contar para defender o direito à saúde para todos os utentes, para valorizar os direitos dos profissionais de saúde, para salvar o SNS.” Paula Santos, PCP (DAR-I-036)

Considerando a divisão ideológica, os partidos de esquerda (PS, BE, PCP, PAN e Livre) demonstram maior inclinação para o uso de pathos, enquanto os partidos de direita (PSD, Chega, IL, CDS-PP) tendem a distribuir mais equitativamente o uso das três estratégias, com destaque particular para o *ethos* e o *logos*. Esta diferença sugere que a esquerda aposta mais numa comunicação emocional e mobilizadora, enquanto a direita privilegia, em parte, a racionalidade e a construção da autoridade.

Em termos de dimensão partidária, os partidos grandes (PS e PSD) apresentam uma utilização equilibrada das três estratégias, refletindo a necessidade de alcançar diferentes segmentos do eleitorado. Os partidos pequenos, por sua vez, adotam estratégias mais distintas: o Bloco de Esquerda privilegia claramente o pathos; a Iniciativa Liberal destaca-se no *logos* e *ethos*; o Livre mantém uma distribuição relativamente homogênea; e o CDS-PP mostra uma presença proporcional nas três categorias, ainda que com menor intensidade.

Em síntese, os dados revelam que os deputados utilizam predominantemente estratégias emocionais para construir a sua comunicação nas redes sociais, seguidas por argumentos racionais e, em menor grau, por apelos à credibilidade pessoal. As variações entre partidos evidenciam diferentes estilos de comunicação política digital, associados quer ao posicionamento ideológico, quer ao estatuto e dimensão institucional de cada força partidária.

Temas abordados nos discursos parlamentares

Esta dimensão avalia os principais temas políticos e sociais abordados pelos deputados nos discursos proferidos na Assembleia da República, procurando identificar as áreas que dominam a agenda parlamentar e que constituem as prioridades discursivas dos representantes políticos no espaço institucional.

	PSD	PS	Chega	IL	Bloco	Livre	PAN	PCP	CDS-P P	Total
Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	3	4	3	2	4	4	3	2	4	29
Negócios Estrangeiros e comunidades portuguesas	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Defesa Nacional	1	1	2	2	1	-	-	1	1	9
Assuntos Europeus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Orçamento, finanças e administração pública	4	2	3	2	1	1	2	1	5	21
Economia, Obras públicas e Habitação	4	5	3	5	5	5	1	4	2	34
Agricultura e Pescas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Educação e ciência	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2

Saúde	-	-	-	1	-	-	1	1	-	3
Trabalho, Segurança Social e Inclusão	3	1	1	3	4	2	3	4	1	22
Ambiente e energia	-	-	-	-	-	1	4	-	-	5
Cultura, comunicação, juventude e desporto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Poder local e coesão territorial	1	1	2		1	1		1		7
Transparência e Estatuto dos deputados	-	-	1	1	-	-	1	-	1	4

Tabela 40: Dados da análise debates: temas abordados

De um modo geral, observa-se uma predominância clara de temas associados à esfera económica e social. O tema mais frequentemente mencionado nos discursos parlamentares é “Economia, Obras Públicas e Habitação”, com 34 referências, o que evidencia a centralidade das questões relacionadas com o desenvolvimento económico, a infraestrutura e o acesso à habitação. Esta ênfase indica uma forte preocupação dos deputados em tratar de matérias com impacto direto nas condições de vida da população.

Segue-se o tema “Trabalho, Segurança Social e Inclusão”, com 22 menções, que destaca a importância atribuída à proteção social, aos direitos laborais e à promoção de condições de trabalho dignas. Em terceiro lugar, surge a categoria “Orçamento, Finanças e Administração Pública” (21 menções), confirmando que a gestão do Estado e as políticas fiscais ocupam lugar de destaque nos debates parlamentares.

O tema “Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias” soma 29 ocorrências, refletindo a presença significativa de discursos centrados na defesa dos direitos fundamentais e na proteção das liberdades individuais, assim como na valorização da ordem constitucional. Esta categoria inclui menções a princípios democráticos e dispositivos constitucionais, demonstrando uma preocupação com a salvaguarda do Estado de Direito.

Outras áreas como “Defesa Nacional” (9), “Poder Local e Coesão Territorial” (7), “Ambiente e Energia” (5), “Saúde” (3) e “Educação e Ciência” (2) surgem com expressão mais limitada, indicando uma menor atenção nos discursos parlamentares a estas matérias. Algumas temáticas, como “Assuntos Europeus”, “Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto” e “Agricultura e Pescas”, não registam qualquer menção, o que aponta para a sua quase ausência na agenda discursiva dos deputados no período analisado.

A análise por partidos mostra uma distribuição temática diferenciada. O PS, PSD e Chega distribuem os seus discursos por várias áreas, com destaque comum para os temas económicos e sociais. A Iniciativa Liberal concentra-se em matérias relacionadas com economia, orçamento e administração, coerente com a sua orientação programática, tal como demonstra a intervenção de Mariana Leitão, citada abaixo. Os partidos à esquerda, nomeadamente Bloco de Esquerda, PCP, PAN e Livre, priorizam questões sociais como trabalho, inclusão e direitos, mas também introduzem temáticas como ambiente ou coesão territorial, ainda que com menor frequência.

“O crescimento económico é a forma mais eficiente de combater o desemprego, os baixos salários e a pobreza, e esse crescimento económico surge com uma economia competitiva, que atrai mais investimento.” Mariana Leitão, IL (DAR-I-002)

No plano ideológico, os partidos de esquerda demonstram uma maior inclinação para temas de justiça social, proteção de direitos e inclusão, enquanto os partidos de direita tendem a destacar matérias ligadas à economia, finanças públicas e defesa nacional. Em termos de dimensão partidária, os partidos maiores (PS e PSD) apresentam maior diversidade temática, cobrindo um leque mais abrangente de áreas, enquanto os partidos de menor dimensão concentram-se em temáticas mais específicas e alinhadas com os seus eixos identitários.

Em síntese, a análise dos temas abordados nos discursos parlamentares revela uma clara orientação dos deputados para questões económicas e sociais, refletindo as principais preocupações estruturais do país. A concentração discursiva nestas áreas demonstra o papel do parlamento como espaço de debate sobre as condições materiais de vida dos cidadãos, ao passo que a escassa atenção a áreas como cultura, Europa ou juventude evidencia limitações na abrangência temática do debate político institucional.

Capítulo IV – Discussão, Conclusões e Implicações

4.1. Discussão dos Resultados

A presente investigação teve como objetivo compreender de que forma os deputados da XVI Legislatura utilizam as redes sociais enquanto representantes da nação, analisando o modo como estas plataformas contribuem para a representação política, a construção da imagem pública e a legitimação democrática. A análise dos dados recolhidos permitiu identificar padrões de comunicação, diferenças entre partidos e estratégias distintas na forma como os representantes equilibram a presença institucional e a comunicação digital.

Se as democracias modernas encontraram na representação política uma solução para o acesso da maioria ao poder, as redes sociais trouxeram novas possibilidades de aproximação entre representantes e representados, transformando-se em instrumentos relevantes para o exercício e a legitimação da representação política. Os resultados desta investigação demonstram que as plataformas digitais permitem aos deputados reforçar e projetar diferentes dimensões do seu papel representativo, ampliando as formas de interação e reconhecimento público. Através das redes sociais, os representantes tornam-se mais acessíveis e presentes no quotidiano dos cidadãos, o que contribui para reduzir a distância simbólica entre eleitos e eleitores e para renovar os laços de confiança que sustentam a democracia representativa.

Neste contexto, é possível identificar nas práticas observadas manifestações das principais dimensões da representação descritas por Pitkin (1967). A representação simbólica manifesta-se na forma como os deputados recorrem a símbolos nacionais, bandeiras partidárias ou causas sociais para reforçar a identificação com os seus eleitores e afirmar a sua legitimidade pública. A representação descritiva surge quando os representantes procuram espelhar a diversidade e as características dos grupos que representam, seja por referência ao território, à profissão, à geração ou a valores partilhados, utilizando as redes para evidenciar essa correspondência social. A representação formalística é expressa nas publicações que destacam o cumprimento das funções parlamentares, o respeito pelas normas institucionais e a valorização das estruturas democráticas, reafirmando o papel do deputado como figura investida de autoridade legítima.

Por fim, a representação substantiva é visível nas comunicações em que os deputados procuram defender os interesses dos cidadãos, reagir a preocupações públicas ou justificar decisões políticas, evidenciando uma atuação orientada para o bem comum.

As redes sociais, ao facilitarem a escuta, o diálogo e a resposta quase imediata, potenciam principalmente a dimensão substantiva da representação, pois permitem que os representantes conheçam mais diretamente as preocupações dos eleitores e legitimem as suas ações através da interação pública. Assim, estas plataformas não apenas ampliam o alcance da comunicação política, como também reconfiguram a própria lógica da representação, tornando-a mais contínua, visível e relacional. Nesse sentido, a legitimidade do representante tende a ser reafirmada de forma quase automática no espaço digital, através da exposição constante do seu trabalho e da possibilidade de os cidadãos acompanharem, reagirem e participarem nas suas atividades.

Para a democracia, e para a manutenção das instituições que garantem o seu funcionamento, Dahl (2020) salienta que a vitalidade democrática depende do exercício efetivo dos direitos fundamentais de participação política. Sob essa perspetiva, as redes sociais representam uma nova força democratizadora, pois ampliam o direito à liberdade de expressão, asseguram o acesso à informação política por vias alternativas aos meios de comunicação tradicionais e fortalecem o direito à livre associação, permitindo que os cidadãos se organizem em torno de ideias, causas e movimentos políticos. Ao promoverem novas formas de participação e deliberação pública, as plataformas digitais contribuem, assim, para revitalizar os princípios essenciais da democracia representativa, ainda que introduzam também novos desafios quanto à qualidade da informação, à polarização e à responsabilidade dos atores políticos no espaço digital.

Já as Relações Públicas, em particular no contexto da política, configuram-se como uma função estratégica orientada para a construção e manutenção de relações de benefício mútuo entre uma organização e os seus públicos (Cutlip, Center & Broom, 2006). Esta perspetiva relacional, central à disciplina, sustenta que a comunicação deve promover o entendimento, a confiança e a cooperação entre as partes, constituindo um processo bidirecional de partilha e negociação de significados. No campo político, esta lógica assume particular relevância, uma vez que a

atividade representativa depende da capacidade dos eleitos em estabelecer uma comunicação transparente e recíproca com os cidadãos.

De forma geral, os resultados indicam que os deputados reconhecem a importância das redes sociais como instrumentos fundamentais da comunicação política contemporânea, embora a intensidade e o tipo de utilização variem consoante o perfil individual, os recursos disponíveis e a cultura comunicacional de cada partido. As redes sociais funcionam como uma extensão simbólica da atividade política e um espaço privilegiado de visibilidade e de divulgação do trabalho parlamentar. Contudo, a forma como são utilizadas revela diferenças expressivas entre representantes: alguns mantêm uma presença regular e estruturada, com conteúdos diversificados e ajustados às lógicas próprias de cada plataforma, enquanto outros recorrem a uma utilização mais pontual, centrada em momentos de maior destaque mediático.

No que respeita à relação entre partidos e deputados, observa-se que as estruturas partidárias tendem a manter algum grau de coordenação estratégica sobre a comunicação digital, especialmente nas suas páginas institucionais e canais oficiais. Essas orientações procuram assegurar coerência com a identidade política, a narrativa e as prioridades comunicacionais de cada partido. No entanto, no caso das contas pessoais, a gestão das redes é realizada de forma autónoma pelos próprios deputados, que decidem sobre o conteúdo, o tom e a frequência das suas publicações. Essa autonomia traduz uma apropriação diferenciada do espaço comunicacional, permitindo a cada representante adaptar a sua presença digital ao estilo pessoal e à perceção que tem do seu papel como figura pública e agente político. Contudo, essa liberdade implica também um conjunto de desafios, nomeadamente a capacidade de manter uma comunicação eficaz e coerente, a gestão da relação direta com o público, a criação de conteúdos adequados às lógicas das plataformas e a necessidade de responder a fenómenos como a desinformação e em particular, a propagação de *fake news*¹².

A análise das publicações demonstra que os conteúdos partilhados se centram sobretudo na valorização da atividade política, na divulgação de iniciativas e na afirmação de posicionamentos sobre temas de atualidade. Há uma presença relevante de publicações que recorrem à emoção

¹² *Fake News*: Notícias falsas que parecem verdadeiras, difundidas na internet ou através de outros meios de comunicação, geralmente criadas para influenciar opiniões ou como forma de sátira (consultado em Dicionário Cambridge <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/fake-news>)

como estratégia discursiva, procurando gerar identificação, empatia e mobilização simbólica junto do público. Verifica-se também que os conteúdos que apresentam um tom mais pessoal e visual, e, sobretudo, os que recorrem à emoção como elemento persuasivo, tendem a suscitar níveis de interação mais elevados. Esta tendência confirma a importância crescente da dimensão expressiva e relacional da comunicação digital na construção da imagem pública dos deputados.

Entre os partidos, observa-se que as estruturas com maior experiência e recursos na gestão da comunicação digital revelam maior consistência na publicação e uma estratégia mais alinhada com a identidade institucional. Já os partidos mais recentes ou de menor dimensão recorrem às redes sociais como principal canal de visibilidade e proximidade com o eleitorado, explorando formatos criativos e uma linguagem mais direta. Esta diferença reflete não apenas desigualdades de estrutura organizativa, mas também distintas concepções sobre o papel das redes sociais na representação política.

A análise comparada entre as intervenções parlamentares e as publicações digitais mostra que os dois espaços de comunicação desempenham funções distintas, embora complementares. O discurso parlamentar mantém um registo formal, orientado para a argumentação e o debate político, enquanto a comunicação nas redes sociais adota uma linguagem simplificada, visual e adaptada às lógicas de consumo rápido de informação. É frequente os deputados selecionarem excertos das suas intervenções para publicação nas redes, convertendo o discurso parlamentar em conteúdos curtos e acessíveis. Este processo traduz um esforço de mediação entre a formalidade institucional e as exigências comunicacionais do meio digital, tornando o discurso político mais próximo e compreensível para o público.

As redes sociais, neste contexto, assumem-se como instrumentos estratégicos de visibilidade e enquadramento da ação política, contribuindo para a legitimação simbólica dos representantes e para o reforço da perceção de transparência e proximidade. Contudo, não é possível concluir, a partir dos dados recolhidos, se essas práticas se traduzem em formas efetivas de diálogo ou interação bidirecional com os cidadãos. O estudo permitiu identificar o uso das redes enquanto canais de comunicação e representação, mas não avaliar o grau de envolvimento do público nem o tipo de resposta às mensagens publicadas.

No conjunto, os resultados evidenciam que as redes sociais desempenham um papel relevante, embora desigual, na forma como os deputados da XVI Legislatura constroem a sua presença pública e exercem a função representativa. Estas plataformas potenciam a visibilidade, a personalização e a capacidade de expressão política individual, mas também colocam desafios à coerência discursiva, à gestão da reputação e à manutenção de uma comunicação equilibrada entre o espaço institucional e o digital.

Assim, pode afirmar-se que as redes sociais se tornaram um componente central da prática representativa contemporânea, ampliando as possibilidades de mediação entre representantes e representados. No entanto, o seu contributo para o fortalecimento da legitimidade democrática depende da forma como são utilizadas, não apenas como vitrines de visibilidade política, mas como instrumentos capazes de sustentar uma comunicação mais transparente, consistente e socialmente responsável.

Objetivo 1: Desenvolver um quadro teórico sobre o uso das redes sociais na comunicação política e na representação democrática no contexto português, com especial ênfase nos deputados da XVI Legislatura.

A análise das redes sociais dos deputados da XVI Legislatura permite compreender como os representantes políticos portugueses utilizam as plataformas digitais para exercer, legitimar e comunicar a sua função representativa. As redes sociais constituem hoje um espaço híbrido de ação política, onde coexistem práticas de natureza institucional e estratégias de natureza performativa, revelando diferentes formas de entender a relação entre representantes e representados. O comportamento digital dos deputados reflete não apenas as orientações gerais dos partidos a que pertencem, mas também estilos individuais de comunicação, níveis distintos de profissionalização e concepções variadas de representação política.

Os deputados do PS e do PSD, pertencentes aos partidos com maior tradição e estrutura organizacional, evidenciam um uso predominantemente institucional das redes sociais. A comunicação tende a ser formal, informativa e centrada na divulgação de atividades parlamentares e governativas. A frequência de publicação é reduzida e o tom é controlado, com

foco na coerência discursiva e na credibilidade. Estes deputados utilizam as plataformas sobretudo para reforçar a legitimidade do cargo e a autoridade institucional, evitando a exposição emocional ou o confronto direto. O digital é, nestes casos, uma extensão da esfera parlamentar, um espaço de prestação de contas e de reforço da transparência, mais do que de mobilização pública.

Em contraste, os deputados de partidos mais recentes, como Chega, Iniciativa Liberal e Livre, demonstram uma apropriação mais dinâmica e personalizada das redes sociais. No Chega, observa-se uma estratégia comunicacional intensiva, marcada pela elevada frequência de publicações, linguagem direta e tom emocional. Os deputados recorrem frequentemente a apelos simbólicos e morais, enfatizando temas identitários e de conflito, o que reforça a ligação afetiva com o eleitorado e a imagem de autenticidade. A legitimidade é aqui performativa e comunicacional, construída através da exposição constante e da retórica da proximidade.

Os deputados da Iniciativa Liberal destacam-se por uma comunicação racional e estratégica, apoiada em dados e argumentos económicos. A sua presença digital combina consistência visual com clareza discursiva, reforçando uma imagem de competência e modernidade. Já os deputados do Livre adotam uma comunicação simbólica e cultural, centrada em valores humanistas e europeístas. A sua presença digital é mais seletiva, mas fortemente coerente com a identidade ideológica do partido, privilegiando uma representação de valores e princípios cívicos.

Entre os deputados dos partidos de esquerda, verifica-se uma orientação comum para o discurso temático e empático. Os deputados do Bloco de Esquerda utilizam as redes para promover causas sociais e políticas públicas, privilegiando um registo emocional moderado e uma linguagem de solidariedade. Os do PAN recorrem a um tom sensível e moral, centrado em questões ambientais, de bem-estar animal e ética pública, mobilizando a emoção positiva e a sensibilização.

No caso do PCP, importa sublinhar que nenhum dos seus deputados utiliza redes sociais pessoais ativas, razão pela qual não foi possível incluí-los na análise empírica. Esta ausência, contudo, é em si reveladora: traduz uma opção comunicacional de natureza coletiva, em que a expressão pública dos eleitos é assumida pelo partido e não pelos representantes individualmente. A comunicação é, assim, canalizada pelas plataformas oficiais do PCP, refletindo uma lógica

comunicacional comum e partidária, distinta da tendência geral de personalização observada nas restantes forças políticas.

A comparação entre deputados de partidos grandes e pequenos revela diferenças significativas. Os deputados dos partidos com maior implantação nacional, PS e PSD, utilizam as redes para manter legitimidade e visibilidade institucional; já os dos partidos mais pequenos recorrem às plataformas para a construir, explorando a comunicação digital como principal espaço de afirmação pública. Nos primeiros, as redes são uma extensão da autoridade política; nos segundos, um instrumento de conquista de reconhecimento. Nos partidos de governo, a comunicação digital complementa a ação política; nos partidos emergentes, constitui o seu principal palco de visibilidade.

Também se identificam padrões ideológicos na forma de comunicar. À direita, os deputados tendem a adotar um discurso mais emocional e simbólico, enfatizando valores de identidade, autoridade e pertença nacional. À esquerda, prevalece uma comunicação mais deliberativa e empática, centrada em causas sociais e valores universais. A retórica de direita privilegia o confronto e a mobilização; a de esquerda aposta na sensibilização e no consenso moral. Embora estas distinções não sejam absolutas, correspondem a matrizes discursivas que se refletem claramente nas práticas digitais observadas.

Em conjunto, os comportamentos digitais dos deputados portugueses evidenciam uma transformação na natureza da representação política. O mandato parlamentar é hoje complementado por uma dimensão comunicacional constante, na qual a legitimidade se constrói através da visibilidade, da coerência discursiva e da autenticidade percebida. A figura do deputado passa a desempenhar simultaneamente o papel de legislador, comunicador e gestor da sua própria reputação pública. As redes sociais transformam-se, assim, em arenas de representação simbólica, onde a autoridade política é permanentemente negociada.

Com base nesta análise, é possível propor um quadro que sintetiza os principais estilos de comunicação digital observados entre os deputados com assento parlamentar.

Partido	Estilo de Comunicação dos Deputados	Características Principais
---------	-------------------------------------	----------------------------

PSD	Moderado e programático	Comunicação controlada, equilíbrio entre informação e imagem pessoal
PS	Institucional e informativo	Discurso formal, baixa frequência, foco na ação parlamentar e governativa
Chega	Intensivo e emocional	Publicações frequentes, linguagem direta, tom combativo e simbólico
Iniciativa Liberal	Estratégico e racional	Discurso técnico, visual cuidado, apelo à competência e eficiência
Bloco de Esquerda	Temático e empático	Discurso centrado em causas sociais e direitos, tom solidário
Livre	Cultural e simbólico	Comunicação identitária e europeísta, valores cívicos e inclusivos
PAN	Sensível e moral	Causas ambientais e éticas, apelo emocional positivo
PCP	Lógica comunicacional comum e partidária	Comunicação centralizada no partido, sem uso de redes pessoais pelos deputados
CDS-PP	Tradicional e Reservado	Presença limitada, discurso formal e conservador

Tabela 41: Análise de redes sociais: síntese dos estilos comunicacionais dos deputados

No conjunto, o quadro construído evidencia que a comunicação digital dos deputados portugueses é marcada por uma diversidade de estilos, estratégias e intensidades, refletindo diferentes formas de apropriação das redes sociais enquanto espaço político. Estas plataformas tornaram-se parte integrante do exercício da função representativa, servindo simultaneamente propósitos de visibilidade, informação e construção de imagem pública. Embora a natureza e o grau de profissionalização variem entre partidos e perfis individuais, é claro que o ambiente digital se consolidou como um componente estrutural da comunicação política contemporânea e um elemento relevante na mediação entre representantes e cidadãos.

Objetivo 2 - Compreender a perspetiva dos partidos face ao papel dos representantes da nação ao utilizarem as redes sociais e nas suas intervenções parlamentares

A análise das entrevistas realizadas com representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República durante a XVI Legislatura permite compreender diferentes conceções sobre o papel das redes sociais na prática representativa e sobre o modo como os deputados

articulam a sua atuação institucional com a comunicação digital. As respostas obtidas evidenciam a coexistência de três grandes orientações: uma visão institucional e informativa, que entende as redes como instrumentos de prestação de contas e transparência; uma visão estratégica e personalizadora, que valoriza a visibilidade individual e a ligação direta com o eleitorado; e uma visão coletiva e disciplinada, em que a comunicação é enquadrada numa lógica partidária centralizada.

De forma geral, os entrevistados reconhecem que o uso das redes sociais é hoje uma extensão inevitável da função representativa, permitindo ampliar o alcance das mensagens políticas e reduzir a distância entre eleitos e eleitores. As plataformas digitais são percebidas como um canal de mediação entre o trabalho parlamentar e o espaço público, facilitando a visibilidade das intervenções, a divulgação de iniciativas legislativas e o contacto direto com os cidadãos. Contudo, o grau de envolvimento dos partidos neste processo é variável, oscilando entre orientações institucionais e práticas individuais mais autónomas.

Nas formações políticas de maior tradição institucional, como o PS e o PSD, as entrevistas revelam que as diretrizes comunicacionais existem sobretudo ao nível das páginas oficiais e das estruturas parlamentares, procurando assegurar coerência e uniformidade na mensagem. No entanto, a gestão das redes pessoais é deixada à iniciativa dos deputados, que assumem uma responsabilidade direta pela criação de conteúdo e pela interação com o público. Esta autonomia implica um exercício constante de equilíbrio entre a imagem individual e a identidade partidária, mas também introduz desafios significativos relacionados com a gestão do tempo, da exposição e da coerência discursiva.

Entre os deputados destes partidos, destaca-se a perceção de que as redes sociais servem simultaneamente para reforçar a transparência e para humanizar a política, aproximando o trabalho parlamentar das pessoas. A prestação de contas é entendida como parte integrante da ética representativa, e as redes funcionam como espaços de visibilidade quotidiana das ações políticas. Contudo, esta transparência é acompanhada de uma crescente preocupação com os riscos da desinformação, da manipulação algorítmica e da sobrecarga informacional, que dificultam a comunicação responsável e o diálogo produtivo com o público.

Nos partidos mais recentes, como a Iniciativa Liberal e o Chega, observa-se uma valorização explícita do papel das redes sociais enquanto instrumento de diferenciação e mobilização política. A comunicação digital é entendida como um meio de construir notoriedade, afirmar identidade ideológica e estabelecer contacto direto com as bases eleitorais, dispensando em grande parte a mediação jornalística. Essa abordagem traduz-se numa comunicação mais personalista e emocional, orientada para o envolvimento rápido e para a criação de proximidade simbólica com o eleitorado. Os conteúdos tendem a privilegiar a linguagem acessível, a expressividade visual e o apelo retórico, demonstrando a importância crescente da dimensão afetiva na política digital.

Em contraste, no caso do Partido Comunista Português, a entrevista evidencia uma conceção coletiva e disciplinada da comunicação, na qual a responsabilidade comunicacional é atribuída ao partido como um todo. O PCP adota uma lógica comunitária de representação, em que a presença digital é planeada e articulada de forma centralizada, evitando a personalização excessiva e priorizando a coerência ideológica e o discurso coletivo. Esta abordagem distingue-se das restantes por rejeitar a promoção individual e por valorizar a comunicação enquanto extensão da intervenção política e social do partido.

Apesar destas diferenças, é transversal entre os entrevistados a perceção de que as redes sociais se tornaram uma ferramenta incontornável da representação política contemporânea, embora o seu uso levante novos desafios. Entre os principais, destacam-se a necessidade de formação e literacia digital, a gestão da exposição pública, o risco de banalização da política e o impacto da desinformação sobre a credibilidade institucional. A maioria dos entrevistados reconhece que a comunicação digital requer uma postura ética, autêntica e responsável, capaz de equilibrar liberdade de expressão com rigor informativo e respeito pelos valores democráticos.

O conjunto das entrevistas permite concluir que os partidos reconhecem o valor estratégico das redes sociais para a representação política, mas divergem quanto à forma de integração dessas plataformas na ação parlamentar. Enquanto uns as concebem como espaços de afirmação individual e de ligação direta com os eleitores, outros defendem o controlo coletivo e a comunicação integrada no projeto partidário. Em qualquer dos casos, a presença digital dos deputados é hoje vista como parte constitutiva do exercício da representação, contribuindo para

reforçar a visibilidade, a responsabilidade e a proximidade entre representantes e representados, ainda que acompanhada de novos desafios éticos, técnicos e simbólicos.

Visões face às redes sociais	Características Principais	Partidos
Visão institucional e informativa	As redes sociais são usadas sobretudo para divulgar informação oficial, iniciativas parlamentares e posições políticas formais, reforçando a imagem de credibilidade e transparência.	PSD, PS, CDS-PP
Visão estratégica e personalizadora	As redes são entendidas como ferramenta de marketing político e construção de marca pessoal, com forte valorização da autenticidade, proximidade e diferenciação individual.	Bloco de Esquerda, IL e Chega
Visão coletiva e disciplinada	A comunicação digital segue uma lógica centralizada e coordenada pelo partido, priorizando a coerência ideológica e a unidade discursiva sobre a expressão individual dos deputados.	PCP

Tabela 42: Análise de entrevistas: Síntese das percepções partidárias sobre o papel das redes sociais na representação política

Objetivo 3: Analisar as interações entre as intervenções parlamentares dos deputados na Assembleia da República e o uso das redes sociais, investigando como essas duas formas de comunicação se relacionam e influenciam a construção da imagem pública e a representação política

A análise cruzada das redes sociais e das intervenções parlamentares permite compreender como os deputados da XVI Legislatura constroem a sua representação política em dois espaços comunicacionais distintos, mas interdependentes: o Parlamento e o ambiente digital. Estes contextos configuram arenas discursivas com lógicas próprias, uma, institucional e regida por normas formais; outra, dinâmica e orientada pela visibilidade e pelo envolvimento público. A forma como os deputados articulam estas duas dimensões revela não apenas as suas estratégias de comunicação, mas também a forma como a função representativa se adapta à era digital.

Nas redes sociais, a comunicação dos deputados caracteriza-se por uma lógica de personalização e de mediação simbólica. As publicações tendem a centrar-se na construção da imagem individual do representante, no reforço da identidade partidária e na mobilização emocional. Os conteúdos privilegiam o *pathos* (a emoção), com forte presença de apelos à autenticidade, à

proximidade e à empatia. O discurso é fragmentado, visual e imediato, orientado para captar atenção e gerar interação. As estratégias comunicacionais assentam na simplificação das mensagens e na dramatização dos temas, procurando traduzir as complexidades do debate político para formatos acessíveis ao público digital.

Já no espaço parlamentar, o discurso assume um carácter mais formal e estruturado. A comunicação é regulada por normas procedimentais e marcada por um maior equilíbrio entre *ethos* e *logos* (credibilidade e razão), com forte ênfase na argumentação racional e na legitimidade institucional. O parlamento continua a ser o lugar da representação substantiva, onde os deputados procuram demonstrar competência técnica, autoridade política e compromisso com as regras democráticas. Enquanto as redes sociais privilegiam a emoção e a identidade, o discurso parlamentar privilegia a racionalidade e a função institucional.

Esta diferença de registos não significa uma desconexão entre as duas esferas, mas sim uma complementaridade estratégica. Em muitos casos, as redes sociais funcionam como extensão do parlamento, permitindo amplificar e contextualizar os discursos proferidos em plenário. Os deputados recorrem frequentemente às plataformas digitais para destacar excertos das suas intervenções, reinterpretando-os segundo a lógica das redes, condensando argumentos, enfatizando momentos de confronto ou projetando frases simbólicas que possam circular amplamente. Esta prática traduz a integração do debate parlamentar no ecossistema mediático contemporâneo, em que o impacto político de uma intervenção não se esgota na Assembleia, mas se prolonga e se multiplica nas redes.

Contudo, a direção desta influência nem sempre é unidirecional. Em alguns casos, observa-se o movimento inverso: temas e argumentos testados nas redes sociais são posteriormente incorporados nos discursos parlamentares, servindo de termómetro das percepções públicas e das prioridades mediáticas. O digital torna-se, assim, um laboratório discursivo, onde os deputados experimentam enquadramentos narrativos e retóricos que depois transportam para o espaço institucional. Esta circularidade entre a tribuna e o feed reforça a ideia de que o exercício da representação política se constrói hoje em tempo real, em permanente diálogo entre o formal e o mediático.

As diferenças nas formas de representação também são evidentes. Nas redes sociais, predomina a representação simbólica, ancorada em valores, imagens e identificações culturais. Os deputados constroem o vínculo com o público através da mobilização de símbolos de pertença e da afirmação identitária, muitas vezes associada à bandeira nacional, à defesa da “voz do povo” ou à valorização de causas morais e cívicas. Já no parlamento, destaca-se a representação substantiva, centrada na defesa de políticas públicas e na resolução de problemas concretos. Aqui, o deputado fala em nome de interesses coletivos e procura justificar a sua ação política através de argumentos e evidências, reforçando a legitimidade institucional do mandato.

A comparação evidencia, portanto, duas concepções complementares de representação: uma emocional e simbólica, outra racional e substantiva. Os deputados dos partidos de esquerda, nomeadamente PS, Bloco de Esquerda, Livre e PAN, tendem a utilizar as redes para reforçar causas sociais e morais, enquanto no parlamento mantêm uma retórica mais estruturada e deliberativa. Já os deputados dos partidos de direita, PSD, Chega, Iniciativa Liberal e CDS, recorrem às redes com maior intensidade simbólica e personalização, enquanto nos discursos parlamentares reforçam o enquadramento formal e institucional da sua atuação. Esta dualidade traduz o esforço de adaptação dos representantes à multiplicidade de públicos e formatos que caracterizam o espaço político contemporâneo.

Em relação às formas de legitimação, as diferenças são igualmente significativas. Nas redes sociais, a legitimidade constrói-se sobretudo a partir de crenças partilhadas e da valorização do consentimento popular. Os deputados procuram ancorar a sua autoridade em valores amplamente reconhecidos, justiça, liberdade, transparência, proximidade, e, simultaneamente, no apoio direto dos seguidores e eleitores. Trata-se de uma legitimação comunicacional, que se renova constantemente através da visibilidade e da interação. No parlamento, a legitimidade decorre predominantemente das regras estabelecidas e da autoridade institucional do cargo. Os deputados sustentam as suas intervenções em fundamentos legais, constitucionais ou regimentais, reforçando a dimensão formal da democracia representativa. Assim, enquanto o parlamento reproduz a legitimidade racional-legal, as redes promovem uma legitimidade simbólico-emocional, ambas necessárias para a manutenção da confiança pública.

No que respeita aos recursos retóricos, a comparação revela um padrão claro: nas redes sociais, o *pathos* domina amplamente, seguido do *ethos*, enquanto no parlamento há maior equilíbrio entre *logos* e *ethos*. A emoção é o motor da comunicação digital; a razão, a base do discurso institucional. No entanto, esta distinção não deve ser interpretada como oposição, mas como complementaridade estratégica. A eficácia comunicacional dos deputados depende da sua capacidade de articular emoção e razão, autenticidade e competência, proximidade e autoridade, ajustando o tom e a linguagem ao contexto e à audiência.

Também ao nível temático as diferenças são expressivas. As redes sociais privilegiam temas com elevado potencial de identificação e mobilização, como transparência, ética, causas ambientais ou defesa de valores nacionais. Já o parlamento centra-se em matérias estruturais, economia, finanças, trabalho e direitos fundamentais, que exigem argumentação técnica e detalhada. O discurso digital simplifica e populariza as questões complexas tratadas no parlamento, traduzindo-as em mensagens simbólicas e acessíveis. O resultado é uma divisão funcional: o parlamento delibera; as redes amplificam. Um produz legitimidade institucional, o outro visibilidade pública.

Dimensão de análise	Redes Sociais	Parlamento
Função Política	Amplificar mensagens, gerar visibilidade e mobilizar emoções.	Deliberar, justificar políticas e reforçar a legitimidade democrática.
Lógica Comunicacional	Personalização, mediação simbólica e foco na imagem individual. Comunicação emocional e imediata	Estrutura formal e institucional, baseada em regras procedimentais e argumentação racional.
Temas Predominantes	Transparência, ética, causas sociais, ambientais e identitárias.	Economia, finanças, direitos fundamentais e governação.
Formas de Legitimidade	Legitimidade simbólico-emocional, sustentada em valores partilhados e consentimento popular.	Legitimidade racional-legal, baseada nas regras e na autoridade do mandato.
Dimensão Retórica	Predomínio do <i>pathos</i> (emoção) e <i>ethos</i> (autenticidade, proximidade).	Equilíbrio entre <i>logos</i> (razão) e <i>ethos</i> (credibilidade institucional).
Tipo de Representação	Representação simbólica e descritiva, apelo à identidade, pertença e causas morais.	Representação substantiva e formalística, defesa de políticas e reforço da autoridade institucional.

Tabela 43: Exercício da representação política nas redes sociais e no Parlamento: síntese comparativa

Em conclusão, a análise evidencia que o exercício da representação política na era digital se constrói num espaço híbrido, onde o Parlamento e as redes sociais se complementam. Os deputados afirmam-se simultaneamente como representantes institucionais e comunicadores públicos, gerindo a sua imagem entre a autoridade formal do mandato e a proximidade mediática das plataformas digitais. Esta dupla presença reforça a visibilidade e a ligação com os cidadãos, mas exige também coerência, responsabilidade e autenticidade no modo como comunicam

4.2. Limitações do Estudo e Recomendações para Pesquisas Futuras

O presente estudo apresenta algumas limitações que, embora não comprometam a sua validade, delimitam o foco da análise e abrem espaço para investigações futuras. A primeira prende-se com o tempo disponível para a recolha e tratamento dos dados, o que impediu a observação de todo o ciclo parlamentar. O período analisado, os seis primeiros meses da XVI Legislatura, permitiu captar padrões iniciais de comunicação, mas não refletir possíveis evoluções ao longo do mandato. Estudos futuros poderão, assim, estender a análise a todo o período legislativo, permitindo comparar diferentes fases da atividade parlamentar ou até distintas legislaturas.

Outra limitação relaciona-se com a amostra de deputados com presença ativa nas redes sociais. Apesar de terem sido incluídos todos os representantes com perfis públicos, a ausência de contas ativas em alguns casos reduziu a cobertura total do universo parlamentar. Do mesmo modo, a falta de resposta de alguns partidos às entrevistas restringiu a diversidade de perspetivas recolhidas.

As limitações associadas à recolha de dados digitais também merecem referência. As métricas obtidas dependem da disponibilidade de informação pública e da estabilidade das plataformas, o que pode introduzir pequenas variações. Ainda assim, a aplicação uniforme dos mesmos critérios assegurou consistência e comparabilidade entre perfis.

No plano analítico, tanto a componente quantitativa como a qualitativa envolvem margens de interpretação. A subjetividade foi mitigada através da definição prévia de categorias, da triangulação de fontes e da revisão cruzada dos resultados, mas reconhece-se que diferentes investigadores poderiam acentuar aspetos distintos do material analisado.

Para investigações futuras, seria pertinente aprofundar a análise da interação entre deputados e cidadãos nas redes sociais, comparando métricas de envolvimento e respostas discursivas, ou ainda explorar a comunicação política noutras esferas, como a relação com jornalistas, assessores ou movimentos cívicos. A ampliação temporal e comparativa, incluindo legislaturas anteriores e futuras, poderá também oferecer uma visão evolutiva das práticas digitais de representação política em Portugal. Com um período temporal mais extenso, a base de dados poderia inclusive original mais conclusões.

4.3. Implicações Práticas para as Relações Públicas na Política -

Considerações finais

Os resultados desta investigação oferecem um conjunto de implicações práticas relevantes para o modo como a comunicação política pode ser pensada e conduzida no contexto contemporâneo. As redes sociais consolidaram-se como um espaço central da esfera pública, onde a visibilidade, a credibilidade e a legitimidade política são constantemente negociadas. Neste sentido, compreender as dinâmicas digitais não é apenas uma questão de estratégia mediática, mas um requisito essencial para o exercício de uma representação democrática eficaz e transparente.

A análise revelou que a presença digital dos deputados é marcada por forte heterogeneidade, tanto entre partidos como entre representantes individuais, o que demonstra que a comunicação política nas plataformas digitais permanece num processo de maturação. Este dado sugere a necessidade de reforçar a profissionalização e a literacia digital no contexto parlamentar, promovendo formações que permitam aos representantes compreender melhor as lógicas

algorítmicas, o potencial de segmentação de públicos e as implicações éticas das suas práticas comunicacionais.

Além disso, a evidência de que as publicações com maior envolvimento tendem a recorrer à emoção e à personalização aponta para a importância de desenvolver uma comunicação política mais empática e relacional, sem descurar a responsabilidade e o rigor informativo. A gestão equilibrada entre autenticidade e uma postura mais institucional torna-se, assim, uma competência estratégica fundamental para os atores políticos que operam num ambiente digital cada vez mais exigente e polarizado.

Do ponto de vista institucional, as conclusões sugerem também que a comunicação política nas redes sociais deve ser integrada numa visão mais ampla de transparência e prestação de contas. As plataformas digitais podem e devem ser utilizadas não apenas como instrumentos de promoção pessoal, mas como canais de informação pública, participação cívica e reforço da confiança democrática. Este desafio implica, contudo, um compromisso ético claro por parte dos representantes e das estruturas partidárias, capaz de assegurar práticas comunicacionais responsáveis e coerentes com os princípios de legitimidade e de serviço público.

Por fim, num contexto de crescente fragmentação informativa e de proliferação de desinformação, as implicações práticas deste estudo reforçam a urgência de repensar o papel das Relações Públicas no campo político. Os profissionais e assessores de comunicação são hoje mediadores centrais entre instituições, cidadãos e meios digitais, devendo assumir um papel ativo na construção de narrativas transparentes, dialogais e socialmente responsáveis.

Em síntese, este estudo contribui não apenas para compreender a realidade comunicacional dos deputados portugueses, mas também para oferecer orientações práticas sobre como a comunicação política pode evoluir no sentido de uma maior proximidade, ética e eficácia na relação entre representantes e representados.

Referências bibliográficas

- Aristotle. (2017). *Politics (Translated by Benjamin Jowett)*. Digireads.com.
- Aurélio, D. P. (Ed.). (2009). *Representação política: textos clássicos*. Livros Horizonte.
- Beetham, D. (2005). *Democracy: A Beginner's Guide*. Oneworld Publications.
- Beetham, D. (2013). *The Legitimation of Power*. Macmillan Education UK.
- Belchior, A. M., & Teixeira, C. P. (2023). Parties and Political Representation. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 371–387). Oxford University Press.
- Bernays, E. (2019). *Crystallizing Public Opinion*. Suzeteo Enterprises.
- Brito Vieira, M., & Runciman, D. (2008). *Representation*. Polity Press.
- Broom, G. M., & Sha, B.-L. (2012). *Cutlip and Center's Effective Public Relations*. Pearson Education.
- Brown, R. (2012). Digital PR is dead: Social goes Mainstream. In S. Waddington (Ed.), *Share This: The Social Media Handbook for PR Professionals*. Wiley.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

- Cancela, J. (2023). Electoral Turnout. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 291–307). Oxford University Press.
- Castells, M. (2009). *A sociedade em rede*. Paz & Terra.
- Charteris-Black, J. (2013). *Analysing Political Speeches: Rhetoric, Discourse and Metaphor*. Palgrave Macmillan.
- Connolly, B. (2020). *Digital Trust: Social Media Strategies to Increase Trust and Engage Customers*. Bloomsbury USA.
- Constant, B. (2019). *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos* (L. C. M. d. Silva, Trans.). Edipro.
- Constituição da República Portuguesa* (Porto Editora ed.). (2005).
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2022). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications.
- Cutlip, S. M., Center, A. H., & Broom, G. M. (1994). *Effective Public Relations*. Prentice-Hall.
- Dahl, R. A. (2020). *On Democracy*. Yale University Press.
- Daymon, C., & Holloway, I. (2016). *Qualitative Research Methods in Public Relations and Marketing Communications*. Taylor & Francis Group.
- Democracy Index 2023. (2023). *Economist Intelligence Unit*.
<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>
- Duverger, M. (1982). *Sociología política* (J. d. Esteban, Trans.). Ariel.

- Earl, S., & Waddington, S. (2012). *Brand Anarchy: Managing Corporate Reputation*. Bloomsbury Publishing.
- Eiró-Gomes, M., & Duarte, J. (2005). Os “públicos” e a comunicação pública. *Comunicação Pública, 1*, 71-85.
- Epstein, L. D. (1979). *Political parties in Western democracies*. Transaction Books.
- Fernandes, J. M. (2023). Electoral System. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 181–196). Oxford University Press.
- Freedom House. (2024). *Freedom in the World 2024*.
- Garoupa, N., & Tiede, L. B. (2023). Judicial Politics in Portugal. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 164–180). Oxford University Press.
- Goes, E., & Leston-Bandeira, C. (2023). The Role of the Portuguese Parliament. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 136–148). Oxford University Press.
- Gonçalves, G. (2010). *Introdução à Teoria das Relações Públicas*. Porto Editora.
- Gonçalves, G. (2019). A ética profissional das Relações Públicas: uma análise comparativa dos códigos de conduta a partir do caso português (S. P. Sebastião & P. Martins, Eds.). *ÉTICA EM COMUNICAÇÃO: Reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas*.

- Gonçalves, G., Spínola, S. d. C., & Pardamo, C. (2025, dezembro). Analysing public relations education through international standards: The Portuguese case. *Public Relations Review*, 39(5), 612-614. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.07.020>
- Grunig, J. E. (Ed.). (1992). *Excellence in Public Relations and Communication Management*. L. Erlbaum Associates.
- Grunig, J. E., & Hunt, T. (1984). *Managing Public Relations*. Holt, Rinehart and Winston.
- Gunther, R., & Diamond, L. (2003). SPECIES OF POLITICAL PARTIES A New Typology. *Sage Publications*, 9(2), 167-199.
- Habermas, J. (1998). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy* (W. Rehg, Trans.). MIT Press.
- Hamilton, A., Jay, J., & Madison, J. (2011). *O federalista* (V. S. Marques, Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- Held, D. (2006). *Models of Democracy*. Stanford University Press.
- Hobbes, T. (2017). *Leviathan* (C. Brooke, Ed.). Penguin Publishing Group.
- Howell, K. (2012). An Introduction to Social Networks. In S. Waddington (Ed.), *Share This: The Social Media Handbook for PR Professionals*. Wiley.
- Jalali, C. (2007). *Partidos e democracia em Portugal: 1974-2005 : da revolução ao bipartidarismo*. Instituto Ciências Sociais.
- Jalali, C. (2017). *Partidos e sistemas partidários*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Jorge, N. d. S. (2015). *O comício enquanto evento: relações públicas na política* [[Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]].
- Jorge, N. D. S. (2016). Relações públicas: políticas ou na política? Um contributo para o estudo das RP no setor da política. *Comunicação Pública*, 11(21).
- Katz, R. S., & Crotty, W. (2005). Introduction. In R. S. Katz, W. J. Crotty, & SAGE Publishing (Eds.), *Handbook of Party Politics*. SAGE.
- Kenski, K., & Jamieson, K. H. (2017). Political Discussion and Deliberation Online. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication*. Oxford University Press.
- Krouwel, A. P.M. (2006). Party models. In R. S. Katz & W. J. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics* (pp. 249–269). SAGE Publications.
- Lattimore, D., Baskin, O., Heiman, S. T., & Toth, E. L. (2011). *Public Relations: The Profession and the Practice*. McGraw-Hill Education.
- Levine, R., Locke, C., Searls, D., & Weinberg, D. (2001). *The Cluetrain Manifesto*. Basic Books.
- Lijphart, A. (2012). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-six Countries*. Yale University Press.
- Locke, J. (2007). *Segundo tratado do governo: ensaio sobre a verdadeira origem, alcance e finalidade do governo civil*. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.

- Magalhães, P. T. (2020). *The Legitimacy of Modern Democracy: A Study on the Political Thought of Max Weber, Carl Schmitt and Hans Kelsen*. Routledge.
- Mair, P. (2013). *Ruling the Void: The Hollowing of Western Democracy*. Verso.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge University Press.
- Martinelli, D. K. (2020). Political public relations in history: historical roots and scholarly foundations. In J. Strömbäck & S. Kioussis (Eds.), *Political Public Relations Concepts, Principles and Applications*. Routledge.
- Mateus, S. (2018). *Introdução à Retórica no Séc.XXI*. Editora LabCom.IFP.
- McNair, B. (2011). *An Introduction to Political Communication*. Routledge.
- Metzger, M. J., & Flanagin, A. (2017). Digital Media and Perceptions of Source Credibility in Political Communication. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication*. Oxford University Press.
- Miller, R. (2012). Employee Engagement: How Social Media Are Changing Internet Communications. In S. Waddington (Ed.), *Share This: The Social Media Handbook for PR Professionals*. Wiley.
- Naughton, J. (2014). *From Gutenberg to Zuckerberg: Disruptive Innovation in the Age of the Internet*. Mobius.
- Neto, O. A. (2023). Semi-Presidentialism in Portugal: Academic Quarrels amidst Institutional Stability. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 121–135). Oxford University Press.

- Page, J. T., & Parnell, L. J. (2018). *Introduction to Strategic Public Relations: Digital, Global, and Socially Responsible Communication*. SAGE Publications.
- Phillips, D., & Young, P. (2009). *Online Public Relations: A Practical Guide to Developing an Online Strategy in the World of Social Media*. Kogan Page.
- Pitkin, H. F. (1967). *The Concept of Representation*. University of California Press.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. v. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Ramos, R., Sousa, B. V. e., & Monteiro, N. G. (2021). *História de Portugal* (R. Ramos, Ed.). D.Quixote.
- Rodríguez-Salcedo, N., & Watson, T. (2021). Public relations origins and evolution: A global perspective. In C. Valentini & De Gruyter Mouton (Eds.), *Public Relations*. De Gruyter.
- Rosanvallon, P. (2011). *Democratic Legitimacy: Impartiality, Reflexivity, Proximity*. Princeton University Press.
- Rosanvallon, P., & Goldhammer, A. (2010). *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust* (A. Goldhammer, Trans.). Cambridge University Press.
- Rousseau, J.-J. (1968). *The social contract* (M. Cranston, Trans.). Penguin Publishing Group.
- Sartori, G. (2016). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. ECPR Press.
- Scarrow, S. E. (2009). The Nineteenth-Century Origins of Modern Political Parties: The Unwanted Emergence of Party-Based Politics. In R. S. Katz & W. J. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics*. SAGE.

- Schreier, M. (2012). *Qualitative Content Analysis in Practice*. SAGE Publications.
- Scott, D. M. (2015). *The New Rules of Marketing and PR: How to Use Social Media, Online Video, Mobile Applications, Blogs, News Releases, and Viral Marketing to Reach Buyers Directly*. Wiley.
- Seltzer, T. (2020). Political public relations and relationship management: foundations and challenges. In J. Strömbäck & S. Kioussis (Eds.), *Political Public Relations Concepts, Principles and Applications*. Routledge.
- Sieyès, E. (1789). In M. Sonenscher (Ed.), *Emmanuel Joseph Sieyès: Political Writings: Including the Debate Between Sieyes and Tom Paine in 1791*. Hackett Publishing Company, Incorporated.
<https://platypus1917.org/wp-content/uploads/Abbe-Sieyes-What-is-the-third-estate-PIR.pdf>
- Silveira, P., & Silva, P. (2023). Executive Politics. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 149–163). Oxford University Press.
- Silverman, D. (2017). *Doing Qualitative Research*. SAGE Publications.
- Simão, J., & Jorge, N. d. S. (2013). Da integração à legitimação: valores e públicos em relações públicas. *Comunicação Pública*, 8(13), 41-55.
- Simões, R. P. (1995). *Relações públicas: função política*. Summus Editorial.
- Sousa, B. V. e., & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal* (R. Ramos, Ed.). A Esfera dos Livros.

- Steiner, J. (2020). Representation and deliberation. In M. Cotta & F. Russo (Eds.), *Research Handbook on Political Representation*. Edward Elgar Publishing.
- Strömbäck, J., & Kioussis, S. (2011). Political public relations: defining and mapping emergent field. In J. Strömbäck & S. Kioussis (Eds.), *Political Public Relations: Principles and Applications*. Routledge.
- Strömbäck, J., & Kioussis, S. (2020). Defining and mapping the field of theory and research on political public relations. In J. Strömbäck & S. Kioussis (Eds.), *Political Public Relations Concepts, Principles and Applications*. Routledge.
- Sweetser, K. D. (2020). Digital Political Public Relations. In J. Strömbäck & S. Kioussis (Eds.), *Political Public Relations Concepts, Principles and Applications*. Routledge.
- Tavares, A. F. (2023). Bureaucracy and Public Administration. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 197–211). Oxford University Press.
- Teles, F. (2023). Decentralization and Local Politics. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 212–224). Oxford University Press.
- Tench, R., & Waddington, S. (2021). *Exploring Public Relations and Management Communication*. Pearson.
- Theaker, A. (2001). *The public relations handbook*. Routledge.
- Tocqueville, A. d. (1835). *Democracy in America* (E. Nolla, Ed.; J. T. Schleifer, Trans.). Liberty Fund.

- Topic, M. (2021). Public relations theories. In R. Tench & S. Waddington (Eds.), *Exploring Public Relations and Management Communication* (pp. 147 - 174). Pearson.
- Urbinati, N. (2008). *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. University of Chicago Press.
- V-Dem Institute. (2024). *Democracy Report 2024: The Autocratization Surge*. Retrieved fevereiro, 2025, from <https://v-dem.net/>
- Waddington, S. (2012). *Share This: The Social Media Handbook for PR Professionals* (Chartered Institute of Public Relations, Ed.). Wiley.
- Warren, M. E. (2011). Democracy. In G. Klosko (Ed.), *The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy*. Oxford University Press. 10.1093/oxfordhb/9780199238804.003.0029
- Watson, T. (2012). A (Very Brief)History Of Public Relations. *Communication Director, 01*, 42-45.
- Weber, M. (1919). *The Vocation Lectures* (D. S. Owen & T. B. Strong, Eds.; R. Livingstone, Trans.). Hackett Pub.
- Weber, M. (2019). *Economy and Society: A New Translation* (K. Tribe, Trans.). Harvard University Press.
- Whatmough, D. (2018). *Digital PR*. Emerald Publishing Limited.
- Wilcox, D. L., Cameron, G. T., & Reber, B. H. (2015). *Public Relations: Strategies and Tactics, Global Edition*. Pearson Education.

Wilcox, D. L., Cameron, G. T., Reber, B. H., & Shin, J.-H. (2013). *THINK Public Relations*. Pearson.

Wolinetz, S. B. (2009). Party Systems and Party System Types. In R. S. Katz & W. J. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics*. SAGE.

Young, P., & Åkerström, M. (2016). Meet the Digital Naturals. In W. T. Coombs, J. Falkheimer, & M. Heide (Eds.), *Strategic Communication, Social Media and Democracy: The Challenge of the Digital Naturals*. Routledge.

Anexos

Apêndice 1 - Entrevista Ricardo Carvalho (PSD)

Entrevistador: Gostaria que me comesse por falar sobre qual considera ser o papel do deputado.

Ricardo Carvalho (PSD): Muito bem. Pronto, eu no meu caso, ou seja, eu basicamente sempre usei redes sociais na vertente pessoal e, depois, quando abracei o desafio de vir para o partido e de voltar à vida política ativa, até por uma lógica de distinguir aquilo que é a vida pessoal da vida política, criei adicionalmente um perfil no Instagram. Eu, em termos de redes, apenas uso o Instagram e o LinkedIn, e muito pouco o Facebook. Percebi isso porque, em termos políticos, acho que as redes hoje estão muito segmentadas. Ou seja, o Facebook é hoje uma faixa etária mais velha, o Instagram é uma faixa etária mais jovem, e quando digo mais jovem, vai até aos 50, 55 anos. O Facebook hoje é maioritariamente usado por pessoas dos 55 para cima. Isto é a minha perspetiva. Como optei por ter só um perfil político no Instagram, comunico apenas nessa rede. No LinkedIn, apesar de ser uma rede profissional, há alguns conteúdos que seleciono e entendo que fazem sentido partilhar, porque o público-alvo é diferente. É uma rede profissional e não é tão fácil introduzir conteúdos políticos, então tento fazer uma seleção que normalmente vai para temas da Europa ou da economia. Às vezes partilho alguma posição do partido nestas áreas, ou alguma atividade parlamentar que realizo nelas. No Instagram senti necessidade de criar o perfil porque, hoje em dia, a política faz-se nas redes sociais. Senti que devia comunicar a minha atividade política e ter uma proximidade maior com as pessoas que me seguem e que têm interesse no meu trabalho. É uma gestão totalmente minha, não tenho ninguém a gerir as redes, nem invisto em publicidade para aumentar o alcance, até porque isso está hoje mais limitado pelo próprio Instagram em conteúdos políticos. Decidi criar o perfil e começar a trabalhá-lo de forma autodidata. Não recorro a empresas de conteúdos. Claro que, às vezes, recorro a alguma ajuda profissional na edição de vídeos de intervenções minhas, seja em plenário ou no estrangeiro, para garantir mais qualidade. É, portanto, uma ferramenta de comunicação. Enquanto deputado, serve mais numa lógica de prestação de contas do trabalho parlamentar, mas também para ter alguma proximidade com o eleitorado que represento, ainda que sejamos deputados da nação, cada um de nós é eleito por círculos distritais. Partilho sobretudo vídeos de intervenções parlamentares,

atividades partidárias, e conteúdos do partido ou do Primeiro-Ministro, seja sobre decisões do Governo ou da Assembleia da República.

Entrevistador: Falou aqui destes vários papéis e até do ponto de escolher as plataformas em função da segmentação. Se calhar começo com uma pergunta mais genérica: qual considera ser o seu papel, num âmbito mais lato, enquanto deputado?

Ricardo Carvalho (PSD): O papel do deputado, isso é uma boa pergunta. Eu acho que cabe-nos, antes de mais, escrutinar a atividade do Governo. Essa é uma função extremamente importante, porque daí surgem muitas vezes questões relevantes para o eleitorado: desde uma pergunta dirigida a um membro do Governo sobre um tema do distrito pelo qual fomos eleitos, até situações que dependem da intervenção governamental. Colocar uma pergunta ao Governo exige resposta formal, e isso permite valorizar o trabalho do deputado no seu círculo eleitoral. Ao nível das comissões, o deputado pode alertar, condicionar ou influenciar decisões políticas que impactam o distrito, mesmo quando não pertence diretamente à comissão em causa. Este contacto com o território permite ao deputado estar a par dos problemas do distrito e ter um papel de influência nas decisões que possam resolvê-los ou gerar investimento. Depois há o trabalho mais global, o escrutínio à atividade do Governo e a discussão das políticas nacionais. Também participamos no processo orçamental: o Orçamento do Estado tem uma dimensão nacional, mas também local, porque podemos influenciar as verbas destinadas a investimentos nos nossos círculos. Diria que o deputado tem uma responsabilidade de ser um “embaixador” do seu círculo eleitoral. Trabalhamos de perto com autarcas, de qualquer partido, para desbloquear situações junto do Governo. Às vezes até trabalhamos em conjunto com deputados de outros partidos do mesmo distrito. Por fim, há também o papel de iniciativa parlamentar: apresentar propostas, projetos de lei, recomendações. Resumidamente, temos um trabalho local permanente e um trabalho nacional de escrutínio político.

Entrevistador: Falou aqui da dualidade entre ser um deputado nacional e ser eleito por um círculo eleitoral, no seu caso, Leiria. Quem é que o deputado efetivamente representa: o partido, a nação ou o círculo eleitoral?

Ricardo Carvalho (PSD): Primeiro que tudo, o deputado representa o país. Depois representa o seu círculo eleitoral. Porque há interesses nacionais que muitas vezes se sobrepõem a interesses distritais. No entanto, como os círculos têm base distrital, há uma responsabilidade acrescida para com o distrito. Às segundas-feiras, o dia destinado ao trabalho político local, cabe-nos

manter contacto com os eleitores, ouvir preocupações e dar voz aos problemas do território. Apesar de o voto ser no Primeiro-Ministro, os candidatos a deputados assumem compromissos distritais durante a campanha, e temos de os cumprir depois.

Entrevistador: E as redes sociais, alteraram de alguma forma essa representação?

Ricardo Carvalho (PSD): As redes sociais têm uma dupla função: mostrar o trabalho e dar-se a conhecer. Servem, sobretudo, para ganhar notoriedade. Quanto mais seguidores, maior o alcance, e isso beneficia tanto o partido e o líder como o próprio deputado. Hoje temos de comunicar onde as pessoas estão, e elas estão nas redes. Isso tem aspetos positivos e negativos, mas há uma vantagem importante: o aumento do escrutínio. Quando alguém com funções políticas comunica nas redes, está mais exposto à avaliação pública, e isso é saudável para a democracia. Claro que uma comunicação mais profissional teria outro alcance, mas optei por manter uma gestão pessoal.

Entrevistador: E no futuro, vê alguns obstáculos ou dificuldades no uso das redes sociais pelos políticos?

Ricardo Carvalho (PSD): O grande desafio hoje é a veracidade dos conteúdos. Com a inteligência artificial, há um risco real de manipulação e disseminação de *fake news*. Conteúdos falsos podem ganhar tal alcance que o que é mentira passa a ser percebido como verdade. Esse é o grande perigo para a democracia, tanto nas redes como no metaverso. A manipulação de informação pode condicionar opiniões, ideias e comportamentos.

Entrevistador: Em termos de conclusão, há algum aspeto adicional que queira acrescentar?

Ricardo Carvalho (PSD): Sim. Quem está na vida política deve comunicar, pelo menos comunicar a sua atividade política. Isso tem dois objetivos: chegar a mais pessoas e contribuir para que voltem a acreditar na política e nos políticos; e prestar contas, permitindo o escrutínio do trabalho parlamentar. As pessoas tendem a concentrar-se no Governo e esquecem-se da Assembleia da República. O contexto atual voltou a valorizar o papel do Parlamento, agora resta saber se todos os deputados estão à altura desse desafio.

Apêndice 2 - Entrevista Carina Castro (PCP)

Entrevistador: Eu se calhar gostaria de começar por lhe perguntar qual considera ser o papel do deputado. Assim, genericamente, qual é que para si é o papel do deputado?

Carina Castro (PCP): Eu se calhar tenho que fazer assim um preâmbulo, e se calhar vai acontecer isso em várias perguntas, e depois os 20 minutos não chegam. Eu sei que no pedido da entrevista o pedido tinha sido especificamente dirigido a um deputado e, portanto, agora, com o enquadramento dessa lógica, nós temos desde logo um desafio pela nossa conceção da intervenção política e de representação política muito própria, um bocadinho distinta, porque temos uma perspetiva coletiva da intervenção, e é, aliás, um espelho dessa conceção a forma como encaramos também a nossa intervenção nas redes sociais.

Posto isso, perguntas colocadas do ponto de vista individual precisam sempre de uma resposta que não generalize. Nós temos uma perspetiva de grande interligação das diferentes frentes de trabalho do partido. Há um papel para a organização de base, em que os militantes são determinantes para conhecer a realidade, intervir sobre ela e transformá-la. E isso tem uma estreita articulação com os eleitos.

Perguntar o que significa ser deputado implica esse enquadramento mais amplo da intervenção do partido. O deputado é, de facto, um porta-voz do povo, a partir do que conhecemos, e um porta-voz de soluções para os problemas que identificamos através da nossa organização. Há um elemento essencial na nossa intervenção que nunca se perdeu: por um lado, a intervenção do eleito, que só é possível se for diária e profundamente ligada à realidade do país, dos trabalhadores e do povo. É tão importante uma intervenção num plenário como a presença num piquete de greve. Ir falar com trabalhadores que estão em luta e têm salários em atraso não é menos importante do que confrontar o Governo com esse facto.

Temos uma conceção de intervenção que pressupõe que, para lá dos eleitos e da própria organização do partido, o povo e os trabalhadores devem ser mobilizados para serem protagonistas da sua vida e transformação do seu futuro. Os deputados têm também um papel nisso. Assim, a nossa conceção não colide com as obrigações de um deputado, pelo contrário, reforça-as. Diria que até redobra aquilo que deve ser o papel do deputado, numa conceção ampla de democracia representativa, mas muito menos fulanizada do que é prática noutros partidos.

Entrevistador: Falou aqui do deputado enquanto porta-voz do povo, mas por vezes há quem entenda que o deputado representa o partido, os eleitores, a região ou outro grupo. Quem é que, para si, o deputado efetivamente representa?

Carina Castro (PCP): Não é uma questão de opinião pessoal. Os deputados são eleitos em partidos com um programa eleitoral, e é sobre esse compromisso de honra com o povo que

devem responder. Esse programa eleitoral é um contrato. O que dá confiança a quem vota nos candidatos do PCP ou da CDU é precisamente saber que aquele é o contrato e que não há troca-tintas.

Temos uma conceção de identidade enquanto partido dos trabalhadores e do povo, e isso tem expressão no programa eleitoral. Ou seja, o contrato com os eleitores é aquele, mas do ponto de vista de representação de classe, representa-se aquilo que, na nossa perspetiva, melhor defende os interesses dos trabalhadores e do povo. É possível ser representante do povo, do distrito, dos eleitores e, simultaneamente, dos trabalhadores de uma empresa. Todas essas escalas são compatíveis dentro desta análise.

Entrevistador: Ou seja, há vários papéis. Que papel é que têm então as redes sociais nesta nova política?

Carina Castro (PCP): Olhando para as nossas redes, o pressuposto do partido mantém-se: elas são um palco de projeção da nossa intervenção, de denúncia e de apresentação de soluções. Mas há outras camadas para além disso. A atividade na Assembleia da República é uma componente importante, mas não é a única. É evidente que o secretário-geral, que também é deputado, tem uma presença que vai para lá da Assembleia e isso tem expressão nas redes, mas há outros aspetos da vida do país que também se refletem, as lutas, as organizações locais, as causas sociais.

Temos uma perspetiva pedagógica e de convocatória à ação. A nossa intervenção pressupõe a ideia de que apresentamos propostas, elas vão a votos, mas o processo não acaba aí. Uma proposta terá tanto mais força quanto o povo lutar por ela. Esta continuidade entre a intervenção nas redes e a ação no terreno, a convocatória para que o povo seja protagonista, é uma constante. É tão importante a intervenção que o deputado faz ao confrontar um ministro com a falta de médicos num centro de saúde, como ir falar com os trabalhadores de uma fábrica que estão em greve porque recebem o salário mínimo. Isso fecha o ciclo.

Consideramos também que a nossa mensagem é frequentemente intermediada de forma prejudicial, e por isso sentimos necessidade de utilizar as redes para que as pessoas conheçam o que realmente dissemos, pela nossa própria voz. Ainda assim, temos claro que o contacto direto é o mais transformador, e usamos as redes para o promover. Partilhar, comentar, participar, mas sempre indo além disso. Procuramos o equilíbrio: conhecer as ferramentas, potenciá-las, mas sem perder a identidade.

Nas redes, há uma continuidade entre os conteúdos dominantes e a comunicação social. Há a agenda mediática, que muitas vezes trata de assuntos laterais, e a agenda do partido, que mantém o foco nos problemas estruturais. Temos de equilibrar estas dimensões. Dou um exemplo: na véspera da discussão de uma proposta sobre trabalho por turnos, visitámos fábricas em todo o país. Os jornalistas queriam falar de tensões institucionais, mas o nosso secretário-geral insistiu em falar do essencial, os direitos dos trabalhadores. Fizemos um vídeo sobre isso, e foi pedagógico, porque mostrou o que para nós importa projetar.

Entrevistador: Então, se calhar é nesse sentido, eu aproveitaria para perguntar...

Carina Castro (PCP): Só para terminar, há uma questão que é fundamental nisto. Nós vemos a nossa intervenção nas redes como um instrumento para aprofundar consciências. Ela não é performativa, não é, e perdoe-me a expressão, “relações públicas”. É um instrumento de aprofundamento de consciência coletiva.

Entrevistador: Nesse sentido, sente que as redes sociais alteraram a forma como os deputados representam os eleitores?

Carina Castro (PCP): Como disse no início, há interligações com meios de comunicação que já existiam. Não creio que seja algo absolutamente novo. Os temas que se vêem na televisão são, em larga medida, os mesmos das redes.

A proximidade entre eleitos e eleitores que as redes permitem coloca-se mais para forças que não têm uma prática de contacto diário. E, em muitos casos, as redes são usadas de forma instrumental, como um objeto de comunicação, e não uma prática real.

No nosso caso, somos muito contactados: recebemos mensagens, denúncias, sugestões. Já fizemos várias intervenções na Assembleia da República a partir dessas mensagens, inclusive perguntas ao Governo. Temos também práticas no Instagram que convocam as pessoas a enviar casos e perguntas concretas. Por exemplo, quando discutimos habitação ou juro, abrimos espaços para recolher testemunhos. Isso resulta bem.

Temos agora uma iniciativa em que qualquer pessoa pode enviar perguntas aos nossos eleitos, tanto no Parlamento português como no europeu. Usamos as ferramentas disponíveis, mas sempre ligando os problemas reais das pessoas à denúncia e à proposta.

Mas volto a dizer: para nós, isto não é uma rutura. É uma extensão de uma prática de contacto diário que já existia. Claro que há facilidades que as redes trazem, mas não é o essencial.

Entrevistador: Nesse sentido, como é que os deputados do PCP planeiam ou preparam as postagens e campanhas nas redes sociais?

Carina Castro (PCP): No nosso caso, não são os deputados individualmente, é o PCP que o faz, em ligação com os deputados. Há uma planificação de trabalho, uma calendarização, e as abordagens são discutidas coletivamente. É uma construção coletiva, não individual.

Entrevistador: Ou seja, existe alinhamento entre a comunicação do partido e o que os deputados comunicam nas suas redes?

Carina Castro (PCP): Não. Eu estava a referir-me às redes do PCP, porque muitos deputados do PCP nem sequer têm redes sociais.

Entrevistador: Sim, sim.

Carina Castro (PCP): E não é por desconhecimento da tecnologia.

Entrevistador: Seria por opção.

Carina Castro (PCP): (Risos) Era uma graça. Se é preciso dizer que é uma graça, é porque não foi muito bem-sucedida.

Entrevistador: De todo. E entende-se o desafio.

Carina Castro (PCP): Há aqui uma questão muito importante: a fulanização das redes, essa lógica de promoção individual e de competição, não encaixa em nós. Por isso, as redes dos deputados podem existir, mas não são o fundamental para projetar a intervenção do partido. Essa projeção é feita nas redes e na página oficial do PCP, porque temos uma lógica coletiva e colaborativa, em que o todo vale mais do que a soma das partes.

Entrevistador: Certamente que existem desafios nas redes sociais, para além dos que já mencionou.

Carina Castro (PCP): Sim. Desde logo, há desafios inerentes à conceção das próprias plataformas, que são pensadas para promover indivíduos e não coletivos. As ferramentas das redes favorecem essa lógica individualista, e temos de refletir politicamente sobre como equilibrar isso: conhecer as ferramentas, potenciá-las, mas sem perder a identidade.

Entrevistador: Então, que futuro é que vê para as redes sociais na política?

Carina Castro (PCP): Essa é uma boa pergunta. Digo isto a título pessoal, não sei se há uma posição coletiva sobre o assunto. Acho que a vida tem mostrado que há ciclos: plataformas que surgem e desaparecem, e isso molda o tipo de conteúdos que se produzem. Temos de fazer escolhas, subordinar-nos a elas ou não.

Há redes que já se tornaram obsoletas. O Facebook está em declínio, mas ainda não desapareceu. O Twitter vive da polémica; é fácil perceber como ganhar alcance, mas a questão é: vale tudo para isso? Para nós, não. Não é esse o critério.

Temos de conhecer os mecanismos, mas fazer escolhas políticas conscientes sobre a forma e o conteúdo da intervenção. Se a intervenção é transformadora, tem de aprofundar consciências, não pode ficar na superficialidade.

O Instagram é diferente, mas também tem limitações, especialmente nos algoritmos, visíveis, por exemplo, em conteúdos sobre a Palestina ou o PCP. A Meta, em geral, cria desafios. O TikTok tem uma linguagem muito própria, e não é difícil perceber como gerar impacto, mas nós não subordinamos o conteúdo à forma.

E deixo uma nota pessoal: muitas vezes o PCP é visto com preconceito à partida nestas matérias, mas quando se percebe o nosso trabalho, reconhece-se que há reflexão crítica e coerência. Podem chamar-nos românticos, mas não somos ingénuos, temos uma visão histórica da transformação social. O hoje e o amanhã não são o fim da história. Sabemos bem o que estamos a fazer.

Apêndice 3 - Entrevista Patrícia de Carvalho (Chega)

Entrevistador: Perfeito. Então, se calhar começava aqui por lhe perguntar: gostaria que me comesse por falar sobre qual considera ser o papel do deputado.

Patrícia Carvalho (CHEGA): Dizer que eu posso ter as minhas ideias e posso não concordar com todas as ideias que o partido apresenta, mas as pessoas não votaram em mim, Patrícia Carvalho, as pessoas votaram na candidata do Chega. E, portanto, acima de tudo, nós temos que respeitar o voto dos nossos eleitores e representá-los na Assembleia da República, apresentando medidas que vão ao encontro das suas necessidades.

Entrevistador: Muito bem. Então, quem é que o deputado representa principalmente? É o partido? São os eleitores? É a região que o nomeou? Ou é outro grupo?

Patrícia Carvalho (CHEGA): O deputado representa em primeiro lugar o partido, porque é eleito pelo partido, e depois os eleitores que votam nesse partido. Nós, deputados, não podemos singir-nos apenas às nossas próprias ideias e opiniões. Se eu quisesse apenas representar o meu pensamento, teria concorrido como independente, não pelo partido. Temos de respeitar isso acima de tudo. As pessoas votam no partido, não na pessoa, no boletim de voto aparece o nome do partido, não o do candidato. Claro que esta lógica é diferente no caso dos líderes partidários,

que são também candidatos a primeiro-ministro, e aí talvez o voto se divida entre a pessoa e o partido. Mas, de forma geral, nós, deputados, representamos os eleitores.

No meu caso, por exemplo, sou eleita por Setúbal. Mas não represento apenas os eleitores de Setúbal, represento os eleitores de todo o país. Naturalmente, tento dar especial atenção às questões locais do meu distrito, como todos os deputados fazem. Neste momento temos 50 deputados, eleitos em todos os distritos e regiões autónomas, exceto Bragança, o que significa que cada um representa o seu território e, em conjunto, representamos o país no seu todo.

Entrevistador: Muito bem. Em relação à utilização das redes sociais, qual considera ser o papel das redes sociais na política atual?

Patrícia Carvalho (CHEGA): As redes sociais são os novos meios de comunicação. Antigamente, a comunicação entre políticos e eleitores era feita apenas através dos media tradicionais, mas isso mudou. Os partidos tradicionais demoraram muito a perceber que existia um novo palco, as redes sociais, e o Chega foi o primeiro partido a compreendê-lo. A nossa primeira eleição deveu-se, em grande parte, ao papel das redes sociais.

O papel das redes sociais não é apenas o de informar ou divulgar o que defendemos, é também aproximar os eleitores de nós. Falo por mim: estou presente em todas as redes sociais e procuro responder, dentro do possível, às mensagens que recebo. Essa proximidade, essa possibilidade de contacto direto entre o eleitor comum e os seus representantes, é a grande mais-valia das redes sociais.

Entrevistador: Sendo assim, as redes sociais mudaram a forma como o deputado representa o eleitor?

Patrícia Carvalho (CHEGA): Não creio que tenham mudado a forma de representar, mas sim a forma de comunicar. Eu só sou deputada agora, portanto não posso falar pelos deputados de há dez anos, mas acredito que a diferença está na comunicação e na forma de recolher informação. Recebo muitas mensagens de eleitores de Setúbal a denunciar casos locais, e isso é muito importante porque nos aproxima da realidade das pessoas.

Nós passamos grande parte da semana na Assembleia da República e, embora exista um dia reservado ao contacto com o eleitorado, as redes permitem que esse contacto seja diário. Eu respondo a mensagens quase todos os dias, às vezes com sugestões, denúncias ou críticas. E isso é positivo, porque ajuda-nos a ajustar a nossa ação às expectativas dos eleitores.

Entrevistador: Falou que está presente em todas as redes sociais. Como planeia as publicações? Quais são as ideias por trás dessa gestão?

Patrícia Carvalho (CHEGA): Depende muito das semanas. Quando tenho tempo, tento planejar um calendário de publicações, segunda publico isto, terça aquilo,, mas confesso que isso é raro, porque há poucas semanas tranquilas. Na maioria das vezes é tudo muito imediato: acontece algo e eu recorro logo às redes para publicar, seja um vídeo, uma imagem ou uma notícia. Gostava de conseguir seguir um calendário regular, como se recomenda, mas o tempo não o permite. Às vezes publico no intervalo entre o gabinete e o plenário, e depois só à noite consigo voltar às redes.

Entrevistador: Para além desses desafios de tempo, que outros desafios vê na utilização de redes sociais na política?

Patrícia Carvalho (CHEGA): O maior desafio é lidar com o ódio e as ofensas. Todos nós, deputados do Chega, somos muito atacados nas redes. Uma coisa é a crítica, isso é legítimo, outra é a ofensa. Recebo mensagens muito ofensivas, mesmo ordinárias, e é um desafio manter a calma, respirar fundo e não responder.

Outro desafio é equilibrar o trabalho parlamentar com a comunicação digital. Muitas vezes o tempo não permite divulgar tudo o que fazemos. Durante o debate do Orçamento do Estado, por exemplo, participei em várias audições e não consegui publicar todas. Quando o tempo passa, o conteúdo perde relevância.

Há ainda o desafio de adaptar o conteúdo ao formato das redes. As pessoas nas redes querem imediatismo. Se eu publicar um vídeo de cinco minutos, quase ninguém o vê até ao fim. Temos de conseguir extrair os segundos que realmente interessam, aquilo que capta a atenção no primeiro minuto. É um desafio perceber o que o público quer ver e como comunicar de forma eficaz sem distorcer a mensagem.

Entrevistador: E em relação ao futuro? Vê futuro para as redes sociais na política?

Patrícia Carvalho (CHEGA): Completamente. O Chega foi o primeiro partido a olhar para as redes sociais não apenas como uma oportunidade, mas como uma necessidade. Quando o partido surgiu, os media tradicionais não nos davam tempo de antena. Hoje já nos dão, mas ainda assim há um desequilíbrio na forma como somos retratados.

Se analisarmos a nossa exposição mediática, em quantidade até pode ser maior, mas não em qualidade. Os comentadores e jornalistas falam muito do Chega, mas quase sempre de forma

negativa. As nossas boas propostas raramente são noticiadas. Por isso as redes sociais são fundamentais para nós, são o espaço onde podemos comunicar diretamente as nossas propostas, decisões e ações, sem filtros.

Usamos as redes para divulgar propostas que apresentámos, mesmo as que foram chumbadas, e também para destacar propostas de outros partidos que apoiámos, quando achámos que eram positivas para o país. Fazemos esse trabalho porque, se não o fizermos, ninguém o fará.

Hoje os outros partidos já perceberam a importância das redes, e muitos estão a reforçar a sua presença. Mas, quando comparamos, o Chega ainda lidera em seguidores e interações. Acredito que, com a crise da comunicação social, cada vez mais pessoas se vão informar através das redes. As pessoas querem informação imediata, não querem esperar pelo telejornal da noite. Essa é a grande vantagem e também o grande desafio: acompanhar o ritmo do público digital.

Entrevistador: Algum aspeto que queira acrescentar antes de concluirmos?

Patrícia Carvalho (CHEGA): Sim. Há uma questão muito importante: a tentativa de controlar ou censurar as redes sociais. Acho esse caminho perigoso. Não podemos defender a liberdade e, ao mesmo tempo, querer limitar o que se diz nas redes. As redes são, de certa forma, como um café, um espaço de conversa livre. É claro que têm regras, mas a liberdade de expressão deve prevalecer.

Dou-lhe um exemplo: há algum tempo, a página do Facebook do doutor André Ventura foi bloqueada após denúncias em massa de conteúdo impróprio. Uma dessas publicações era apenas uma notícia sobre o Presidente da República. A Meta bloqueou automaticamente e demorou meses a resolver o problema. Isto mostra como é fácil manipular o sistema e condicionar a liberdade de expressão.

Este tipo de censura é perigoso para a democracia. Mesmo que tentem controlar as redes atuais, surgirão sempre outras, a tecnologia não pára. As pessoas querem liberdade, querem poder dizer o que pensam, mesmo que os outros não concordem. É assim que deve ser numa sociedade livre. Veja-se o exemplo do antigo Twitter, agora X. Antes, era uma rede dominada pela esquerda, onde quem era de direita era censurado. Desde que foi comprado por Elon Musk, houve uma mudança. Muitas pessoas saíram, outras ficaram, e isso é liberdade. Cada um escolhe onde quer estar. O importante é que existam alternativas.

No fundo, a era digital é isso: não há fim, há movimento constante. As pessoas hoje podem escolher onde se informam, nos jornais, na televisão ou nas redes. E nas redes, o contacto é

direto, sem mediação. As pessoas veem os vídeos, as nossas intervenções, e tiram as suas próprias conclusões. Isso é democracia. É liberdade.

Apêndice 4 - Entrevista João Almeida (PSD)

Entrevistador: Gostaria que me falasse um bocadinho sobre qual considera ser o papel do deputado.

João Almeida (CDS-PP): O papel do deputado, essencialmente, é representar. E, portanto, o mais importante na interpretação do nosso mandato é sabermos que estamos aqui, e essa é a lógica do parlamentarismo, a representar os cidadãos. Devemos, por um lado, interpretar essa representação todos os dias do mandato; por outro, fazê-lo em duas vias: representar aqui, na Assembleia, e prestar contas também, procurando fazê-lo da forma mais ampla possível. As redes sociais, naturalmente, desempenham aí um papel muito relevante.

Entrevistador: Falou do deputado representar o seu eleitorado e os cidadãos, mas quem é que efetivamente o deputado representa?

João Almeida (CDS-PP): O deputado representa, constitucionalmente, todo o país. Essa é a definição formal. No entanto, na prática, há uma proximidade natural com o círculo eleitoral que elegeu o deputado. Assim, há uma lógica de representação geográfica que complementa a representação nacional. Cada deputado tem um vínculo mais próximo com o seu território, embora o mandato seja exercido em nome de todos os portugueses. E, evidentemente, essa representação é feita através do programa eleitoral que serviu de contrato com os eleitores.

Entrevistador: E como vê a entrada das redes sociais na política, em especial no papel do deputado?

João Almeida (CDS-PP): Já assisti a várias fases disso. Fui deputado em tempos em que não existiam redes sociais, nem sequer o Canal Parlamento. Nessa altura, dependíamos totalmente da comunicação social para chegar às pessoas, e a comunicação era indireta. Lembro-me de que, na primeira legislatura em que fui deputado, já tínhamos e-mail, mas a maioria dos cidadãos não tinha. O contacto era por carta ou por telefone: as pessoas ligavam, pediam para falar com o deputado, ou marcavam uma reunião.

As redes sociais vieram alterar completamente esse paradigma. Trouxeram um contacto direto e imediato com os cidadãos, uma mudança brutal. Passou a existir uma comunicação em tempo real.

Entrevistador: E sente que o eleitorado participa com a mesma intensidade de antes, agora com estas ferramentas digitais?

João Almeida (CDS-PP): Muito mais. Há mais pessoas a conseguir chegar até nós, sobre mais temas e com mais frequência, porque sabem o que estamos a fazer, nós próprios divulgamos. Podem enviar uma mensagem a qualquer momento: “Passou-se isto”, “lembrei-me daquilo”. Coisas que antes não aconteciam.

As redes sociais substituíram muito o e-mail, até pela rapidez. Mas isso levanta outras questões, se essa comunicação é realmente geral, ou se acaba por funcionar apenas para um determinado segmento da população. Depende de quem usa cada rede e dos algoritmos, que criam uma espécie de “tribos digitais”. Ou seja, interagimos mais, mas nem sempre com toda a sociedade, às vezes, apenas dentro da nossa bolha. No início isso não se notava tanto, mas hoje é muito evidente, e varia de rede para rede.

Entrevistador: Tendo sido deputado antes e depois das redes sociais, nota que isso alterou a forma de representar?

João Almeida (CDS-PP): Completamente. É provavelmente a maior mudança no exercício do mandato. Basta ver: hoje, nos debates do Orçamento do Estado, nas audições da especialidade, praticamente todos os deputados colocam questões específicas sobre os seus círculos eleitorais. Porquê? Porque depois fazem o corte do vídeo e publicam nas redes, mostrando à sua população que levantaram determinado problema, um hospital, uma estrada, um centro de saúde.

Antigamente isso era feito por meio de uma nota de imprensa enviada a um jornal local. Agora, é um vídeo, o deputado a falar, o ministro a responder. As pessoas veem e ouvem. É uma diferença enorme. É talvez o exemplo mais claro de como as redes mudaram a representação: a comunicação tornou-se direta, visual e imediata.

Entrevistador: Como é que no CDS-PP, atualmente com dois deputados, é feito o planeamento das redes sociais?

João Almeida (CDS-PP): Temos uma pessoa dentro do *staff* do grupo parlamentar que gere o dia-a-dia das redes sociais. E há três níveis de redes: as do partido, as do grupo parlamentar e as pessoais. Cada uma tem a sua gestão própria. As redes pessoais são geridas por nós, os deputados; as do grupo parlamentar são geridas internamente; e o partido faz a gestão geral, que inclui também as estruturas regionais e autárquicas, o presidente e outros dirigentes.

Entrevistador: E existe uma pessoa específica para cada nível de gestão?

João Almeida (CDS-PP): Neste momento, há uma pessoa ao nível do partido e outra ao nível do Parlamento. O CDS já teve uma estrutura de comunicação maior e mais planeada, mas, com a atual dimensão parlamentar, o trabalho é mais reduzido e assenta muito na gestão individual das redes de cada responsável político.

Entrevistador: Falou das oportunidades trazidas pelas redes sociais. Quais são, na sua opinião, os maiores desafios ou limitações?

João Almeida (CDS-PP): O maior desafio é a interação. No início, eu achava que devia responder a tudo, e fazia-o, sobretudo no Facebook. Mas tornou-se impossível, quer pela quantidade, quer pelo conteúdo. Há críticas legítimas, mas há também ofensas, comentários repetitivos ou completamente desfasados da realidade.

Aprendi que é preciso filtrar. Não se responde a tudo, e não se deve responder a ofensas. Às vezes o problema nem são as críticas dirigidas a nós, mas as que surgem nos comentários entre apoiantes. Há quem confunda concordar connosco com ter de odiar quem nos critica.

O ódio e a mentira são os dois grandes problemas das redes sociais. Eu não defendo censura, mas sim autorregulação, e tento praticá-la nas minhas próprias redes. Não é fácil, mas é o único caminho equilibrado.

Entrevistador: E quanto ao futuro? Como vê o papel das redes sociais na política?

João Almeida (CDS-PP): É difícil prever. Quando as redes surgiram, se alguém me tivesse perguntado o que seria o futuro, eu teria falhado em tudo. A única coisa que posso dizer é que me preocupa o afunilamento, ou seja, o facto de hoje as redes permitirem chegar a menos gente do que há uns anos. Isso deve-se aos algoritmos, que criam bolhas e comunidades fechadas.

Curiosamente, as dinâmicas variam: o X (antigo Twitter), que é acusado de estar dominado pela direita noutros países, em Portugal é claramente mais à esquerda; o TikTok, supostamente controlado pelos chineses, aqui tem mais presença da direita, especialmente do Chega. Mas o ponto é que, em todas as redes, há uma tendência de afunilamento ideológico.

E isso não é tanto por razões políticas, mas comerciais. Os algoritmos são desenhados para maximizar o lucro e a retenção dos utilizadores, e a política vai por arrasto. Portanto, não acredito em grandes conspirações políticas sobre controlo; acredito em lógicas de mercado.

Entrevistador: Precisamente. Se quiser acrescentar algum aspeto final antes de concluirmos...

João Almeida (CDS-PP): Não, da minha parte não. Muito obrigado.

Entrevistador: Obrigado eu. E bom trabalho.

João Almeida (CDS-PP): Só uma nota final: comunico de maneira diferente consoante a rede. Faço adaptações no conteúdo e no tom. Se publico o mesmo vídeo no LinkedIn e no TikTok, o texto de acompanhamento, o *copy*, é completamente diferente. Há também conteúdos que publico numa rede e não noutra. O Instagram é talvez o mais geral, mas, por exemplo, o LinkedIn e o TikTok são mundos completamente distintos, com públicos e linguagens diferentes.

Apêndice 5 - Entrevista Mariana Leitão (IL)

Entrevistador: Gostava de começar por tentar perceber e que me falasse um bocadinho sobre qual considera ser o papel do deputado.

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): Bem, eu acho que essencialmente o principal papel de um deputado é, de acordo com o programa eleitoral que apresenta na altura da candidatura, defendê-lo e tentar fazer aprovar o máximo possível dessas propostas, tendo em conta as dificuldades inerentes ao funcionamento do Parlamento. Nem sempre conseguimos, mas felizmente ainda vamos tendo algumas vitórias.

Portanto, o papel principal é esse: apresentamo-nos às eleições com um programa eleitoral, comprometemo-nos com os portugueses e, em troca da sua confiança expressa no voto, temos a responsabilidade de procurar concretizar essas propostas.

Por outro lado, há também uma tarefa fundamental, que é a de fiscalização do Governo. Temos a responsabilidade de acompanhar a ação governativa, perceber o que o Governo está a fazer nas várias áreas e garantir que não se desvia do programa eleitoral com que se apresentou aos portugueses. Caso contrário, estaria a defraudar os eleitores, e nós temos o dever de evitar isso.

Diria, portanto, que as duas funções primordiais do deputado são: por um lado, apresentar e tentar aprovar as suas propostas; por outro, fiscalizar a atividade do Governo.

Entrevistador: E, nessa perspetiva, quem considera que os deputados representam principalmente? O país, o partido ou o círculo eleitoral por onde foram eleitos?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): A Constituição é muito clara quanto a isso: os deputados representam, acima de tudo, os portugueses. É nesse sentido que trabalho, e acredito que falo também pelos meus colegas da Iniciativa Liberal.

A nossa principal preocupação é a melhoria das condições de vida dos portugueses, garantir que têm meios suficientes para fazer face às suas despesas, que o país cresce e se desenvolve, para

que todos possam ter uma vida melhor e não precisem de emigrar. Esse é o nosso objetivo primordial.

Depois, naturalmente, a forma de lá chegar passa pelas políticas e medidas que consideramos mais adequadas. Mas o princípio orientador é sempre o mesmo: a defesa do interesse dos portugueses.

Entrevistador: E o que é que as redes sociais vieram ajudar ou dificultar nesse objetivo?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): Por um lado, ajudam bastante, porque permitem passar a mensagem de forma mais transversal e com maior proximidade aos cidadãos, e isso é importante. Têm, no entanto, um lado negativo: a disseminação de desinformação. Cabe-nos a nós, cidadãos e políticos, ter o discernimento de avaliar o que lemos e procurar confirmar a veracidade da informação. Mas, do ponto de vista da comunicação e da proximidade, as redes são uma ferramenta extremamente útil. Permitem transmitir mensagens de forma rápida, ágil e acessível, e nós tentamos tirar o máximo proveito disso.

Entrevistador: Acha que as redes sociais mudaram a forma como os deputados representam os seus eleitores?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): Não sei se mudaram a essência da representação, mas trouxeram dinâmicas novas. Hoje, em dois minutos, podemos publicar um *tweet* com uma posição política que chega a milhares de pessoas, permitindo uma interação imediata.

Antigamente, as pessoas contactavam os deputados por e-mail, vinham pessoalmente ao Parlamento ou baseavam-se nas notícias para saber o que fazíamos. Agora, com as redes sociais, o contacto é mais direto e instantâneo.

Recebemos mensagens diariamente, cidadãos que partilham problemas, opiniões ou sugestões. Isso é muito positivo, porque nos ajuda a perceber as preocupações reais das pessoas e, muitas vezes, até a identificar situações de que não tínhamos conhecimento. Essa interação torna-nos mais eficazes e mais próximos da realidade.

Entrevistador: E como é feita a gestão dessa comunicação nas redes sociais, a nível pessoal e partidário?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): O partido tem as suas redes sociais próprias, e cada deputado tem total liberdade para gerir as suas. Eu, pessoalmente, talvez não seja das mais ativas, comparando com outros colegas, mas procuro usá-las para temas que considero

relevantes, para esclarecer posições do partido ou as minhas próprias opiniões sobre determinados assuntos.

Também as uso para divulgar o nosso trabalho parlamentar: discursos, intervenções, propostas e soluções. As redes sociais são fundamentais para fazer chegar essa informação às pessoas, sobretudo àquelas que antes tinham mais dificuldade em aceder a esse tipo de conteúdo.

Entrevistador: Já falou um pouco sobre isto, mas gostaria que desenvolvesse um pouco mais: que desafios vê na utilização das redes sociais na política?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): O maior desafio é, sem dúvida, a desinformação, as *fake news*, e também o populismo. Mas não acredito que se combata isso por decreto. Combate-se com educação e sentido crítico.

As pessoas não devem basear a sua opinião na primeira coisa que leem; devem procurar mais informação, confirmar as fontes e distinguir as credíveis das que não são. É um exercício de literacia mediática e cidadania.

Não defendo que o Estado imponha restrições às redes sociais, isso seria uma limitação da liberdade de expressão. Cada pessoa deve ter o direito de se expressar, desde que respeite as regras básicas de convivência.

Compete a cada um de nós usar o bom senso. Eu própria, muitas vezes, vejo algo nas redes e fico na dúvida se é verdadeiro; então procuro confirmar, cruzar fontes, verificar se há informação nos canais oficiais. Essa postura é essencial.

Acredito que é sobretudo uma questão de pedagogia, especialmente junto dos mais jovens, que cresceram num ambiente digital e tendem a consumir informação de forma mais imediata. Devemos educar para a verificação e o pensamento crítico, em vez de limitar a liberdade.

Entrevistador: E que futuro vê para as redes sociais na política e no papel dos deputados?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): Acho que o futuro deve continuar nesta linha: como ferramenta de proximidade e de transparência.

As redes permitem prestar contas, mostrar o que fazemos no dia a dia e, ao mesmo tempo, aproximar-nos das pessoas. É importante que os cidadãos percebam que os deputados não vivem isolados na Assembleia da República, mas que estão atentos ao que se passa fora dela.

Essa proximidade é essencial para recuperar a confiança na política. Temos assistido, nas últimas décadas, a um afastamento crescente dos cidadãos, há uma certa descrença nos políticos, e acredito que as redes podem ajudar a contrariar isso.

Ao responder às mensagens, ao dialogar com as pessoas, mostramos que as redes são um espaço de interação real e não apenas uma montra. Isso pode contribuir para aumentar o interesse e até combater a abstenção, porque as pessoas sentem-se ouvidas e representadas.

Entrevistador: Para concluir, há alguma reflexão final que queira deixar sobre representação política e redes sociais?

Mariana Leitão (Iniciativa Liberal): Sim, apenas reforçar que nós, enquanto políticos eleitos, temos uma grande responsabilidade perante os cidadãos. Devemos mostrar o que fazemos, ouvir o que nos dizem e responder às suas preocupações.

As redes sociais foram determinantes para abrir esse canal de proximidade. Elas permitem-nos conhecer melhor a realidade das pessoas e trabalhar sobre problemas concretos.

Mas é essencial usá-las de forma responsável, transmitir informação credível, baseada em dados e fontes fiáveis. Devemos dar o exemplo de que é possível usar as redes sociais para melhorar a qualidade da política e o contacto com os cidadãos, evitando os excessos e os usos nocivos.

Se conseguirmos isso, as redes podem continuar a desempenhar um papel muito relevante na democracia e na representação política.

Apêndice 6 - Entrevista Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda)

Entrevistador: Gostaria que me comesse por falar sobre qual considera ser o papel do deputado, o que é que o deputado representa, quem é que o deputado representa e qual é o seu papel na política.

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): No Bloco, vemos o papel do deputado como a verdadeira representação das pessoas que acreditam no projeto político do partido e que nele votam. É muito importante que os deputados eleitos pelo Bloco tragam para o Parlamento os problemas reais que as pessoas vivem no seu dia-a-dia.

Essa representação pode ir desde grandes temas nacionais, como a saúde e o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, até questões muito concretas e localizadas, como os problemas de trabalhadores de uma determinada empresa. O papel do deputado do Bloco é, portanto, o de fazer chegar à casa da democracia essas vozes e essas lutas.

Temos exemplos disso quando os nossos deputados levam às comissões casos específicos, como despedimentos coletivos, ou quando levam ao plenário debates mais amplos, como o da

degradação do SNS. Em suma, considero essencial que os deputados tragam para o Parlamento os problemas reais das pessoas e deem voz a quem, muitas vezes, não a tem.

Entrevistador: Nesse sentido, quem considera que o deputado representa principalmente? As pessoas que o elegem, o círculo eleitoral ou o partido?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): O deputado está, naturalmente, em representação do partido e existe esse compromisso. Mas, na prática, essas dimensões não se separam. As linhas orientadoras do Bloco assentam no seu programa, e esse programa responde a problemas identificados no contacto direto com a população.

Por isso, pouco importa se as pessoas votam ou não no Bloco, se há um problema, e esse problema é urgente e relevante, o Bloco tenta trazê-lo ao Parlamento. Em última análise, o Bloco representa as pessoas que trabalham, as que vivem com dificuldades, as que lutam por direitos e dignidade. E isso está sempre interligado com as linhas programáticas do partido.

Entrevistador: E qual considera ser o papel das redes sociais na política atual?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): As redes sociais mudaram profundamente a política nos últimos anos. Aquilo que antes era um contacto feito sobretudo na rua, hoje em dia também acontece nas redes. É importante continuar o trabalho presencial, o contacto direto, mas é impossível ignorar o papel que as redes têm.

Quem não compreender isso arrisca-se a ficar para trás, porque uma parte significativa da comunicação com os cidadãos acontece já nesses espaços digitais. E não se trata apenas de um público jovem, é um erro pensar isso. As redes chegam a várias faixas etárias, apenas com dinâmicas diferentes conforme a plataforma.

Entrevistador: Considera que as redes sociais mudaram a forma como os deputados representam os seus eleitores?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): Sim, inevitavelmente. Temos deputados no Bloco com vários anos de experiência parlamentar, e todos reconhecem que as redes trouxeram uma nova forma de fazer política. É um processo de adaptação constante, e também de experimentação, não há uma fórmula universal.

Cada partido comunica de forma diferente, para públicos distintos. O que funciona para o Bloco pode não funcionar para outro partido, como a Iniciativa Liberal, por exemplo. A forma como usamos as redes tem de refletir o nosso eleitorado e a nossa mensagem. Mas é inegável o impacto que as redes sociais têm hoje no trabalho e na representação de um deputado.

Entrevistador: E como é que os deputados do Bloco planeiam e executam as suas campanhas nas redes sociais?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): O Bloco tem atualmente cinco deputados, e cada um tem o seu estilo e abordagem. Não existe uma estratégia rígida e única, há espaço para espontaneidade. Cada deputado tem liberdade para gerir as suas redes pessoais de acordo com o que considera mais apropriado.

Claro que há uma coordenação geral, por exemplo, as publicações das intervenções no plenário ou nas comissões são mais uniformes, mas tudo o que entra na esfera mais pessoal é decidido pelo próprio deputado. Isso é importante, porque há uma pessoa por trás do cargo, e as redes devem refletir também essa autenticidade.

Depois há, naturalmente, uma estratégia específica para as redes do grupo parlamentar, mais abrangente e coordenada, orientada pelos temas e áreas de trabalho de cada deputado.

Entrevistador: Que desafios identifica na utilização das redes sociais na política?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): Há muitos desafios. O principal, e talvez o mais difícil de controlar, é o algoritmo. Muitas vezes é difícil perceber porque é que determinado conteúdo chega a muitas pessoas e outro, aparentemente igual, não chega. O funcionamento dos algoritmos é um verdadeiro mistério.

Isso obriga-nos a manter um caminho coerente, com objetivos claros, mesmo sem termos garantias de alcance. Outro desafio é a gestão de tempo. Eu próprio, como responsável pelas redes do grupo parlamentar, sinto isso: temos muitas ideias e projetos para novas formas de comunicação, mas o trabalho parlamentar diário é intenso, há comissões, plenários, reuniões, e nem sempre há tempo para produzir todos os conteúdos que gostaríamos.

Entrevistador: E no futuro? Que papel imagina para as redes sociais na política?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): Penso que as redes sociais terão um papel ainda mais central. A tendência é que se faça cada vez mais política nas redes e, infelizmente, também cada vez mais política para as redes.

No Bloco, tentamos evitar essa lógica, não fazemos política para as redes sociais, usamos as redes para comunicar a nossa política. Essa é uma diferença fundamental. É fácil criar um conteúdo viral, mas nem sempre isso corresponde ao tipo de comunicação que queremos fazer. A tentação de procurar o “viral” é grande, mas é preciso manter a coerência e os princípios.

Entrevistador: Muito bem. Tem algum ponto ou reflexão final que queira acrescentar?

Rafael Guerreiro (Bloco de Esquerda): Sim. Acho que é importante não sobrevalorizar, nem desvalorizar, o papel das redes sociais. Elas são uma ferramenta, muito útil, sem dúvida, mas não substituem o trabalho parlamentar.

As redes permitiram-nos chegar a públicos que antes eram difíceis de alcançar. No entanto, também são usadas, muitas vezes, como arma de arremesso, para disseminar desinformação e *fake news*. E isso é um grande problema.

É frustrante perceber que uma *fake news* se espalha mais rapidamente do que a sua correção, e que, mesmo quando a desmentimos, o dano já está feito. Por isso, é importante manter os pés assentes no chão e não perder o foco: o essencial é o trabalho feito aqui, no Parlamento, em ligação com as pessoas que representamos.

As redes devem ser uma extensão desse trabalho, uma ferramenta para divulgar propostas, medidas e soluções concretas. Por exemplo, recentemente preparamos um *post* sobre medidas de combate à crise da habitação, e esse tipo de conteúdo é uma forma eficaz de chegar a mais pessoas.

Acredito que será necessário encontrar formas de regular melhor o uso das redes, especialmente no combate à desinformação. Mas essa regulação deve ser feita de forma democrática, com base na responsabilidade coletiva e no trabalho parlamentar, não por imposição ou censura.

Apêndice 7 - Entrevista Sofia Canha (PS)

Entrevistador: O primeiro tópico é sobre o papel do deputado enquanto representante. Gostaria que começasse por falar sobre qual considera ser o papel do deputado, neste caso, na Assembleia da República.

Sofia Canha (Partido Socialista): Muito bem. Eu diria que existem duas valências principais no papel do deputado: por um lado, representamos o partido pelo qual fomos eleitos, no meu caso, o Partido Socialista, imbuídos dos seus valores, da Carta de Princípios e daquilo que o PS preconiza em termos de intervenção pública.

Por outro lado, representamos também a população, o povo que nos elegeu. São os eleitores que nos permitem estar na Assembleia e representar, nesse palco, os valores do partido. Ainda assim, valorizo sobretudo o voto dos eleitores, porque é ele que legitima a nossa presença e o nosso papel.

Costumo dizer que há três “palcos”: o Parlamento, as redes sociais e a comunicação social. Cada um tem o seu papel na forma como transmitimos a nossa mensagem. Não sei qual deles tem, neste momento, maior abrangência, as redes têm um alcance internacional, mas a comunicação social ainda chega a uma parte significativa da população, sobretudo mais envelhecida.

Por isso, é essencial diversificar os meios de comunicação com os cidadãos. É através dessa diversidade que conseguimos chegar a diferentes públicos, e esse é o nosso principal objetivo: comunicar com as pessoas.

Cada deputado tem, naturalmente, o seu estilo e a sua forma de comunicar, dependendo da sua experiência e da sua ligação ao mundo real. Quanto mais tempo passamos na “bolha” política, mais nos afastamos da realidade. No meu caso, trago comigo a minha experiência como professora de ensino secundário e como cidadã.

Entrei no Partido Socialista em 2015, já com uma formação pessoal e social muito enraizada em valores de esquerda e na doutrina social da Igreja, não tanto na vertente institucional, mas na vertente cristã, de solidariedade e humanidade. Sempre tive essa visão humanista e, por isso, o PS foi um espaço natural para mim.

Procuro, no entanto, manter uma visão que parte das pessoas, não do partido. Quando analiso uma medida política, o que me interessa primeiro é o impacto real que ela terá na vida das pessoas. Se for boa para a população, será boa também para o partido. A minha prioridade é, portanto, a defesa das pessoas e do bem-estar coletivo, e só depois a defesa do partido, que, felizmente, se alinha com esses mesmos valores.

Entrevistador: Qual considera ser o papel das redes sociais nesta representação de causas e na defesa dos interesses das pessoas?

Sofia Canha (Partido Socialista): As redes sociais são essenciais enquanto instrumento de comunicação. Não sou das deputadas mais ativas, mas reconheço a sua importância. Utilizo-as sobretudo como meio de partilha de valores e de interação com as pessoas.

Uso mais o Facebook, porque o eleitorado do Partido Socialista, em Portugal, é maioritariamente mais adulto e está mais presente nessa plataforma. Tenho três páginas: uma pessoal, uma política, ligada à minha candidatura e ao meu trabalho como vereadora na Câmara da Calheta, e a página do PS Calheta.

A minha página pessoal é a mais ativa. Procuro interagir e responder sempre que possível. Não respondo a tudo, claro, especialmente a comentários extremistas, mas gosto de dialogar quando

vejo que há espaço para reflexão. Muitas vezes encontro pessoas que não se identificam com a extrema-direita, mas que acabam por reproduzir discursos populistas sem o perceberem. E é precisamente nesses casos que considero importante intervir.

Quando o faço, não é em defesa do partido, mas em defesa de valores universais: os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, os valores humanistas e, até, cristãos. O Partido Socialista acolhe esses valores, mas eles são universais. É por aí que acredito que se conquistam eleitores: pela coerência dos valores que transmitimos, e não por mero partidarismo.

Entrevistador: Considera que as redes sociais mudaram a forma como os deputados representam os eleitores?

Sofia Canha (Partido Socialista): Sim, mudaram. As redes sociais trouxeram uma exposição maior. O palco parlamentar, por si só, não é suficiente para chegar às pessoas, e a comunicação social filtra e interpreta o que é dito. As redes permitem-nos comunicar diretamente, mostrar o nosso pensamento e até a nossa autenticidade.

Essa interação é importante porque nos confronta. Permite-nos não só expor ideias, mas também ser desafiados por elas, e isso é saudável. As redes sociais trouxeram mais transparência e autenticidade ao papel do político. Hoje, quem comunica sem estar verdadeiramente comprometido com o que diz, acaba por ser percebido.

Acredito que esse contacto direto aproxima os cidadãos e ajuda-os a formar uma opinião mais informada sobre quem os representa.

Entrevistador: Sabemos que tem três páginas principais no Facebook. Como é que organiza essa comunicação e gere essas campanhas?

Sofia Canha (Partido Socialista): As páginas foram criadas em momentos de campanha eleitoral. A página pessoal é a mais ativa no dia a dia; as outras são usadas em períodos específicos.

A dimensão da comunicação depende muito dos recursos disponíveis. Na Calheta, onde sou vereadora, temos cerca de 11 mil habitantes, é uma realidade pequena, e não dispomos de meios financeiros para campanhas mais amplas. Por isso, as redes sociais são uma vantagem: permitem comunicar sem grandes custos.

Durante as campanhas, tento articular com outros meios, como a rádio local. Já tentei explorar formas de divulgar mensagens em pré-campanha, mas a lei não o permite.

No dia a dia, a comunicação é mais caseira, mais pessoal. Não tenho uma equipa ou uma agência; faço o trabalho sozinha, dentro do possível. Outros políticos têm maior capacidade de produção, mais criatividade ou até apoio profissional, eu não. Mas prefiro ser autêntica e manter uma comunicação direta e honesta, mesmo que menos polida.

Reconheço que essa honestidade pode ser uma limitação em termos de eficácia comunicacional. Talvez um discurso mais populista ou estrategicamente trabalhado tenha mais alcance, mas prefiro ser genuína e fiel aos meus princípios.

Entrevistador: Quais são, na sua opinião, os principais desafios da utilização das redes sociais na política?

Sofia Canha (Partido Socialista): O maior desafio é a desinformação. Hoje em dia, circula muita informação falsa, mas com aparência de verdade. E é difícil contrariá-la.

As redes sociais democratizaram a comunicação, qualquer pessoa pode ter voz, o que tem aspetos positivos, mas também riscos. Pessoas que nunca teriam palco na comunicação social hoje têm uma audiência enorme, às vezes com discursos de ódio ou populistas.

A comunicação social tem filtros e responsabilidades legais; nas redes, não há esse controlo. Isso cria um espaço onde tudo pode ser dito, e onde a manipulação é fácil.

Outro grande desafio é o afastamento dos jovens da política. As novas gerações, muitas vezes, consomem informação de forma superficial e imediata, sem verificação. A escola e a sociedade falharam, em parte, na transmissão dos valores democráticos e do reconhecimento da importância da democracia.

Precisamos de formar cidadãos críticos e conscientes, que saibam distinguir entre liberdade de expressão e manipulação. A democracia está a atravessar um momento desafiante, em Portugal e na Europa, e é fundamental que as novas gerações sejam preparadas para defendê-la e melhorá-la.

Entrevistador: E como vê o futuro das redes sociais na política?

Sofia Canha (Partido Socialista): As redes sociais são um palco como qualquer outro, e vão continuar a ser centrais na política.

Não sei se alguma vez serão totalmente reguladas, já há discussões sobre isso, especialmente sobre o combate aos discursos de ódio, mas é difícil prever até onde vai essa regulação.

O que é certo é que as grandes empresas tecnológicas têm um poder imenso. Se não houver um

quadro político global que defina limites éticos e princípios universais, corremos o risco de deixar o debate público nas mãos dessas plataformas.

A regulação deve existir, mas não como censura. Deve servir para enquadrar as redes dentro dos princípios dos direitos humanos e da convivência democrática. O poder político tem de aprender a lidar com elas, a usá-las de forma responsável e ética, e a garantir que continuam a servir a democracia, e não o contrário.

Apêndice 8 -Deputados e perfis de redes sociais analisados

Deputado	Partido	Rede Social
Amílcar Castro Almeida	PSD	Facebook
André Ventura	Chega	Facebook
Bruno Nunes	Chega	Facebook
Bruno Vitorino	PSD	Facebook
Carlos Eduardo Reis	PSD	Facebook
Carlos João Pereira	PS	Facebook
Cristina Rodrigues	Chega	Facebook
Cristóvão Norte	PSD	Facebook
Fernando Medina	PS	Facebook
Francisco Vale César	PS	Facebook
Hugo Carneiro	PSD	Facebook
João Azevedo	PS	Facebook
José Luís Carneiro	PS	Facebook
José Rui Cruz	PS	Facebook
Luís Newton	PSD	Facebook
Manuel Pizarro	PS	Facebook
Miguel Guimarães	PSD	Facebook
Nuno Gonçalves	PSD	Facebook
Palmira Maciel	PS	Facebook
Paulo Cafôfo	PS	Facebook
Paulo Muacho	Livre	Facebook
Pedro Coelho	PSD	Facebook
Ricardo Araújo	PSD	Facebook
Rita Matias	Chega	Facebook

Rui Paulo Sousa	Chega	Facebook
Salvador Malheiro	PSD	Facebook
Tiago Barbosa Ribeiro	PS	Facebook
Alberto Jorge Fonseca	PSD	Instagram
Alberto Machado	PSD	Instagram
Ana Gabriela Cabilhas	PSD	Instagram
André Pinotes Batista	PS	Instagram
André Ventura	Chega	Instagram
Andreia Neto	PSD	Instagram
António Pinto Pereira	Chega	Instagram
Bernardo Blanco	IL	Instagram
Bernardo Pessanha	Chega	Instagram
Bruno Nunes	Chega	Instagram
Bruno Vitorino	PSD	Instagram
Carlos Guimarães Pinto	IL	Instagram
Cristóvão Norte	PSD	Instagram
Elza Pais	PS	Instagram
Eva Brás Pinho	PSD	Instagram
Fernando Medina	PS	Instagram
Hugo Oliveira	PSD	Instagram
Hugo Soares	PSD	Instagram
Inês de Sousa Real	PAN	Instagram
Isabel Moreira	PS	Instagram
Joana Mortágua	BE	Instagram
João Moura	PSD	Instagram
João Tilly	Chega	Instagram
João Torres	PS	Instagram
José Luís Carneiro	PS	Instagram
Luís Newton	PSD	Instagram
Mariana Mortágua	BE	Instagram
Mariana Vieira da Silva	PS	Instagram
Marina Gonçalves	PS	Instagram
Miguel Costa Matos	PS	Instagram
Nelson Brito	PS	Instagram

Nuno Fazenda	PS	Instagram
Patrícia Carvalho	Chega	Instagram
Paulo Cafôfo	PS	Instagram
Paulo Nuncio	CDS	Instagram
Pedro Nuno Santos	PS	Instagram
Pedro Pinto	Chega	Instagram
Ricardo Araújo	PSD	Instagram
Ricardo Lima	PS	Instagram
Rita Maria Matias	Chega	Instagram
Rui Cristina	Chega	Instagram
Rui Paulo Sousa	Chega	Instagram
Rui Tavares	Livre	Instagram
Salvador Malheiro	PSD	Instagram
Teresa Morais	PSD	Instagram
Tiago Barbosa Ribeiro	PS	Instagram
Alexandre Poço	PSD	TikTok
André Pinotes Batista	PS	TikTok
André Ventura	Chega	TikTok
Dulcineia Moura	PSD	TikTok
Eva Brás Pinho	PSD	TikTok
Ivan Gonçalves	PS	TikTok
João Tilly	Chega	TikTok
Patrícia Carvalho	Chega	TikTok
Pedro Nuno Santos	PS	TikTok
Rodrigo Saraiva	IL	TikTok
Tiago Barbosa Ribeiro	PS	TikTok

Apêndice 9 -Análise de performance dos perfis dos deputados

Perfil	Rede Social	Page Performance Index	Seguidores	Crescimento de Seguidores (in %)	Taxa de interação dos posts	Posts por dia
André Ventura	FACEBOOK	100.0%	308345	- 0.7%	0.62%	3.918918919

Miguel Guimarães	FACEBOOK	1.0%	5387	- 0.52%	3.82%	0.005405405405
Fernando Medina	FACEBOOK	95.0%	48501	- 0.39%	1.94%	0.005405405405
José Luís Carneiro	INSTAGRAM	100.0%	5539	0.22%	2.98%	0.8216216216
Tiago Barbosa Ribeiro	FACEBOOK	4.0%	4112	0.39%	1.01%	0.627027027
Fernando Medina	INSTAGRAM	23.0%	14922	1.88%	0.0%	0
Manuel Pizarro	FACEBOOK	57.0%	23707	2.08%	1.78%	0.5405405405
Francisco Vale César	FACEBOOK	40.0%	8245	3.32%	0.72%	0.6
José Luís Carneiro	FACEBOOK	100.0%	13184	6.81%	2.58%	0.8540540541
André Claro Amaral Ventura	INSTAGRAM	100.0%	421257	7.87%	1.52%	4.416216216
mariana mortágua	INSTAGRAM	100.0%	64486	9.22%	3.82%	0.6648648649
Inês Sousa Real	INSTAGRAM	84.0%	10731	11.77%	4.77%	0.6216216216
Pedro Nuno Santos	INSTAGRAM	27.0%	28939	15.45%	4.32%	0.2108108108
Rui Tavares	INSTAGRAM	25.0%	31416	16.7%	3.11%	0.2810810811
andre_ventura_oficial	TIKTOK	39.0%	329000	19.68%	3.09%	0.8702702703
Pedro Nuno Santos	TIKTOK	1.0%	2437	50.25%	6.98%	0.6648648649
Paulo Nuncio	INSTAGRAM	100.0%	-	-	11.83%	0.005405405405
Rita Maria Matias	INSTAGRAM	100.0%	-	-	3.07%	0.5459459459
Rui Paulo Sousa	INSTAGRAM	100.0%	-	-	3.64%	1.443243243
Teresa Morais	INSTAGRAM	100.0%	-	-	7.47%	0.03243243243
Palmira Maciel	FACEBOOK	100.0%	-	-	0.0%	0
João Azevedo	FACEBOOK	100.0%	-	-	0.0%	0.01081081081
Bruno Nunes ????	INSTAGRAM	100.0%	-	-	2.49%	0.01621621622
Bruno Nunes - Chega	FACEBOOK	100.0%	-	-	0.35%	0.1135135135
Ricardo Araújo	FACEBOOK	100.0%	-	-	0.7%	0.01621621622
Rita Matias	FACEBOOK	100.0%	-	-	3.07%	0.1189189189
Cristóvão Norte	FACEBOOK	100.0%	-	-	0.68%	0.08648648649
Rui Paulo Sousa	FACEBOOK	100.0%	-	-	1.54%	0.07027027027
Ricardo Araújo	INSTAGRAM	96.0%	-	-	6.13%	0.3297297297
Pedro Pinto	INSTAGRAM	93.0%	-	-	4.07%	0.7783783784
Carlos Eduardo Reis	FACEBOOK	92.0%	-	-	3.05%	0.02702702703
Patrícia de Carvalho	INSTAGRAM	91.0%	-	-	5.44%	0.8216216216
António Pinto Pereira	INSTAGRAM	85.0%	-	-	2.12%	5.254054054

Bernardo Pessanha	INSTAGRAM	80.0%	-	-	11.99%	0.01081081081
Salvador Malheiro	FACEBOOK	78.0%	-	-	1.92%	0.09189189189
Eva Brás Pinho	TIKTOK	78.0%	-	-	61.62%	0.2756756757
Cristóvão Norte	INSTAGRAM	76.0%	-	-	1.26%	0.05945945946
Ricardo Lima	INSTAGRAM	69.0%	-	-	1.15%	0.9027027027
Nelson Brito	INSTAGRAM	67.0%	-	-	3.24%	0.4108108108
Bruno Vitorino	INSTAGRAM	64.0%	-	-	3.71%	0.5675675676
André Pinotes Batista	INSTAGRAM	55.0%	-	-	1.0%	1.010810811
Isabel Moreira	INSTAGRAM	54.0%	-	-	2.46%	0.005405405405
João Moura	INSTAGRAM	32.0%	-	-	3.28%	0.03783783784
Elza Pais	INSTAGRAM	32.0%	-	-	4.24%	0.4162162162
Salvador Malheiro	INSTAGRAM	31.0%	-	-	2.88%	0.1135135135
Patrícia de Carvalho	TIKTOK	30.0%	-	-	0.0%	0.08648648649
Hugo Soares	INSTAGRAM	28.0%	-	-	0.0%	0
João Tilly	INSTAGRAM	26.0%	-	-	1.8%	0.8594594595
Joana Mortágua	INSTAGRAM	26.0%	-	-	1.07%	0.02162162162
João Torres	INSTAGRAM	24.0%	-	-	0.0%	0
Tiago Barbosa Ribeiro	INSTAGRAM	19.0%	-	-	2.78%	0.005405405405
Amílcar Castro Almeida	FACEBOOK	18.0%	-	-	4.62%	0.01621621622
Alberto Machado	INSTAGRAM	15.0%	-	-	2.45%	0.2
Miguel Costa Matos	INSTAGRAM	15.0%	-	-	1.59%	0.3621621622
Dulcineia Catarina Moura	TIKTOK	13.0%	-	-	0.0%	0.02702702703
André Pinotes Batista	TIKTOK	12.0%	-	-	0.8%	1.827027027
Tiago Barbosa Ribeiro	TIKTOK	11.0%	-	-	0.0%	0.0972972973
Marina Goncalves	INSTAGRAM	9.0%	-	-	1.0%	0.005405405405
Rodrigo Saraiva	TIKTOK	9.0%	-	-	0.0%	0.03783783784
Carlos Guimarães Pinto	INSTAGRAM	8.0%	-	-	0.0%	0.01621621622
Hugo Oliveira	INSTAGRAM	5.0%	-	-	6.47%	0.2
Andreia Neto	INSTAGRAM	5.0%	-	-	0.0%	0.005405405405
Nuno Fazenda	INSTAGRAM	5.0%	-	-	0.0%	0.005405405405
Paço Cãfô	INSTAGRAM	4.0%	-	-	0.0%	0.01081081081
Eva Brás Pinho	INSTAGRAM	4.0%	-	-	0.0%	0.01081081081

Luís Newton	FACEBOOK	4.0%	-	-	0.45%	0.03783783784
João Tilly	TIKTOK	4.0%	-	-	0.0%	0.01621621622
Alberto Fonseca	INSTAGRAM	3.0%	-	-	12.63%	0.05945945946
Mariana Vieira da Silva	INSTAGRAM	3.0%	-	-	0.0%	0
Ivan Gonçalves	TIKTOK	3.0%	-	-	4.61%	0.1405405405
Nuno Gonçalves	FACEBOOK	3.0%	-	-	0.0%	0.005405405405
José Rui Cruz	FACEBOOK	3.0%	-	-	0.65%	0.02702702703
Luís Newton	INSTAGRAM	2.0%	-	-	2.6%	0.01081081081
Paulo Cafôfo	FACEBOOK	2.0%	-	-	0.24%	0.03243243243
Carlos João Pereira	FACEBOOK	2.0%	-	-	0.0%	0
Paulo Muacho	FACEBOOK	2.0%	-	-	0.0%	0
Sérgio Ávila	FACEBOOK	1.0%	-	-	0.69%	0.005405405405
Bruno Vitorino	FACEBOOK	1.0%	-	-	0.0%	0
Hugo Carneiro	FACEBOOK	1.0%	-	-	0.0%	0.005405405405
Ana Gabriela Cabilhas	INSTAGRAM	1.0%	-	-	11.06%	0.2324324324
Bernardo Blanco	INSTAGRAM	1.0%	-	-	8.01%	0.07027027027
Alexandre Poço	TIKTOK	1.0%	-	-	0.0%	0.07027027027
Pedro Coelho	FACEBOOK	1.0%	-	-	1.71%	0.02702702703

Apêndice 10 -Perfis considerados no universo de análise de redes sociais

Detetado pelo FPK	Círculo eleitoral	Situação	Deputado	Partido	Rede Social	Link
Sim	Lisboa	Efetivo	Mariana Mortágua	Bloco de Esquerda	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@mari-anarmortagua
Sim	Lisboa	Efetivo	Fabian Figueiredo	Bloco de Esquerda	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@fabianfigueiredo
Sim	Setúbal	Efetivo	Joana Mortágua	Bloco de Esquerda	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/mortagua.joana
Sim	Lisboa	Efetivo	Mariana Mortágua	Bloco de	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/mortagua

				Esquerd a		
Sim	Lisboa	Efetivo	Fabian Figueiredo	Bloco de Esquerd a	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/fabian.figueiredo
Sim	Setúbal	Efetivo	Joana Mortágua	Bloco de Esquerd a	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@joanarmortagua
Sim	Porto	Suplente	João Pinho de Almeida	CDS PP	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/foalmeida.cds
Sim	Lisboa	Efetivo	Paulo Núncio	CDS PP	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/paulonuncio
Sim	Lisboa	Efetivo	Madalena Cordeiro	Chega	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@madalena.cordeiro
Sim	Lisboa	Efetivo	Bernardo Pessanha	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/bernardo.pessanha
Sim	Viseu	Efetivo	Filipe Melo	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/filipemelo81
Sim	Braga	Efetivo	Patrícia Carvalho	Chega	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@pcarvalho_ch
Sim	Setúbal	Efetivo	Vanessa Barata	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/vanessa_barata.ch
Sim	Braga	Efetivo	Maria José Aguar	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/zeagu.iaj
Sim	Aveiro	Efetivo	António Pinto Pereira	Chega	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@a.pinto.pereira
Sim	Coimbr a	Efetivo	Rui Afonso - Dignificar o Porto	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/rui.afonso.dignificar.o.porto
Sim	Porto	Efetivo	Luis Paulo Fernandes	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/lpaulodeus
Sim	Leiria	Efetivo	Miguel Arruda	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/migueltaveiraarruda
Sim	Açores	Efetivo	José de Carvalho	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/jose_de_carvalho79
Sim	Porto	Efetivo	Luisa Areosa	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/luisa.areosa
Sim	Santarém	Efetivo	Pedro Dos Santos Frazão	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/pedrodossantosfrazao
Sim	Santarém	Efetivo	Nuno Gabriel	Chega	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@nuno.gabriel
Sim	Setúbal	Efetivo	andre_ventura_of icial	Chega	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@andre_ventura_oficial
Sim	Lisboa	Efetivo	Bruno Nunes - Chega	Chega	FACEB OOK	https://www.facebook.com/portugalchega
Sim	Lisboa	Efetivo	Patrícia de Carvalho	Chega	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/patricia.carvalho.ch

Sim	Setúbal	Efetivo	Armando Grave	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/350886224768604
Sim	Aveiro	Efetivo	Daniel Madeira C. Teixeira	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/daniel.caetanoteixeira
Sim						
Sim	Setúbal	Efetivo	André Claro Amaral Ventura	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/andre_ventura_oficial
Sim	Lisboa	Efetivo	Bruno Nunes	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/brunonunes_chega
Sim	Lisboa	Efetivo	Rui Cristina	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/rui_cristina
Sim	Évora	Efetivo	RUI PAULO SOUSA	Chega	TWITTER	https://www.twitter.com/rpdsouza
Sim	Lisboa	Efetivo	Cristina Rodrigues	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/cristinarodriguesdeputada
Sim	Porto	Efetivo	António Pinto Pereira	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/antonio_pinto_pereira_oficial
Sim	Coimbra	Efetivo	Vanessa Barata	Chega	TWITTER	https://www.twitter.com/Vanessa_Baratta
Sim	Braga	Efetivo	Pedro Pinto	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/pedropinto.chega
Sim	Faro	Efetivo	Pedro Pinto	Chega	TWITTER	https://www.twitter.com/PedroPintoLPC
Sim	Faro	Efetivo	Ricardo Regalla Dias Pinto	Chega	TWITTER	https://www.twitter.com/dias_pinto
Sim	Lisboa	Efetivo	Rita Maria Matias	Chega	TWITTER	https://www.twitter.com/ritamariamarias
Sim	Setúbal	Efetivo	João Tilly	Chega	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@joao.tilly
Sim	Viseu	Efetivo	Cristina Rodrigues	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/cristinarodriguesar
Sim	Porto	Efetivo	Rui Paulo Sousa	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/rpdsousa
Sim	Lisboa	Efetivo	Barreira Soares	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/vereador.chega.vfx
Sim	Lisboa	Efetivo	Rita Matias	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/ritamatias.chega
Sim	Setúbal	Efetivo	Gabriel Mithá Deputado CHEGA	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/gabriel_mitha_chega
Sim	Leiria	Efetivo	André Ventura	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/andreamaralventura
Sim	Lisboa	Efetivo	Pedro Pinto	Chega	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@pedropinto_chega
Sim	Faro	Efetivo	Jorge Galveias	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/jorge.galveias
Sim	Aveiro	Efetivo	Nuno Gabriel	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/deputadomunicipalsetubal

Sim	Setúbal	Efetivo	Rui Paulo Sousa	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/ruisousa.politico
Sim	Lisboa	Efetivo	Rita Maria Matias	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ritamariamatiass
Sim	Setúbal	Efetivo	Barreira Soares	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/barreirasoareschega
Sim	Lisboa	Efetivo	Marcus Santos	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/marcusantosch
Sim	Porto	Efetivo	João Tilly	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/joaotilly
Sim	Viseu	Efetivo	Rui Afonso - Deputado à Assembleia da República Portuguesa	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/ruiafonsochegaporto
Sim	Porto	Efetivo	João Tilly	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/joaotillyoficial
Sim	Viseu	Efetivo	Patrícia Carvalho	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/patriciacarvalhopartidochega
Sim	Setúbal	Efetivo	Nuno Miguel Gabriel	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/nunomgabriel
Sim	Setúbal	Efetivo	Pedro Pessanha - Deputado Assembleia da República - Partido Chega	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/presidehte
Sim	Porto	Efetivo	Rui Cristina	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/ruisantocristina
Sim	Évora	Efetivo	Manuela Tender	Chega	FACEBOOK	https://www.facebook.com/mariammanuelatender
Sim	Vila Real	Efetivo	Eduardo Teixeira	Chega	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/eduardoteixeira.viana
Sim	Lisboa	Efetivo	Rodrigo Saraiva	IL	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@rsaraiva
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Bernardo Blanco	IL	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@bernardo_blanco
Sim	Aveiro	Efetivo	MAL	IL	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/marioamorimlopes
Sim	Braga	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Carlos Guimarães Pinto	IL	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@cgpliberall
Sim	Porto	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	MAL	IL	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@malliberall
Sim	Aveiro	Efetivo	Mariana Leitão	IL	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@marianalqcl
Sim	Lisboa	Efetivo	Joana Cordeiro	IL	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/joanacordeiro

Sim	Setúbal	Efetivo	Patricia Gilvaz	IL	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/patriciagilvaz
Sim	Porto	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Carlos Guimarães Pinto	IL	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/carlosguimaraespinto
Sim	Porto	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Rui Rocha	IL	TWITT ER	https://www.twitter.com/ruirocholiberal
Sim	Braga	Efetivo	Mariana Leitão	IL	FACEB OOK	https://www.facebook.com/mlqcl
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Bernardo Blanco	IL	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/bernardoblancob
Sim	Lisboa	Efetivo	Rui Tavares	Livre	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/ruitavarespt
Sim	Lisboa	Efetivo	Paulo Muacho	Livre	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/paulovmuacho
Sim	Setúbal	Efetivo	paulovmuacho	Livre	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@paulovmuacho
Sim	Setúbal	Efetivo	Paulo Muacho	Livre	FACEB OOK	https://www.facebook.com/paulovmuacho
Sim	Setúbal	Efetivo	Rui Tavares	Livre	FACEB OOK	https://www.facebook.com/ruitavarespt
Sim	Lisboa	Efetivo	rui tavares	Livre	TWITT ER	https://www.twitter.com/ruitavares
Sim	Lisboa	Efetivo	Inês de Sousa Real	PAN	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/ines.sousa.real
Sim	Lisboa	Efetivo	Inês Sousa Real	PAN	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@ines.sousa.real
Sim	Lisboa	Efetivo	Inês de Sousa Real	PAN	FACEB OOK	https://www.facebook.com/ines.sousareal
Sim	Lisboa	Efetivo	Inês Sousa Real	PAN	TWITT ER	https://www.twitter.com/InesSousaReal
Sim	Lisboa	Efetivo	José Luís Carneiro	PS	TWITT ER	https://www.twitter.com/jl_carneiro
Sim	Porto	Efetivo	José Luís Carneiro	PS	FACEB OOK	https://www.facebook.com/carneirojlc
Sim	Braga	Efetivo	Tiago Barbosa Ribeiro	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@tiago_barbosa.ribeiro
Sim	Porto	Efetivo	Alexandra Leitão	PS	TWITT ER	https://www.twitter.com/AlexandraLdrarl
Sim	Santarém	Efetivo	Pedro Nuno Santos	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@pedronunosantosoficial
Sim	Aveiro	Efetivo	Carlos Barbosa	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/carlosbarbosa.chega
Sim	Braga	Efetivo	Marcos Perestrello	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/marcosperestrello

Sim	Madeira	Efetivo	Paulo Cafôfo	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@pauloancafofo
Sim	Madeira	Efetivo	FranciscoValeCesar	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@franciscovalecesar
Sim	Açores	Efetivo	Marcos Perestrello	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/MarcosPerestrel
Sim	Lisboa	Efetivo	jvstorres_	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@jvstorres
Sim	Porto	Efetivo	Sérgio Sousa Pinto	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/ssp6
Sim	Lisboa	Efetivo	euricobrilhantedi	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@euricobrilhantedi
Sim	Leiria	Efetivo	Gilberto Anjos	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/gilberto_anjos
Sim	Braga	Efetivo	João Paulo Correia	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/jpcorreia1976
Sim	Porto	Efetivo	Ana Abrunhosa	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/ana_m.abrunhosa
Sim	Coimbra	Efetivo	Francisco Vale César	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/franciscocesar78
Sim	Açores	Efetivo	Marina Goncalves	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/marina_goncalvs
Sim	Viana do Castelo	Efetivo	André Pinotes Batista	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@aapbatista
Sim	Setúbal	Efetivo	Luís Dias	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/luisdiasvn
Sim	Évora	Efetivo	Pedro Vaz	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/pedromvaz
Sim	Lisboa	Efetivo	Nuno Fazenda	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/nunofazendaalmeida
Sim	Castelo Branco	Efetivo	Isabel Moreira	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/isabelmayermoreira
Sim	Lisboa	Efetivo	Carlos Brás	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/carlitosbras
Sim	Porto	Efetivo	João Azevedo	PS	FACEB OOK	https://www.facebook.com/infojoaoazevedo
Sim	Viseu	Efetivo	Francisco Vale César	PS	FACEB OOK	https://www.facebook.com/francisco.cesar
Sim	Francisco Vale César	Efetivo	Nelson Brito	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/nelsondbrito2022
Sim	Beja	Efetivo	Miguel Costa Matos	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/miguelcostamatosp
Sim	Setúbal	Efetivo	Ivan Gonçalves	PS	TIKTO K	https://www.tiktok.com/@ivangoncalves
Sim	Setúbal	Efetivo	Jamila Madeira	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/jamilamadeira
Sim	Faro	Efetivo	Carlos João Pereira	PS	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/cjoaopereira

Sim	Lisboa	Efetivo	Ricardo Costa	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/ricardocastrocosta
Sim	Braga	Efetivo	João Azevedo	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/jazevedoviseu
Sim	Viseu	Efetivo	José Luís Carneiro	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/carneirojlc
Sim	Braga	Efetivo	Pedro Nuno Santos	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/punosantos
Sim	Aveiro	Efetivo	Elza Pais	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/elza_pais
Sim	Viseu	Efetivo	João Torres	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/jvstorres
Sim	Porto	Efetivo	Marina Sola Gonçalves	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/Marina_Gnelvs
Sim	Viana do Castelo	Efetivo	André Pinotes Batista	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/aapb
Sim	Setúbal	Efetivo	José Rui Cruz	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/joseruicruzps
Sim	Viseu	Efetivo	Tiago Barbosa Ribeiro	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/tiagobarbosaribeiroporto
Sim	Porto	Efetivo	Tiago Barbosa Ribeiro	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/tiagobarbosaribeiro.pt
Sim	Porto	Efetivo	André Rijo	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/arijoarruda
Sim	Lisboa	Efetivo	Clarisse Campos	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/clarissevcampos
Sim	Setúbal	Efetivo	Mariana Vieira da Silva	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/marianavds
Sim	Lisboa	Efetivo	Sérgio Ávila	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/sergiohavrila
Sim	Açores	Efetivo	Manuel Pizarro	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/mpizarroporto
Sim	Porto	Efetivo	Ricardo Lima	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ricardolima_oficialpp
Sim	Lisboa	Efetivo	Nuno Fazenda	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/fazendanuno
Sim	Castelo Branco	Efetivo	José Carlos Barbosa	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/josecarlosbarbosa1983
Sim	Porto	Efetivo	Palmira Maciel	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/palmiramacielar
Sim	Braga	Efetivo	Miguel Costa Matos	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/miguelcostamatos
Sim	Setúbal	Efetivo	Ana Manuel Mendes Godinho	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/anamendes_godinho
Sim	Guarda	Efetivo	Nuno Fazenda - Castelo Branco 2024	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/nunofazendacastelobranco2024
Sim	Castelo Branco	Efetivo	Carlos Brás	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/carlitobras

Sim	Porto	Efetivo	Pedro Sousa	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/pedrosousa2022
Sim	Madeira	Efetivo	Paulo Cafôfo	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/pauloanacafofo
Sim	Madeira	Efetivo	Jorge Botelho	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/jmnbotelho
Sim	Faro	Efetivo	José Rui Cruz	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/joseruicruzps
Sim	Viseu	Efetivo	Pedro Coimbra	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/pedroarturcoimbra
Sim	Coimbra	Efetivo	Nelson Brito	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/nelsonbritops2022
Sim	Beja	Efetivo	João Paulo Rebelo	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/joaopaulorebeloviseu
Sim	Setúbal	Efetivo	Carlos João Pereira	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/carlosjoaopereira2019
Sim	Madeira	Efetivo	Paulo Cafôfo	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/pauloacafofo.pt
Sim	Madeira	Efetivo	Fernando Medina	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/fmedinapessoal
Sim	Lisboa	Efetivo	Sérgio Ávila	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/sergiohavrila
Sim	Açores	Efetivo	Walter Chicharro	PS	FACEBOOK	https://www.facebook.com/walterchicharronazare
Sim	Leiria	Efetivo	Fernando Medina	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/fernandomedina_oficial
Sim	Lisboa	Efetivo	João Paulo Rebelo	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/jprebelo_sejd
Sim	Setúbal	Efetivo	Edite Estrela	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/editeestrela
Sim	Lisboa	Efetivo	Isabel Moreira	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/IsabelLMoreira
Sim	Lisboa	Efetivo	Pedro Nuno Santos	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/PNSpedronuno
Sim	Aveiro	Efetivo	João Torres	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/jvstorres
Sim	Porto	Efetivo	Isabel Ferreira	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/ICFREferreira
Sim	Bragança	Efetivo	José Rui Cruz	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/JoseRuiCruzPS
Sim	Viseu	Efetivo	Fernando Medina	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/F_Medina
Sim	Lisboa	Efetivo	Nuno Fazenda	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/FazendaNuno
Sim	Castelo Branco	Efetivo	Tiago Barbosa Ribeiro	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/tbribeiro
Sim	Porto	Efetivo	Francisco Vale César	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/franciscocesar

Sim	Açores	Efetivo	Hugo Costa	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/hugostcosta
Sim	Santarém	Efetivo	Miguel Costa Matos	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/MigCMatos
Sim	Setúbal	Efetivo	Carlos J. Pereira	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/carlosp02740287
Sim	Lisboa	Efetivo	Filipe Neto Brandão	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/filipenb
Sim	Aveiro	Efetivo	Paulo Cafôfo	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/paulo_cafofu
Sim	Madeira	Efetivo	Mara Lagriminha	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/MLagriminha
Sim	Santarém	Efetivo	Susana Correia	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/SusanaC04798258
Sim	Aveiro	Efetivo	Eurico BRILHANTE DIAS	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/BrilhanteDias
Sim	Leiria	Efetivo	Ricardo Pinheiro	PS	TWITTER	https://www.twitter.com/ricardo_p28
Sim	Portalegre	Efetivo	Isaura Morais	PS	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/isauramorais
Sim	Santarém	Efetivo	Eva Brás Pinho	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@eva.br.pinho
Sim	Guarda	Efetivo	Francisco Sousa Vieira	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/sousavieira.francisco
Sim	Lisboa	Efetivo	Dulcineia Catarina Moura	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@dulcineia.moura.psd
Sim	Lisboa	Efetivo	Andreia Bernardo	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@andreafileipabernardo
Sim	Beja	Efetivo	Bruno Ventura	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/brunoventura1904
Sim	Leiria	Efetivo	Gonçalo Valente	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/goncalovalentepsd
Sim	Viseu	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Sofia Carreira	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/sofiacarreira.psd
Sim	Porto	Suspenso	António Leitão Amaro	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/antonioleitaoamaro
Sim	Braga	Efetivo	Alberto Fonseca	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/alberto_jorge_fonseca
Sim	Braga	Efetivo	Ricardo Araújo	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ricardoaraujo_gmr
Sim	Lisboa	Efetivo	Hugo Soares	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/hugo_lopes_soares
Sim	Setúbal	Efetivo	Eva Brás Pinho	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/evabraspinho
Sim	Braga	Efetivo	Bruno Vitorino	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/bjvitorino

Sim	Porto	Efetivo	Hugo Soares	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/HugoLopesSoares
Sim	Leiria	Efetivo	Alberto Machado	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/albertomachado.porto
Sim	Porto	Efetivo	Ricardo Carvalho	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ricardo.carvalho.psd
Sim	Santarém	Suspensão	Hugo Carneiro	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/sindicatus.lazarus
Sim	Braga	Efetivo	João Moura	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/joaomoura_pt
Sim	Porto	Efetivo	Carlos Cação	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/carlos.b.cacao
Sim	Vila Real	Efetivo	Ana Gabriela Cabilhas	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ana_cabilhas
Sim	Aveiro	Efetivo	Amílcar Castro Almeida	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/amilcarcastroalmeida
Sim	Faro	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Paulo Cavaleiro Politico	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/paulocavaleiro_psd
Sim	Porto	Efetivo	Cristóvão Norte	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/cristovao_norte
Sim	Aveiro	Efetivo	Ana Gabriela Cabilhas	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@anagabriacabilh
Sim	Coimbra	Efetivo	Almiro Moreira	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/almiro.moreira
Sim	Faro	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Martim Arnaut Syder	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/martimsyder
Sim	Braga	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	cristovao_norte	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@cristovao_norte
Sim	Leiria	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Carlos Eduardo Reis	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/cerpdsd
Sim	Setúbal	Efetivo	Hugo Patrício de Oliveira	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@hugopmliveira
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Teresa Morais	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/teresamoraispsd
Sim	Porto	Efetivo	Luís Newton	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/luisnnewton
Sim	Braga	Efetivo	Olga Freire	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/olgaavfreire
Sim	Porto	Efetivo	Ricardo Araújo	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/gmr_ricardoaraujo

Sim	Porto	Efetivo	Andreia Neto	PSD	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/andreiasilvaneto
Sim	Viana do Castelo	Efetivo	Miguel Guimarães	PSD	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/jmiguelpguimaraes
Sim	Faro	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Cristóvão Norte	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/cristovaonorte
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Andreia Bernardo	PSD	TWITT ER	https://www.twitter.com/AndreiaFilipaB
Sim	Aveiro	Efetivo	Salvador Malheiro	PSD	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/salvadormalheiro
Sim	Évora	Efetivo	Sónia Ramos	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/soniaramos.pt
Sim	Aveiro	Efetivo	Hugo Oliveira	PSD	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/hugopmoliveira
Sim	Aveiro	Efetivo	Salvador Malheiro	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/salvador.malheiro
Sim	Madeira	Efetivo	Pedro Coelho	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/pedrocoelhopolitico
Sim	Lisboa	Efetivo	Alexandre Poço	PSD	INSTA GRAM	https://www.instagram.com/alexandrepoço
Sim	Porto	Efetivo	Andreia Neto	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/andreiasilvaneto
Sim	Aveiro	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Silvério Regalado	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/silverioregaladovagos
Sim	Setúbal	Efetivo	Bruno Vitorino	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/deixemascriancasempaz
Sim	Lisboa	Efetivo	Alexandre Poço	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/alexandredpoco
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Andreia Bernardo	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/andreiafernando
Sim	Viana do Castelo	Efetivo	Eduardo Teixeira	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/eduardoteixeira21
Sim	Setúbal	Efetivo	Bruno Vitorino	PSD	TWITT ER	https://www.twitter.com/bjvitorino
Sim	Guarda	Efetivo	Dulcineia Catarina Moura	PSD	TWITT ER	https://www.twitter.com/dulcineia_moura
Sim	Porto	Efetivo	Hugo Carneiro	PSD	FACEB OOK	https://www.facebook.com/hmcarneiro
Sim	Porto	Efetivo	Pedro Neves de Sousa	PSD	TWITT ER	https://www.twitter.com/PedroNevesSousa

Sim	Porto	Efetivo	Olga Freire	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/olga veigafreire
Sim	Aveiro	Efetivo	Hugo Oliveira	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/hug opmoliveira
Sim	Aveiro	Efetivo	Paulo Cavaleiro	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/paul ocavaleiro2017
Sim	Madeira	Efetivo	Pedro Coelho	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/ped roacoelho
Sim	Porto	Efetivo	Miguel Guimarães	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/jmi guelrcguimaraes
Sim	Lisboa	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Luís Newton	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/luis pnewton
Sim	Bragança	Efetivo	Nuno Gonçalves	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/nun ogoncalvesad
Sim	Porto	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Alberto Machado	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/albe rtomachado.porto
Sim	Lisboa	Efetivo	Alexandre Poço	PSD	TIKTOK	https://www.tiktok.com/@alex andrepoco
Sim	Aveiro	Efetivo	Hugo Oliveira	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/h_oliv eira
Sim	Lisboa	Efetivo	Luís Newton	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/luispne wton
Sim	Faro	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Algarve a Valer - Cristóvão Norte	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/alga rveavaler cristovaonorte
Sim	Aveiro	Efetivo	salvador malheiro	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/slvdrm alheiro
Sim	Aveiro	Efetivo	Hugo Oliveira'24	PSD	INSTAGRAM	https://www.instagram.com/hug o_oliveira_24
Sim	Lisboa	Efetivo	Eva Brás Pinho	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/EvaBr as
Sim	Porto	Efetivo	Hugo Carneiro	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/hmscar neiro
Sim	Lisboa	Efetivo	Marco Claudino	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/marco claudino
Sim	Braga	Efetivo (com suspensão fora do período do estudo))	Carlos Eduardo Reis	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/CERei s5
Sim	Castelo Branco	Efetivo	Liliana Reis	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/Liliana reisfnd
Sim	Aveiro	Efetivo	Almiro Moreira	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/Almiro Moreira
Sim	Viseu	Suspensão	António Leitão Amaro	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/anto nio.leitao.amaro

Sim	Portalegre	Efetivo	Ricardo Pinheiro	PSD	FACEBOOK	https://www.facebook.com/rpinheiro28
Sim	Viseu	Suspensão	António Leitão Amaro	PSD	TWITTER	https://www.twitter.com/Leitao_Amaro
Não	Porto	Efetivo	Alfredo Maia	PCP		
Não	Setúbal	Renunciou de 2024-07-15 a 2025-06-02 Suspensão(Eleito) de 2024-03-26 a 2024-04-02 Efetivo de 2024-04-02 a 2024-07-15	Ana Catarina Mendes	PS		
Não	Lisboa	Suspensão(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Ana Paula Martins	PSD		
Não	Braga	Suspensão(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Ana Santos	PSD		
Não	Leiria	Suspensão(Eleito) de 2024-03-26 a 2024-04-02 Efetivo de 2024-04-02 a 2025-06-02	Ana Sofia Antunes	PS		
Não	Aveiro	Efetivo	Ângela Almeida	PSD		
Não	Vila Real	Suspensão(Eleito) de 2025-02-13 a 2025-03-17 Efetivo de 2024-03-26 a 2025-02-13 Efetivo de 2025-03-17 a 2025-06-02	António Alberto Machado	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	António Filipe	PCP		
Não	Setúbal	Efetivo	António Mendonça Mendes	PS		
Não	Lisboa	Efetivo	Carlos Pereira	PS		
Não	Vila Real	Efetivo	Carlos Silva	PS		
Não	Braga	Suspensão(Eleito) de 2024-04-05 a 2025-06-02 Efetivo	Clara Marques Mendes	PSD		

		de 2024-03-26 a 2024-04-05				
Não	Aveiro	Efetivo	Cláudia Santos	PS		
Não	Porto	Efetivo	Diogo Pacheco de Amorim	Chega		
Não	Setúbal	Efetivo	Daniel Teixeira	Chega		
Não	Beja	Efetivo	Diva Ribeiro	Chega		
Não	Santarém	Efetivo	Eduardo Oliveira e Sousa	PSD		
Não	Porto	Suspenso(Eleito) de 2024-03-26 a 2024-04-02 Efetivo de 2024-04-02 a 2025-06-02	Eduardo Pinheiro	PS		
Não	Coimbra	Efetivo	Eliseu Neves	Chega		
Não	Braga	Efetivo	Emídio Guerreiro	PSD		
Não	Aveiro	Suspenso(Eleito) de 2024-04-05 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-05	Emídio Sousa	PSD		
Não	Viana do Castelo	Efetivo	Emília Cerqueira	PSD		
Não	Setúbal	Efetivo	Eurídice Pereira	PS		
Não	Vila Real	Efetivo	Fátima Correia Pinto	PS		
Não	Lisboa	Efetivo	Felicidade Vital	Chega		
Não	Porto	Renunciou de 2024-06-24 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-06-24	Francisco Covelinhas Lopes	PS		
Não	Madeira	Efetivo	Francisco Gomes	Chega		
Não	Açores	Efetivo	Francisco Pimentel	PSD		
Não	Leiria	Efetivo	Gabriel Mithá Ribeiro	Chega		
Não	Porto	Efetivo	Germana Rocha	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	Gonçalo Lage	PSD		
Não	Portalegre	Efetivo	Henrique Rocha de Freitas	Chega		

Não	Bragança	Efetivo	Hernâni Dias	PSD		
Não	Aveiro	Efetivo	Hugo Oliveira	PS		
Não	Viseu	Efetivo	Inês Domingos	PSD		
Não	Braga	Efetivo	Irene Costa	PS		
Não	Lisboa	Efetivo	Isabel Mendes Lopes	Livre		
Não	Porto	Suspenso(Eleito) de 2024-03-26 a 2024-04-02 Efetivo de 2024-04-02 a 2025-06-02	Isabel Oneto	PS		
Não	Porto	Efetivo	Joana Lima	PS		
Não	Leiria	Efetivo	João Antunes dos Santos	PSD		
Não	Viseu	Efetivo	João Azevedo	PS		
Não	Faro	Efetivo	João Paulo Graça	Chega		
Não	Castelo Branco	Efetivo	João Ribeiro	Chega		
Não	Lisboa	Efetivo	João Vale e Azevedo	PSD		
Não	Lisboa	Suspenso(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Joaquim Miranda Sarmiento	PSD		
Não	Braga	Efetivo	Jorge Paulo Oliveira	PSD		
Não	Beja	Suspenso(Eleito) de 2024-10-07 a 2025-02-01 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-10-07 Efetivo de 2025-02-01 a 2025-06-02	Jorge Pinto	Livre		
Não	Porto	Efetivo	José Carvalho	Chega		
Não	Fora da Europa	Suspenso(Eleito) de 2024-04-05 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-05	José Cesário	PSD		
Não	Viana do Castelo	Suspenso(Eleito) de 2024-03-26 a 2024-04-02 Efetivo	José Costa	PS		

		de 2024-04-02 a 2025-06-02				
Não	Europa	Efetivo	José Dias Fernandes	Chega		
Não	Porto	Renunciou de 2025-02-03 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2025-02-03	José Moura Soeiro	Bloco de Esquerd a		
Não	Faro	Efetivo	José Pedro Aguiar-Branco	PS		
Não	Beja	Efetivo	Luís Graça	PS		
Não	Lisboa	Suspenso(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Luís Montenegro	PSD		
Não	Fora da Europa	Efetivo	Manuel Magno	Chega		
Não	Lisboa	Efetivo	Margarida Saavedra	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	Maria Begonha	PS		
Não	Porto	Suspenso(Eleito) de 2024-04-10 a 2024-05-13 Suspenso(Eleito) de 2024-12-23 a 2025-01-24 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-10 Efetivo de 2024-05-13 a 2024-12-23 Efetivo de 2025-01-24 a 2025-06-02	Marisa Matias	Bloco de Esquerd a		
Não	Lisboa	Efetivo	Marta Martins da Silva	Chega		
Não	Lisboa	Renunciou de 2024-07-14 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-07-14	Marta Temido	PS		
Não	Coimbr a	Efetivo	Maurício Marques	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	Miguel Cabrita	PS		
Não	Madeira	Efetivo	Miguel Iglésias	PS		

Não	Faro	Suspenso(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Miguel Pinto Luz	PSD		
Não	Porto	Suspenso(Eleito) de 2024-04-02 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-02	Nuno Melo	CDS PP		
Não	Guarda	Efetivo	Nuno Simões de Melo	Chega		
Não	Faro	Efetivo	Ofélia Ramos	PSD		
Não	Castelo Branco	Efetivo	Patrícia Caixinha	PS		
Não	Porto	Efetivo	Patrícia Faro	PS		
Não	Aveiro	Efetivo	Paula Cardoso	PSD		
Não	Madeira	Suspenso(Eleito) de 2025-04-15 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2025-04-15	Paula Margarido	PSD		
Não	Setúbal	Efetivo	Paula Santos	PCP		
Não	Açores	Efetivo	Paulo Moniz	PSD		
Não	Madeira	Efetivo	Paulo Neves	PSD		
Não	Europa	Efetivo	Paulo Pisco	PS		
Não	Lisboa	Suspenso(Eleito) de 2024-10-06 a 2024-10-13 Suspenso(Eleito) de 2024-10-15 a 2024-10-29 Suspenso(Eleito) de 2024-11-01 a 2024-11-08 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-10-06 Efetivo de 2024-10-13 a 2024-10-15 Efetivo de 2024-10-29 a 2024-11-01 Efetivo de 2024-11-08 a 2025-06-02	Paulo Raimundo	PCP		

Não	Setúbal	Suspenso(Eleito) de 2024-04-05 a 2025-06-02 Efetivo de 2024-03-26 a 2024-04-05	Paulo Simões Ribeiro	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	Ricardo Dias Pinto	Chega		
Não	Porto	Efetivo	Raul Melo	Chega		
Não	Coimbr a	Efetivo	Raquel Ferreira	PS		
Não	Porto	Efetivo	Pedro Roque	PSD		
Não	Lisboa	Efetivo	Pedro Delgado Alves	PS		
Não	Santarém	Efetivo	Pedro Correia	Chega		
Não	Viseu	Efetivo	Pedro Alves	PSD		

Apêndice 11 -guião de entrevista

Guião de Entrevista para os partidos: O Papel das Redes Sociais na Representação Política

Enquadramento: Esta entrevista é realizada no âmbito da dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas pela Escola Superior de Comunicação Social - IPL. O objetivo deste estudo é compreender o papel das redes sociais na representação política, com foco em como estas plataformas são utilizadas pelos deputados no exercício das suas funções. As respostas fornecidas serão tratadas exclusivamente para fins académicos.

Procedimentos Iniciais: a) Agradecer ao entrevistado pela sua disponibilidade e tempo; b) Explicar o contexto da entrevista e os objetivos do estudo; c) Pedir permissão para gravar a entrevista para posterior análise; d) Confirmar e testar o gravador para garantir que está a funcionar corretamente.

O seguinte trabalho procura compreender:

De que forma os deputados da XVI Legislatura utilizam as redes sociais enquanto representantes da nação?

Com esta investigação procura-se alcançar os seguintes **objetivos**:

4. **Desenvolver um quadro teórico sobre o uso das redes sociais** na comunicação política e na representação democrática no contexto português, com especial ênfase nos deputados da XVI Legislatura.
5. **Compreender a perspetiva dos deputados** face ao seu papel de representantes da nação ao utilizarem as redes sociais e nas suas intervenções parlamentares.

- 6. Analisar as interações entre as intervenções parlamentares dos deputados na Assembleia da República e o uso das redes sociais**, investigando como estas duas formas de comunicação influenciam a construção da imagem pública e a representação política.

1. O deputado enquanto representante - Gostaria que começasse por me falar sobre qual considera ser o papel de deputado.

- Qual é o papel do deputado na política?
- O que significa para si "representar" enquanto deputado?
- De que forma o deputado exerce a representação política no seu trabalho diário?
- Quais os tipos de representação política que conhece e como se refletem na sua atuação?

2. A representação enquanto ação política - Pode partilhar a sua opinião sobre quem representa principalmente?

- Quem é que o deputado representa principalmente, [o partido, os eleitores da sua região, ou outro grupo?] Porquê?
- Existem diferenças entre o que o partido representa e o que o deputado representa? Como gere essas diferenças?
- Quais são as principais ações de representação que realiza no seu trabalho?
- Que canais utiliza para se representar politicamente, e qual é a importância das redes sociais nesse contexto?
- Qual é a importância da Assembleia da República como um canal de representação política, comparativamente às redes sociais?

3. Utilização das redes sociais pelos deputados - Qual considera ser o papel das redes sociais na política atual?

- Poderia descrever, na sua opinião, qual é o papel fundamental das redes sociais na política atual?
- Como é que o seu partido orienta o uso das redes sociais pelos deputados?
- Poderia explicar como os deputados do seu partido utilizam as redes sociais no exercício das suas funções de representação?
- Que vantagens identifica no uso das redes sociais para o desempenho das funções parlamentares? Existem desafios específicos que gostaria de destacar?
- Considera que as redes sociais contribuem para uma representação mais simbólica, descritiva ou substantiva dos eleitores? Poderia expandir com exemplos?

4. Impacto das redes sociais na representação política - Acha que as redes sociais mudaram a forma como os deputados representam os eleitores?

- As redes sociais modificaram a forma como representa os seus eleitores? Pode partilhar exemplos concretos de como isso afeta o seu dia a dia parlamentar?
- Acha que as redes sociais influenciam o tipo de políticas ou discursos adotados? Existe uma pressão para alinhar as opiniões políticas com o que é expresso online?
- Como vê o impacto das redes sociais na comunicação entre deputados e eleitores? Acredita que estas plataformas aproximam ou distanciam os representantes dos representados?

5. Estratégias de comunicação digital - Como planeia as suas campanhas ou postagens nas redes sociais?

- Como são planeadas as campanhas e postagens nas redes sociais? Existem estratégias específicas para períodos legislativos e eleitorais?
- Em que medida as redes sociais são integradas nas estratégias de comunicação do partido e na sua própria atuação como deputado?

6. Desafios e limitações na utilização das redes sociais - que desafios vê na utilização de redes sociais na política

- Quais são os principais desafios que enfrenta ao utilizar as redes sociais? (Ex.: discurso de ódio, fake news, gestão da imagem pública).
- Existe algum risco de banalização da política devido à exposição dos deputados nas redes sociais?

- Que medidas ou orientações considera essenciais para que os deputados utilizem as redes sociais de forma ética e responsável?

7. Futuro das Redes Sociais na Política - que futuro vê para as redes sociais na política

- Como prevê a evolução do papel das redes sociais na política nos próximos anos? Acha que a sua importância vai aumentar ou diminuir?
- Que tipo de mudanças ou inovações gostaria de ver na forma como os deputados utilizam as redes sociais no futuro?

8. Conclusão

- Há algum aspeto adicional sobre o uso das redes sociais pelos deputados e a sua relação com a representação política que gostaria de mencionar?

Agradecer ao deputado no final.